



DISCURSOS, SENSAÇÕES E SENTIMENTOS

e-ISSN: 2674-6131
V.7, N.1, 2025





Linguagem e Discurso

v.7, n.1, 2025 / ISSN: 2674 - 6131

Periódico Eletrônico do Curso de Letras da FELCS
Grupo de Pesquisa Práticas Linguísticas Diferenciadas
Mestrado Profissional em Letras – ProfLetras/FELCS
Faculdade de Engenharia, Letras e Ciências Sociais do Seridó – FELCS
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

REVISTA SARIDH

LINGUAGEM E DISCURSO

GESTÃO

José Daniel Diniz Melo
Reitor

Henio Ferreira de Miranda
Vice-Reitor

Alexandro Teixeira Gomes
Diretor da Felcs

Márcio Sales Santiago
Vice-Diretor

Grupo de Pesquisa Práticas Linguísticas Diferenciadas
Curso de Letras da Felcs

Editor-Gerente da Revista Saridh
Antonio Genário Pinheiro dos Santos

ENDEREÇO

Faculdade de Engenharia, Letras e Ciências Sociais do Seridó
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Rua Manoel Lopes Filho, 138, CEP 59380-000, Currais Novos – RN
Telefone +55 (84) 3342 2293 ramal 701
revistasaridh@gmail.com
[@revistasaridh](https://www.instagram.com/revistasaridh)

CAPA

Águas e lendas do Totoró II

Sobre a capa: Obra de arte da coletânea *Águas e lendas do Totoró II* (acrílica sobre tela/75x 90 cm – a cervo particular do artista) tomada na referência aos discursos, sensações e sentimentos que subsidiaram a historicidade do Sítio Totoró, zona rural do município de Currais Novos/RN

Criação e Diagramação: Vanessa Damascena de Araújo

MISSÃO

Promover a disseminação de conhecimento, voltando-se para a divulgação de saberes na área de linguagem e discurso, congregando estudos, experiências e pesquisas desenvolvidas sob a égide de diferentes vertentes de investigação linguística e da atuação acadêmica.

EQUIPE

EQUIPE EDITORIAL

Alexandro Teixeira Gomes – UFRN/PROFLETRAS

Antonio Genálio Pinheiro dos Santos – UFRN

Márcio Sales Santiago – UFRN/PROFLETRAS

Gianka Salustiano Bezerril de Bastos Gomes – UFRN/PROFLETRAS

CONSELHO CONSULTIVO

Alexandro Teixeira Gomes – UFRN/PROFLETRAS

Ana Maria de Oliveira Paz – UFRN/PROFLETRAS/PPgEL

Anderson Lins Rodrigues – UESC/UFPE

André Tessaro Pelinser – UFRN

Antonio Genálio Pinheiro dos Santos – UFRN

Carolina Leal de Lacerda Pires – UNIBRA/IBGM/IBS

Célia Maria de Medeiros – UFRN/CCHLA/DLET

Cid Ivan da Costa Carvalho – UFERSA/PPCL-UERN

Edjane Gomes de Assis – UFPB

Evandra Grigoletto – UFPE

Fabiele Stockmans De Nardi – UFPE

Francisco Vieira da Silva – UFERSA/ PPGL-UERN/IFRN

Gianka Salustino Bezerril de Bastos Gomes – UFRN/PROFLETRAS

Hudson Marques da Silva – IPFE

Jociane da Silva Luciano Ferreira – UFRN

Joseane Laurentino de Brito Lira- IFPE

José Josemir Domingos da Silva – UEPB

Josimere Maria da Silva – IFAL

Letícia dos Santos Carvalho – UFRN

Lucélio Dantas de Aquino – UFRN/IMD

Márcio Sales Santiago – UFRN/PROFLETRAS

Maria Alcione Gonçalves da Costa – IF SERTÃO/PE

Maria Eliza Freitas do Nascimento – UERN/PPGL

Nedja Lima de Lucena – UFRN

Nilton Cézar Ferreira – UNIOESTE

Nivea Barros de Moura – UERN/SEEC – CE

Paulo Cesár Ferreira Soares – UERN

Pedro Farias Francelino – UFPB/PROLING

Rafahel Jean Parintins Lima – UFRN

Rafael de Souza Bento Fernandes – UNIOESTE

Rogério Mendes Coelho – UFRN

Urbano Cavalcante da Silva Filho – IFBA/UESC

Verônica Palmira Salme de Aragão – UERN

APOIO TÉCNICO

Alyssandra Viana Fonseca – UFRN
Camila Kayssa Targino Dutra – UERN
Carlos Eduardo de Oliveira Pinheiro – UERN
Célio Oliveira da Silva – UFRN
Eleonora Maria Bezerra de Araújo – UFRN
Josué Ferreira da Silva – UFRN
Márcia Michele Justiniano Luiz – UFRN
Rafaela Cláudia dos Santos – UERN/PPCL

NORMATIZAÇÃO E EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Rafaela Cláudia dos Santos – UERN/PPCL
Antonio Genário Pinheiro dos Santos – UFRN/FELCS

ORGANIZAÇÃO DO VOLUME

TÍTULO

Discursos, sensações e sentimentos
Volume 7, número 1, 2025

ORGANIZADORES

Antonio Genário Pinheiro dos Santos
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN/Felcs

Carlos Piovezani
Universidade Federal de São Carlos – UFSCar/PPGL

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Discursos, sujeitos e emoções

8

Antonio Genálio Pinheiro dos Santos
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

Carlos Piovezani
Universidade Federal de São Carlos – UFSCar/PPGL

EDITORIAL

O discurso e as sensibilidades

14

Carlos Piovezani
Universidade Federal de São Carlos – UFSCar/PPGL

ENTREVISTA

História, sentidos e sensibilidades: uma entrevista com Jean-Jacques Courtine

19

Jean-Jacques Courtine
Université de la Sorbonne Nouvelle/ University of California/ University of Auclkand

Carlos Piovezani
Universidade Federal de São Carlos – UFSCar/PPGL

ARTIGOS – Dossiê Temático

Qual o lugar das emoções na Linguística do século XX?

37

Catherine Kerbrat-Orecchioni
Université de Lyon II

SUMÁRIO

Quem ama cuida. Vacine seu pet: sentidos e sentimentos no discurso do mercado animal 83

Guilherme Carraro Pedronero
Universidade Federal de São Carlos – UFSCar/PPGLit

Manoel Sebastião Alves Filho
Universidade Federal de São Carlos – UFSCar/PPGL

Carlos Piovezani
Universidade Federal de São Carlos – UFSCar/PPGL

Morador de rua ou pessoa em situação de rua: deslocamentos de sentidos e sensibilidades em discursos midiáticos 102

Sara Cristina dos Santos Freires
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN/PPGL

Maria Eduarda Cabral de Oliveira Freitas
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN/PPGL

Maria Eliza Freitas do Nascimento
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN/PPGL

A coragem da verdade de Ailton Krenak no discurso de posse na Academia Brasileira de Letras 123

Rafaela Cláudia dos Santos
Universidade Federal da Paraíba – UFPB/Proling

Regina Baracuhy
Universidade Federal da Paraíba – UFPB/Proling

Li e não quero mais ler: discurso, leitura e emoções 145

Paul Fernand da Cunha Leite
Universidade Federal de São Carlos – UFSCar

Luzmara Curcino
Universidade Federal de São Carlos – UFSCar/PPGL

Discursos sobre sonhos pandêmicos: uma análise do sentimento de “medo” 156

Flávio Soares
Universidade Federal de São Carlos – UFSCar/PPGL

Carlos Piovezani
Universidade Federal de São Carlos – UFSCar/PPGL

ARTIGOS – Seção Livre

Exclusão e pós-verdade na narrativa de si de Leila Cravo no podcast *Leila*

178

Danilo Yoshio Hatori
Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO

Denise Gabriel Witzel
Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO

Vigiar e postar: a monogamia como dispositivo digital de poder

199

Laura Colli Gon
Universidade de Franca – Unifran/PPGL

Luciana Carmona Garcia
Universidade de Franca – Unifran/PPGL

Ethos e cenografia na animação *The Turning Point*: uma abordagem discursiva da crise ambiental 220

Carlos Eduardo do Vale Ortiz
Universidade Federal de Rondônia – UNIR

DISCURSOS, SUJEITOS E EMOÇÕES

Antonio Genálio Pinheiro dos Santos

Carlos Piovezani

Em *Microfísica do poder*¹, Michel Foucault ([1979] 2009) sustenta que o papel da história consiste na tarefa de fazer aparecer todas as descontinuidades e relações que nos atravessam e que nos permitem entrar em ordens ao mesmo tempo arriscadas e promissoras. Nelas, os riscos dizem respeito às excessivas limitações de sermos só o que já somos, de sentirmos só o que já sentimos, de acreditarmos só nas verdades nas quais já acreditamos. Mas, nos próprios riscos habitam os potenciais de resistência. Foram contingências históricas, dinâmicas institucionais e relações de poder que nos conduziram a nossos pensamentos, ações e sentimentos.

Nossos atos de resistência não se concretizam naturalmente apenas pelo fato de haver potência de subjetivação nas moradas do poder da objetivação. Uma sua condição necessária, ainda que não suficiente, é o próprio reconhecimento de que não estamos diante de leis e forças absolutas e de que, por essa mesma razão, podemos pensar, fazer e sentir outras coisas e/ou pensá-las, fazê-las e senti-las de outros modos. Ao postular que o saber histórico não esconde e não teme seu caráter perspectivo, Foucault assegura que “a história tem mais a fazer do que narrar o nascimento necessário da verdade e do valor; ela tem que ser o conhecimento diferencial das energias e desfalecimentos, das alturas e desmoronamentos, dos venenos e contravenenos”. ([1979] 2009, p. 30).

O que vale para nossos pensamentos, ações e afetos vale também para nossos discursos. Isso com mais forte razão, na medida em que a discursividade é constitutiva e constituinte do que pensamos, fazemos e sentimos. Com efeito, o sentido histórico das coisas ditas é força produtora e produzida no seio de tramas e relações sociais. Por essa sua condição, o discurso ocupa lugar central na forma como construímos a realidade e agimos no mundo. Na produção discursiva, há forças e funções, formas e funcionamentos que constituem sujeitos e sentidos, razões e sensibilidades. Cada uma e cada um de nós, nossas

¹ FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2009.

APRESENTAÇÃO

relações sociais e o próprio mundo são constituídos e partilhados desigualmente, segundo múltiplas formas de ser, de saber e de poder.

Por essa razão, torna-se fundamental às diversas análises de discursos considerar as partilhas materiais e as contingências históricas nas quais nos inscrevemos e somos enredados e às quais podemos modificar. Os muitos e sempre renovados conflitos e consensos que ocorrem no cotidiano de nossas vidas não são ocultos, mas nem por isso nos são integralmente visíveis. É também Foucault ([1969] 1997, p. 126-128) um dos que indicam este caminho: para melhor compreendermos suas presenças e atuações em nossas vidas, é preciso uma conversão crítica de nossos olhares e de nossas escutas. Se a indicação é pertinente e produtiva para o exame e a crítica da formação de nossas ideias e valores, não cremos que essas pertinência e produtividade não posam se estender à análise e à desconstrução de nossas percepções sensoriais e de nossas paixões. É nesse sentido que apostamos na condição promissora de articulações diversas e em graus variados da Análise do discurso com outros campos de saber, tais como a História das sensibilidades e a História das ideias linguística.

Neste quadro, a Revista Saridh vem oferecer com esta edição (v.7, n.1 – 2025) uma amostra dessa aposta, sob a forma de reflexões abrangentes e análises rigorosas, que ressaltam relações indissociáveis entre os discursos, as sensações e os sentimentos.

Já no texto de editorial, Carlos Piovezani discute a importância das emoções na investigação das discursividades. Com esse olhar, o autor destaca a necessidade de serem alinhadas e efetivamente consideradas as paixões, sensações e sentimentos no escopo de objetos e abordagens capazes de considerar a função das sensibilidades na constituição dos discursos. Com essa discussão, Piovezani propõe a possibilidade de uma interpretação original do postulado foucaultiano segundo o qual a condição de acontecimento dos enunciados não se restringe às formas e regras da língua nem aos sentidos de que delas derivariam. No bojo das condições históricas de existência do discurso, habitam as partilhas materiais da sensibilidade, presentes nas produções, dinâmicas e movências de enunciados que se materializam histórica e socialmente. Enunciados que fazem movimentar palavras, poderes e paixões, estabelecendo relações de força as mais diversas, em condições em que saberes e poderes se encontram e se chocam incessantemente.

APRESENTAÇÃO

Nessa linha de discussão, em *História, sentidos e sensibilidades* – uma entrevista que Carlos Piovezani conduz com Jean-Jacques Courtine, professor emérito da *University of California* e da *Université de la Sorbonne Nouvelle*, catedrático de *European Studies* da *University of Auckland* e professor visitante *Queen Mary University* de Londres – encontramos um pensamento articulado à reflexão histórica e social ampla e argúcia de análise. Nas respostas apresentadas por Courtine vislumbramos a marca de uma produção intelectual consistente e exponencialmente valiosa que vem contribuir para o incremento de nossa compreensão sobre nossa própria condição de sujeitos sociais da contemporaneidade. Com originalidade e profundidade, Jean-Jacques Courtine destaca que, na condição de sujeitos social e historicamente constituídos e situados, somos praticamente a todo tempo confrontados e enredados em fortes demandas emocionais, sob a forma de medos, depressões, ansiedade e emoções afins. E essa realidade se apresenta diante das agonia impostas pelo neoliberalismo, acrescidas recentemente por sua articulação com a ascensão da extrema-direita em várias partes do mundo.

Abrindo a sequência de trabalhos que compõem a seção temática *Discursos, sensações e sentimentos* dessa edição da Revista Saridh, temos o texto da pesquisadora francesa Catherine Kerbrat-Orecchioni que discute o lugar das emoções na Linguística do século XX. Segundo a pesquisadora, esse espaço foi relativamente mínimo, haja vista que, segundo ela, o problema da expressão das emoções não consistia numa das preocupações centrais para a maioria dos linguistas do século passado. Sob os preceitos de uma abordagem que caracteriza como histórica e tipológica, Catherine Kerbrat-Orecchioni apresenta um inventário de fatos acerca das emoções no escopo da investigação linguística e tece considerações verticalizadas acerca da questão que motiva seu empreendimento epistemológico. Com isso, a autora discute nuances importantes e cortes históricos a partir dos quais o olhar para as emoções esteve alinhado a iniciativas de pesquisa em diversos campos da ciência.

Logo após, os autores Guilherme Carraro Pedronero, Manoel Sebastião Alves Filho e Carlos Piovezani, da Universidade Federal de São Carlos, discutem os sentidos e sentimentos no discurso do mercado animal. Com a chamada *Quem ama cuida. Vacine seu pet* que abre o título do texto, os autores sinalizam que pretendem analisar elementos de

APRESENTAÇÃO

discursos da sensibilidade humana à causa animal; discursos que são materializados em enunciados de um *banner* publicitário de uma clínica veterinária situada em uma cidade do interior do Estado de São Paulo. Com esse intuito, os autores abordam como é possível perceber, no discurso do mercado animal, marcas de uma referência às relações afetivas entre seres humanos e animais, as quais incitam o consumo de produtos comercializados por esse setor da economia.

O texto seguinte é o das pesquisadoras Sara Cristina dos Santos Freires, Maria Eduarda Cabral de Oliveira de Freitas e Maria Eliza Freitas do Nascimento, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. As autoras discutem sobre os acontecimentos que incidem sobre a população formada por pessoas em vulnerabilidade social. Com isso, objetivam analisar discursos midiáticos que promovem deslocamentos de sentidos entre os termos *morador de rua* e *pessoa em situação de rua*, ressaltando efeitos do biopoder na gestão da vida da população. A discussão está embasada nos estudos discursivos foucaultianos, através do método arqueogenéalógico, no qual categorias da arqueologia do saber coadunam-se com a genealogia do poder na esfera biopolítica e da governamentalidade.

Tratando da *Coragem da verdade de Ailton Krenak no discurso de posse na Academia Brasileira de Letras*, as autoras Rafaela Cláudia dos Santos e Regina Baracuhy falam sobre a questão da ordem do discurso, mais especificamente aquela da ABL, que é apresentada na discussão como lugar de onde se levantam e se movimentam discursos historicamente marcados por uma estrutura elitista e eurocêntrica. Segundo as autoras, a coragem da verdade de Ailton Krenak, na sua condição de primeiro indígena a ocupar uma cadeira na instituição, tensiona os sentidos acerca da inclusão indígena no campo acadêmico e literário e, com isso, oportuniza a materialidade de uma carga afetiva atrelada à memória coletiva e à reafirmação da luta dos povos indígenas por visibilidade e reconhecimento.

Na sequência, Paul Fernand da Cunha Leite e Luzmara Curcino, ambos da Universidade Federal de São Carlos, abordam os discursos sobre a leitura na perspectiva dos efeitos de sentido e das posições de sujeito de *leitores orgulhosos* e *leitores envergonhados*. Com o referido trabalho, os autores apresentam a análise de um tipo de enunciado sobre a leitura no qual se confessam práticas consideradas próprias de maus leitores ou de não

APRESENTAÇÃO

leitores, sem que isso implique vergonha ou riscos à face. Com isso, afirmam que tais declarações são proferidas por sujeitos que usufruem de suficiente capital cultural para lhes fornecer uma dada blindagem simbólica. A empreitada investigativa traz a reflexão sobre o funcionamento discursivo de certos consensos relativos à leitura, nos quais estão implicadas emoções sociais como a vergonha e o orgulho.

Fechando a seção temática dessa edição da Revista Saridh, está o texto *Discursos sobre sonhos pandêmicos: uma análise do sentimento de medo* de Flávio Soares e Carlos Piovezani, da UFSCar. Os autores seguem o objetivo de analisar discursos sobre sonhos produzidos no período pandêmico em suas relações com as emoções. No trabalho com fragmentos extraídos de textos veiculados pelos portais de notícias CNN Brasil, Gshow e UOL, buscam apreender como a emoção do medo, sentimento constitutivo e inerente à condição humana, foi o estado afetivo dominante manifesto em relatos de sonhos, nas condições de produção do acontecimento da pandemia de Covid-19 no mundo. Com uma articulação teórico-metodológica muito bem pontuada, Flávio Soares e Carlos Piovezani afirmam que os discursos sobre os sonhos foram frequentados por medos – o medo do vírus ou do isolamento social, o medo da contaminação, da doença ou de suas sequelas – e no escopo de um deslocamento incidente, oportunizaram relações e estabeleceram encadeamentos entre eles de forma a potencializar seus efeitos.

A seção livre dessa edição da Revista Saridh contempla três artigos, igualmente importantes e de leitura indispensável. O primeiro deles tem como título *Exclusão e pós-verdade na narrativa e si de Leila Cravo no podcast Leila*, de autoria de Danilo Yoshio Hatori e Denise Grabiell Witzel, da Universidade Estadual do Centro-Oeste. Nessa discussão, o objetivo é analisar a narrativa de si da atriz e apresentadora Leila Cravo, sobre o acontecimento de sua quase morte em 1975, quando a mesma foi encontrada ferida e desacordada em uma rodovia, próximo a um famoso motel do Rio de Janeiro. Na perspectiva dos autores, tal acontecimento recebeu ampla repercussão por parte dos veículos midiáticos, o que mobilizou a opinião pública com relação à jovem, que teve sua carreira afetada pelo julgamento da sociedade. Como material de análise, são observadas sequências enunciativas de autorrelatos de Leila exibidos no podcast *Leila*, do gênero *true crime*, disponível na

APRESENTAÇÃO

plataforma *Globoplay*, que são trabalhados pelos autores à luz dos Estudos Discursivos Foucaultianos.

O texto seguinte é o artigo *Vigiar e postar: a monogamia como dispositivo digital de poder*, de Laura Colli Gon e Luciana Carmona da Silva, da Universidade de Franca. As autoras buscam fazer uma análise discursiva da monogamia cisgênero e heterossexual, utilizando postagens no Instagram como objeto de estudo. Para tanto, baseiam-se em investigações que contestam a naturalidade dessa prática, argumentando que a monogamia é uma construção social e discursiva. A discussão é instigante e provoca a reflexão sobre a maneira pela qual o discurso da monogamia nas redes sociais atua e reforça a construção e a perpetuação de um dispositivo de poder nas dinâmicas de gênero, tendo como cenário principal as redes sociais, em especial o Instagram.

Fechando a sequência de textos da *Seção Livre* da presente edição está o artigo de Carlos Eduardo do Vale Ortiz, mestre em Letras pela Universidade Federal de Rondônia. O artigo analisa a crise climática e a importância do engajamento social, examinando a animação *The Turning Point* de Steve Cutts sob a ótica da Análise do Discurso, com ênfase nos conceitos de ethos e cenografia de Maingueneau. Os resultados encontrados pelo autor demonstram a normalização da degradação, a metáfora do capitalismo predatório na inversão de papéis entre humanos e animais, a dualidade entre engajamento e indiferença, e a influência do negacionismo científico. A discussão indica que a obra *The Turning Point* é um instrumento de crítica social, evidenciando a urgência de ações para mitigar os impactos ambientais.

Na esteira da diversidade de textos até aqui apresentados, a Revista Saridh vem contribuir diretamente para o fazer científico no escopo dos estudos da linguagem. Nesse ínterim, o periódico vem consolidar sua posição não apenas de instrumento de fomento à divulgação científica, mas, sobretudo, como espaço de saber-poder capaz de incitar um olhar investigativo e problematizador para as práticas, os discursos, as sensações e sentimentos que permeiam e atravessam a vida cotidiana dos sujeitos na sociedade.

O DISCURSO E AS SENSIBILIDADES

Carlos Piovezani

Comentário do Editor

Há mais relações entre as palavras, os poderes e as paixões, entre processos históricos, relações sociais e partilha material das sensibilidades do que parecem ter suposto nossos estudos do discurso. Essa é uma das afirmações fundamentais do professor Carlos Piovezani no editorial desta nossa edição da SARIDH. Com a originalidade que lhe é peculiar, conjugando sua especialidade em Análise do discurso e História das ideias linguísticas, articuladas ainda à História das sensibilidades, o professor Piovezani nos estimula a refletir sobre a presença e a atuação das emoções nos discursos e sobre a constituição discursiva de nossas percepções e sentimentos. As formas e os limites da dizibilidade, das memórias, das conservações, das validades, das reativações e das reapropriações do discurso são decisivos na constituição de nossas subjetividades.

14

Ao falar sobre a importância de se discutir o lugar das emoções na investigação das discursividades, o Professor Carlos Piovezani propõe realinhar a atenção às paixões, sensações e sentimentos no escopo de objetos e abordagens capazes de considerar a função das sensibilidades na constituição dos discursos. Ainda que se considere, à título de avanço, o recente tratamento das percepções sensoriais e das paixões sociais e subjetivas no campo discursivo, torna-se indispensável, segundo Piovezani, uma conversão mais assertiva e verticalizada do olhar de pesquisador para a dinamicidade e movências de enunciados que se materializam histórica e socialmente. Na esteira do pensamento foucaultiano, nosso convidado vem nos dizer que é preciso, então, entender que os enunciados fazem movimentar palavras, poderes e paixões, estabelecendo relações de força que fundamentam nossa subjetividade no mundo e que marcam, portanto, a forma como nós expressamos nossos desejos, os sentidos que partilhamos e aos quais também podemos resistir, nossas ações e também nossos sentimentos.

Carlos Piovezani é associado do Departamento de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Foi coordenador do PPGL/UFSCar entre 2013 e 2016 e coordena atualmente o Laboratório de Estudos do Discurso e o Grupo de pesquisa Análise do discurso e História das ideias linguísticas. Membro do conselho editorial de vários periódicos especializados e da Editora da ABRALIN. Fez graduação em Letras na UFMS/Dourados, mestrado e doutorado em Linguística e Língua Portuguesa na UNESP/Araraquara e estágio de doutorado na Universidade Sorbonne Nouvelle. Fez ainda pós-doutorado na EHESS/Paris e na Unicamp. Atua nas áreas de Análise do discurso e História das ideias linguísticas. Suas pesquisas tratam da história da fala pública, do discurso político e de discursos da mídia. Entre suas

publicações, se destacam as obras: *A voz do povo: uma longa história de discriminações (Vozes)*, *A linguagem fascista (Hedra)*, *O discurso e as emoções (Parábola)*, *História da fala pública (Vozes)*, *Discurso e (pós)verdade (Parábola)*, *Le discours et le texte: Saussure en héritage (L'Harmattan)*, *Legados de Michel Pêcheux (Contexto)*, *Presenças de Foucault na Análise do discurso (EdUFSCar)* e *Verbo, Corpo e Voz (Editora UNESP)*. Foi professor convidado na EHESS/Paris e professor visitante na Universidade de Buenos Aires (UBA).

Essas e outras obras do professor Carlos Piovezani tornaram-se leituras incontornáveis para uma melhor compreensão dos fenômenos dos discursos aos quais se dedica com reconhecida originalidade. Nesta edição da Revista Saridh, suas palavras nos dão ensejo à reflexão necessária e produtiva sobre as tantas e complexas relações entre o discurso e as sensibilidades para as quais, como dizíamos, a AD não se mostrou particularmente atenta durante muito tempo. Ao saudar aqui a presença do nosso convidado, lançamos o convite à leitura.

“(...) um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente”¹... Eis aí um postulado formulado por Michel Foucault que servia muito bem a seu propósito de descrever a produção discursiva dos saberes, praticando a “crítica do documento”, ou seja, analisando a linguagem não na direção para a qual ela aponta, mas na dimensão histórica e social que lhe são constitutivas.

Conforme sabemos, sua afirmação buscava dar relevo justamente às condições históricas de emergência de discursos produzidos por disciplinas que, sem atingir os mais altos graus de epistemologização alcançados por algumas poucas ciências, tinham feito dos seres humanos um objeto privilegiado do conhecimento. Esse gesto de tornar o sujeito cognoscente também e ao mesmo tempo objeto cognoscível é constitutivo da construção moderna e contemporânea de nossas subjetividades. Foucault indica que as condições históricas de emergência da discursividade não deveriam ser confundidas com as regras formais da língua em que os enunciados são formulados nem tampouco deveriam ser reduzidas a essas regras, assim como não deveriam ser confundidas com os sentidos ora mais ora menos ocultos do que fora dito nem tampouco deveriam ser reduzidas a esses sentidos.

Se o princípio foucaultiano servia muito apropriadamente a seu propósito, pode também nos servir para expandirmos os nossos. O enunciado é materialização e unidade elementar do discurso, que efetivamente não se reduz à língua ou ao sentido. Mas seus

¹ Foucault, Michel. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997, p. 32.

componentes também não se limitam àquilo de que fala o discurso, às suas modalidades enunciativas, às suas relações com outros enunciados de um campo associado e a certos aspectos de sua materialidade. Muito frequentemente e por muito tempo, os estudos do discurso não se dedicaram às relações entre as palavras, os poderes e as paixões, que concentram em si forças e dinâmicas constitutivas de nossos pensamentos e de nossas ações, de nossos dizeres e de nossos desejos, de nossos sentidos e de nossos sentimentos. De modo análogo, as presenças e as performances, as identidades e os lugares de fala não foram objetos privilegiados da AD.

Não há nisso nenhum demérito. Todo campo do conhecimento precisa de critérios, focos e recortes para a constituição de seu objeto específico. Essa é uma condição necessária à sua emergência e consolidação. Estar ciente e cioso dessa necessidade não significa resignação ou comodidade com o que já fora conquistado num campo do conhecimento. Sem que nesta aposta resida alguma pretensão totalizante, como se à AD tudo coubesse, julgamos que a abordagem discursiva das emoções é pertinente e produtiva. Durante cerca de quatro décadas, foram inegáveis os avanços dos estudos discursivos. Mas não há dúvidas de que eles priorizaram a identificação das posições dos enunciadores, a descrição e interpretação de formas e recursos linguísticos dos enunciados e a apreensão de seus efeitos de sentido, em detrimento das relações entre os discursos, as sensações e os afetos.

Tratar das formas e dos limites da dizibilidade e de suas memórias, conservações, validades, reativações e reapropriações, mais ou menos modificadas, formadas e transformadas na história e na sociedade é tarefa imperativa para se discutir e compreender os modos pelos quais sentidos e sujeitos, verdades e condutas são constituídos. Essas formas e limites se estabelecem em condições históricas de emergência, nas quais ocorrem consensos e conflitos próprios de relações de força, de poder e de sentido. Mas não há consensos e conflitos isentos da partilha material e discursiva das sensibilidades.

O papel aí desempenhado pela discursividade não é absolutamente secundário. Como afirmamos em outro lugar: “O discurso move o mundo. Ele constitui o que pensamos e o que fazemos, o que falamos e o que sentimos. Isso porque o discurso controla o que se diz e as maneiras de dizer, produz os sentidos das coisas ditas e ainda suscita os sentimentos

partilhados por classes, grupos e sujeitos de uma sociedade”². A produção discursiva consiste em materialização privilegiada das ideologias e compreende elementos fundamentais da constituição dos laços entre saberes e poderes, por meio dos quais se dão as lutas entre classes, grupos e sujeitos de uma sociedade. Mas esse seu papel crucial se deve ainda ao fato de que o discurso é objeto de desejo e de poder. Ele não apenas manifesta ou oculta o desejo, mas também é em si mesmo algo desejado. De modo semelhante, ele não apenas encarna e reflete as alianças e os embates sociais, mas também consiste em algo de que queremos nos apoderar³. Nem esse nem qualquer outro desejo se forma e se transforma fora das partilhas materiais das sensibilidades.

Mesmo assim, em larga medida, muitos estudos do discurso consideram-no como algo desafetado, produzido e difundido, recebido e interpretado no exterior dessas partilhas. Trabalhos feitos no campo da argumentação dispensam frequentemente particular atenção às emoções no discurso, mas tendem não raras vezes a reduzi-las a estados “tímidos” e “fáscicos” presentes num texto ou numa interlocução. Por seu turno, conforme já afirmamos, os afetos, as sensações e as sensibilidades não foram e ainda não são um objeto privilegiado pela Análise do discurso. Em que pese o considerável e já mencionado conjunto de seus avanços, as percepções sensoriais e as paixões sociais e subjetivas tiveram importância bastante reduzida no exame da discursividade até muito recentemente. Essa situação ainda não se alterou profundamente.

Por essa razão, lhes consagramos duas edições do **Colóquio Internacional de Análise do Discurso** (CIAD) e a publicação de uma obra coletiva, além de alguns outros estudos e publicações anteriores⁴. Uma vez que essa espécie de lacuna dos estudos do discurso ainda está muito distante de ser preenchida, acreditamos que a **Revista Saridh** pode contribuir para a redução da escassez de reflexões e análises discursivas sobre as relações entre os discursos, os afetos, as sensações e as sensibilidades, mais ou menos articuladas com a produção de sentidos e sujeitos e com a constituição histórica, a formulação simbólica

² Piovezani, Carlos; Alves, Manoel. Discurso. In: Azevedo, Tânia; Flores, Valdir. (org.). *Estudos do discurso: conceitos fundamentais*. Petrópolis: Vozes, 2024, p. 129.

³ Foucault, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2001, p.10.

⁴ VI Colóquio Internacional de Análise do discurso (VI CIAD), cujo tema foi *Os discursos e as emoções*, realizado entre 26 e 27 de maio de 2021 na UFSCar; VII Colóquio Internacional de Análise do discurso (VII CIAD), cujo tema foi *Discurso, afetos e sensibilidades*, realizado entre 18 e 20 de setembro de 2024 na UFSCar; Piovezani, Carlos; Cucino, Luzmara; Sargentini, Vanice. (org.). *O discurso e as emoções: medo, ódio, vergonha e outros afetos*. São Paulo: Parábola, 2024.

e a circulação social dos enunciados dos mais variados campos institucionais, dos mais diversos gêneros do discurso e das mais distintas posições discursivas.

Foi com este intuito que convidamos pesquisadoras e pesquisadores dos estudos do discurso a submeterem seus textos que contemplassem temas, fenômenos e aspectos das relações entre os discursos e as sensibilidades a esta edição da **SARIDH**. Foi com muita satisfação que recebemos e selecionamos um valioso conjunto de artigos de colegas de inúmeras instituições brasileiras e estrangeiras consagrados a essas relações. É com igual satisfação e ainda com grande alegria que lhes ofereceremos aqui à leitura da comunidade de analistas do discurso e a quem mais puder se interessar por diversos encontros entre sensações, sentidos e sentimentos, que se processam na história e na sociedade e que são decisivos na constituição das subjetividades de cada uma e de cada um de nós.

HISTÓRIA, SENTIDOS E SENSIBILIDADES UMA ENTREVISTA COM JEAN-JACQUES COURTINE

Jean-Jacques Courtine¹

Carlos Piovezani²

Comentário do Editor

A experiência das sensibilidades, o atravessamento do corpo pelas emoções e os afetos nas vozes dos sujeitos foram durante muito tempo pontos cegos dos estudos do discurso. Trata-se aí de fenômeno que incide não só na produção dos sentidos dos enunciados, mas também na própria constituição discursiva de nossas percepções e de nossos sentimentos. Por essa razão, cremos que esta edição da Revista Saridh representa uma importante contribuição para as ciências da linguagem, na medida em que os textos aqui reunidos abordam privilegiadamente as relações entre o discurso e a partilha material das sensibilidades, focalizando as presenças e atuações da dimensão afetiva na produção discursiva em diversas esferas sociais, campos institucionais, domínios do conhecimento e gêneros do discurso de nossa sociedade.

Nesta edição, (volume 7, número 1 – 2025), a Revista Saridh apresenta uma entrevista com Jean-Jacques Courtine, professor emérito da University of California e da Université de la Sorbonne Nouvelle, catedrático de European Studies da University of Auckland e professor visitante Queen Mary University de Londres. Os trabalhos de nosso entrevistado consagram-se à história do corpo, do rosto, da virilidade da fala pública e, no texto que ora apresentamos, à reflexão acerca da história, dos sentidos e das sensibilidades. Jean-Jacques Courtine é autor de obras cujo mérito foi reconhecido nos estudos do discurso, da história e de várias ciências humanas e sociais. No conjunto de sua produção intelectual, destacam-se, entre outros, os seguintes títulos: Análise do Discurso Político (EdUFSCar 2009), História do Rosto (Vozes 2016), Metamorfose do discurso político (Claraluz 2006), Decifrar o corpo: pensar com Foucault (Vozes 2013), História do corpo (Vozes 2008), História da virilidade (Vozes 2013) e História das emoções (Vozes 2020).

A participação de Courtine é aqui uma oportunidade ímpar para uma pertinente e produtiva discussão sobre os discursos, sensações e sentimentos. De modo ao mesmo tempo claro, panorâmico

¹ Professor emérito da Universidade Sorbonne Nouvelle e da Universidade da Califórnia (Santa Barbara). Foi professor visitante de História das emoções na Queen Mary Universidade de Londres e catedrático de Estudos europeus da Universidade de Auckland. Doutor em Linguística pela Universidade de Paris X / Nanterre. E-mail: jj.courtine@wanadoo.fr Google Scholar Citations: <https://scholar.google.com/citations?user=J8MonSsAAAAJ&hl=en>

² Professor associado da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. Doutor em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista – UNESP. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. E-mail: cpiovezani@ufscar.br. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/1677609008094603>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3612-983x>.

e profundo, tanto em suas publicações e intervenções, em geral, quanto nas respostas dadas às questões desta entrevista, o professor Courtine indica uma série de relações entre história, sociedade, percepções e afetos na constituição de nossas subjetividades pelo discurso.

Em conjunto com todo o reconhecimento que já lhe foi prestado, reconhecemos nós uma vez mais nestas suas respostas a junção entre reflexão histórica e social ampla e argúcia de análise. Essa marca de sua produção intelectual consiste em uma valiosa contribuição para o incremento de nossa compreensão sobre nossa própria condição de sujeitos sociais da contemporaneidade, que praticamente a todo tempo somos confrontados e enredados em fortes demandas emocionais, sob a forma de medos, depressões, ansiedade e emoções afins, diante das agonias impostas pelo neoliberalismo, acrescidas recentemente por sua articulação com a ascensão da extrema-direita em várias partes do mundo.

A entrevista é conduzida pelo professor Carlos Piovezani, da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. Piovezani é professor associado do Departamento de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSCar e pesquisador do CNPq, na condição de bolsista de produtividade em pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. É Doutor em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista – UNESP/Araraquara. Durante seu doutorado fez estágio na Université de la Sorbonne Nouvelle. Na interface entre Análise do discurso e História das ideias linguísticas, seus importantes trabalhos tratam da história da fala pública, do discurso político e de discursos da mídia.

Muitas das reflexões e obras de Carlos Piovezani tornaram-se referências para pesquisadoras e pesquisadores nos campos da Análise do discurso e da História da fala pública, em razão da originalidade na concepção e no tratamento discursivo de objetos e fenômenos pouco ou nada estudados na AD e em outras ciências da linguagem. Dentre suas obras consagradas a temas bastante singulares, podem ser destacadas as seguintes: A voz do povo: uma longa história de discriminações (Vozes 2020), A linguagem fascista (Hedra 2020), Verbo, corpo e voz (Editora UNESP 2009), Saussure, o texto e o discurso (Parábola 2016), História da fala pública (Vozes 2015), Presenças de Foucault na análise do discurso (EdUFSCar 2014) e Legados de Michel Pêcheux (Contexto 2011). O professor Carlos Piovezani foi professor convidado da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (EHESS/Paris) e professor visitante na Universidade de Buenos Aires (UBA).

Por várias razões, mas também pelo fato de se tratar de circunstância privilegiada que dá continuidade a uma já antiga interlocução entre os professores Jean-Jacques Courtine e Carlos Piovezani, que se iniciou há duas décadas, é com grande satisfação e com profunda alegria que acolhemos e publicamos esta entrevista.

1. (Carlos Piovezani): Tal como já tinha ocorrido com História do corpo (Vozes, 2008) e com História da virilidade (Vozes, 2013), você lançou mais ou menos recentemente em conjunto com Alain Corbin e Georges Vigarello, outra obra monumental: História das emoções (Vozes, 2020). Nós sabemos que a emoções acompanham a espécie humana desde seu surgimento e muitas vezes pensamos que elas se resumem a algo da natureza e que, por isso, não passariam por modificações no tempo histórico e por variações no espaço social. Numa palavra, elas não seriam propriamente um objeto da História. Contudo, a Historiografia, em particular a História das mentalidades, a História cultural e a História das sensibilidades, não só já demonstrou há algumas décadas que há uma história das emoções, mas também já produziu algumas obras clássicas nesse domínio. Você poderia nos dar alguns elementos para que possamos melhor compreender essa possibilidade de fazer das emoções um objeto historiográfico?

21

Jean-Jacques Courtine: Em 1872, Charles Darwin publica a obra “A expressão das emoções no homem e nos animais”, na qual afirma que as emoções são universais e estão inscritas no patrimônio da espécie. A nossa intuição como indivíduo, e essas observações científicas como a de Darwin, parecem nos dizer que há nas emoções algo essencialmente humano, mas também atemporal. No entanto, não é esse o caso.

A Antropologia, especialmente em função das grandes viagens, da descoberta de outras etnias e de outras populações, nos mostrou que as emoções variam de uma cultura para outra. A antropóloga Ruth Benedict [1887-1948] demonstrou quão diferente era o contexto emocional da sociedade norte-americana e o da sociedade japonesa. No Japão, é a vergonha que se sobrepõe: não se pode perder a honra. Na América do Norte, é a culpa, que, por sua vez, está ligada como uma das marcas da cultura cristã.

Quando o capitão Cook, na ocasião de sua segunda volta ao mundo em 1773, deixa a ilha Huahine, no Taiti, o chefe local, sua mulher e sua filha choraram muito. Cook diz que nunca viu pessoas chorarem tanto e de tal modo, e que ele era totalmente incapaz de julgar se esse

choro era fingido ou sincero. Há aí, sem dúvida, uma emoção comum (uma tristeza e as lágrimas que a expressam), mas há também, por parte de Cook, uma grande incerteza quanto ao sentimento interior que a acompanha. As lágrimas dos taitianos seriam as mesmas que as nossas?

A História, por sua vez, mostra que as emoções e suas expressões variam de um período a outro. A tristeza, por exemplo, sempre existiu. No entanto, poderíamos afirmar que a melancolia antiga, a tristeza do século XVII, a neurastenia do final do século XIX ou a depressão contemporânea são da mesma natureza? Nossa trabalho consiste em expor a genealogia das emoções, descrever como elas mudam, variam e como podemos relacioná-las com as formas mais antigas. Em nossos estudos históricos e discursivos sobre as emoções, é preciso que examinemos também os ‘climas’ emocionais em que vivemos.

2. Carlos Piovezani: *Constatada a condição histórica e social das emoções e reconhecidas a pertinência e a produtividade de produções historiográficas dedicadas às sensibilidades e aos sentimentos, podem ainda nos restar dúvidas sobre os modos e métodos a serem empregados para elaborá-las. Ou seja, como se pode fazer uma história das emoções? Além disso, quais seriam algumas das principais especificidades das experiências modernas das emoções?*

Jean-Jacques Courtine: As emoções estão presentes e atuantes em todas as circunstâncias da vida em sociedade. Por essa razão, repertoriá-las e examiná-las historicamente, exige a abordagem de tudo o que possa permitir a observação das sensações e dos sentimentos dos sujeitos sociais e de tudo o que consista em diversas *mises en scène* das emoções, tais como correspondências privadas, literatura, artes plásticas, cinema, teatro e, em nossos dias, as redes sociais.

Nossas sensações e sentimentos são, ao mesmo tempo, constantes e voláteis. Assim, a captura das emoções nem sempre é fácil, uma vez que, de modo análogo ao que ocorre com as palavras ditas em modalidade oral, as expressões afetivas desaparecem e/ou se modificam rapidamente, seja em nossos rostos, seja em nossos corpos, seja ainda em nossas vozes.

Nesse sentido, as emoções são fluidas e, às vezes, se mostram muito brevemente, mas é possível apreendê-las. Por exemplo, a fotografia captura seus instantes. O momento em que começamos a estudar cientificamente as emoções corresponde, aliás, à invenção da fotografia. As fotografias de Duchenne de Boulogne [1806- 1875], pioneiro da neurologia, são famosas. Com eletrodos colocados na face, ele fazia um paciente sorrir e chorar e fixava isso na lente da câmera. Essa ideia de poder fixar as emoções é antiga. Charles Le Brun, primeiro pintor de Luiz XIV, deixou uma conferência sobre as “expressões das paixões da alma”. São imagens instantâneas em que todas as figuras de expressão estão presentes.

Nos anos 1930, os ingleses criaram um projeto particularmente valioso para o estudo das emoções. Trata-se do *Mass Observation Archive*. Um antropólogo, um cineasta e um poeta o lançaram dizendo “nós queremos fazer a antropologia de nós mesmos”, e para isso pediram aos britânicos que anotassem tudo o que se passava em suas cabeças e em seus corações dia após dia... Segundo o projeto, cada pessoa, em seu canto, registraria em cadernos seu dia-a-dia, o preço do pão, o medo da invasão alemã, as crianças na escola e o problema que poderiam ter com o filho mais velho ou mais novo. Eles também encaminhavam, de vez em quando, a cada uma dessas pessoas, questionários para serem respondidos. Este projeto, iniciado em 1937, durou até a década de 1950, o que constitui uma quantidade enorme de dados. Sua análise foi retomada nos anos 1980. Os estudiosos ingleses chamam essa abordagem de “história vista de baixo”. Entre outras coisas, esses dados são preciosos para objetos de estudo como a ansiedade, essa emoção fluida, em relação à qual não sabemos exatamente qual é o objeto que a desencadeia, diferentemente do medo, já que, quando ele nos acomete, sabemos o que tememos.

23

Dito isso, poderíamos acrescentar que há possivelmente três grandes tendências que permitem perceber a maneira como as emoções foram polarizadas nos tempos modernos. Em primeiro lugar, há o trauma. Vivemos um século de catástrofes humanas sem precedentes, com as guerras e os genocídios. No formidável filme *Au revoir là haut*, que trata da Primeira Grande Guerra Mundial e que se baseia nas típicas emoções do pós-guerra,

deparamos um enorme e emocionante desfile de corpos feridos e tornados inválidos e ainda de rostos desfigurados.

A segunda tendência que se destaca é a dos usos e dos controles das emoções. Na virada do século XX, com “Psicologia das massas” de Gustave Le Bon e com as teorias da propaganda, a questão do controle das emoções e da produção de emoções coletivas tornou-se essencial. A emoção é concebida como uma força política, que pode ser manipulada. As emoções são recursos empregados pelos políticos totalitários.

Também o comércio e o mundo dos negócios se tornaram um campo privilegiado das emoções. Há as emoções irracionais do mercado, como a quebra da bolsa de valores, o que faz com que de repente, levadas pelo pânico, as pessoas começem a vender e a comprar, como foi feito em Wall Street, em 1929. No ambiente da empresa, regido pelas enormes restrições de horário, pela autoridade, pela lógica da produtividade, percebeu-se que se conseguisse criar um clima tal como uma espécie de *Club Med*³, tudo funcionaria melhor. Eis aí a emergência de uma espécie de felicidade nas empresas e escritórios. Essa forma mais recente de controle não está mais do lado das coerções impostas, mas das concessões felizes e entusiasmadas. Em conjunto com essa importante transformação, há ainda o uso comercial das emoções, com seu emprego sistemático nas publicidades e no marketing.

A terceira tendência dominante é a autonomização e a individualização. Com o aprofundamento da esfera individual, há uma tomada de consciência muito grande em relação à diferenciação das emoções, de sua variedade, de seu caráter pessoal e, ao mesmo tempo, de seu caráter fortemente inconsciente. Aliás, na virada do século XIX para o XX, ocorre, obviamente, a emergência da psicanálise. A psicanálise vai aflorar, na Europa e na América, e vai dar à esfera emocional uma profundidade e uma obscuridade que ela não tinha. Assim, a concepção vigente é a de que uma parte das emoções escapa completamente do sujeito, permanece obscura, e, por isso, é preciso tentar penetrar nelas de modo a poder entender o que chega à superfície. Esse é um dos princípios de base da escuta psicanalítica.

³ Rede francesa de hotéis de turismo cujo lema é “A felicidade de viver em comunidade é, desde sempre, a grande aventura do Club Med”.

3. Carlos Piovezani: *Logo na apresentação do terceiro volume de História das emoções, dedicado ao período contemporâneo, volume pelo qual você esteve responsável, há afirmação de sua parte de que a contemporaneidade é o tempo do “Império das emoções”. O que há de singular na era contemporânea, que a distingue do passado?*

Jean-Jacques Courtine: Em 1884, o fundador da psicologia americana, William James, questiona: “O que é uma emoção?”. Tal como Charles Darwin, em sua obra intitulada “A expressão das emoções no homem e nos animais”, ele responde a essa questão inscrevendo a emoção no substrato biológico do indivíduo, nas modificações do corpo. Isso inaugura a ciência das emoções.

Há várias preocupações que surgem simultaneamente e que estão relacionadas à constituição da sociedade de massa. Pela primeira vez, estamos lidando com a formação das grandes massas urbanas, com a urbanização desenfreada. É uma nova sociedade onde há as multidões, os desconhecidos, o isolamento, o anonimato.

Na Paris do Antigo Regime, por exemplo, ainda havia bairros onde as pessoas se conheciam, e onde havia uma certa familiaridade. Depois da reforma urbana de Paris, na segunda metade do século XIX, conhecida como *Haussmannisation*⁴, a Paris tradicional é setorizada com vistas à modernização da cidade. Com isso, são varridos do mapa os bairros populares, as pessoas são deslocadas, os subúrbios são formados, e há os reagrupamentos massivos, que apresentam um número e uma densidade populacional nova.

Isso leva a novas preocupações, expressas por Gustave Le Bon na obra “*Psicologia das massas*”: o medo dos líderes políticos, especialmente de esquerda (uma vez que Le Bon era um reacionário de primeira), da ascensão do socialismo, da concentração das massas trabalhadoras nas cidades.

⁴ Termo derivado do nome de Georges-Eugène Haussmann, Barão Haussmann que, como prefeito do antigo departamento do rio Sena, entre 1853 e 1870, foi o responsável pela demolição de uma considerável parte antiga de Paris, supostamente em nome de um ideal de modernização e de um aperfeiçoamento estético da capital francesa.

Na América, há os estranhos movimentos de contágio que acometem a multidão e que a tornam instável, perigosa e sensível à propaganda. O mesmo ocorre no campo econômico e financeiro, com os primeiros pânicos da Bolsa de Nova Iorque, no final do século XIX e começo do XX. São os primeiros movimentos de irracionalidade. Trezentos romances são escritos sobre essas questões, entre 1870 e 1920.

Durante o mesmo período, a psicanálise e o império das emoções se expandem. Na ciência, primeiramente e, em seguida, na própria vida social, desenvolve-se esse campo no qual os sentimentos nunca haviam sido considerados antes: o do inconsciente. É sobre esse tripé que o século XX se abre ao universo das emoções.

4. Carlos Piovezani: Desde que entramos nesse “Império das emoções”, nós nos tornamos mais sensíveis?

26

Jean-Jacques Courtine: Sim, é provável que sim. Em nossos tempos, tudo parece indicar que nos tornamos mais sensíveis às nossas sensações e aos nossos sentimentos. Não sem razão, Richard Sennet vai afirmar que desde a segunda metade do século XIX até nossos dias, se estabeleceu uma “tirania da intimidade”, no interior da qual as emoções que sentimos e a importância social que elas adquirem para todos nós, ainda que, evidentemente, os afetos não sejam os mesmos nem sejam sentidos nas mesmas intensidades e extensões em diferentes classes, grupos e sujeitos de uma sociedade, estão cada mais presentes e atuantes em nossas vidas.

Além disso, ainda mais recentemente, no movimento quase global de ascensão das extremas-direitas, que fazem um inescrupuloso e exímio emprego das redes e plataformas digitais, as paixões intensas, que já eram autorizadas a se manifestar na esfera pública, se tornaram praticamente onipresentes. Pensem no quanto o ódio voltou a ser uma paixão política constante e, mais do que isso, legítima e mesmo ostentada, tal como em contextos de guerra e de emergência e consolidação do fascismo. Finalmente, um último aspecto que me ocorre desse incremento de nossas sensibilidades tem a ver com algo que sempre foi muito importante para a Análise do discurso, mesmo que ela não estivesse propriamente atenta à

dimensão afetiva. Nos relatos que fazemos, há afetos e sensibilidades ao longo de toda a narrativa, mas nós aprendemos com Freud que o há de mais interessante é o lapso, a falha enunciativa, uma vez que é no interior das marcas e das coisas ínfimas que o inconsciente se materializa. Mais ou menos nessa direção, poderíamos também pensar que, ao lado de nossa grande sensibilidade aos choques emocionais, de experiências de traumas profundos, existem, digamos, células psicológicas que evoluem logo que algo acontece. Há esse sentimento frágil e ansioso de que é preciso um suporte imediato para superação de abalos emocionais e de que as emoções não só devem ser levadas em consideração, mas também de que há sempre em suas experiências algo a ser curado.

5. Carlos Piovezani: *Desde quando começamos a tratar das relações entre o discurso e as emoções, lhes dedicando por ora duas edições do Colóquio Internacional de Análise do discurso (CIAD), alguns livros, A voz do povo: uma longa história de discriminações (Vozes 2020), A linguagem fascista (Hedra 2020) O discurso e as emoções: medo, ódio, vergonha e outros afetos (Parábola 2024), além daquele que fizemos, você e eu, em coautoria e que se encontra no prelo, e de vários capítulos e artigo, com frequência me perguntam sobre as diferenças entre “emoção”, “afeto”, “sentimento” e “paixão”. Nessas circunstâncias, digo que, embora seja pertinente e produtivo definir esses termos e/ou estabelecer diferenças entre eles, isso não faz parte da abordagem histórica e “fenomenológica” que adoto nos trabalhos que dedico à história da fala pública. Além disso, indico autores e obras que já o fizeram com muita propriedade. Já em História do rosto (Vozes 2016), que você publicou na França com Claudine Haroche, 1988, figura no subtítulo a palavra “emoção”. Ela se impôs, digamos, “naturalmente”, em detrimento desses outros termos? A partir de quando falamos em “emoção”?*

27

Jean-Jacques Courtine: Entre os gregos, como sabemos, a palavra empregada para tratar dessa dimensão passional é *páthos*. Ao que tudo indica, a esfera do *páthos* abrange amplamente o campo da vida afetiva, compreendendo emoções, sentimentos, afetos... Enquanto na retórica grega, se fala de *páthos*, ao qual, aliás, Aristóteles dedica uma extensa parte do segundo livro de sua *Retórica*, reconhecendo sua força para modificar os

Julgamentos do auditório, entre os retores latinos a palavra empregada é *mouere*, para designar a capacidade persuasiva que tem a mobilização dos afetos no público ouvinte. É possível que muitos de nós nos lembremos da presença de *mouere* na fórmula *Docere, delectare, mouere*, concebida por Cícero para sintetizar um ideal retórico, segundo o qual o orador para suplantar seus adversários deve instruir ou informar seu auditório, mas também deve lhe transmitir uma boa impressão de si mesmo pelo que diz e pela forma como o faz e, ainda e principalmente, dispô-lo em certa inclinação emocional favorável à sua causa.

Na Idade Média, surgiu e parece ter predominado o uso do termo “movimento” para indicar a ideia de que se trataria de oscilações que viriam do coração, agitações ou movimentos da alma, que dariam impulso a nossas ações e promoveriam nossos estados de espírito e suas alterações. Já na Era Moderna, Descartes optou por “paixão”, em seu *As paixões da alma*, publicado em meados do século XVII. Charles Le Brun, seu conterrâneo e contemporâneo, pintor da corte de Luís XIV, também adotou esse mesmo termo em seu tratado de pintura *As expressões das paixões da alma*. A despeito dessa preferência de Descartes e Le Brun por “paixão” no século XVII, é ainda no século anterior que a palavra “emoção” passou a ter essa forma que empregamos hoje. “Emoção” deriva do verbo “emocionar”, que, por sua vez, já está atestado em francês no século XI com a forma *esmoveir* e no XIII com a forma *esmouvoir*. Essa forma vem do latim popular *exmoveare*, é composto de “ex-” e “move” e significa colocar em movimento. Depois de um período, durante o qual esses movimentos das emoções eram tanto relativos ao corpo quanto à alma, em nossos dias eles dizem respeito apenas a sentimentos agradáveis ou desagradáveis, ou seja, a algo exclusivo do plano afetivo.

Dito isso, acrescento que é perfeitamente plausível sua abordagem histórica e “fenomenológica” das emoções, sobretudo porque seus trabalhos tratam de discursos sobre os afetos, em particular sobre as emoções materializadas em discursos do campo da fala pública. Em contrapartida, conhecer e indicar obras e autores que se dedicaram a traçar distinções entre “paixão”, “emoção”, “afeto” e “sentimento” é fundamental, porque eles podem nos oferecer preciosas indicações sobre diferenças de funcionamento, de dinâmica, de força, frequência e extensão desses elementos da sensibilidade. Nesse sentido, podemos

reconhecer uma boa dose de acerto no postulado da semântica de que não há sinonímia perfeita. Tanto em francês quanto em português, nós temos essas quatro palavras, e, me parece, que tanto na França quanto no Brasil, o emprego das três primeiras se tornou mais frequente do que o uso de “sentimento”.

Considerando tudo isso, é mesmo improvável que a escolha do subtítulo “exprimir e calar as emoções” tenha sido algo natural. O período que recobrimos, Claudine Haroche e eu, vai do século XVI, quando o termo adquire a forma moderna e contemporânea, como vimos, ao século XIX, quando os empregos da palavra “emoção” já estão consolidados. A última obra de Charles Darwin, publicada em 1872, tem como título *A expressão das emoções no homem*. O ponto fundamental de História do rosto é o de mostrar como nossa entrada na Era moderna passou a tornar necessárias a expressão e a contenção de si para a constituição da subjetividade de uma forma singular e provavelmente inédita.

29

Em trabalhos posteriores, constatei que nos séculos XVIII e XIX a esfera sensível se incrementa e complexifica: as emoções se tornam mais presentes no espaço público, nossas sensações e sentimentos se tornam cada vez objeto de atenção e passam a ser cada vez mais apurados. Como ponto de chegada desse percurso, a medicina se apodera das emoções. Há um aprofundamento psicológico no ser humano moderno e contemporâneo e esse aprofundamento se torna uma questão médica.

6. Carlos Piovezani: Parece mesmo haver uma menor frequência no emprego do termo “sentimento”, comparado ao de “paixão”, “emoção” e “afeto”. É provável que haja também fatores glotopolíticos no uso frequente de “emoção”, porque tenho a impressão de no mundo anglo-saxão a palavra emotion é mais frequente que as demais. Além disso, “sentimento” parece ter passado a soar um pouco antigo e talvez até mesmo quase brega. Por essa razão e pela própria configuração silábica e prosódica desses termos, a palavra “sentimento” é aparentemente menos impactante e pregnante do que as outras três. Essa reflexão glotopolítica é interessante, mas eu gostaria de retomar um aspecto de sua última resposta. Você acredita que as emoções passaram a ocupar um espaço mais amplo e mais

profundo em nossas vidas nos séculos XX e XXI, porque elas se tornaram objeto da ciência?

Jean-Jacques Courtine: Em boa medida, sim, porque as ciências ocuparão um lugar cada vez mais central na vida intelectual e coletiva no século XX. Mas também por razões que já mencionamos: a sociedade de massas; o fato de as emoções terem se tornado objeto “mercadoria”, passível de exploração econômica, fenômeno que cresceu exponencialmente com redes e plataformas digitais, que ganham bilhões com seus enormes monopólios de economia da atenção e dos sentimentos; e as experiências e manifestações, as vigilâncias e controles sociais das emoções também cresceram ou, ano menos, se modificaram, se aprofundaram e se ampliaram de forma inédita em nossos tempos.

Finalmente, há ainda outro fator: diferentemente de outros contextos, na era contemporânea, os próprios indivíduos procuram identificar suas (novas) emoções: Por que estou sentindo essa angústia? De onde vem essa minha ansiedade? Tudo isso contribui para tornar a emoção um objeto mais comum e muito mais reconhecível. A mero título de ilustração, pensemos nas atuais publicidades de automóveis: ora elas não dizem absolutamente nada sobre as qualidades da mecânica, do consumo de combustível ou da segurança que o carro pode proporcionar, ora falam muito pouco dessas e de outras coisas específicas de um automóvel. O que elas fazem é prometer experiências sensoriais e principalmente sentimentais aos futuros motoristas. Os ingredientes básicos dessas publicidades são as emoções.

7. Carlos Piovezani: *Esta onipresença das emoções também nas publicidades parece ser mais um dos desdobramentos da degradação do espaço público e das tiranias da intimidade, de que fala Richard Sennet. Em sua conhecida obra, O declínio do homem público (Companhia das Letras, 1988), ela situa momentos-chave dessa tendência contemporânea no século XIX. Poderíamos afirmar que, além dela, novas emoções surgiram a partir desse período ou, antes, que as emoções passaram a ser experimentadas de forma inédita?*

Jean-Jacques Courtine: É difícil dizer. Digamos apenas que as emoções mudam, assim como se alteram as formas pelas quais elas se manifestam. A vergonha é um bom exemplo: as formas tradicionais de se imputar e de se administrar a vergonha diminuíram consideravelmente. Em geral, não colocamos mais alunas e alunos em evidência negativa na escola, não temos mais os chapeuzinhos de “burro” assentados em suas cabeças, não há mais pelourinhos... Não temos dúvidas de que essa diminuição é uma considerável modificação histórica e social, mas isso não significa de modo algum que a imputação e a administração da vergonha tenham se extinguido, que as humilhações generalizadas tenham, enfim, desaparecido.

Em outras ocasiões, já fiz referência a essa história: a da norte-americana Justine Sacco em 2013. Ela tinha, então, 30 anos e era já diretora sênior de comunicações corporativas numa grande empresa, quando foi visitar parte da família que morava na África do Sul no natal. Era uma longa viagem. O voo saía de Nova York e fazia escala em Londres. Depois de uma sequência de postagens ferinas numa rede digital antes do embarque nos EUA, já no aeroporto de Londres, ela voltou à carga, desta vez de modo ainda mais brutal: “Muito frio – sanduíches de pepino – dentes horríveis. De volta a Londres!”, escreveu ela em mais uma postagem, antes daquela que lhe traria graves consequências: “Partindo para a África. Espero não pegar AIDS... Brincadeirinha. Sou branca!”. Sem houve repercussão até seu embarque, provavelmente porque ela tinha menos de duzentos seguidores naquela rede. Mas, o tempo do voo foi suficiente para que sua postagem ganhasse uma considerável difusão e para que isso lhe custasse o emprego. O custo ainda maior foi sua exposição e martírio nas redes sociais. Sacco foi objeto de uma espécie de caça às bruxas mais ou menos espontânea ou de uma caçada, na qual os membros de uma matilha passaram a ofendê-la e humilhá-la: “Vamos ver essa vadia da Justine Sacco ser demitida. Ao vivo. Antes mesmo que ela saiba que foi demitida”. Não se trata aqui de modo algum de justificar sua conduta absolutamente injustificável. As sanções legais a comportamentos preconceituosos, ofensivos e excludentes devem mesmo existir e ser eficientes. Antes, o que destaco aqui é o fato de fato de que as formas de vergonha e humilhação se modificaram, que elas se tornaram mais sutis, mas não desapareceram. Há, infelizmente, em vários países, versões praticamente idênticas de um

programa de tevê que era apresentado pelo atual presidente dos EUA, nas quais o clímax é a humilhante fórmula: “Você está demitido!”.

Essas formas atuais de imposição da vergonha contêm elementos para a elaboração de uma resposta à questão: qual é a humilhação máxima hoje em dia? Isso porque elas nos mostram que não se trata de algo presente, persistente e modificado, mas não de algo absolutamente inédito. Essas formas têm certas constantes: a invenção da necessidade de banir da sociedade o membro ou o grupo indesejado, seja por meio do ostracismo ou de uma hiperexposição, da necessidade de eleger, caçar e excluir permanentemente bodes expiatórios, de patinhos feios a monstros, em suma, pessoas que não são “normais...” e de fazê-los sentir as formas mais “apropriadas” de humilhação. Assim como temos de proceder na Análise do Discurso, também na genealogia das emoções, precisamos identificar, interpretar e entender tanto o que muda quanto o que persiste.

32

8. Carlos Piovezani: Certo eco de princípios da ciência da era moderna, intensificados pelo positivismo, mas também a necessária precaução em nossas análises contra vieses subjetivos derivados de nossas experiências e das próprias limitações de nossa condição de sujeitos de uma época devem nos deixar alertas para que as reflexões e os exames dedicados às emoções contemporâneas não sejam um mero reflexo das nossas sensibilidades. Mas, em contrapartida, não é efetivamente possível se desvincilar completamente de nossas sensações e sentimentos, quando refletimos sobre os processos históricos e as relações sociais onipresentes nas partilhas materiais da sensibilidade.

Jean-Jacques Courtine: Sim. Ninguém consegue deixar completamente de lado sua própria sensibilidade. A história das emoções contemporâneas está diretamente ligada à história das emoções que experimentamos e testemunhamos. Já relatei esta história em outro lugar, mas vale a pena resgatá-la aqui. Eu estava em Paris na época do atentado ao *Charlie Hebdo*, em janeiro de 2015. Poderíamos dizer que “coincidentemente” eu já estava escrevendo sobre a história da ansiedade, quando a onda de terror que tomou conta da Europa a partir do final de 2013 e do início de 2014, isso para não voltarmos ainda mais no tempo e recuarmos até

as repercuções do 11 de setembro de 2001, passou a me interessar mais intensamente como fenômeno histórico e social.

Não há dúvidas de que testemunhar e experimentar as sensações e as sensibilidades desse contexto incidiu sobre minha análise do medo e da ansiedade contemporâneos. Além disso, devo acrescentar que não é tanto o momento em si que me interessa nessas situações sobre as quais me debruço, mas o que as antecede e o que se segue à sua emergência. Os momentos, quando você está no meio da multidão ou no metrô, quando você diz para si mesmo “E se...?”, são, sem dúvidas, situações de ansiedade, que também eu experimentei. Numa palavra, a ansiedade é isso. Em inglês, há a expressão *expectance fear*, ou seja, trata-se do medo do que pode acontecer.

Essas áreas cinzentas, difusas, de ansiedade que podem até ter um objeto, mas nós desconhecemos seu autor e sua forma, sua hora e seu lugar. Em todo caso, como dizia há pouco, estou menos interessado nas situações episódicas do medo do que na historicidade desses fenômenos, nos momentos que as precedem e que as sucedem, nas ondas de ansiedade tanto em sua crista quanto em sua perda de força e forma e em seu eventual desaparecimento. Meu interesse se concentra no momento em que a ansiedade atinge um limiar crítico que pode refluxir ou se transformar em medos coletivos, que conduzem a catástrofes políticas.

9. Carlos Piovezani: Você acredita que houve um momento mais ou menos preciso em que a ansiedade parece ter se tornado um estado emocional de massa? Qual ou quais situações do século XX você destacaria como casos emblemáticos de grande incremento do medo e/ou da ansiedade?

Jean-Jacques Courtine: Acho que a ansiedade sempre esteve entre nós, assim como o medo. Freud diz que o medo é um enigma essencial: se conseguirmos resolvê-lo, entendê-lo, entenderemos grande parte da vida psíquica. Ele diz que o que caracteriza o medo é que ele está focado no objeto. Estamos com medo de alguma coisa, logo, existe uma ameaça que tem um ponto de origem e que pode ser identificado. Em contrapartida, a ansiedade ignora o objeto, nós não o conhecemos. Um fenômeno psíquico e emocional pelo qual estive

particularmente interessado em compreender são os modos de conversão do medo em ansiedade e desta última no primeiro. Por exemplo: como, em determinado momento, os fluxos de ansiedade ou as angústias coletivas difusas, flutuantes, nebulosas podem se converter em medo (de um inimigo, de uma invasão etc. etc.).

Quando pensamos nos medos, nas ansiedades e no ódio do século XX, a Alemanha da década de 1930 e da ascensão do nazismo é incontornável. Como sabemos, o pano de fundo do sucesso político e social do nazismo foi a humilhação na guerra anterior, a dívida alemã, as dificuldades econômicas, o desemprego em massa... Ao refletir sobre aquele contexto, Hannah Arendt afirmava que a maioria dos alemães não tinha mais do que uma espécie de “solidariedade negativa aterrorizante” uns em relação aos outros. Foi o que Hitler e a propaganda totalitária conseguiram captar, ou seja, todas aquelas ansiedades difusas ligadas à humilhação, à perda do sentimento nacional etc. O passo seguinte era propor inimigos e iniciar a vingança contra os judeus, os comunistas, os ciganos, os homossexuais e contra as nações inimigas, conforme você e Emilio Gentile indicaram com precisão em *A linguagem fascista* (Hedra, 2020).

Definitivamente não na mesma proporção, mas algo similar ocorreu no macarthismo, nos EUA, após a Segunda Guerra Mundial. Em um mundo dividido em dois, o comunismo foi alçado à condição de uma grande ameaça e, em seguida, se deu início a uma busca dentro do país por todos aqueles que poderiam ser agentes duplos, companheiros de viagem, traidores etc.

10. Carlos Piovezani: *Para encerrarmos por ora nossa conversa, gostaria de lhe pedir que falasse de modo geral sobre a ansiedade, considerando que se trata de um destacado mal de nossos tempos e que você já empregou, inclusive, a expressão “era da ansiedade” para se referir aos nossos dias.*

Jean-Jacques Courtine: Encerremos, então, com a ansiedade. A psicanálise explica que cada uma e cada um de nós têm sua própria ansiedade, seja ela mórbida ou neurótica. A ansiedade é um componente essencial da vida psíquica, que assume diferentes formas. Além

disso, há as ansiedades coletivas, que atravessam a sociedade, que todos sentem mais ou menos separadamente e que, ao mesmo tempo, os afetam da mesma maneira ou, ao menos, de um modo muito similar. Todas e todos nós estamos em contato uns com os outros. Esse fenômeno é bastante distinto do que se encontra na teoria das multidões de Le Bon, em que um líder impacta, hipnotiza e conduz as massas. Não, aqui as pessoas estão cada uma em seu próprio canto, mas há, evidentemente, a mídia e as redes e plataformas digitais.

Nesse cenário, você tem a sensação de que algo ruim vai acontecer, mas não sabe realmente o que é, nem como, nem qual é a sua razão. Há duas importantes referências literárias sobre essa dinâmica da ansiedade. A primeira é *Il deserto dei Tartari*, romance do escritor italiano, Dino Buzzati, publicado em 1940. Trata-se de uma história sobre uma fortaleza à beira do deserto: uma guarda é montada, seus integrantes esperam pelo inimigo, mas ele nunca chega. Eles esperam, mas nada acontece. Já a outra é o texto “Toca”, de Kafka, de 1923. Nele, se conta a história de um animal (ou de uma metamorfose, bem ao estilo de Kafka, não é?) em um buraco. Ele cava, se defende, faz barreiras e espera um inimigo que aparentemente pode chegar a qualquer hora ou em algum dia. Ele ouve barulhos, o que parece ser o inimigo se aproximando e, depois, se afasta, sem deixar vestígios. A ansiedade é isso: medo de algo que você não sabe o que é.

Isso não significa, evidentemente, que as coisas não mudaram desde a primeira metade do século passado. Com o aumento da consolidação da globalização em escala nunca vista, os medos mudaram de natureza, também porque mudaram de patamar, sejam eles relacionados a crises econômicas globais, ao terrorismo, à catástrofe climática... Estamos lidando com coisas que estão totalmente além de nós, que sentimos que não podemos mais conter, sem ter a fé ou a mesma fé que tinham nossos antepassados.

Além disso, outro aspecto interessante não só da ansiedade, mas também de sua relação com o medo, é o que indica Zygmunt Bauman, em *Medo líquido* (Zahar, 2008): o surgimento do medo, com a identificação de seu objeto, produz um alívio na ansiedade. Quando sabemos quem são e onde estão os “inimigos”, por exemplo, um grupo de terroristas foi localizado

em um apartamento em Saint-Denis, nesse momento, finalmente, sabemos qual é a ameaça e onde ela está. Isso nos tranquiliza. Há um belo romance de Don DeLillo, intitulado *White Noise* (Viking Press, 1985), que descreve a ansiedade. Seu enredo fala de uma nuvem, da qual se suspeita ser radioativa. Essa suspeita leva à evacuação dos moradores da cidade. Em 1926, na BBC, Ronald Knox fez um programa realista, simulando um ataque de proletários ao Parlamento britânico. Aquela ficção, comprehensivelmente verossímil, em razão de antigos e, então, recentes discursos sobre os perigos representados por massas populares e por trabalhadores organizados, desperta uma onda de preocupação: as pessoas ligam para as delegacias, reforçam as fechaduras de suas casas, algumas se armam etc. As tensões sociais eram tais na Grã-Bretanha que desencadearam espontaneamente movimentos de pânico.

Em nossos dias, há um potente lençol freático de ansiedades sob nossos pés. Seu fluxo tem sido liberado e canalizado, se cristalizando em determinados medos, que, por sua vez, geram ódios, por líderes e porta-vozes de populismos da extrema-direita em todo o mundo. O que torna esse quadro ainda mais preocupante é que as *Big Techs*, as redes e as plataformas digitais aumentam exponencialmente essas e outras terríveis paixões.

QUAL O LUGAR DAS EMOÇÕES NA LINGUÍSTICA DO SÉCULO XX?¹

WHAT IS PLAVE OF EMOTIONS IN LINGUISTICS OF THE XX CENTURY?

Catherine Kerbrat-Orecchioni²

37

Resumo: Qual foi o espaço que a linguística do século XX dedicou às emoções? Responderei de modo geral: um espaço relativamente mínimo. Esse espaço era “mínimo”, porque certamente o problema da expressão das emoções não consistia numa das preocupações centrais para a maioria dos linguistas do século passado. Mas era também “relativamente” mínimo, porque, quando examinamos mais atentamente o panorama da linguística nesse período, descobrimos que a massa de fatos pertinentes sobre o plano das emoções, passível de ser recolhida na literatura especializada, é na verdade considerável. Dado o volume dessa massa, descobrimos também que é impossível apresentar em algumas poucas páginas os resultados de nossa coleta. O inventário desses fatos que apresentaremos aqui será, portanto, panorâmico. Para realizar sua apresentação, após termos hesitado entre as abordagens histórica e tipológica, optamos, finalmente, por uma solução mista.

Palavras-chave: Emoções. Linguística. Século XX.

Abstract: What is the place taken by linguistics of the XX century to emotions? I answer it in general terms: a relatively minimal place. This space was “minimal” due to the problem of the emotions expression did not mean to be a central concern to the majority of the linguists from the last century. But it was relatively “minimal” because when we examine more carefully the scenario of the linguistics at the time, we find out that the mass of facts about the emotions, which are there to be a central part of the specialized literature, is noticeable. Considering the amount of this mass, we also find out that it is possible to present in some few pages the results of our work. The list of these facts we are going to present here is, therefore, panoramic. Since we have hesitated to work with a historic or a typological approach, we finally decided to a joint solution.

Keywords: Emotions. Linguistics. XX Century.

1 Panorama cronológico geral

Nesta seção, com vistas a simplificar o quadro geral, distinguiremos três grandes períodos:

¹ Tradução de Carlos Piovezani (UFSCar / CNPq) e Myllena Nascimento (UFSCar / FAPESP). Carlos Piovezani é Docente da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. Doutor em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista – UNESP. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. E-mail: cpiovezani@ufscar.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3612-983x>. Myllena Nascimento é Mestra em Linguística pela UFPB e doutoranda em Linguística no PPGL/UFSCar, com bolsa da FAPESP. Atualmente, também com bolsa da FAPESP faz estágio de doutorado na *Cergy Paris Université*. E-mail: myllenaaraujonscimento@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7480-9265>.

² Professora emérita da Université de Lyon II. Doutora em Linguística pela Ecole Normale Supérieure de Lyon. E-mail: catherine.kerbrat.orecchioni@gmail.com. Google Scholar Citations: <https://scholar.google.com/citations?user=9aMno-MAAAAJ&hl=fr>

1.1. As fundações da linguística moderna

Leiamos, inicialmente, estas duas passagens da obra *Language*, de Edward Sapir³, cuja primeira edição data de 1921:

A linguagem é um meio de comunicação exclusivamente humano, e não instintivo [...], que funciona por meio de um sistema de símbolos criado para esse fim. (1967. p. 12)

Em suma, devemos admitir que a formação das ideias é preponderante na linguagem e que a volição e as emoções emergem secundariamente como fator acessório. [...] Os desejos, os anseios e as emoções são nuances pessoais que tingem o mundo objetivo. Eles se resumem a estados individuais da alma e interessam pouco à alma vizinha. Isso não quer dizer que a volição e as emoções não podem ser expressas. De fato, esses estados de alma jamais estão ausentes da fala normal, mas sua expressão pura não é verdadeiramente algo próprio do domínio linguístico. As nuances de ênfase, a composição das frases, a rapidez e a continuidade da elocução, os gestos que a acompanham, tudo isso exprime um pouco de sentimento de pulsões internas, mas, como meios de expressão, são, em última análise, apenas formas modificadas de manifestação instintivas e partilhadas pelos humanos com os animais. Esses elementos extralingüísticos não podem ser considerados como algo que faz parte da concepção cultural da linguagem, mesmo que eles sejam inseparáveis de sua vida. [...]

A maior parte das palavras, como praticamente todos os elementos da consciência, comportam uma parte afetiva, muito pouco consciente, mas bastante real, e às vezes mesmo insidiosamente potente, que é resultante do prazer ou da dor. Essa parte afetiva não é em geral inerente à própria palavra. Antes, consiste numa excrescência sentimental posta sobre a base da palavra ou do seu núcleo conceitual. [...] Essas associações afetivas não têm nenhum interesse para o ponto de vista da ciência linguística. (1967, p. 42)

Assim, para Sapir, as manifestações emocionais “não têm nenhum interesse para o ponto de vista da ciência linguística”, porque elas:

- são “partilhadas pelos humanos com os animais”;
- têm origem instintiva e são, portanto, naturais e motivadas;
- são de natureza puramente individual e, por extensão, correspondem a algo incomunicável, enquanto a linguagem propriamente dita tem como característica o

³ Nessa e nas demais citações, nós é que destacamos algumas palavras, expressões e trechos, sublinhando-os.

fato de ser exclusivamente humana e de ser composta de “símbolos”, ou seja, de signos inteiramente convencionais, partilhados pelo conjunto da comunidade de falantes.

Esse ponto de vista é amplamente compartilhado na época. Mencionaremos, contudo, duas notáveis exceções, derivadas de duas grandes correntes fundadoras da linguística moderna.

1.1.1. O estruturalismo saussuriano: Charles Bally

Que lhe feita justiça: ninguém foi mais longe do que Bally no reconhecimento da importância da “linguagem expressiva, veículo do pensamento afetivo”. Sua posição sobre a dimensão afetiva da linguagem era ao mesmo tempo obstinada, corajosa e um pouco patética, já que ele se viu forçado a se dissociar, nesse ponto fundamental, de Saussure, aquele “mestre incomparável”, tal como ele próprio testemunhou num texto publicado no *Journal de Genève*, na edição do dia 10 de abril de 1957:

No entanto, esse mestre incomparável não se deteve especialmente nas questões pelas quais eu me apaixonaria mais tarde, aquelas que concernem particularmente a linguagem expressiva, veículo do pensamento afetivo. (Bally citado por Caffi & Janney, 1994, p. 335).

No Sumário de sua obra *Langage et la vie*, cuja primeira edição data de 1913, Bally expõe sob a forma de silogismo sua posição sobre as relações entre a linguagem e a afetividade:

- A linguagem natural é a expressão da vida, individual e social;
- Ora, a vida se caracteriza pela importância do papel desempenhado pelos elementos afetivos;
- Portanto, esses elementos também têm um lugar importante na linguagem. Por essa razão, a linguística deve se interessar por eles, uma vez que seu objetivo é o de “revelar a verdadeira natureza da linguagem”, que “não tem como função construir

silogismos, arredondar os períodos ou se dobrar às leis de composição dos versos alexandrinos. A linguagem está simplesmente a serviço da vida, em todas as suas manifestações”, aí compreendidas, evidentemente, as afetivas:

O objetivo deste trabalho é o de mostrar que a linguagem natural recebe da vida individual e social, da qual ela é a expressão, os caracteres fundamentais de seu funcionamento e de sua evolução. Todos os fenômenos da vida são caracterizados pela presença constante, e muito frequentemente predominante, dos elementos afetivos e volitivos de nossa natureza. Em seu funcionamento, a inteligência desempenha somente um papel, aliás, muito importante, de meio. Disso deriva a constatação de que a onipresença desses caracteres afetivos na linguagem natural impede que a consideremos como uma mera construção puramente intelectual. A exposição desses princípios visa ainda a estabelecer num quadro psicológico a ordem de pesquisas, que chamei de estilística. Com essas pesquisas, busquei destacar o quanto seria importante para a linguística estudar a linguagem como expressão dos sentimentos e como instrumento de ação. (Bally, 1935, p. 7-8)

40

A parte da linguística que tem por vocação descrever os elementos expressivos da língua em relação com os elementos intelectuais é, portanto, a estilística, que recebe, assim, uma redefinição radical: ela não é mais o estudo do texto literário (estilística dos “gêneros” literários e das “figuras” de linguagem), mas a análise dos “procedimentos e dos signos pelos quais a língua produz as emoções”.

Diante dessa redefinição de Bally, gostaríamos de fazer duas observações a respeito de sua concepção sobre as relações entre a linguagem e as emoções:

- Em sua perspectiva, a estilística passa efetivamente a ser uma parte da linguística, na medida em que os signos e procedimentos de que trata Bally estão na língua. Daí deriva sua preocupação central em saber se os valores emocionais veiculados pelos enunciados procedem de suas características internas ou se eles resultam de fatores externos, que se inscrevem, antes, na enunciação, ou seja, em fatores e aspectos da situação de fala e nos elementos prosódicos e gestuais que a acompanham:

Mas de onde vem a emoção? Das palavras ou frases que a linguagem torna possíveis? Ou da maneira mais ou menos pessoal como as frases foram pronunciadas, dos gestos significativos, da gestualidade expressiva, das

palavras usadas de novos modos, em suma: da linguagem própria de cada falante? Ou, finalmente, da realidade pura e simples da qual a palavra é a tradução material, das circunstâncias em que foi pronunciada, de sua situação? (Bally, 1935, p. 75)

A ideia de Bally é a de que os valores emocionais procedem desses três planos. Seria preciso, porém, lhes reconhecer importâncias variáveis, de acordo com os diferentes casos. Sua hipótese é a seguinte: quanto mais uma forma for marcada afetivamente na língua, menor será a necessidade de a emoção estar presente em elementos dos dois outros planos. O inverso também seria verdadeiro. Isso não impede, no entanto, que se possa reconhecer um “tesouro expressivo” (havemos de nos recordar de que a palavra “tesouro” é utilizada por Saussure para designar a língua”).

- De mesmo modo como Sapir o fazia, Bally também atribui aos signos linguísticos as mais “puras” propriedades da arbitrariedade e da linearidade. Ora, a expressividade não cessa de lutar contra essas duas propriedades. Essa estilística, para a qual Bally lança as bases, é, portanto, de certa forma paradoxal, o estudo do que “não é linguístico na língua”. Assim, assistimos sob sua pluma a uma espécie de luta épica entre as pulsões expressivas, que tentam forçar as barreiras da língua, e a própria língua, que se esforça para “reduzir” e para “recalcar” a expressividade. Quanto mais um signo estiver carregado de afetividade, menos ele seria verdadeiramente linguístico, e quanto mais ele se tornar linguístico, mais ele perderá sua carga afetiva:

Desde que a língua se apodera dele, o signo expressivo, levado de boca em boca por sua própria expressividade, acaba por se descolorir e por se reatualizar. Ele perde pouco a pouco sua energia. [...] A perda da expressividade torna o signo arbitrário e o reduz à notação pura e simples de um conceito. (Bally, 1935, p. 43)

Quando a língua atinge seus objetivos, o signo linguístico se torna puramente convencional, ou, como diz Saussure, arbitrário. (Bally, 1935, p. 80)

1.1.2. O funcionalismo de Praga

No que diz respeito à célebre “função expressiva” de Roman Jakobson, salientaremos apenas que ela vem diretamente de Karl Bühler e seu esquema sobre as funções da linguagem, tal como figura em seu *Organon* (1934), no qual a função expressiva (*Ausdrucksfunktion*) se opõe à função de representação (*Darstellungsfunktion*) e a função de interpelação (*Appellfunktion*). O que encontramos em Jakobson é a ideia da graduação dos fenômenos expressivos, que se realizam em estado puro nas interjeições, mas que também estão presentes de forma mais diluída em todos os tipos de fatos de linguagem (sobre os quais, aliás, Jakobson não elaborou um inventário sistemático):

42

A função dita “expressiva” ou emotiva, centrada no emissor, visa uma expressão direta da atitude do falante em relação a seu interlocutor. Essa função tende a dar a impressão de uma certa emoção, real ou fingida. [...] A carga puramente emocional na linguagem se concentra nas interjeições. Elas desviam-se dos processos referenciais de linguagem tanto por sua configuração fônica [...] quanto por seu papel sintático [...]. A função emocional, evidente nas interjeições, colore até certo ponto, em graus variados, tudo o que dizemos, nos níveis fônico, gramatical e lexical. (Jakobson, 1963, p. 214)

Para concluir esta seção dedicada às fundações da linguística moderna, diremos que é possível identificar entre todos esses autores um certo consenso sobre a descrição e a classificação dos fenômenos afetivos: todos admitem a distinção entre elementos intelectuais *versus* elementos afetivos, bem como a tripartição de Bühler entre “ideação”, “vontade” e “emoção” (para usar os termos de Sapir). Mas as opiniões divergem quanto à importância relativa desses três componentes na linguagem e, correlativamente, quanto à questão de saber se a linguística deveria ou não se interessar pelo componente afetivo. É aqui que reside o cerne da luta que estava sendo travada. No campo de batalha, podemos distinguir quatro posições:

- Os partidários da exclusão radical: Sapir (ver cit. (1)), mas também Sechehaye, o outro editor do Curso de Saussure, cujo posição sobre este ponto é oposta à de Bally

(a “gramática afetiva” é para Sechehaye apenas uma coleção de fatos marginais)⁴; ou Joos e Saporta (cujo “reducionismo” é violentamente criticado por Jakobson, cf. cit. (8)), e muitos outros linguistas posteriores como Martinet ou Kurylowicz (1960, citado em Stankiewicz 1964, p. 242, n. 1):

Tentativas ocasionais de compreender o sistema da linguagem por meio de suas realizações sempre se basearam na suposição mais ou menos tácita, mas justificada, de que a função de representação ou a função simbólica (*Darstellungsfunktion*, de Bühler) era a única que merecia atenção. [...] As funções expressiva e apelativa, na medida em que têm uma característica espontânea e não convencional, somente aparecem na fala e se inscrevem, antes, em uma teoria das atividades humanas do que em uma teoria dos signos.

- Aqueles que, como Jakobson, admitem a supremacia da função “cognitiva” (ou “ideacional), considerando que “a linguagem deve ser estudada em todas as suas funções”:

Obviamente, concordamos de modo geral com Sapir quanto ao fato de que “a ideação reina suprema na linguagem”, mas essa supremacia não autoriza os linguistas a negligenciar “fatores secundários”. Os elementos emocionais do discurso, que, de acordo com Joos, não poderiam ser descritos nem “por meio de um número infinito de categorias absolutas”, são classificados por ele entre os “elementos não linguísticos do mundo real”. Portanto, conclui Joos, “para nós, os elementos emocionais permanecem fenômenos vagos, proteicos e flutuantes, e nós nos recusamos a tolerá-los em nossa ciência”. Joos é, de fato, um brilhante especialista em experimentos de redução. Ao exigir que os elementos emocionais sejam expulsos da ciência da linguagem, ele está embarcando em um experimento radical de redução – *reductio ad absurdum*.

A linguagem deve ser estudada em toda a sua variedade de funções. [...] Se analisarmos a linguagem do ponto de vista das informações que ela transmite, não temos o direito de restringir a noção de informação ao aspecto cognitivo da linguagem. [...] Assumir, com Saporta, que as diferenças emocionais são elementos não linguísticos, “atribuíveis à execução da mensagem, e não à mensagem em si”, é reduzir arbitrariamente a capacidade informativa das mensagens. (1963, p. 213)

- Os que, como Ullmann, se recusam a hierarquizar as diferentes funções da linguagem:

⁴ A propósito dessa questão, ver Meunier (1984).

ARTIGO

A linguagem é a expressão integral da alma humana. Portanto, ela tem a mesma constituição complexa e instável de nossa vida psíquica. Em princípio, todo ato de fala conterá elementos do pensamento, da vontade e do sentimento. Na prática, como de costume, será uma questão de dosagem, de mais ou menos: cada um dos três elementos pode predominar ou praticamente desaparecer, e haverá uma gama infinita de soluções intermediárias. [...] As funções afetivas da linguagem são tão fundamentais quanto suas funções intelectuais, portanto, é natural que todos os setores do sistema linguístico estejam associados a elas. (1952, p. 147)

- Aqueles, enfim, bastante minoritários, que concedem um lugar central aos fenômenos afetivos – além de Bally, podemos mencionar o caso bastante particular de Van Ginneken, que em seus *Princípios de linguística psicológica* (1907), sustenta que a linguística tem o dever de estudar os fundamentos psíquicos da linguagem, porque esse seu estrato afetivo é “primário” nos seres humanos tanto ontogênica quanto filogeneticamente (ver o capítulo “Os selvagens praticamente só exprimem sentimentos”, p. 239). Essa ideia é mais ou menos frequentemente compartilhada por vários autores, mas no interior de certo consenso a seu respeito há posições e avaliações variadas e mesmo opostas. Na maioria das vezes, elas são negativas (tais como as de Sechehaye ou de Sapir, que veem as “excrescências sentimentais” como um tipo de resíduo que polui a pureza da língua), mas também, às vezes, podem ser bastante positivas, como as de Van Ginneken, ou de Bréal, tal como constatamos nesta passagem:

Aqui, novamente, podemos supor que o elemento subjetivo é o mais antigo. [...] Devemos começar a conceber a partir de que ponto de vista o homem estruturou sua linguagem. A fala não foi feita para a descrição de algo, para as narrativas, para as considerações desinteressadas. Expressar um desejo, emitir uma ordem, marcar o vínculo entre pessoas e reivindicar a posse de objetos – esses foram os primeiros usos da linguagem humana. Se descêssemos um ou mais degraus e procurássemos os primórdios de nossa linguagem na linguagem dos animais, descobriríamos que nos animais o elemento subjetivo reina absoluto, descobriríamos que esse elemento é o único a ser expresso, é o único a ser compreendido. Esse elemento é o que concentra toda a faculdade de sua compreensão e toda a matéria de seu pensamento.

Não se trata, portanto, de algo acessório, de uma espécie de sobre-afetação, mas, ao contrário, de uma parte essencial da linguagem, e sem dúvidas de

um seu fundamento primordial, ao qual o restante foi sucessivamente acrescentado. (1897/1976, p. 243).

1.2. O período intermediário

1.2.1. A posteridade de Bally

Essa posteridade se exerce em várias direções.

1.2.1.1. A partir da década de 1950, a estilística passou por um desenvolvimento considerável, tanto na estilística da língua (em uma tendência de acordo com o projeto de Bally: Cressot 1947, Sauvageot 1957, Marouzeau 1959; e em uma estilística comparada, como a de Vinay & Darbelnet 1958, etc.) quanto na estilística da fala, ou seja, nesse caso, essencialmente uma estilística dos textos literários (cf. a “nova estilística”, de Spitzer⁵).

Em todos esses autores, encontramos, em linhas gerais, o mesmo inventário de recursos e procedimentos linguísticos aceitos como os melhores vetores potenciais de afetividade: os recursos e procedimentos fonéticos e prosódicos (o que proporcionava o desenvolvimento da “fonoestilística”)⁶, tais como interjeições, exclamações e frases exclamativas, e os recursos e procedimentos morfológicos e retóricos, tais como sufixos diminutivos e aumentativos e ainda outros meios morfológicos de atenuação e de intensificação, ordem das palavras e, em particular, a anteposição do adjetivo, vocabulário, tropos e figuras etc.

1.2.1.2. No que respeita ao vocabulário, a distinção entre “significado intelectual” e “significado afetivo” é adotada pela maioria dos semanticistas⁷. O componente afetivo do significado recebe até mesmo um significante mais ou menos específico: “conotação”.

⁵ É preciso observar, no entanto, que em 1949 Spitzer dedicou um capítulo inteiro de *A Method of Interpreting Literature* à análise de um “anúncio” da marca americana de laranjas “Sunkist”. Ele justificou essa sua análise com os seguintes termos: “essa forma de arte, embora não seja comparável em nobreza aos textos que o estudioso da literatura analisa em geral, oferece, contudo, um ‘texto’ no qual podemos ler, tanto em suas palavras quanto em seus dispositivos literários e pictóricos, o espírito de nosso tempo e o gênio de nossa nação.” (A tradução francesa desse estudo foi publicada no número 34 da revista *Poétique*, em 1978).

⁶ Conferir a distinção estabelecida desde 1924 por Marouzeau entre “acento intelectual” e “acento afetivo”.

⁷ Ver, por exemplo, Ullmann (1952, p. 152 e segs.). “O valor afetivo das palavras”. Essa noção de “valor afetivo” foi posteriormente criticada, entre outros, por Lyons: “O termo afetivo desempenha o papel de um ‘apanhado geral’ que engloba um bom número de fatores fundamentalmente distintos [...]. Deveríamos desistir de chamar de ‘associações afetivas’ tudo o que não podemos encaixar na categoria de significado cognitivo” (Lyons, 1970, p. 344).

ARTIGO

Embora o termo “conotação” abranja um conjunto muito heterogêneo de valores “adicionais”⁸, a subclasse de valores afetivos ocupa um lugar especial nesse conjunto, a tal ponto que alguns autores, apoiados em sua acepção no *Dictionnaire du Français Contemporain* (cit. 11), não hesitam em equiparar ‘conotação’ e “valor afetivo”, tal como fazem Molino e Cosnier:

Conotação: Todos os valores afetivos assumidos por uma palavra além de seu significado (ou denotação) (*Dictionnaire du Français Contemporain*, 1966).

A conotação pode ser tanto uma modificação expressiva voluntária da mensagem quanto uma modificação expressiva involuntária. (Molino, 1971, p. 20)

A conotação é a indexação afetiva ligada a uma representação de uma coisa e sua representação verbal. Ela pode ser social e convencional ou individual e idiossincrática. (Cosnier, 1994, p. 113)

46

É também a essa concepção de conotação que Osgood se refere. Com seu conhecido teste “diferencial”, ele visa a identificar, com base em vários testes realizados com informantes e com base em várias características – cerca de vinte escalas bipolares, como “avaliação” (boa/ruim), “poder” (forte/fraco) ou “atividade” (rápida/lenta) – o perfil conotativo de um conjunto de termos em qualquer campo semântico.

Dito isso, é preciso acrescentar que o fato de renomear os valores afetivos como “conotações” obviamente não resolve os problemas que surgem em relação a esses valores e, em particular, não resolve a questão de saber se eles pertencem à linguagem ou ao discurso: tudo depende do caso, afirmam Cosnier ou Eco, para quem certas conotações afetivas estão cristalizadas no sistema comum, enquanto outras devem ser consideradas estritamente idioletais, considerando ainda que essa distinção seria evidentemente gradual:

É possível que grandes grupos humanos associem uma série de conotações emocionais à denotação das expressões “campo de concentração” ou “câmara de gás”. A “mensuração do significado”, praticada por Osgood, é uma forma empírica de determinar o grau de institucionalização das

⁸ Ver Voir Kerbrat-Orecchioni 1977, para valores adicionais, de modo geral, e, particularmente a seção entre as páginas 105-110, para as conotações afetivas.

conotações emocionais associadas a um termo que serve como *stimulus*.
(Eco 1972, p. 108)

Também não se resolve a questão de saber quais tipos de conteúdos se inscrevem exatamente na dimensão afetiva, e, em particular, onde se situa a fronteira entre dois tipos de categorias semânticas que estão próximas umas das outras e ao mesmo tempo se distinguem umas das outras: a categoria *afetiva* e a categoria *axiológica* (que dizem respeito tipicamente à escala “avaliação”, de Osgood. Com efeito,

- Trata-se justamente aqui, em princípio, de duas categorias distintas: podemos muito bem expressar alguma atitude emocional em relação a um objeto X, sem fazer nenhum julgamento de valor sobre esse objeto (“X me perturba” não implica necessariamente que X seja bom ou ruim); por outro lado, podemos considerar “friamente” um objeto que estamos avaliando axiologicamente (“é bonito, mas me deixa com frio”)⁹.
- Mas, de fato, nem sempre é fácil estabelecer essa distinção.

Inicialmente, não é fácil estabelecê-la, porque, ao lado de termos afetivos não axiológicos (“emocionante”, “perturbador”, “agradável” etc.) e de termos axiológicos não afetivos (“bonito”, “bom” etc.), convém conceder um lugar aos termos que são nesse quesito intrinsecamente mistos e que exprimem ao mesmo tempo um juízo de valor e uma manifestação afetiva por parte do falante (“admirável”, “desprezível” etc.). Essa é a categoria à qual pertencem os “marcadores de satisfação e insatisfação”, descritos por Danjoux-Flaux. Essa autora define esses marcadores da seguinte forma:

Uma das formas mais discretas da afetividade no discurso é aquela que ocorre por meio de “marcadores de satisfação e insatisfação”. Nós os compreendemos como palavras ou frases que expressam, de forma exclamativa, uma avaliação positiva ou negativa de um evento ou de um enunciado (Exemplos: “Felizmente!”, “Tanto faz!”, “Que pena” etc.) (1975, p. 289).

⁹ Cf. Ziff (1960, p. 221): “good has a relatively dispassionate feeling”.

O termo “apreciação” é geralmente usado para neutralizar a oposição que está aqui em questão, ou seja, a oposição entre a expressão de um sentimento e a formulação de um juízo avaliativo¹⁰. Por outro lado, parece que os termos axiológicos que não são intrinsecamente afetivos podem facilmente se tornar afetivos no discurso, graças a uma construção ou a uma configuração prosódia apropriada. Mais uma vez encontramos Bally (1935, p. 19): ele indica que declarações como “É bonito” ou “É uma obra-prima” normalmente expressam um julgamento puramente intelectual, mas constata também que não é preciso muito para que se tornem um meio para o falante “manifestar bastante livremente sua admiração” (“Que bonito!”, “Que obra-prima!”). Os termos axiológicos correspondem a uma intelectualização parcial (que só pode ser parcial) de um julgamento que se origina em um sentimento de prazer ou desprazer. Há, portanto, uma continuidade entre essas diferentes categorias “subjetivas”.

Na verdade, parece que enunciados como “É bom, mas não me agrada”, que tentam dissociar julgamentos de valor e sentimentos, muitas vezes soam um pouco artificiais ou podem ter até mesmo certa tonalidade esquizofrênica (“É bom, mas não gosto”). Os dois valores, axiológico e afetivo, estão de fato intimamente interligados¹¹, como podemos observar nos dois exemplos a seguir, quando se trata de uma mudança da interpretação afetiva para a axiológica: o fato é que geralmente consideramos frases como “Eu gostei do teu pulo”¹² como um elogio, ou esta declaração de Patrice Leconte, diretor do filme *Ridicule*, feita durante o Festival de Cinema de Cannes, em 8 de maio de 1996: “*Ridicule* é um filme que eu amo de paixão, o que pode parecer completamente imodesto, mas para mim tanto faz”.

1.2.1.3. Pessoalmente, voltei a me deparar com essa questão da relação entre valores axiológicos e afetivos alguns anos depois de *La connotation*, quando trabalhei dentro da estrutura mais ampla da *linguística da enunciação*, conforme defendida por Benveniste –

¹⁰ Ver, por exemplo, o quarto capítulo de Van Ginneken (1907), intitulado “Appreciation in language”. Quanto a Wierzbicka (1973, p. 156 e seguintes.), a autora distingue entre “termos de desaprovação”, que são todos axilogizados, ou seja, aqueles que pretendem expressar exclusivamente uma avaliação objetiva (e que, portanto, não são necessariamente acompanhados por uma prosódia expressiva), e aqueles que, ao contrário, apresentam um julgamento de desaprovação como algo individual e subjetivo e que, portanto, sempre carregam certa porção de afetividade.

¹¹ O que refletiria o fato de que no nível da própria experiência todo processo emocional implica, de acordo com Tappolet (1995) e com Thévenot (1995), “valores” e “avaliações”.

¹² Ver Kerbrat-Orecchioni (1994, p. 214).

uma problemática que, aliás, também pode, até certo ponto, ser considerada parte do legado de Bally, que, com noções como *modus* (em oposição a *dictum*), abriu caminho para a pesquisa sobre o “aparato formal da enunciação” e que enfatizou reiteradamente as ligações estreitas entre “emotividade” e “subjetividade”:

(17) Nada do que é subjetivo pode ser desprovido de nuances emocionais; tudo o que é emocional é, por essa mesma razão, subjetivo. (1935, p. 39)

Mas há um grande risco de ver os valores afetivos diluídos no oceano da subjetividade linguística. E isso é, de fato, o que vemos com frequência hoje em dia - por exemplo, no tipo de 'soma' constituída pelo estudo de Caffi & Janney (1994), onde no inventário proposto dos diferentes tipos de “*dispositivos emotivos*”, encontramos, ao lado dos procedimentos puramente emotivos, procedimentos de avaliação, bem como dêixis, modalização, expressão de volição ou quantificação...

Voltaremos a esse assunto ao final de nosso texto. Por enquanto, é importante observar que, em termos do estudo da linguagem emocional, esse período chamado de “intermediário” não se contentou em explorar e enriquecer o legado de Bally.

1.2.2 Desenvolvimento de sistemas teóricos originais, alguns dos quais dão um lugar significativo às emoções

Irei mencionar apenas dois:

1.2.2.1 *Semiótica*,

A referência que farei a esse campo, particularmente produtivo no estudo das paixões, se resumirá simplesmente às obras de Herman Parret, *Les passions* (1986), de Greimas e Fontanille, *Sémiose des passions* (1991), e de Anne Hénault, *Pouvoir comme passion* (1994). Na introdução do livro de Parret, lemos o seguinte:

Por que esse retorno às paixões, uma problemática um tanto fora de moda e francamente arcaica, em uma época preocupada principalmente em eliminar os elementos subjetivos, emocionais e passionais do reino da

filosofia e em expulsá-los de qualquer um de seus ambientes “naturais”: a arte, a poesia, a vida cotidiana? (Parret, 1986, p. 6).

É fácil ver o quanto avançamos desde a publicação de sua obra: em nossos dias, as “paixões” recuperaram amplamente seus “ambientes naturais”, e as emoções estão inegavelmente “na moda”. Além dessas três obras que mencionamos, ainda de meados dos anos 1990, pode ser lida com proveito a edição de 1993, da revista *Protée*, intitulada “Sémiotique de l'affect”.

1.2.2.2 A teoria dos atos de fala

Como sabemos, essa teoria admite a existência de uma classe específica de atos “expressivos”. Trataremos rapidamente dessa classe de atos de fala na segunda parte deste estudo (em 2.3). 50

1.3 O período contemporâneo

A principal característica da abordagem atual da afetividade da linguagem é que ela geralmente se baseia em uma perspectiva *interativa*, colocando a ênfase menos na expressão das emoções do que em sua *comunicação*. Também discutirei essa questão abaixo (em 2.4.).

2 Classificação de acordo com o tipo de abordagem e a natureza dos fatos sob investigação

Para me limitar aos fatos mais especificamente “linguísticos”, conforme mencionei, não direi nada aqui a respeito:

— nem das “figuras” e dos tropos regularmente associados na tradição retórica com a “linguagem da paixão”¹³,

¹³ Cf. J.-J. Rousseau, *Essai sur l'origine des langues* (Cap. III “De como a primeira linguagem deve ter sido figurada”: “Como os primeiros motivos que fizeram falar o homem foram as paixões, suas primeiras expressões foram tropos” (Rousseau [1781], 2008, p. 105). Ver também: C-C. Dumarsais, *Des tropes*: “As figuras são, por assim dizer, a linguagem da imaginação e das paixões.” (Dumarsais [1730] 1988, p. 66).

— nem das unidades semióticas de natureza paraverbal e não verbal (elementos vocais e prosódicos, signos mímico-gestuais), cuja importância como veículos de conteúdo emocional é universalmente reconhecida, do que se conclui que as duas formas orais e escritas de linguagem verbal funcionam de maneiras marcadamente diferentes do ponto de vista de sua capacidade de expressão afetiva¹⁴.

2.1 Abordagens lexicais

O objetivo das abordagens lexicais é descrever o “léxico de emoções/sentimentos/afetos” em um determinado idioma. As metodologias utilizadas são diversas e variadas, dependendo, entre outras coisas, da classe gramatical à qual pertencem as unidades em consideração: para substantivos e adjetivos, tendemos a realizar uma análise do tipo componencial (Davitz 1969, Ortony *et al.* 1987), com base em definições de dicionário ou em um *corpus* de textos (Rastier ed., 1995)¹⁵; no caso dos verbos, eles são descritos e categorizados, levando-se em conta seu comportamento sintático (como parte do modelo “léxico-gramática” de Gross: Gross 1975, Debyser 1976 e a maioria dos estudos apresentados em *Langue française* 105, 1995, “Grammaire des sentiments”; ou a partir de uma perspectiva gerativa-transformacional: Bouchard 1995).

Esses diferentes estudos também diferem na maneira como delimitam o conjunto de itens a serem investigados: alguns procedem de forma bastante intuitiva, enquanto outros usam determinados critérios (Anscombe 1995: 41, Balibar-Mrabti 1995: 88, Rastier 1995: 238-9) ou determinados testes, como o teste de “*feeling and being*” proposto por Johnson-Laird & Oatley (1989): *happy* denota um estado emocional tanto em “*being happy*” quanto em “*feeling happy*”, portanto é um termo autêntico de sentimento; *ignored*, por outro lado, deve ser eliminado da lista, pois “*feeling ignored*” é aceito pelos participantes do teste como uma expressão com valor emocional, mas “*being ignored*” não.

Da mesma forma, a concepção do campo lexical em questão pode ser mais restrita: apenas os termos que *denotam* uma emoção são mantidos; ou mais ampla: o estudo também

¹⁴ Sobre os marcadores tipográficos de emoção em textos escritos e, em particular, o caso dos pontos de suspensão, ver Maingueneau (1986).

¹⁵ Ver também *Le taste-mots* de Béraud *et al.* (1988, p. 111).

incorpora aqueles que podem, de alguma forma, *conotá-la* (na lista proposta por Ortony *et al.* 1987, incluem-se termos como “*alone*”, “*abandoned*”, “*safe*”, “*beaten*”, “*lucky*” ou “*competent*”) - mas o inventário corre o risco de ser infinito, já que, de acordo com Osgood e aqueles que trabalham nessa perspectiva (ver Marsella *et al.* 1972), qualquer termo é potencialmente carregado de certas conotações afetivas...

2.2 Abordagens morfossintáticas

Em primeiro lugar, devemos mencionar o desenvolvimento, na década de 1970, de “gramáticas comunicativas” (como Leech & Svartvik 1976), que concedem um papel significativo aos processos afetivos; menção especial deve ser feita aos *Études de syntaxe expressive* (1974) de Henry, uma compilação de uma série de análises de várias formas e usos nos quais certos valores afetivos são gramaticalizados em francês (o pronome “ça” designando um ser animado, a conjunção “*si*” em “*Si vous croyez que...*”, etc.); relembremos os principais fatos que essa perspectiva morfossintática favorece:

— Sufixos diminutivos com valor afetivo: (ver Delhay 1996: cap. 4; bem como na derivação expressiva em polonês: Wierzbicka 1980, p. 51 *sqq.*; em russo: Volek 1987; em grego: Sifianou 1992; em italiano/ alemão/ inglês: Dressler & Merlini Barbaresi 1994); os hipocorísticos e outras “palavras suaves” (ver Plenat 1982, assim como Kerbrat-Orecchioni 1992, p. 22-5); os insultos e os palavrões (Guiraud 1975: cap. II, Ruwet 1982, Noailly 1983)¹⁶; as partículas expressivas (ver Fernandez 1994, p. 87 *sqq.* sobre o funcionamento em diferentes línguas dessa classe bastante mal definida, que Fernandez divide em quatro subclasses: partículas de “endereçamento”, “ilocucionárias”, “reacionárias” e de “ruptura”; bem como sobre o wolof: Irvine 1982; e sobre o japonês: Kataoka 1995); e os procedimentos de intensificação (sobre o intensivo “*si*” em francês, cuja comparação com “*très*” mostra que seu valor emocional é relativamente independente da quantificação objetiva, ver Plantin 1985).

¹⁶ De uma perspectiva mais pragmática ou psicolinguística, ver também Huston (1980), Larguèche (1983), Jay (1992); e de uma perspectiva sociolinguística e etnolinguística: Sherzer (1970), Labov (1978) (e os muitos outros estudos sobre o “duelo verbal” nesta ou naquela comunidade de adolescentes), bem como Bonvini (1995); e sobre “as coroações” no Quebec: Legare & Bougaieff (1984).

ARTIGO

— A ordem das palavras e, em particular, a anteposição do adjetivo (Martin 1986); os processos de ênfase e de realce; a frase segmentada e as construções deslocadas¹⁷; a elipse e o assíndeto; a repetição e a reiteração (ver, entre outros: Tannen 1989, e sobre a reduplicação em italiano, Wierzbicka 1991: cap. 7).

— Por último, mas não menos importante: a exclamação (ou interjeição) e a frase exclamativa.

- As *frases exclamativas*, que são enunciados gramaticalmente completos, foram objeto de numerosas descrições durante o intitulado período “intermediário” (décadas de 1970 e 1980), realizadas por vários autores dentro de seu próprio quadro teórico: gramática gerativa (Milner 1978: cap. VII “Les exclamatives”, um estudo retomado e criticado sob a mesma perspectiva por Ruwet 1982), teoria das operações enunciativas (Culioli 1974), universos de crença (Martin 1987) ou a polifonia (Ducrot 1984): assim, os enunciados exclamativos parecem ser um tema privilegiado para os linguistas, que os utilizam para pôr à prova os diferentes quadros teóricos que estavam sendo desenvolvidos durante este período.
- Mais recentemente, as *interjeições* foram objeto de um interesse renovado (ver Goffman 1981: cap. II "Response cries", bem como as revistas *Journal of Pragmatics* 18-2/3, 1992 e *Faits de langue* 6, 1995¹⁸). Este interesse é indicativo de uma atenção mais geral, hoje em dia, dedicada ao estrato emocional da linguagem, que estas exclamações e interjeições encarnam de uma forma mais "pura" do que as frases exclamativas (são, *por exceléncia*, fenômenos expressivos). Além disso, estes elementos são tanto mais interessantes quanto são, em todos os aspectos, "híbridos" (Goffman descreve-os como "*semi palavras*", situadas no intermeio entre a língua e a fala, a arbitrariedade e a iconicidade), que constituem um lugar estratégico para observar o *continuum* que existe, como Bally incansavelmente nos recorda, entre o

¹⁷ A ideia de que a emoção introduz uma espécie de fratura na continuidade do discurso racional se tornou um verdadeiro *topos* na literatura sobre a linguagem afetiva. (cf. Fontanille 1993, p. 15).

¹⁸ Ver também sobre as exclamações em francês: Olivier (1986), Drescher (1997), Fauré (1997), e Rosier (1992) sobre o período medieval; em wolof: Irvine (1982); em alemão: Ehlich (1986); em inglês: Taavitsainen (1995); e numa perspectiva intercultural: Wierzbicka (1991: cap. 8 "Interjections across cultures").

sentido afetivo e o sentido intelectual; essa "escala de emocionalidade" vai do "grito" (indissociável do seu estímulo emocional) à asserção descriptiva (portanto desligada desse estímulo), passando pela interjeição e pela frase exclamativa¹⁹. Expressivas, as interjeições não são menos comunicativas.

Trata-se de “rotinas comunicativas”, como muito bem diz Barbéris, na esteira de Goffman:

Todas as três variedades destas expressões ejaculatórias [gritos de resposta, imprecações, conversa fiada] são convencionalizadas quanto à forma, ocasião de ocorrência e função social. (Goffman, 1981, p. 122)

[As interjeições] são rotinas comunicativas e sociais, [...] simulacros que ajudam a ritualizar as expressões emocionais. Os afetos estão sempre presentes: são a força motriz de tudo. Estão tanto mais presentes quanto mais lhes for oferecida uma forma de se exprimirem. [...] Se o afeto tiver que passar pela convencionalidade da defesa, isso, por sua vez, [...] abre caminho para a descarga do afeto. Com a sua posição ambivalente entre o dizer e o fazer, as interjeições criam um "paradoxo do ator" mais subtil do que Diderot tinha imaginado (Barbéris, 1995, p. 104).

Mas se as interjeições fazem parte da interação, o mesmo se aplica *a fortiori* a outros tipos de enunciados afetivos, cuja finalidade comunicativa é ainda mais evidente.

2.3. Abordagens pragmáticas

Antes de me debruçar sobre a forma como a linguística interacionista lida com as emoções, direi algumas palavras sobre o que é geralmente considerado como o núcleo duro da pragmática: a teoria dos atos de fala.

Na sua versão “clássica”, esta teoria admite a existência de uma classe particular dos atos ditos “expressivos”, que consistem em realizar certos atos rituais, como pedir desculpa, agradecer ou felicitar, através de declarações que “exprimem” um “estado psicológico”

¹⁹ Segundo Ducrot (1984, p. 186):

– A única função do enunciado “Pierre é inteligente” é fornecer informações sobre Pierre.

– Com “Pierre é inteligente”, ao contrário, a enunciação é dada “como desencadeada pela representação desse objeto: é a própria inteligência de Pierre que parece nos forçar a dizer ‘Pierre é inteligente’”.

– No caso de uma interjeição, um determinado “sentimento” se interpõe entre o enunciado e a situação que o desencadeia: “a interjeição Chic! é dada como provocada pela alegria sentida quando o falante toma conhecimento de um determinado fato, como um efeito da alegria: a alegria ‘explode’ nela”.

apropriado (desolação, gratidão ou admiração). Em outros termos, para Searle ou Vanderveken:

- (a) “Peço desculpa pelo atraso” não significa outra coisa senão
- (a') “Desculpe-me pelo atraso”, e inversamente;
- (b) “Agradeço-lhe por ter vindo” não significa outra coisa senão
- (b') “Sou grato a você por ter vindo”, e inversamente.²⁰

No entanto, parece que, embora em determinadas circunstâncias “Sinto muito por X” possa de fato ser usado como um pedido de desculpas, e “Sou grato a você por X” como um agradecimento, essa equivalência pragmática (em determinados usos) não pode ser considerada uma equivalência semântica: (a') e (b'), que literalmente descrevem um certo estado psicológico do falante, podem às vezes funcionar como atos de fala indiretos de desculpas ou agradecimentos, mas isso não significa que sejam sinônimos de (a) e (b) – Tsohatzidis (1993) mostra que (a) e (a'), (b) e (b') não compartilham as mesmas propriedades de pressuposição e não admitem exatamente as mesmas possibilidades de concatenação²¹.

Por conseguinte, deve ser feita uma distinção entre:

- declarações como “Peço desculpas” ou “Agradeço”, cuja função principal não é “expressiva”, mas sim “ritualística”, no sentido em que Goffman a entende, sendo Austin mais sábio a esse respeito do que Searle, quando torna esses atos “comportativos”, ou seja, atos relacionados ao “comportamento social” (1970, p. 161); e
- declarações como “Sinto muito/ Sou grato/ Estou feliz/ indignado” etc., que podem, em alguns casos, funcionar como equivalentes das anteriores (assim como uma declaração interrogativa pode, em alguns casos, funcionar como um pedido ou uma afirmação), mas que, em seu valor literal, expressam um determinado “estado de espírito”. Resta saber se

²⁰ Ver, por exemplo, Searle (1982: 54), ou Vanderveken (1988: 199) - mas uma concepção semelhante pode ser encontrada em muitos outros pragmatistas, Norrick (1978), Bach & Harnish (1979), ou mesmo Wierzbicka (1987).

²¹ Tsohatzidis considera, por exemplo, que sequências como as seguintes são possíveis:
“Não me arrependo do que disse porque era a única maneira de proteger seus interesses; no entanto, peço desculpas por tê-lo dito, pois isso o deixou constrangido”; ou:

“Não posso dizer que sou grato pelo que você fez comigo porque isso me magoou, mas como foi para me agradar que você fez isso, eu lhe agradeço”.

essas declarações devem ser consideradas como uma classe separada de atos de fala²², e não como um caso especial de asserções.

2.4. Abordagens interacionistas

Houve, nas duas últimas décadas, um desenvolvimento espetacular da abordagem interacionista. Com isso, a questão das emoções experimentará:

— por um lado, um interesse renovado, porque assim que nos interessamos pelo funcionamento real das trocas comunicativas, torna-se simplesmente impossível ignorar um componente tão “inescapável” quanto o componente afetivo;

— por outro lado, uma mudança radical de perspectiva: enquanto tradicionalmente consideramos que há uma “antinomia entre expressão e comunicação” - a fórmula vem do próprio Bally (1935, p. 80) -, sendo que a emoção, é claro, está do lado da expressão, ou seja, da experiência íntima do sujeito e da fala egocêntrica (função “emotiva” de Jakobson), sendo, por assim dizer, transmitida apenas por acréscimo, nessa nova perspectiva, ao contrário, as emoções são consideradas acima de tudo em sua dimensão comunicativa²³, ou seja, como uma experiência a ser compartilhada, que está localizada não apenas *em* um sujeito, mas *entre* sujeitos - como uma experiência intersubjetiva, portanto, integrada aos processos relacionais (Cosnier 1994, p. 93).

De forma correlata, a questão das emoções vai mobilizar todas as ideias-chave que permeiam a literatura de inspiração interacionista: a expressão das emoções implica uma adaptação ao outro e à situação comunicativa como um todo; e envolve a implementação incessante de mecanismos de regulação, intersincronização e negociação entre os participantes...

Mais concretamente, entre os aspectos do funcionamento das interações que foram recentemente objeto de investigações específicas, podemos mencionar:

²² Como Verschueren (1985: cap. 6) e Rintell (1983, p. 255), por exemplo, acreditam:

“Quero propor aqui que o ato de expressar alguma emoção específica é um ato ilocucionário”. Observe que alguns desses “atos” já foram descritos empiricamente, como a “reclamação” (ou “lamento”).

²³ Cf. os títulos reveladores das obras de Buck (1984), Fiehler (1990) e Laflamme (1995).

ARTIGO

- a noção de *empatia*, que pode ser considerada a aplicação do princípio de “reciprocidade de perspectivas”, como concebeu A. Schütz²⁴, ao tratar do mundo dos afetos;
- a noção de “*envolvimento*” (em francês, “*engagement*” ou “*implication*”), um conceito-chave na pragmática das emoções, embora com um grau de ambiguidade, pois essa noção tem muitas facetas que nem sempre são claramente distinguidas, sendo o “envolvimento afetivo” apenas uma das formas que o “envolvimento conversacional”²⁵ pode assumir.
- a dimensão do *conflito*, que tem uma relação próxima com a emoção, mesmo que nem todo discurso conflituoso seja igualmente “afetivo”. (Windisch 1987, p. 95 e seguintes)²⁶;
- e, por outro lado, a noção de “*felicidade conversacional*” cara a Auchlin (1990, 1991, 1995), mas que também se encontra em outros textos e obras da literatura (Jacques 1979, Gardin 1988, François *et al.* 1990, e vários outros²⁷), e sob várias formas, no âmbito de pares de antônimos, como “sorte/infortúnio”, “facilidade/mal-estar”, “conforto/ desconforto”, “euforia/disforia”, “sucesso/ fracasso”.

57

Para concluir, no entanto, gostaria de mencionar duas grandes linhas de pesquisa, nas quais a pragmática interacionista está envolvida e que me parecem ter implicações consideráveis para a reflexão sobre as emoções, especialmente no segundo caso.

2.4.1. A “nova retórica interacional”: a questão da polidez

Sabemos que o fenômeno da polidez ocupa atualmente um lugar central na pragmática da interação. Sobre o famoso modelo de Brown e Levinson, que foi inspirado por Goffman e que foi reformulado de várias maneiras (ver Kerbrat-Orecchioni 1992), direi apenas duas coisas em relação àquilo de que estamos tratando aqui:

²⁴ Ver Fontanille (1993, p. 16); Cosnier (1994: 86 et *passim*); Cosnier & Brunel (1997) (que criticam esta noção por ser uma excessivamente “polimórfica”).

²⁵ Há muitas referências a essa noção, à qual o *Journal of Pragmatics* dedica o nº 22-3/4 (1994) (veja, em particular, Besnier, que critica essa noção por ser muito confusa e, portanto, “problemática como ferramenta analítica”). A respeito das *pistas de envolvimento*, ver Arndt & Janney (1985, p. 291), assim como Tannen 1989, Katriel & Dascal 1989, Blum-Kulka (1990).

²⁶ Ver, entre outros: Grimshaw (ed.) (1990), Watson-Gegeo & White (eds) (1990), Fele (1991), e Diamond (1996: cap. 5).

²⁷ Como Goffman, retomado por Winkin (1996: 169); Erickson & Shultz (1982, p. 105 e 171 e segs.); Mc Intosh & Martin (1992) - para um inventário de algumas perspectivas sobre a felicidade conversacional, consulte Cabasino (1992, p. 113).

ARTIGO

— A cortesia e as emoções são geralmente consideradas antinômicas²⁸: um dos *leitmotive* da literatura sobre boas maneiras é que a civilidade não admite explosões emocionais inoportunas e descontroladas (nos termos de Brown e Levinson, explosões emocionais violentas constituem “Atos de Ameaça à Face” para os parceiros envolvidos):

*Não se emocionar me parece ser a primeira virtude de um homem bem-educado [...]. Ele deve podar, aparar o entusiasmo. Ao experimentar repugnância, ódio e raiva civis, esses sentimentos devem ser controlados ou ao menos devem estar bem disfarçados! (René Boylesve, *Le Médecin des dames de Néans*, 1894, citado por D. Picard, *Les rituels du savoir-vivre*, Paris: Seuil, 1995, p. 187).*

Já para os etólogistas da comunicação, a principal função da polidez e dos rituais sociais é justamente canalizar o fluxo de emoções, conter as explosões emocionais e afastar a ansiedade e a agressão que um encontro com um corpo estranho sempre pode provocar: a polidez é a violência feita à violência. Em resumo, a polidez está do lado da antinatureza, do controle dos impulsos e da preocupação primária com os outros (é um tipo de “altruísmo cotidiano”), enquanto a emoção está mais próxima à natureza, ao impulso individual e ao comportamento egocêntrico.

Dito isso, as questões da polidez e da expressão emocional aparecem em mais de um lugar:

- Primeiramente, em torno da noção de *face*. Toda a teoria de Brown-Levinson se baseia nas noções de “*face*”, “*face-want*” (face do desejo) e “*face-work*” (face do trabalho). Na mesma linha de raciocínio de Goffman, nossos autores enfatizam que as faces estão sempre “emocionalmente investidas”:

A face é algo que é emocionalmente investido, [...] e deve ser constantemente observada na interação. (Brown & Levinson 1987, p. 61)

Não há dúvidas de que certas emoções, como o constrangimento ou a vergonha, estão diretamente ligadas à “*face*”. Portanto, é surpreendente, tal como também era surpreendente

²⁸ É por isso que a proposta de Arndt e Janney (1985), que identifica a comunicação emocional com a polidez (ela mesma reduzida a “estratégias de apoio”), pode parecer bastante paradoxal.

ARTIGO

para Cocroft & Cocroft, que esse conceito não tenha sido explorado como merece. Por outro lado, não deveríamos nos surpreender com o modo como ele tem sido bastante explorado no contexto do trabalho sobre polidez, por especialistas em comunicação emocional:

É surpreendente que as emoções fundamentais relacionadas à face não tenham sido discutidas com muita profundidade na literatura sobre trabalho facial. (1994, p. 329)²⁹

- Outro conceito útil para explorar a relação entre emoção e polidez é o da “violação de expectativa” (consulte Burgoon, 1993). Um conceito muito produtivo para o estudo de interações em geral e, em particular, para o estudo da comunicação emocional. Trata-se de noção definida nestes termos no Larousse de Poche (1979):

Emoção: reação emocional a uma situação inesperada.

59

A violação de qualquer expectativa é o principal “agente causador” de experiências emocionais na vida cotidiana³⁰. Essa ideia é perfeitamente aplicável a violações de expectativas em termos de polidez, já que qualquer decepção a esse respeito dá origem a uma reação emocional mais ou menos intensa, mas sempre negativa (“Ele poderia pelo menos ter pedido desculpas”, “Ele nem sequer me agradeceu”), enquanto, por outro lado, qualquer satisfação da expectativa de comportamento educado dá origem a um sentimento positivo de “reconhecimento”:

No ponto de ônibus Eglise-de-La-Plaine, quatro jovens malandros entram, dois negros e dois vermelhos, com bonés ao contrário, parecendo mal-humorados. Um deles, que se sentou à minha frente e praticamente me empurrou, pediu imediatamente desculpas. Tão ou mais rapidamente que seu pedido de desculpas, foi o sentimento de gratidão que se produziu em mim. (Jean Rolin, Zone, Paris: Gallimard, 1995, p. 162).

²⁹ Dito isso, várias análises sobre o constrangimento (consulte Goffman 1974: *passim*, bem como Brown 1970, Miller & Leary 1992, Edelman 1994) ou a vergonha (Marsella *et al.* 1972: 136 e seguintes, Scheff 1988, Herzfeld 1980, Wikan 1984, Schieffelin 1983, Montandon 1982 e vários artigos em Zagnoli & Roux eds 1993) referem-se explicitamente à noção de face.

³⁰ Cf. também Henry (1974, p. 243): “Encontramos aqui uma lei bem conhecida, a da oposição ao usual, que desencadeia quase todos os efeitos expressivos” - e sabemos que é em termos de “expectativa frustrada” que o fato estilístico é frequentemente definido.

Pode ocorrer também o de “contentamento mútuo”³¹, de acordo com a definição de polidez de La Bruyère em *Les Caractères* (cap. V, “De la société et de la conversation”):

Parece-me que o espírito de cortesia é uma certa atenção para garantir que, por meio de nossas palavras e maneiras, os outros fiquem satisfeitos conosco e com eles mesmos.

Essa teoria encontra naturalmente um campo privilegiado de aplicação na comunicação intercultural, em que as expectativas interacionais são frequentemente frustradas devido a divergências nas normas comunicativas das partes envolvidas.

2.4.2. A variação intercultural

Uma das características importantes da abordagem interacionista é seu interesse nos fenômenos de variação, especialmente na variação intercultural.

60

A ideia de que o comportamento emocional varia de uma cultura para outra certamente não é nova (veja, por exemplo, Mauss, 1921, sobre os rituais fúnebres de certas populações australianas, ou Granet, 1922, sobre a linguagem da dor na China). Mas foi sobretudo na década de 1980 que uma antropologia genuína das emoções foi desenvolvida: a edição 22 (1994) da revista *Terrain* aborda amplos ecos do debate entre “universalistas” e “culturalistas”. A controvérsia continua e é prejudicada pelo fato de que nem sempre fica claro em que nível a pesquisa está sendo realizada: estamos falando das “experiências” em si, de suas manifestações não verbais ou de sua expressão linguística? No que diz respeito à abordagem linguística, também há discordância sobre a preferência do local adequado para observar as variações:

— Podemos nos concentrar no léxico na medida em que ele reflete a maneira como um determinado idioma e, portanto, uma comunidade linguística, categoriza e conceitua as

³¹ Em outras palavras, geralmente podemos associar a polidez a emoções positivas e a falta de educação a emoções negativas. Além disso, assim como a grosseria é “marcada” em relação à polidez (Kerbrat-Orecchioni 1992: 243 e segs.) e como os afetos negativos são mais marcados do que os positivos (ver Metts & Bowers 1994, p. 533, parágrafo intitulado “A polidez é mais marcada do que os afetos positivos”), da mesma forma os afetos negativos são marcados em relação aos afetos positivos (consulte Metts & Bowers 1994, p. 533, parágrafo intitulado “Preferência cultural pelo positivo: ‘Faça uma cara feliz’”). Isso explica, de forma correlata, por que as emoções negativas têm atraído mais atenção dos especialistas do que as emoções positivas (assim como, em outro campo, foi dada mais atenção à “fala feminina”, considerada marcada, do que à “fala masculina”).

ARTIGO

emoções: veja Marsella et al. 1972, Osgood et al. 1975, Boucher 1979, Tzeng et al. 1987, Shaver et al. 1992. Os idiomas estudados são muito diversos, assim como os métodos usados...Alguns dos resultados obtidos, como os de Tzeng et al, concluíram que havia extrema diversidade nos sistemas de classificação, enquanto outros, como Boucher e Shaver et al., chegaram à conclusão oposta, ou seja, que os diferentes léxicos emocionais eram muito semelhantes. Quanto a Wierzbicka, ela ocupa um lugar original no campo dos lexicalistas, pois, por um lado, ataca constantemente a posição universalista (ou seja, de fato etnocêntrica), mostrando com a ajuda de vários exemplos que são as diferenças que reinam de uma cultura para outra no que diz respeito às emoções, seja no nível dos termos, dos conceitos correspondentes ou das próprias experiências:

61

Em outras palavras, mesmo que os sentimentos sejam, de certa forma, “exatamente os mesmos”, os observadores anglo-americanos, russos e japoneses estariam olhando para eles com óculos de cores diferentes; e seus autorrelatos seriam, consequentemente, diferentes. De fato, os próprios sentimentos - informados por diferentes temas e valores culturais - provavelmente também seriam diferentes: o próprio vidro colorido influencia não apenas a interpretação do experimentador de seus sentimentos, mas também sua qualidade inerente. (1995, p. 29).

No entanto, por outro lado, juntamente com essa alegação culturalista extrema, Wierzbicka tenta salvar os universais e a unidade da espécie humana, considerando que noções “culturalmente específicas” como “amor”, “raiva” ou “alegria” são apenas configurações particulares de unidades elementares universais e inatas, ou seja, *primitivos semânticos* (como “sentir”, “bom/mau” etc.), que juntos constituem a “*Metalinguagem Semântica Natural*” que ela defende e que, segundo a autora, permitiria uma comparação sistemática de todos os sistemas de conceitualização das emoções existentes nas sociedades humanas³².

— Também podemos analisar *todos os recursos expressivos*, verbais e não verbais, disponíveis em uma determinada sociedade e fazer comparações com base nisso (consulte

³² De acordo com Wierzbicka (1993b), a “MSN” (Metalinguagem semântica natural; em inglês: *NSM*) é corroborada por observações de expressões faciais. Entretanto, podemos permanecer um pouco céticos diante das paráfrases, às vezes aproximadas ou tautológicas, que ela oferece para ilustrar a operação da MSN; por exemplo (1973, p. 153): Eu gosto de *você* = “Sinto por sua causa o que normalmente sinto por causa das pessoas que amo”.

ARTIGO

Rosaldo 1980, Irvine 1982, Saville-Troike 1982, Rintell 1983, Ochs 1986, Arndt & Janney 1991 e, sobre interjeições de uma perspectiva intercultural, Wierzbicka 1991: cap. 8).

— Por fim, conforme recomendado por Myers e Lutz, por exemplo, podemos tentar identificar a “economia da paixão” de uma sociedade, ou sua “emocionologia” (Bamberg 1997), ou seja, o sistema geral de manifestações emocionais permitidas ou proibidas para os membros dessa sociedade nas diversas situações comunicativas em que eles podem estar envolvidos (um conjunto de recursos emocionais e suas *regras contextuais de uso*).

Portanto, no que concerne a abordagens interculturais, podemos concluir que:

— Elas destacam o fato de que sociedades diferentes não usam os mesmos repertórios de sinais (verbais, mas também paraverbais e não verbais) para expressar suas emoções, mas também o de que têm “estilos comunicativos” qualitativa e quantitativamente diferentes. Simplificando bastante, poderíamos opor:

62

- sociedades com um ethos altamente emocional (que pode ser descrito como “extrovertido”), tais como, se acreditarmos nas descrições propostas: negros americanos (Kochman 1981, 1990), judeus de Nova York (Tannen 1981a, 1981b), israelenses (Blum-Kulka 1990, p. 285), poloneses (Wierzbicka 1985, 1991), italianos (Wierzbicka 1991), gregos (Sifianou 1992, p. 165), habitantes das ilhas Samoa (Ochs 1986) e Papua Nova Guiné (Schieffelin 1983);

e

- sociedades mais “inibidas”, em que o controle emocional é a regra, como em Bali (Bateson 1977), Java (Errington 1988), Malásia (Coatalen 1991, p. 1274), Havaí (Kasper 1990), os índios Navajo (Saville-Troike 1982, p. 233) ou os esquimós (Briggs 1970).

Esse eixo é obviamente gradual, pois, nesse campo, como em muitos outros, *tudo é relativo*:

Do ponto de vista polonês, a cultura anglo-saxônica em geral (incluindo a cultura norte-americana) parece ser tão restrita em termos de

expressividade física quanto a cultura japonesa parece ser para os norte-americanos. (Wierzbicka 1985, p. 168).

— Além disso, os padrões de expressividade emocional podem variar consideravelmente dentro da mesma sociedade, dependendo da situação comunicativa (pública ou privada), da relação entre os participantes (próximos ou distantes, igualitários ou hierárquicos) e de seu status social. Na sociedade Wolof tradicional, por exemplo, Irvine (1990) mostra que o estilo dos *griots*, contadores de histórias e guardiões das tradições de povos da África Ocidental, é “hiperemocional”, enquanto os membros da casta superior dessas sociedades devem eliminar todos os traços de afetividade de sua fala. Em caso de luto, por exemplo, um nobre deve “delegar” a expressão de sua emoção a um terceiro, que lamenta em seu lugar, enquanto ele próprio mantém uma perfeita impassibilidade.

— Isso levanta o problema não de variações interculturais, mas de variações em uma determinada sociedade, dependendo de fatores como o histórico, o status, a idade e o sexo dos participantes da interação. Com relação a esse último fator de variação (estudado por Braconnier em *Le sexe des émotions*, 1996), parece que, em nossas sociedades³³, as mulheres têm um “ethos” mais emocional do que os homens, o que significa não que elas *experimentam* mais emoções, mas que as *manifestam* mais (por meio de mais risos, lágrimas, interjeições, expressões de entusiasmo e “engajamento conversacional”³⁴) e que as *decodificam* melhor do que os homens. Além disso, certas emoções (como ansiedade ou vergonha - especialmente nas sociedades mediterrâneas³⁵) são consideradas mais especificamente femininas, enquanto outros tipos de emoção (como raiva) são considerados mais tipicamente masculinos³⁶: os “estilos emocionais” masculinos e femininos, portanto, diferem tanto quantitativa quanto qualitativamente.

³³ Porque não é universal: consulte Hall (1984, p. 62) sobre o Irã, Brenneis (1990) sobre uma comunidade nas Ilhas Fiji e Kulick (1992) sobre a Nova Guiné.

³⁴ Cf. também Tannen (1986: cap. 6).

³⁵ Cf. Wikan (1984).

³⁶ Segundo o exemplo de Cyrulnik, Braconnier relata o seguinte experimento (1996: 49): “Projeta-se a imagem de um bebê de nove meses chorando e pergunta-se a um grupo de adultos de ambos os性os: ‘Por que esse menino está chorando? Porque ele está com raiva’, os homens e as mulheres geralmente respondem. Pegamos a mesma fotografia e a apresentamos a um grupo idêntico. ‘Por que esta menina está chorando?’, perguntam eles. ‘Porque ela está triste’. A interpretação da mesma imagem, portanto, variava de acordo com o gênero atribuído ao bebê.”

ARTIGO

— A observação de todas essas variações destaca a natureza eminentemente *cultural* e, portanto, convencional (pelo menos em parte) da expressão emocional. Como Vincent-Buffault (1986) diz sobre as lágrimas, como parte de seu estudo sobre as variações históricas que afetam essa manifestação emocional, “as lágrimas são sinais que circulam” tanto quanto os derramamentos naturais, sinais que fazem parte dos “códigos de comunicação sensível” e cujas regras de uso adequado são adquiridas durante o processo de socialização do indivíduo³⁷.

Conclusões

Ao final deste sobrevoo, e talvez com certa precipitação, podemos concluir que aparentemente a reticência que a nossa disciplina geralmente tem demonstrado em relação às emoções não é simplesmente o resultado de um preconceito ideológico: as emoções suscitam problemas *reais* para a linguística e representam um desafio real, principalmente por causa de sua natureza eminentemente “*escorregadia*” (Besnier 1990, p. 420). Ao longo desta investigação, encontramos categorias vagas, noções polimorfas e marcadores indecisos:

— Quanto ao seu significado: o campo da afetividade (expressividade? emocionalidade?) é mais do que qualquer outro “indefinível”:

Não é preciso dizer que noções como afetividade ou expressividade são tão vagas que desencorajam qualquer tentativa de definição (Martin 1987, p. 94).

Nesse sentido, vimos, por exemplo, que os valores afetivos tendem a abranger todo o campo da subjetividade linguística e, mais recentemente, até mesmo a intersubjetividade.

— Quanto ao seu significante: devemos nos lembrar da importância dos marcadores e pistas vocais e mímico-gestuais, o que apoia a posição de linguistas quanto à natureza “periférica”

³⁷ De uma perspectiva semelhante à forma tão brilhante que Bateson e Mead demonstraram em relação a Bali, consulte Ochs 1986 sobre as Ilhas Samoa.

ARTIGO

(em relação à língua) dos fenômenos emocionais. Finalmente, quanto ao material linguístico em si, devemos concluir que há uma diversidade fantástica de maneiras pelas quais a linguagem emocional pode ser usada, pois qualquer palavra, qualquer construção pode ser carregada de uma conotação afetiva no contexto adequado:

O afeto permeia todo o sistema linguístico. Quase todos os aspectos do sistema linguístico [...] são candidatos a expressar afeto. (Ochs & Schieffelin 1989, p. 22).

Isso nos dá a sensação de que as emoções estão, ao mesmo tempo, em toda parte na linguagem e em nenhum lugar:

É uma divisão necessária, mas muito artificial, que separa sentimentos de julgamentos e vontades. Os sentimentos entram em uma série de julgamentos e, por outro lado, os sentimentos não excluem de forma alguma os julgamentos. [...] A menor frase envolve nossa sensibilidade [...]. E a linguagem reflete esse estado de coisas. Portanto, devemos ter cuidado ao acreditar que é possível traçar uma linha rígida entre as coisas que são sentidas e as coisas que são pensadas. Dizem que os números fazem você pensar. Eles também fazem o coração bater (Brunot 1926, p. 539).

Desse modo, também a questão da existência ou não de uma “linguagem da emoção” parece permanecer ainda irresoluta, ou seja, não há uma resposta definitiva sobre se existem ou não correlações estáveis entre significantes linguísticos e significados emocionais, sejam eles gerais ou específicos:

Parece-nos que um dos principais objetivos da futura pesquisa pragmática sobre comunicação emotiva será mostrar que existem correlações sistemáticas e empiricamente fundamentadas entre dispositivos emotivos [...] e sua interpretação em diferentes situações [...] que não devem ser consideradas como certas. (Caffi & Janney 1994, p. 368)

Portanto, o que podemos apontar é que certos tipos de fatos (como interjeições, é claro, e certos itens lexicais, mas também, em menor grau, outros fatos, como sufixos diminutivos ou processos de intensificação) têm mais probabilidade do que outros de serem carregados de afetividade no discurso, mas que o contexto é sempre mais ou menos decisivo

(o termo “irmã” é carregado de um valor afetivo que é, além disso, bastante impreciso, mas “comprimido” não é), de acordo com o princípio geral de que, quanto mais forte for um valor inscrito na língua, menos ele precisa do contexto para ser atualizado, e vice-versa.

Este percurso também nos conscientizou da necessidade de distinguir os níveis de análise de forma ainda mais escrupulosa, pois a confusão é tentadora, quando se lida com um objeto tão difícil de definir como as emoções.

3 As palavras e as coisas

Qualquer semanticista iniciante aprende a dissociar a estruturação de qualquer conjunto referencial (o de assentos, por exemplo, ou mais precisamente “objetos para sentar”) da estruturação de um campo lexical específico (composto, por exemplo, dos termos que em uma língua denotam o conjunto de objetos conhecidos como “assentos”). Mas, quando se trata de objetos tão “flutuantes” quanto os sentimentos, a operação é, sem dúvida, mais “embaraçosa”:

66

Na realidade, esse constrangimento é comum a qualquer abordagem que se aventure na ponte da linguagem que coloca palavras e coisas em comunicação, mesmo que a ponte seja menos perigosa quando se trata de objetos palpáveis ou conceitos precisos e definidos. Como nada é tão fluido quanto os sentimentos, devemos nos abster de qualquer tentativa de apreender os próprios afetos. (Brunet 1995, p. 25)³⁸

O melhor exemplo dessa confusão entre palavras e coisas (uma confusão que, nesse caso, deve ser considerada deliberada) é o título da edição 105 da *Langue française*: “Gramática dos sentimentos”, uma edição na qual não se trata, de fato, da sintagmática dos sentimentos (que, na verdade, fazem parte de cadeias causais e ‘cenários’), mas simplesmente do comportamento gramatical dos *termos* que denotam sentimentos em francês... Mas a confusão ameaça, acima de tudo, a abordagem lexicalista, que muitas vezes

³⁸ Após essa advertência, Brunet cai na armadilha (p. 37) quando fala sobre a “evolução dos sentimentos” do Romantismo para o Novo Romantismo.

ARTIGO

se baseia em algo que não foi dito: a esperança de que, ao reconstituir a organização do léxico, chegaremos à estruturação das próprias emoções³⁹.

Em todo caso, é certo que o pensamento sobre as emoções sofre de uma problematização insuficiente das relações existentes entre os níveis psicológico (“experiências”), cognitivo (representações) e linguístico (denominações).

3.1 Da perspectiva do discurso, isso significa que precisamos distinguir entre **emoção experimentada** e **emoção expressa** (que é o *locus* apropriado da investigação linguística⁴⁰), e entre **emoção expressa** e **emoção suscitada** (esse é o ‘*pathos*’ aristotélico, que, diferentemente do ‘*ethos*’, está localizado apenas no ouvinte), de acordo com o seguinte esquema comunicativo (muito simplificado):

Remetente: que experimenta e/ou expressa as emoções

(ele próprio parte de uma cadeia causal)

—> verbalização na forma de *marcadores*

(os “*gatilhos*” de Ungerer (1995))

Receptor: que decodifica esses marcadores

—> efeitos emocionais (e possivelmente reações)

67

Não é preciso dizer que a emoção expressa não coincide necessariamente com a emoção vivida:

A comunicação emotiva não tem relação automática ou necessária com estados afetivos internos “reais”. (Caffi e Janney 1994, p. 328)

Já é bastante difícil reconstruir os gestos e os sentimentos de um personagem que arde de amor verdadeiro, mas nunca sabemos se ele está expressando o que sente ou o que as regras do discurso amoroso prescrevem - e, além disso, o que sabemos sobre a diferença entre paixão sentida e paixão expressa, e qual é a mais antiga? (Eco, *L'île du jour d'avant*, Paris: Grasset, 1996, p. 13)

³⁹ Veja, por exemplo, Ortony et al (1987, p. 360) e a literatura “Osgoodiana” como um todo (que, por exemplo, aborda sem mais delongas as “conotações das emoções”).

⁴⁰ Deixemos para os psicólogos decidirem se estão interessados em experiências ou em suas manifestações (o título de Scherer et al. (eds.) 1986 é, pelo menos, claro nesse ponto: *Experimentando emoções*) e como as experiências podem ser entendidas independentemente das manifestações.

ARTIGO

Mais especificamente, podemos:

- sentir uma emoção sem expressar nada (veja, por exemplo, em Myers 1988, o debate sobre a questão de saber se é verdade que os esquimós nunca sentem raiva ou se eles se contentam em nunca demonstrá-la);
- expressar uma emoção sem sentir nada (esse é o problema da “sinceridade emocional” e o “paradoxo do ator”, que não abordarei aqui);
- e expressar uma emoção diferente da que está sentindo. Essa evidência tríplice é geralmente reconhecida – Milner é o único a fazê-lo, quando fala sobre a função “performativa” dos adjetivos afetivos: assim como prometer significa dizer “eu prometo” e vice-versa, para Milner, admirar é e é apenas dizer “isso é admirável”;

De fato, podemos usar uma análise performativa da admiração aqui: admirar, no sentido estrito, é usar um adjetivo de valor sobre um objeto e, inversamente, usar tal adjetivo sobre um objeto é admirá-lo. O mesmo princípio se aplica, obviamente, à repulsa. (1978, p. 299).

68

— *A emoção despertada também não coincide necessariamente com a emoção expressa* (e, *a fortiori*, experimentada): nem todo discurso emocional⁴¹ é necessariamente comovente. Pode haver:

- um discurso carregado de emoção, mas que não desperta nenhuma em seu destinatário:

Quando ouvimos as frases “Inferno!” e “Maldição!” de um homem brutal, não temos dúvidas de que se trata de uma manifestação de seu sentimento. Mas será que ele nos comunica esse sentimento, de modo que nos seja suscitada essa emoção? De forma alguma. Concluímos que esse homem deve estar com muita raiva, mas isso não é motivo para que nós mesmos fiquemos com raiva. (Van Ginneken 1907, p. 136)

Quando da transmissão televisiva do funeral de Lady Di, realizada pelo canal France 2, um crítico do jornal *Libération*, na edição do dia 08 de setembro de 1997, ao aparentemente tratar da locução do jornalista Daniel Bilalian, afirmou que se “exagerava na

⁴¹ Observe que, embora “emoção” possa ser considerada um arquilexema, o mesmo não pode ser dito do adjetivo “emotivo”, que tem um valor muito mais específico.

manifestação de uma emoção intensa” e, acrescentou que “aquela emoção nunca conseguiu atravessar a tela e despertar a nossa”);

- um discurso aparentemente não emotivo, que produz fortes efeitos emocionais:

Levi não gritou, não insultou, não acusou, porque ele não queria gritar, ele queria muito mais: fazer as pessoas gritarem. Ele renunciou a sua própria reação em troca de nossa reação. (F. Camon, *Conversations avec Primo Levi*, Gallimard 1991, p. 10)⁴²

- e um discurso que desperta uma emoção muito diferente daquela expressa (a empatia tem seus limites...):

As reclamações podem despertar compaixão, bem como irritação; as expressões de alegria podem inspirar contentamento, bem como raiva; a emoção que circula entre os atores é mediada pela avaliação que cada um faz da paixão do outro. (Fontanille 1993, p. 17).

Henry (1974, p. 110) nos dá um ótimo exemplo, que empresta de Gide: quando o pastor na *Sinfonia Pastoral* leva a menina cega para casa, sua esposa o cumprimenta, lhe dizendo: “O que você pretende fazer com *isso*?” . Mas, em vez de desprezo, é indignação que o uso de “*isso*” por sua mulher provoca no pastor: “Minha alma estremeceu, quando ouvi o uso desse déitico impessoal e mal pude controlar a minha indignação”.

3.3 Por fim, a emoção expressa e a expressa linguisticamente

3.3.1. Ela pode ser o próprio falante (“Eu estou feliz”) ou por um terceiro (“Pierre está feliz”)⁴³: apenas o primeiro caso é diretamente relacionado à questão da linguagem emocional (o segundo caso é puramente referencial), embora todos os tipos de casos intermediários possam ser considerados, como declarações como “Eu estava feliz” (cf. no

⁴² Cf. também: *J. Semprun (L'écriture ou la vie*, Paris: Gallimard, 1994, p. 306): “Tentei ser o mais objetivo possível, evitar adjetivos e advérbios, e permanecer fora de minhas emoções”.

⁴³ De acordo com Jang (1994), essa distinção é gramaticalizada no coreano, já que os verbos de sentimento só podem ser usados como tal na primeira pessoa do presente, enquanto na terceira pessoa (e, em menor grau, na primeira pessoa do pretérito) é necessário usar uma perífrase.

julgamento de Papon, esta declaração do Presidente Castagnède em 13 de outubro de 1997: “Não me escapa que a memória do infortúnio ainda é infortúnio”).

3.3.2. No que diz respeito à emoção do locutor, deve ser feita uma distinção entre:

- a emoção *denotada*, a partir do uso de algum “termo de sentimento” (substantivo, adjetivo, verbo): “Estou feliz”, “Estou nadando em felicidade”, “Estou babando de raiva”, “Estou enjoado”, “Estou enojado” e assim por diante.
- e a emoção *conotada*, expressa de alguma outra forma: “Chic!”, “Aïe!”, “pobre Pierre”, ‘meu queridinho’, ‘que idiota’ etc.

Observações finais:

- Os termos “denotado” vs “conotado” nos parecem preferíveis a outras designações dessa oposição encontradas na literatura, como “descrito” vs “expresso”, “explícito” vs “implícito”⁴⁴, e assim por diante.
- Aqui, novamente, todos os tipos de casos intermediários podem ser considerados, bem como a possibilidade de acumular expressões denotativas e conotativas (“Estou muito feliz!”).
- Quando a emoção é denotada, ela geralmente é ao mesmo tempo especificada, enquanto sua natureza *específica* pode permanecer *indeterminada* no caso da expressão conotativa.
- A possibilidade de denotar o estado emocional de alguém é geralmente considerada estritamente reservada à linguagem humana:

70

Na realidade, os animais obedecem à fala porque foram treinados para reconhecê-la como um sinal, mas nunca serão capazes de interpretá-la como um símbolo. Pelo mesmo motivo, os animais expressam suas emoções, mas não conseguem nomeá-las. (Benveniste 1966, p. 27)

As emoções estão inegavelmente em voga atualmente: elas estão invadindo nossa mídia⁴⁵. São reconhecidas como um fator fundamental na racionalidade e na adaptação ao

⁴⁴ Assim como Besnier (1990, p. 428), podemos considerar que uma interjeição transmite uma mensagem afetiva de forma “aberta”.

⁴⁵ Sobre “efusão televisiva” e “shows de intimidade”, consulte Mehl, 1996, e o nº 70 da revista *Réseaux* (1995).

mundo circundante (Damásio 1995, Goleman 1995⁴⁶), o “Q.E.” está inclusive suplantando o Q.I. Além disso, a respeito da vitória do Deep Blue no xadrez sobre Garry Kasparov, Bruno Latour declara:

Preferimos nos definir pelas atividades em que somos particularmente ruins: pensar, calcular. Por outro lado, nunca pensamos em nos definir por atividades comuns nas quais somos muito bons: ficar com raiva, correr, desenhar... (Libération, 13 de maio de 1997).

Acima de tudo, as emoções estão no centro de um número cada vez maior de reuniões científicas organizadas por especialistas de diferentes disciplinas, incluindo as ciências da linguagem. Nas palavras de Ochs & Schieffelin, homônimas do título de um de seus artigos (1989): sim, “*A linguagem tem um coração*”. E mesmo que ainda não saibamos muito sobre a anatomia e a fisiologia desse coração (onde ele está exatamente e como funciona), só podemos nos alegrar com esse reconhecimento tardio.

Referências⁴⁷

ANSCOMBRE, J.-C. Morphologie et représentation événementielle: le cas des noms de sentiments et d'attitude. *Langue française*, 1995, 105: 40-54.

ARNDT, H.; JANNEY, R.W. Politeness revisited: Cross-modal supportive strategies. *IRAL*, 1985, XXIII-4: 281-300.

_____. Verbal, prosodic, and kinesic emotive contrasts in speech. *Journal of Pragmatics*, 1991, 15-6: 521-549.

AUCHLIN, A. Analyse du discours et bonheur conversationnel. *Cahiers de Linguistique Française*, 1990, 11: 311-328.

_____. Le bonheur conversationnel: fondements, enjeux et domaines. *Cahiers de Linguistique Française*, 1991, 12: 103-126.

_____. Le bonheur conversationnel: émotion et cognition dans le discours et l'analyse du discours. In: VÉRONIQUE D.; VION, R. (éds.), *Modèles de l'interaction verbale*, Publications de l'Université de Provence, 1995, p. 223-233.

AUSTIN, J. L. *Quand dire, c'est faire*. Paris: Seuil, 1970.

⁴⁶ Fritz Zorn fez experimentos e ilustrou a noção de “inteligência emocional” em *Marte*, bem antes das teorias de Daniel Goleman: “Não se pode ordenar a um idiota que entenda que dois e dois são quatro. Se sua deficiência intelectual é tão grande que ele não consegue assimilar esse conhecimento, ele não pode dizer de repente: Aha - agora eu entendi! No meu caso, provavelmente teríamos que falar sobre idiotice emocional. Essa inadequação me impedia de perceber: Aha - Eu gosto *deste ou daquele*. Eu não gostava de ninguém porque não era capaz de fazer isso. Portanto, eu não podia ter nenhum contato emocional com o mundo”. (Folio 1982, p. 197)

⁴⁷ Conferir também as extensas bibliografias sobre essa temática do tratamento dispensado pela Linguística às emoções em: Besnier (1990); e Caffi & Janney (1994).

BACH, K.; HARNISH, R. M. *Linguistic Communication and Speech Acts*. Cambridge (Mass.): The MIT Press, 1979.

BALIBAR-MRABTI, A. Une étude de la combinatoire des noms de sentiment dans une grammaire locale. *Langue française*, 1995, 105: 88-97.

BALLY, CH. *Précis de stylistique*. Genève: Eggimann, 1905.

_____. *Traité de stylistique française*. Paris: Leroux, 1909.

_____. *Linguistique générale et linguistique française*. Berne: Francke, 1932.

_____. *Le langage et la vie*. Genève: Droz, 1935 [Ière éd. 1913].

BAMBERG, M. Emotion talk(s): The role of perspective in the construction of emotions. In: NIEMEYER, S.; DIRVEN, R. (eds.), 1997, p. 209-225.

BARBERIS, J.-M. L'interjection: de l'affect à la parade et retour. *Faits de langue*, 1995, 6: 94-104.

BATESON, G. *Vers une écologie de l'esprit*, t. 1. Paris: Seuil, 1977.

BENVENISTE, E. *Problèmes de linguistique générale*. Paris: Gallimard, 1966.

BERAUD, A.; EUZEN-DAGUE, M.-G.; REMI-GIRAUD, S. *Le taste-mots dans les arbres. Étude systématique du lexique français*. Lyon: CNDP, 1988.

BERTONI, N.; TROGNON, A. L'intelligence de la paranoïa dans l'interview psychiatrique de diagnostic. In: CUVELIER, A. (éd.), *Psychisme et intelligence artificielle*, Nancy: PUN, 1992, p. 133-156.

BESNIER, N. Language and affect. *Annual Review of Anthropology*, 1990, 19: 419-451.

_____. Involvement in linguistic practice: An ethnographic appraisal. *Journal of Pragmatics*, 1994, 22: 279-299.

BLUM-KULKA, S. H. You don't touch the lettuce with your fingers: Parental politeness in family discourse. *Journal of Pragmatics*, 1990, 14-2: 259-285.

BONVINI, E. L'injure dans les langues africaines. *Faits de langue*, 1995, 6: 153-162.

BOUCHARD, D. Les verbes psychologiques. *Langue française*, 1995, 105: 6-16.

BOUCHER, J. D. Culture and emotion. In: MARSELLA, A. J.; THARP, R.; CIBOROWSKI, T. (eds.), *Perspectives on Cross-Cultural Psychology*, New York: Academic, 1979, p. 159-178.

BRACONNIER, A. *Le sexe des émotions*. Paris: O. Jacob, 1996.

BREAL, M. *Essai de sémantique*. Paris: Slatkine, 1976 [Ière éd. 1897].

BRENNEIS, D. Shared and solitary sentiments: the discourse of friendship, play, and anger in Bhagtaon. In: LUTZ, C. A.; ABU-LUGHOD, L. (eds.), 1990, p. 113-125.

BRIGGS, L. *Never in Anger*. Cambridge (Mass.): Harvard University Press, 1970.

- BROWN, B. R. Face-saving following experimentally induced embarrassment. *Journal of Experimental Social Psychology*, 1970, 6: 255-271.
- BROWN, P.; LEVINSON, S. *Politeness*. Cambridge: CUP, 1987.
- BRUNET, E. Cardiogrammes. In: Rastier (éd.), 1995, p. 25-32.
- BRUNOT, F. *La pensée et la langue*. Paris: Masson, 1926.
- BUCK, R. *The Communication of Emotion*. New York/London: The Guilford Press, 1984.
- BÜHLER, K. *Sprachtheorie*. Jena: Fischer, 1934.
- BURGOON, J. K. Interpersonal expectations, expectancy violations, and emotional communication. *Journal of Language and Social Psychology*, 1993, 12-1/2: 30-48.
- CABASINO, F. *L'interview politique télévisée: conflits, métadiscours, paralangage*. Rome: Euroma, 1992.
- CAFFI, C.; JANNEY, R.W. Toward a pragmatics of emotive communication. *Journal of Pragmatics*, 1994, 22: 325-373.
- COATALEN, P. Le monde malais. In: POIRIER, J. (éd.), *Histoire des moeurs III*, Paris: Gallimard (Pléiade), 1991, p. 1273-1225.
- COCROFT, S. T. T.; COCROFT, B. A. Face and facework: Theoretical and research issues. In: Ting-Toomey, S. (éd.), 1994, p. 307-340.
- COLLETTA, J.-M. Qui parle et pourquoi? *Lidil*, 1995, 12: 43-65.
- COLLINS, R. The role of emotion in social structure. In: SCHERER, K. R.; EKMAN, P. (eds.), *Approaches to Emotion*, Hillsdale (N.J.): Lawrence Elbaum, 1984, p. 385-396.
- COSNIER, J. *Psychologie des émotions et des sentiments*. Paris: Retz-Nathan, 1994.
- COSNIER, J.; BRUNEL, M.-L. De l'interactionnel à l'intersubjectif. In: MARCARINO, A. (éd.), *Analisi della conversazione e prospettive di ricerca in etnometodologia*, Urbino: Quattro Venti, 1997, p. 151-163.
- CRESSOT, M. *Le style et ses techniques*. Paris: PUF, 1947.
- CULIOLI, A. À propos des énoncés exclamatifs. *Langue française*, 1974, 22: 6-15.
- CYRULNIK, B. *Les nourritures affectives*. Paris: O. Jacob, 1993.
- DAMASIO, A. R. *L'erreur de Descartes*. Paris: O. Jacob, 1995.
- DANJOUX-FLAUX, N. Les marqueurs de satisfaction et d'insatisfaction. *Le français moderne*, 1975, 43-4: 289-307.
- DAVITZ, J. R. *The Language of Emotion*. New York: Academic, 1969.
- DEBYSER, F. Lexique et grammaire des sentiments: Les causatifs. *Études de Linguistique Appliquée*, 1976, 22: 7-24.
- DELHAY, C. *Il était un "petit X". Pour une approche nouvelle de la catégorie dite diminutive*. Paris: Larousse, 1996.

ARTIGO

- DIAMOND, J. *Status and Power in Verbal Interaction*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1996.
- DRESCHER, M. French interjections and their use in discourse. In: NIEMEYER, S.; DIRVEN, R. (eds.), 1997, p. 233-246.
- DRESSLER, W. U.; MERLINI BARBARESI, L. *Morphopragmatics: Diminutives and intensifiers in Italian, German, and other languages*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1994.
- DUCROT, O. *Le dire et le dit*. Paris: Minuit, 1984.
- ECO, U. *La structure absente*. Paris: Mercure de France, 1972.
- EDELMAN, R. J. Embarrassment and blushing: Factors influencing face-saving. In: Ting-Toomey, S. (ed.), 1994, p. 231-267.
- EHLICH, K. *Interjektionen*. Tübingen: Niemeyer, 1986.
- ELLIOT, D. Toward a grammar of exclamations. *Foundations of Language*, 1974, 11: 231-246.
- ERICKSON, F.; SHULTZ, J. *The Counselor as Gatekeeper*. New York: Academic Press, 1982.
- ERRINGTON, J. *Structure and style in Javanese*. Philadelphia: Univ. of Pennsylvania Press, 1988.
- FAITS DE LANGUE. 1995, 6, sept.: L'exclamation.
- FAURE, L. Les interjections à l'oral: quelles valeurs pour les vocalisations? *Cahiers de praxématique*, 1997, 28: 127-148.
- FELE, G. *L'insorgere del conflitto: Uno studio sull'organizzazione sociale del disaccordo nella conversazione*. Milan: Francoangeli, 1991.
- FERNANDEZ, J. *Les particules énonciatives dans la construction du discours*. Paris: PUF, 1994.
- FIEHLER, R. *Kommunikation und Emotion*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1990.
- FONTANILLE, J. L'émotion et le discours. *Protée*, 1993, 21-2: 13-19.
- FRANÇOIS, F. et al. *La communication inégale. Heurs et malheurs de l'interaction*. Neuchâtel: Delachaux et Niestlé, 1990.
- GALLOIS, C. Prologue. *Journal of Language and Social Psychology*, 1993, 12-1/2: 3-12.
- GARDIN, B. Le dire difficile et le devoir dire. *DRLAV*, 1988, 39: 1-20.
- GEERTZ, H. The vocabulary of emotion: A study of Javanese socialization process. *Psychiatry*, 1959, 22: 225-236.
- GERARD, J. *L'exclamation en français*. Tübingen: Niemeyer, 1980.
- GOFFMAN, E. *Les rites d'interaction*. Paris: Minuit, 1974.
- _____. *Forms of talk*. Philadelphia: Univ. of Pennsylvania Press, 1981. [chap. II]

- Response cries] [trad. fr. 1987: *Façons de parler*, Paris: Minuit].
- GOLEMAN, D. *Emotional Intelligence*. Bantam Books, 1995.
- GRANET, M. Le langage de la douleur en Chine. *Journal de psychologie*, 1922, 97-118.
- GREIMAS, A. J.; FONTANILLE, J. *Sémiotique des passions*. Paris: Seuil, 1991.
- GRIMSHAW, A. D. (ed.) *Conflict Talk*. Cambridge: CUP, 1990.
- GROSS, M. *Méthodes en syntaxe*. Paris: Hermann, 1975.
- _____. Une grammaire locale de l'expression des sentiments. *Langue Française*, 1995, 105: 70-87.
- GUIRAUD, P. *Les gros mots*. PUF (Que sais-je?), 1975.
- GÜNTHER, S. Complaint stories. Constructing emotional reciprocity among women. In: KOTTHOF, H.; WODAK, R. (eds.), *Communicating Gender in Context*, Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1997, p. 179-218.
- HALL, E. *Le langage silencieux*. Paris: Seuil ("Points"), 1984. [1ère éd. 1959].
- HARRE, R.; GILLET, G. *The Discursive Mind*. Thousand Oaks, CA: Sage, 1994.
- HENAUT, A. *Le pouvoir comme passion*. Paris: PUF, 1994.
- HENRY, A. *Études de syntaxe expressive*. Bruxelles: Éditions de l'Université de Bruxelles, 1974.
- HERZELD, M. Honour and shame: problems in the comparative analysis of moral systems. *Man*, 1980, 15: 339-351.
- HUSTON, N. *Dire et interdire. Éléments de Jurologie*. Paris: Payot, 1980.
- IRVINE, J.T. Language and affect: some cross-cultural issues. In: BYRNES, H. (ed.), *Contemporary perception of language: Interdisciplinary dimensions*. Washington (D.C.): Georgetown Univ. Press, 1982.
- JOURNAL OF PRAGMATICS. 1989, 9-1: The pragmatics of affect.
- _____. 1993, 18-2/3: Interjections.
- JOURNAL OF LANGUAGE AND SOCIAL PSYCHOLOGY. 1993, 12-1&2: Emotional Communication, Culture, and Power.
- JOURNAL OF PRAGMATICS. 1994, 22-3/4: Involvement in language.
- _____. Registering affect: heteroglossia in the linguistic expression of emotion. In: LUTZ, C. A.; ABU-LUGHOD, L. (eds), 1990, p. 126-161.
- JACQUES, F. *Dialogiques*. Paris: PUF, 1979.
- JAKOBSON, R. *Essais de linguistique générale*. Paris: Minuit, 1963.
- JANG, PO-WOON. Les verbes de sensation en coréen. *Scolia*, 1994, 2: 75-91.

ARTIGO

- JAY, T. *Cursing in America: A psycholinguistic study of dirty language in the movies, in the schoolyards and on the streets*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1992.
- JEFFERSON, G. On the sequential organization of troubles-talk in ordinary conversation. *Social Problems*, 1988, 35-4: 418-441.
- JESPERSEN, O. *Language: Its nature, development and origin*. Londres: Allen & Unwin, 1922.
- JOHNSON-LAIRD, P. N.; OATLEY, K. The language of emotions: An analysis of a semantic field. *Cognition and Emotion*, 1989, 3-2: 81-123.
- KASPER, G. Linguistic politeness: Current research issue. *Journal of Pragmatics*, 1990, 14-2: 193-218.
- KATAOKA, K. Affect in Japanese women's letter writing: Use of sentence-final particles ne and yo and orthographic conventions. *Pragmatics*, 1995, 5-4: 427-453.
- KATRIEL, T.; DASCAL, M. Speaker's commitment and involvement in discourse. In: TOBIN, Y. (ed.), *From sign to text*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1989, p. 275-295.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. *La connotation*. Lyon: PUL, 1977.
- _____. *L'énonciation. De la subjectivité dans le langage*. Paris: A. Colin, 1980.
- _____. *Les interactions verbales, t. II et III*. Paris: A. Colin, 1992, 1994.
- KOCHMAN, T. *Black and White Styles in Conflict*. Chicago: The Univ. of Chicago Press, 1981.
- _____. Force Fields in Black and White Communication. In: CARBAUGH, D. (ed.), *Cultural communication and intercultural contact*. Hillsdale (N.J.): Lawrence Erlbaum, 1990, p. 193-217.
- KÖVECSES, Z. *Emotion Concepts*. Berlin: Springer, 1990.
- KULICK, D. Anger, gender, language shift and the politics of revelation in a Papua New Guinean village. *Pragmatics*, 1992, 2-3: 281-296.
- LABOV, W. *Le parler ordinaire*. Paris: Minuit, 1978.
- LAFLAMME, S. *Communication et émotion. Essai de microsociologie relationnelle*. Paris: L'Harmattan, 1995.
- LARGUECHE, E. *L'effet injure*. Paris: PUF, 1983.
- LANGUE FRANÇAISE. 1995, 105, févr.: Grammaire des sentiments.
- LEGARE, C.; BOUGAIEFF, A. *L'empire du sacre québécois*. Presses Universitaires du Québec, 1984.
- LEECH, G.; SVARTVIK, J. *A Communicative Grammar of English*. London: Longman, 1976.

ARTIGO

- LUTZ, C. A. *Unnatural Emotions: Everyday Sentiments on a Micronesian Atoll and their Challenge to Western Theory*. Chicago: Chicago University Press, 1988.
- LUTZ, C. A.; ABU-LUGHOD, L. (eds). *Language and the Politics of Emotion*. Cambridge: CUP, 1990.
- LUTZ, C. A.; WHITE, G. M. The anthropology of emotions. *Annual Review of Anthropology*, 1986, 15: 405-436.
- LYONS, J. *Linguistique générale*. Paris: Larousse, 1970.
- MAINGUENEAU, D. Le langage en suspens. *DRLAV*, 1986, 34-35: 77-94.
- MAROUZEAU, J. Langage affectif et langage intellectuel. *Journal de Psychologie*, 1923, 62: 560-578.
- _____. Accent affectif et accent intellectuel. *Bulletin de la Société de Linguistique*, 1924, 76: 80-86.
- _____. *Notre langue. Enquêtes et récréations philologiques*. Paris: Delagrave, 1955.
- _____. *Précis de stylistique française*. Paris: Masson, 1959.
- MARSELLA, A. J.; MURRAY, M. D.; GOLDEN, C. H. Ethnic variations in the phenomenology of emotions. In: SAMOVAR, L. A.; PORTER, R. E. (eds), *Intercultural Communication: A Reader*. Belmont (Cal.): Wadsworth, 1972.
- MARTIN, R. Le vague et la sémantique de l'adjectif. Réflexion sur l'adjectif antéposé en français. *Quaderni di Semantica*, 1986, 2: 246-262.
- _____. *Langage et croyance*. Bruxelles: Mardaga, 1987.
- MARTINS-BALTAR, M. *Analyse motivationnelle du discours*. Paris: Hatier/Didier, 1994.
- MAUSS, M. Réponse à Georges Dumas. L'expression obligatoire des sentiments dans les rituels oraux funéraires des populations australiennes. *Journal de psychologie*, 1921, 425-434.
- MAYNARD, S. K. *Discourse modality. Subjectivity, emotion, and voice in the Japanese language*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1993.
- MCINTOSH, W. D.; MARTIN, L. L. The cybernetics of happiness. In: CLARK, M. C. (ed.), *Emotion and Social Behavior*. Newbury Park: Sage, 1992, chap. 9, 222-246.
- MEDINA, J. Charles Bally: de Bergson à Saussure. *Langages*, 1985, 77: 95-104.
- MEHL, D. *La Télévision de l'intimité*. Paris: Seuil, 1996.
- METTS, S.; BOWERS, J. W. Emotions in interpersonal communication. In: KNAPP, M. L.; MILLER, G. R. (eds), *Handbook of Interpersonal Communication* (2nd ed.), Thousand Oaks/London: Sage, 1994, p. 508-541.
- MEUNIER, A. Sechehaye, Bally: Le sujet et la langue. *DRLAV*, 1984, 30: 145-155.
- MILLER, R. S.; LEARY, M. R. Social sources and interactive functions of emotion. The case of embarrassment. In: CLARK, M. C. (ed.), *Emotion and Social Behavior*. Newbury

ARTIGO

Park: Sage, 1992, chap. 8, 202-221.

MILNER, J.-C. *De la syntaxe à l'interprétation. Quantités, insultes, exclamations*. Paris: Seuil, 1978.

MOLINO, J. La connotation. *La Linguistique*, 1971, VII-I: 5-30.

MONTANDON, C. Un mécanisme de contrôle social: la honte. Analyse d'un concept négligé. *Revue européenne des sciences sociales*, 1982, 20, fasc. 62: 23-61.

MYERS, F. R. The logic and meaning of anger among Pintupi Aborigines. *Man*, 1988, 23: 589-610.

NIEMEYER, S.; DIRVEN, R. (eds). *The Language of Emotions*. Amsterdam: Benjamins, 1997.

NISSENBAUM, H. F. *Emotion and Focus*. Stanford: CSLI, 1985.

NOAILLY, M. Encore des insultes. *Cahiers de grammaire*, 1983, 6, Université de Toulouse-Le Mirail.

NORRICK, N. R. Expressive illocutionary acts. *Journal of Pragmatics*, 1978, 2-3: 277-291.

NOWAKOWKA, M. *The Language of Motivations and the Language of Actions*. La Haye: Mouton, 1973.

OCHS, E. From feeling to grammar: a Samoan case study. In: SCHIEFFELIN, B.; _____ (eds), *Language Socialization across Cultures*. Cambridge: CUP, 1986, p. 251-272.

OCHS, E.; SCHIEFFELIN, B. Language has a heart. *Text*, 1989, 9-1: 7-25.

OLIVIER, C. *Traitements pragmatiques des interjections en français*. Thèse de troisième cycle, Toulouse-le-Mirail, 1986.

OMONDI, L. N. *Dholuo emotional language*: An overview. In: NIEMEYER, S.; DIRVEN, R. (eds), 1997, p. 89-109.

ORTONY, A.; CLORE, G. L.; FOSS, M. A. The referential structure of affective lexicon. *Cognitive Science*, 1987, 11: 341-364.

OSGOOD, C. E.; SUCI, G. J.; TANNENBAUM, P. H. *The Measurement of Meaning*. Urbana: Univ. of Illinois Press, 1957.

OSGOOD, C. E.; MAY, W. H.; MIRON, M. S. *Cross-Cultural Universals of Affective Meaning*. Urbana: Univ. of Illinois Press, 1975.

OSMOND, M. The prepositions we use in the construct of emotions: Why do we say fed up with but sick and tired of? In: NIEMEYER, S.; DIRVEN, R. (eds), *The Language of Emotions*. Amsterdam: Benjamins, 1997, p. 111-133.

PARRET, H. *Les Passions. Essai sur la mise en discours de la subjectivité*. Bruxelles: Mardaga, 1986.

PLANTIN, C. La genèse discursive de l'intensité. Le cas du 'si' intensif. *Langages*, 1985, 80: 35-53.

PLENAT, M. Quatre notes sur la morphologie des hypocoristiques à redoublement. *Cahiers de grammaire*, 1982, 5, Univ. de Toulouse-Le Mirail.

PRAGMATICS AND COGNITION. 1993, 1-2: Sémiotique de l'affect.

PROTÉE. 1993, 21-2: Sémiotique de l'affect.

RASTIER, F. (éd.). *L'analyse thématique des données textuelles. L'exemple des sentiments*. Paris: Didier, 1995.

RÉSEAUX. 1995, 70, mars-avril: Médias, identité, culture des sentiments.

RINTELL, E. M. But how did you FEEL about that? The learner's perception of emotion in speech. *Applied Linguistics*, 1983, 5-3: 255-264.

ROSALDO, M. Z. *Knowledge and Passion: Illogot Notions of Self and Social Life*. Cambridge: CUP, 1980.

ROSIER, I. Interjections et expression des affects dans la sémantique du XIIIe siècle. *Histoire Epistémologie Langage*, 1992, 14-2: 61-84.

ROUSSEAU, J.-J. *Essai sur l'origine des langues*. La Bibliothèque du Graphe (d'après l'édition A. Belin, 1817), 1969.

RUWET, N. *Grammaire des insultes et autres études*. Paris: Seuil, 1982.

_____. Être ou ne pas être un verbe de sentiment. *Langue Française*, 1994, 103: 45-55.

SAPIR, E. *Language: An introduction to the study of speech*. New York: Harcourt Brace Jovanic, 1921. [Trad. fçse: *Le langage*, Petite bibliothèque Payot, 1967].

SAPIR, E. Speech as a personality trait. *The American Journal of Sociology*, 1927, 32: 892-905.

SAUVAGEOT, A. *Les procédés expressifs du français contemporain*. Paris: Klincksieck, 1957.

SAVILLE-TROIKE, M. *The Ethnography of Communication*. New York: Basil Blackwell, 1982.

SCHEFF, T.S. Shame and conformity: the deference emotion system. *American Sociological Review*, 1988, 53: 395-406.

SCHERER, K.; WALLBOTT, H. C.; SUMMERFIELD, A. B. (eds). *Experiencing emotion. A cross-cultural study*. Cambridge: CUP; Paris: MSH, 1986.

SCHIEFFELIN, E. Anger and shame in the tropical forest. On affects as a cultural system in Papua New Guinea. *Ethos*, 1983, 11-3: 181-191.

SEARLE, J. R. *Sens et expression*. Paris: Minuit, 1982.

SEARLE, J. R.; VANDERVEKEN, D. *Foundations of Illocutionary Logic*. Cambridge: CUP, 1985.

ARTIGO

SHAVER, P. H.; WU, S. H.; SCHWARTZ, J. Cross-cultural similarities and differences in emotion and its representation. In: CLARK, M.S. (ed.), *Emotion*. Newbury Park: Sage, 1992, p. 175-212.

SHERZER, J. La parole chez les Abipone. Pour une ethnographie de la parole. *L'Homme*, 1970, X-1: 40-76.

SHIMANOFF, S. B. Gender perspective on facework: Simplistic stereotypes vs complex realities. In: TING-TOOMEY, S. (ed.), *Theories in Interpersonal Communication*, 1994, p. 159-207.

SHWEDER, R. A.; LEVINE, R. (eds). *Culture Theory. Essays on Mind, Self, and Emotion*. Cambridge: CUP, 1984.

SIBLOT, P. Du sens dans les formes exclamatives. *Faits de langue*, 1995, 6: 163-170.

SIFIANOU, M. S. The use of diminutives in expressing politeness: Modern Greek versus English. *Journal of Pragmatics*, 1992, 17-2: 155-173.

SOLOMON, R. C. The crosscultural comparison of emotion. In: MARKS, J.; AMES, R.T. (eds), *Emotions in Asian Thought*. Albany: State University of New York Press, 1995, p. 253-308.

SPITZER, L. *Études de style*. Paris: Gallimard, 1970.

_____. La publicité américaine comme art populaire. *Poétique*, 1978, 34 [1ère éd. 1949].
STANKIEWICZ, E. Problems of emotive language. In: SEBEOOK, T. et al. (eds), *Approaches to Semiotics*. La Haye: Mouton, 1964, p. 239-264.

TAAVITSAINEN, I. Interjections in early modern English: From imitation of spoken to conventions of written language. In: JUCKER, A. J. (ed.), *Historical Pragmatics*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1995.

TANNEN, D. New York Jewish conversational style. *International Journal of the Sociology of Language*, 1981a, 30: 133-149.

_____. The machine gun question: An example of conversational style. *Journal of Pragmatics*, 1981b, 5-5: 383-397.

_____. *That's Not What I MEANT! How conversational style makes or breaks your relations with others*. New York: William Morrow, 1986.

_____. *Talking voices. Repetition, dialogue, and imagery in conversational discourse*. Cambridge: CUP, 1989.

TAPPOLET, C. Les émotions et les concepts axiologiques. *Raisons pratiques*, 1995, 6: 237-257.

TERRAIN. 1994, 22, mars: Les émotions.

THEVENOT, L. Émotions et évaluations dans les coordinations publiques. *Raisons pratiques*, 1995, 6: 145-174.

THIMM, C.; KRUSE, L. The power-emotion relationship in discourse. Spontaneous expression of emotions in asymmetric dialogue. *Journal of Language and Social*

ARTIGO

Psychology, 1993, 12-1/2: 81-102.

TING-TOOMEY, S. (ed.). *The Challenge of Facework. Cross-Cultural and Interpersonal Issues*. Albany: State Univ. of New York Press, 1994.

TRIMBOLI, A.; WALKER, M. B. Nonverbal dominance in the communication of affect: The role of verbal and non-verbal content. *Journal of Language and Social Psychology*, 1987, 12-1/2: 180-190.

TSOHATZIDIS, S. L. Emotional states and linguistic events. A study of conceptual misconnections. *Pragmatics and Cognition*, 1993, 1-2: 229-243.

TZENG, C. S.; HOOSAIN, R.; OSGOOD, C. E. Cross-cultural componential analysis on affect attribution of emotion terms. *Journal of Psycholinguistic Research*, 1987, 16-5: 443-465.

ULLMANN, S. *Précis de sémantique française*. Berne: Francke, 1952.

UNGERER, F. Emotions and emotional language in English and German news stories. Document distribué lors du colloque *Le langage des émotions*, Duisbourg, avril, 1995.

VANDERVEKEN, D. *Les actes de discours*. Bruxelles: Mardaga, 1988.

VAN GINNEKEN, J. *Principes de linguistique psychologique*. Paris: Marcel Rivière, 1907.

VERSCHUEREN, J. *What people say they do with words*. Norwood (NJ): Ablex, 1985.

VINAY, J.-P.; DARBELNET, J. *Stylistique comparée du français et de l'anglais*. Paris: Didier, 1958.

VINCENT-BUFFAULT, A. *Histoire des larmes, XVIIIe-XIXe siècles*. Paris: Rivages, 1986.

VOLEK, B. *Emotive signs in language and semantic functioning of derived nouns in Russian*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1987.

WATSON-GEGEO, K. A.; WHITE, M. (eds). *Disentangling. Conflict Discourse in Pacific Societies*. Stanford (Cal.): Stanford Univ. Press, 1990.

WHITE, G. M. Moral discourse and the rhetoric of emotions. In: LUTZ, C. A.; ABU-LUGHOD, L. (eds), *Emotion*, 1990, p. 46-68.

WIERZBICKA, A. Problems of expression: Their place in the semantic theory. In: REY-DEBOVE, J. (éd.), *Recherches sur les systèmes signifiants*. La Haye/Paris: Mouton, 1973, p. 145-164.

WIERZBICKA, A. Antitotalitarian language in Poland: Some mechanisms of linguistic self-defense. *Language in Society*, 1980, 19-1: 1-59.

_____. Different cultures, different languages, different speech acts. Polish vs English. *Journal of Pragmatics*, 1985, 9-2/3: 145-178.

_____. Human emotions: Universal or culture specific? *American Anthropologist*, 1986, 88: 584-594.

ARTIGO

- _____. *English Speech Acts Verbs: A Semantic Dictionary*. Sydney: Academic Press, 1987.
- _____. L'amour, la colère, la joie, l'ennui — la sémantique des émotions dans une perspective transculturelle. *Langages*, 1988, 89: 97-107.
- _____. *Cross-Cultural Pragmatics. The Semantics of Human Interaction*. Berlin: Mouton, 1991.
- _____. *Semantics, Culture, and Cognition*. Oxford: Oxford University Press, 1992.
- _____. A conceptual basis for cultural psychology. *Ethos*, 1993a, 21: 205-231.
- _____. Reading human face. Emotion components and universal semantics. *Pragmatics and Cognition*, 1993b, 1-1: 1-23.
- _____. Document distribué lors du colloque *Le langage des émotions*, Duisbourg, avril, 1995.
- _____. A response to Michael Bamberg. In: NIEMEYER, S.; DIRVEN, R. (eds), 1997, p. 227-229.
- WIKAN, U. Shame and honour: a contestable pair. *Man*, 1984, 19: 635-652.
- WINDISCH, U. *Le K.O. verbal. La communication conflictuelle*. Paris: L'Âge d'Homme, 1987.
- WINKIN, Y. *Anthropologie de la communication*. Paris/Bruxelles: De Boeck, 1996.
- ZAGNOLI, N.; ROUX, M. (éds). *Ne pas perdre la face*. Vaucresson: Centre National de Formation et d'Études de la Protection Judiciaire de la Jeunesse, 1993.
- ZIFF, P. *Semantic Analysis*. Ithaca: Cornell University Press, 1960.

QUEM AMA CUIDA. VACINE SEU PET: SENTIDOS E SENTIMENTOS NO DISCURSO DO MERCADO ANIMAL

WHO LOVES CARES. VACCINATE YOUR PET SENSES AND FEELINGS IN THE ANIMAL MARKET DISCOURSE

Guilherme Carraro Pedronero¹
Manoel Sebastião Alves Filho²
Carlos Piovezani³

83

Resumo: Este artigo pretende analisar elementos de discursos da sensibilidade humana à causa animal materializados em três breves enunciados de um *banner* publicitário. Nesse *banner*, se anuncia o serviço de vacinação de uma clínica veterinária situada em uma cidade do interior do Estado de São Paulo. Nosso propósito consiste, mais precisamente, em mais bem compreender um aspecto do discurso publicitário do mercado animal, a saber: a referência às relações afetivas entre seres humanos e animais para incitar o consumo de produtos comercializados por esse setor da economia. Nossos pressupostos teóricos e procedimentos analíticos advêm da Análise do discurso de linha francesa, aliados a princípios e noções da História dos animais e da História das sensibilidades. A análise indica quais são os recursos discursivos empregados no *banner* para a produção de uma associação entre a demonstração de afeto aos animais e o consumo de produtos e serviços desse setor do mercado brasileiro.

Palavras-chave: Análise do discurso. Discursos da sensibilidade humana à causa animal. Discurso publicitário.

Abstract: This article intends to analyze elements of discourses of human sensitivity to the animal cause materialized in three brief statements on an advertising banner. This banner advertises the vaccination service of a veterinary clinic located in a city in the interior of the State of São Paulo. Our purpose is, more precisely, to better understand an aspect of the advertising discourse of the animal market, namely: the reference to affective relationships between humans and animals to encourage the consumption of products sold by this sector of the economy. Our theoretical assumptions and analytical procedures come from French Discourse Analysis, combined with principles and notions from the History of Animals and the History of Sensibilities. The analysis indicates which are the discursive resources used in the banner to produce an association between the demonstration of affection for animals and the consumption of products and services in this sector of the Brazilian market.

Keywords: Discourse analysis. Discourses of human sensitivity to the animal cause. Advertising discourse.

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Literatura da Universidade Federal de São Carlos. E-mail: guilherme.pedronero@estudante.ufscar.br. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/4186509534259344>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1815-9469>

² Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP [Processo nº 2019/17099-6 e Processo nº 2021/07061-1]. E-mail: manoel.filho2@hotmail.com. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/7789094287886685>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4798-7581>.

³ Doutor em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista – UNESP. Professor Associado do Departamento de Letras e do PPGL da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ. E-mail: cpiovezani@ufscar.br. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/1677609008094603>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3612-983X>

Introdução

É possível observar na sociedade contemporânea a produção e circulação cada vez mais frequentes e intensas de enunciados sobre as relações complexas e ambivalentes entre humanos e uma diversidade de seres geralmente compreendidos em uma categoria ampla e geral: a de animal. Dizeres que constroem nosso afeto em relação a algumas dessas criaturas, mas também nossa aversão, indiferença e ignorância a respeito de outras; que lhes conferem qualidades positivas ou negativas; que lhes permitem conviver conosco ou os condenam à morte e ao consumo. Os discursos que constituem esses diferentes contatos interespécies em nossa era podem suscitar muitas questões ao analista do discurso, entre as quais uma de contornos dramáticos e paradoxais: a de mais bem compreender o exitoso discurso de indústrias como a agropecuária, a matança sistemática de milhões de seres, o intenso consumo de carnes e de produtos derivados em um período marcado por um aumento inédito, ainda que ambíguo, da sensibilidade dos seres humanos aos animais.

Já existem estudos sobre o funcionamento discursivo do agronegócio brasileiro⁴, em cujas análises é possível observar, não obstante uma relativa e insuficiente concessão de determinados direitos aos animais em resposta à pressão de instituições e de sujeitos pelo seu bem-estar, a filiação do setor à concepção de que essas criaturas não passam de objetos e artigos destinados ao consumo dos seres humanos. Realmente, seu discurso materializa, mediante recursos linguísticos como hiperônimas, hipônimas, metáforas, metonímias e elipses, sentidos que concebem os manufaturados que comercializa como mercadorias e alimentos, e não como os corpos de seres vivos, dotados de sensibilidade, de emoção, de inteligência e mesmo de linguagem, que foram submetidos a um regime de engorda e à matança em milhares de criadouros e matadouros dessas indústrias.

Ao empregar elementos lexicais e combinações sintáticas que remetem à compra e ao consumo de mercadorias alimentícias, a indústria agropecuária objetifica e mesmo apaga os animais de seu próprio discurso. Seus anúncios disseminados constantemente intensificam esse efeito, ao mostrarem ambientes como supermercados, cozinhas, restaurantes e áreas de lazer, e situações como a compra e o consumo de alimentos de origem

⁴ Para saber mais sobre os discursos da indústria da carne em nosso país, ver: Alves Filho (2020).

animal, mas jamais ambientes como matadouros e circunstâncias como o abate dessas criaturas. Quando mostram e comercializam as carnes, elas foram devidamente cortadas, limpas, embaladas, etiquetadas e precificadas. Enfim, desindividualizadas dos seres vivos de quem elas derivaram e objetificadas como artigos de consumo dos humanos.

Apesar de sua hegemonia, o discurso do agronegócio não é o único, entretanto, a circular no seio de nossa sociedade. Nos últimos dois séculos, os povos ocidentais e ocidentalizados elevaram seus índices de sensibilidade aos animais, produzindo dizeres e materializando discursos que conferem a esses seres qualidades eufóricas e que começam a caracterizar certas práticas humanas como cruéis e especistas.

Atualmente, essa sensibilidade está presente em vários setores e produtos, num sentido amplo: nos documentários sobre a vida selvagem produzidos por canais como a BBC e a própria Globo, em que telespectadores podem acompanhar o cotidiano dos animais, sua árdua luta pela sobrevivência, sua relação conjugal, seu amor pelos filhotes, enquanto o narrador descreve suas sensações, emoções e os riscos a que estão sujeitos pela ação humana sobre o mundo; nos filmes infanto-juvenis, em que os animais são antropomorfizados e experienciam as adversidades da vida como um ser humano e têm características como sensibilidade, emoção, inteligência e linguagem; na constituição brasileira, em leis e projetos de lei que legislam sobre a sorte dos bichos em nossa sociedade; em livros e artigos científicos que concedem aos animais qualidades antes conferidas somente aos homens; no trabalho de organizações não governamentais dedicadas à causa animal; no cotidiano, em adesivos afixados em automóveis, cuja diversidade de dizeres podem expressar amor a um animal, apoio a algum órgão de proteção ou advertência a outros motoristas para que tenham cuidado com eventuais bichos que cruzem as estradas desprevenidamente, entre outros exemplos.

O recurso a essa sensibilidade está especialmente presente em publicidades do mercado de *pets*, cuja circulação não compreende apenas a tv, mas outdoors em clínicas veterinárias ou a distribuição de panfletos. A movimentação financeira desse setor em nosso país assinala sua força sobre o brasileiro: terceiro maior do mundo, ele vem arrecadando uma média de vinte bilhões de reais por ano. Os animais domésticos, comumente cachorros e gatos, são retratados como seres sensíveis, emotivos, inteligentes, cuja saúde e bem-estar

devem ser cultivados pelos seus donos através da compra de diversos produtos. Estes artigos, em resposta a necessidades cada vez mais exigentes, como uma alimentação equilibrada e nutritiva, banhos regulares com substâncias que não prejudiquem a pele e os pelos etc., são propagandeados como produzidos por profissionais excelentes, comprometidos com a pesquisa e trabalhando constantemente para lhes proporcionar uma vida ainda melhor⁵.

Assim, este artigo pretende analisar elementos de discursos da sensibilidade humana à causa animal materializados em três breves enunciados de um *banner* publicitário. Nesse *banner*, se anuncia o serviço de vacinação de uma clínica veterinária situada em uma cidade do interior do Estado de São Paulo. Nosso propósito consiste, mais precisamente, em mais bem compreender um aspecto do discurso publicitário do mercado animal, a saber: a referência às relações afetivas entre homens e animais para incitar o consumo de produtos comercializados por esse setor da economia. Nossos pressupostos teóricos e procedimentos analíticos advêm da Análise do discurso de linha francesa, aliados a princípios e noções da História dos animais e da História das sensibilidades. A análise indica quais são os recursos discursivos empregados no *banner* para a produção de uma associação entre a demonstração de afeto aos animais e o consumo de produtos e serviços desse setor do mercado brasileiro.

1 Fundamentação teórica e metodológica

Esta seção é dedicada a apresentação de algumas noções sobre discurso em Michel Foucault e em Michel Pêcheux, e também sobre elementos dos campos da História das sensibilidades e da História dos animais⁶. Tais considerações são elaboradas, com o propósito de expor a fundamentação teórica e metodológica a partir da qual serão descritos e analisados os discursos publicitários do mercado animal.

Foucault (1997) concebe o discurso por uma perspectiva que não é nem linguística, nem lógica, mas histórica. Fundamentalmente, ele se interessou pelas condições de emergência dos enunciados, que podem se materializar de diversos modos, não forçosamente aquelas das frases e das proposições. O discurso é a diferença entre tudo o que poderíamos

⁵ Para saber mais sobre a sensibilidade humana à causa animal, ver: Baratay (2020) e Alves Filho (2021) e Alves Filho e Piovezani (2024).

⁶ Para saber mais sobre Análise do discurso, ver: Orlando (2012), Possenti (2011), Gregolin (2014) e Piovezani e Alves (2024).

dizer e o que é de fato dito em um determinado momento, isso porque na dispersão dos dizeres existe a regularidade de práticas que controlam o que se diz. Essas práticas, com suas regras históricas, é que definem as condições de exercício dos enunciados.

Foucault (2000, p. 8-9), ao postular a existência de uma ordem discursiva, diz que “em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos”, que conservam a função de “conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”. Essa determinação discursiva não permite falar a respeito de tudo em qualquer situação. Em oposição à potência da gramática, que permite, com suas regras de combinação, inúmeras possibilidades, o discurso é marcado pela raridade, pois é o conjunto limitado das sequências realmente ditas. Diante dessa condição rara, cabe investigar como um determinado enunciado foi dito e não outro em seu lugar. Uma tal investigação não pode descurar o fato de que na discursividade o que faz a diferença e define os embates discursivos é a posição que cada um dos sujeitos ocupa ao enunciar alguma coisa.

Gestado no interior do materialismo histórico, a cujos princípios se ligaram saberes da linguística e da psicanálise, o conceito de discurso no pensamento de outro filósofo, Michel Pêcheux (1990), não corresponde ao caráter universal da língua para todos os falantes de uma comunidade linguística nem tampouco à condição individual da fala para cada um deles; se caracteriza, antes, pela normatividade de uma prática, determinada fundamentalmente pela luta de classes. Assim, para Pêcheux (1990, p. 74, grifo do autor), entre a universalidade de uma língua e a singularidade individual da fala, estaria localizado um “nível intermediário, o nível da particularidade, que define ‘contratos’ linguísticos de tal ou tal região do sistema.” Envolvendo relações de força e de sentido, uma vez que se inscreve nos conflitos e contradições ideológicas e, ao mesmo tempo, nas remissões a outros dizeres, o discurso é concebido na Análise do discurso proposta por ele não como uma simples transmissão de informação, mas como efeito de sentidos entre interlocutores.

Com efeito, as relações de força materializam-se nas relações entre os dizeres de uma sociedade, por meio das ideologias. Estas também são concebidas por Pêcheux (2011) em sua condição de nível intermediário, pois as formações ideológicas compreendem representações e atitudes que não são nem individuais nem universais, mas estão ligadas a

posições de classe em constante conflito. O discurso é entendido como uma forma privilegiada de materialização das ideologias, pois as formações ideológicas carregam uma ou várias formações discursivas que determinam, para Pêcheux (2011, p. 73, grifo do autor), “*o que pode e deve ser dito [...] a partir de uma dada posição numa dada conjuntura*”. Desse modo, ao materializar as ideologias, que são, por sua vez, materializações dos conflitos entre as classes sociais, o discurso determina os dizeres e materializa diferentes sentidos.

Aos pressupostos teóricos e procedimentos analíticos da Análise do discurso de linha francesa, há ainda os saberes provenientes de outro campo das ciências humanas: o da História das sensibilidades⁷. Esse tema não passou despercebido durante a revolução historiográfica ocorrida no início do século passado. Lucien Febvre (1941), que fundou com Marc Bloch a Escola dos Annales, não deixou de escrever a respeito da possibilidade de os historiadores estudarem sobre nossos sentimentos na história. Depois, a história das mentalidades, embora não tenha elegido as emoções como um campo próprio, as encontrou em diversas de suas investigações: ao tratar da morte, da infância, da família, do corpo, do rosto e das expressões dos seres humanos.

É somente na década de setenta que Jean Delumeau (1978) elege o medo como um objeto específico de investigação. Mas quem passa a realizar uma pesquisa contínua e consistente a esse respeito, estabelecendo os alicerces desse domínio, é o historiador Alain Corbin (2016). Ele é o responsável por uma série de livros que falam sobre a historicidade de nossas percepções a respeito de diversas questões: sensações olfativas, auditivas, visuais e táteis em relação ao mar, ao campo, ao clima etc. Mais recentemente, Corbin, em parceria com Jean-Jacques Courtine e Georges Vigarello (2020), publicou uma obra composta por três volumes e intitulada justamente de História das Emoções.

Entre as contribuições desse campo recente da historiografia está a de, sem negar a evidente dimensão bioquímica dos sentidos dos seres humanos, lançar luz sobre seu caráter histórico, cultural, ideológico. As reações reproduzidas a respeito do que se ouve, se cheira e se sente, a recusa ou aceitação, agrado ou desagrado, não tem uma relação puramente biológica e natural, como habitualmente se faz crer, mas é atravessada pela história, pela

⁷ Já dedicamos eventos científicos, a sexta e a sétima edição do Colóquio Internacional de Análise do discurso (CIAD), realizadas em maio de 2021 e setembro de 2024 na UFSCar, e publicações às relações entre os discursos e as emoções, a partir da articulação entre a AD e a História das sensibilidades. Ver: Piovezani; Curcino; Sargentini (2024).

sociedade e pelas filiações ideológicas que perpassam o homem. As causas de nossas emoções, assim como nossas reações a essas causas, também são contingentes. Alain Corbin (2016) mostrou esta última dimensão em seu estudo pioneiro sobre as diferentes sensações olfativas que a sociedade europeia concebeu durante a Idade Moderna.

Finalmente, este estudo recorre a avanços científicos realizados por um último campo: o da História dos animais. Este domínio também surge muito recentemente em nossa historiografia, impulsionado pelo historiador Robert Delort (1984), que inaugura as bases para se realizar uma história desses seres. Maurice Agulhon (1981) também publica um artigo importante a respeito desse assunto. Entretanto, é somente na década de noventa que o campo adquire regularidade e consistência, especialmente com as pesquisas empreendidas por Éric Baratay (2012).

Essa ciência é responsável por uma conversão do olhar, investigando com novo foco documentos tradicionais, que apenas tangenciam os animais, como testemunhos de guerra e relatórios governamentais, mas também elegendo outros mais específicos, como escritos de criadores de gado, de empresários do ramo da mineração e da locomoção animal, de zootecnistas, de médicos etc. A metodologia também difere dos modos de investigação clássicos: com o auxílio de ciências como a etologia e a zoologia, os historiadores conseguem compreender melhor as relações entre homens e animais, as ações e reações destes últimos quando se relacionaram de um ou de outro modo com os primeiros e quando foram submetidos a situações diversas, como trabalho e guerra.

O material de análise é composto por três breves enunciados materializados em um *banner* publicitário que anuncia o serviço de vacinação de uma clínica veterinária localizada na cidade de São Carlos, no interior paulista. Ele será analisado mediante um procedimento bastante conhecido na Análise do discurso: o estabelecimento de relações entre os enunciados do anúncio e entre eles e outros já-ditos do interdiscurso. Essas relações são feitas através da identificação e montagem das cadeias parafrásticas, que estão no interior das formações discursivas e que permitem ao analista depreendê-las. Também serão observadas as relações entre as formações discursivas do material, que, por sua vez, estão ligadas a diferentes condições de produção e posições de sujeitos. Pelo fato dessas formações serem instâncias em que os dizeres são determinados, será possível detectar as regularidades

em que se materializam relações de sentido em nossa sociedade. Serão analisados ainda os recursos linguísticos e imagéticos usados na formulação do *banner*, e as especificidades dos efeitos produzidos pelo modo como ele circula em nossa sociedade.

Em outros termos, serão consideradas as seguintes dimensões da discursividade: a circulação, que permite observar aspectos concernentes ao meio e ao espaço em que o material de análise circula; a formulação, dimensão atinente ao intradiscorso e aos aspectos linguísticos mobilizados na elaboração dos enunciados; e, finalmente, a constituição, que remete a análise ao interdiscorso e à memória de formações discursivas postas em jogo no conjunto de enunciados de que se vale a ação publicitária.

Finalmente, a análise se valerá de recentes contribuições advindas de articulações entre os campos da História das Sensibilidades e da Análise do discurso, com o intuito de considerar a dimensão patêmica, afetiva, dos enunciados que compõem o objeto da análise, pondo a descoberto o fato de que as significações e os sentimentos estão conjugados nos sentidos de tudo o que se diz na sociedade, de modo que se possa afirmar, a propósito de uma comunidade discursiva, que esta também se define, entre outros fatores, pela partilha de diferentes percepções e afetos produzidos pelo discurso.

2 Quem ama cuida. Vacine seu pet: elementos do discurso publicitário do mercado animal

Nesta seção, realizaremos a análise de três breves enunciados materializados em um *banner* publicitário que anuncia o serviço de vacinação de uma clínica veterinária localizada na cidade de São Carlos, no interior paulista. Os enunciados, na ordem em que aparecem no suporte e considerando um gesto de leitura que privilegia o que está escrito em cima e se efetua num movimento descendente dos olhos, são os seguintes: “Quem ama cuida!”, “proteção garantida” e, por último, “vacine o seu *pet*”.

Dada a especificidade do material analisado, convém tecer rapidamente um comentário sobre sua circulação e identificar uma relação entre o suporte e os enunciados inscritos em seu interior, estes últimos de modo algum livres de restrições, a começar pela própria materialidade em que surgem. Uma vez que esse suporte, uma faixa de lona com o

propósito de veicular uma publicidade, foi afixado na esquina de duas ruas, local de ampla visibilidade e circulação de pedestres e de condutores na dinâmica agitada da vida cotidiana, os enunciados são curtos e impactantes, para que possam ser lidos num golpe de vista, além de eficazes, correspondendo à função conativa ou apelativa da linguagem.

Também é significativo mencionar que a clínica veterinária está localizada no centro da cidade, região que recebe uma quantidade considerável de pessoas com um poder aquisitivo razoável, uma vez que dispõe de estabelecimentos que, pela sua infraestrutura e pelos serviços que oferecem, não atendem qualquer público. Portanto, é plausível supor que o público-alvo a que se destina a mensagem veiculada pelo *banner* é composto idealmente de membros das classes média e média-alta. Com efeito, o simples fato de a faixa anunciar um serviço particular de vacinação, também realizado, de acordo com calendário específico, por órgãos públicos de governo, fundamentam essa nossa afirmação.

Para proceder ao eixo da formulação, em cuja análise serão considerados os enunciados individuais e as relações que estabelecem entre si, cabe antecipar que, na leitura de conjunto do material, há uma acumulação de sentidos que se dá pela contiguidade desses dizeres inscritos no mesmo suporte. A força de conjunção dos enunciados, cujos sentidos reverberam uns nos outros, de modo a permitir que formem uma unidade significativa, especializa o sentido de cada fórmula genérica apresentada e produz um efeito de interpelação direta sob o leitor e cliente em potencial para que ele “vacine o seu *pet*”. Frequentemente na função conativa, que se concentra no receptor da mensagem para persuadi-lo, o verbo “vacine” está conjugado na terceira pessoa do singular do modo imperativo, embora tenha valor de segunda, pois o pronome “você”, ausente do enunciado pelo fenômeno da elisão, mas usado para se referir àquele com quem se fala, rege verbos que são conjugados na terceira pessoa.

A eficácia da fórmula “quem ama cuida” é digna de nota: trata-se de uma estrutura bioracional em que a objetividade e a força de generalização produzidas pelo emprego do pronome relativo “quem”, que não se refere a um indivíduo em particular, por introduzir uma oração relativa sem antecedente, à semelhança de outros adágios populares, como o afamado “quem cala, consente”, permite que se estenda consensualmente a todos a

associação que se quer produzir entre amor e cuidado, sendo o ato de cuidar, simultaneamente, manifestação e requisito, dimensão *sine qua non* do amor.

O enunciado ora analisado se beneficia da força do adágio, fórmula sentenciosa que expressa, na concisão que lhe é típica, relações bem estabelecidas, como a de causalidade, neste caso, e que é admitida como elemento integrante do vasto inventário que forma o senso comum e do cabedal igualmente amplo da sabedoria popular. Esse estilo fortalece o efeito de evidência e de incontestabilidade entre um sentimento e uma ação positivas ao construir esse tipo de filiação ao universo dos ditados populares.

A estratégia argumentativa presente no sintagma é verificável se realizarmos um exercício entimemático, cujas premissas implícitas poderiam ser assim formuladas: o amor é um sentimento universal e universalmente reconhecível por traços comportamentais típicos; e o amor se manifesta através do cuidado dispensado ao sujeito ou ao objeto amado, que configura a prática dos comportamentos correspondentes. Das premissas amplamente admitidas, se pode concluir, portanto, que quem ama logo cuida.

Ademais, por meio do emprego da metodologia das cadeias parafrásticas, o enunciado pode ser reformulado em um período condicional com a partícula “se”, se dirigindo diretamente ao leitor, num tom ainda mais pessoal, de modo a evidenciar o cuidado como consequência necessária, ainda que se possa questionar o estatuto de necessidade ao identificar características culturais e históricas do amor: “se você ama, então deve cuidar, e se não o faz, é porque não ama de verdade”. Mas não é, como observamos anteriormente, uma simples relação de causalidade a que se esboça aqui: o enunciado, por reproduzir também a fórmula do adágio, se inscreve na ordem de evidência do truísmo.

Outro exercício, o de tornar a sentença negativa, permite mais bem elucidar o que se esboçou no parágrafo anterior, isto é, o cuidado como dimensão impreterível e definidora do ato de amar: “quem não ama, não cuida”. A ausência de amor, que se evidencia na falta de cuidado para com o sujeito ou o objeto supostamente amado, é prevista na formulação “quem ama, cuida”, na medida em que, ao asseverar que o amor se manifesta por meio do cuidado com o outro, imediatamente implica sua negação, evidenciando o caminhar dialético do discurso: dialoga com e ao mesmo tempo evoca, sem que seja necessário formular a sua negativa, o enunciado que caracteriza o que é não amar.

Ao estabelecer com os termos amor e cuidado uma relação necessária de causalidade, o enunciado produz o sentido de alerta, pois sendo o cuidado consequência necessária de sua causa, que é o amor, aqueles que pensam e dizem amar seus *pets* e não providenciam cuidados básicos, como a vacinação, não os amam realmente. É lícito concluir que “se você não cuida, é porque não ama; portanto, o amor que você diz sentir não é amor, é outra coisa, que deve ser revista e que não merece essa denominação. A dimensão patêmica irredutível do enunciado, ao tratar de um sentimento que nos é tão caro, o amor, constrange o leitor a se questionar a propósito da qualidade do amor que dispensa a seu animal de estimação e a avaliá-lo, ainda que a contragosto ou de maneira inconsciente.

O ponto de exclamação intensifica esse efeito de interpelação, que chega a ser alarmante, e que faz com que o leitor recrie acusticamente o enunciado como um grito, de modo a evocar todas as situações em que, socialmente, o recurso à exclamação aparece, entre elas, as de emissão de um alerta ou de uma ordem.

Por meio da conjunção dos enunciados, cujos sentidos reverberam uns nos outros, de modo a compor um todo significante pela influência de sentidos que o conjunto enseja, o sentido de “cuidar”, de uma formulação tão genérica quanto a que se emprega no anúncio, é especializado pelo: “Vaccine o seu *pet*”. Cuidar, portanto, significa, ou, pelo menos, inclui vacinar. Operando a devida substituição, a partir dos sentidos e associações inferidas, resultaria um enunciado do tipo: “quem ama, vacina”, pois não apenas o amor implica o cuidado, como este, por sua vez, comprehende a vacinação.

Ademais, a alocução “Vaccine o seu *pet*”, ao interpelar diretamente o leitor por meio do uso do verbo “vacinar” no modo imperativo, conforme vimos, tem efeito particularizante e de ordem, ou, no mínimo, de veemente convocação à ação. Constitui um chamamento, com força de alerta para aqueles que descuraram de suas obrigações para com o calendário de vacinação de seus *pets*. O duplo aspecto de alerta ou convocação, sendo este primeiro sentido mais fortemente engendrado pelo enunciado “quem ama cuida!” que complementa o sentido de “vacine o seu *pet*”, conferindo-lhe uma justificativa não apenas plausível, mas também louvável e que revela boa-fé, e de ordem, que se impõe como efeito de sentido característico do modo imperativo, é fortalecido pela disposição do texto em seu suporte: o

verbo “vacine” figura no centro espacial do *banner* publicitário, o que lhe confere maior destaque e reforça os sentidos apresentados nas análises realizadas até aqui.

Ademais, além da centralidade espacial do verbo, o tamanho da fonte utilizado em sua confecção e para dá-lo à estampa é superior ao do restante do enunciado que compõe, de modo que, em uma linha, pode-se ler o verbo “vacine” e, na de baixo, que conclui o enunciado, “o seu *pet*”. No plano da configuração do texto, confirma-se a primazia da vacinação no conjunto de sentidos materializados pelos enunciados.

Novamente, a dimensão patêmica do discurso se faz evidente no recurso ao anglicismo “*pet*”, uma fórmula concisa e popular que carinhosamente faz referência os animais domésticos e que lhes atribui uma condição distintiva no seio familiar, ao ponto de haver expressões na sociedade do tipo: “mãe / pai de *pet*”, que admitem a ampliação dos conceitos de maternidade ou de paternidade aos animais de estimação.

Adicionalmente, a utilização de um determinante definido, acompanhado de um pronome possessivo, no sintagma nominal “o seu *pet*”, corrobora o efeito injuntivo da alocução e estabelece o efeito de evidência daquilo sobre o que se fala, de modo que se faz inevitável a remissão ao dêitico “seu”, quando da leitura por parte de algum transeunte qualificado, a si mesmo e também a seu animal de estimação.

Outra dimensão significativa do anúncio diz respeito ao eixo da constituição, remetendo a uma memória discursiva que se reatualiza constantemente e que reproduz o sentido do enunciado “proteção garantida”, um verdadeiro clichê publicitário que também se relaciona com os campos científico e médico. O sentido desse sintagma procede de um domínio de memória específico, reforçando enunciados reproduzidos e dados a circular ao longo da nossa história que se comprometem com a segurança e a eficácia das vacinas, com a confiabilidade dos discursos médico e farmacológico, incluindo a medicina veterinária, e com os processos de produção dessas substâncias de proteção. Além disso, estabelece um contraponto com outros enunciados que materializam, por sua vez, discursos de suspeição e de questionamento da confiabilidade dessas vacinas e, consequentemente, das instituições, das ciências e dos saberes que concorrem para sua produção e difusão.

Esse enunciado em particular torna explícito um dos pressupostos teóricos da Análise do Discurso, que sustenta que os dizeres trazem já-ditos, retomando-os ou reformulando-os,

de modo a corroborá-los ou a eles contrapor-se. O movimento é duplo e dialético: filia-se a um discurso que sustenta a eficácia e a segurança das vacinas, que podemos situar no conjunto de uma formação discursiva pró-vacina e, mais genericamente, crente na ciência, e se contrapõe aos enunciados que, contrariamente, suspeitam de sua eficácia e segurança, inscritos em uma formação discursiva negacionista, termo em voga para classificar os que rejeitam o discurso científico, e, especificamente, antivacina.

Outra particularidade desse enunciado é o fato de responder diretamente à insegurança ocasionada pela ausência de garantia absoluta de proteção das vacinas desenvolvidas para o combate à propagação de diversas doenças contagiosas e, em nossa história mais recente, do coronavírus. A eficácia desses imunizantes, característica muito debatida e comparada na mídia e nas redes sociais durante a pandemia, que, vale dizer, ocasionou verdadeira fetichização da vacina Janssen no início da campanha de vacinação, se traduz em percentuais que inspiram incertezas em relação à proteção, que não ocorreria caso as vacinas fossem anunciadas como 100% eficazes, e que justifica a manutenção das normas sanitárias, como o uso de máscaras, e antecipa a necessidade de doses de reforço.

Mesmo que nenhum laboratório crave nas bulas das vacinas que sua segurança é total e definitiva, traduzida numericamente pelo percentual de 100%, embora a maioria se aproxime disso, apresentar seu efeito, o de proteger, como “garantido” responde a um duplo propósito: o de diminuir a margem de dúvida e insegurança daqueles que, filiados à ideologia que chamamos de negacionista, se utilizam do argumento da relativa ineficácia das vacinas para justificar sua desconfiança; e o de afirmar a qualidade das vacinas aplicadas na clínica veterinária, e não em outro lugar, porque ali a eficácia é garantida.

A natureza publicitária do material não pode ser relegada a segundo plano, no que o enunciado “Vaccine o seu *pet*” adquire centralidade, e seu efeito injuntivo, patenteado pelo emprego do verbo no modo imperativo, é corroborado pelos outros dois enunciados. A intenção argumentativa se torna manifesta no anúncio, pois, não obstante a dimensão eminentemente patêmica de “quem ama cuida!”, que suscita uma espécie de efeito de boafé e concede ao anúncio um tom quase caritativo, ao lembrar o leitor de que a vacinação é necessária e que a clínica está ao dispor de quem queira se desincumbir de tão importante tarefa, e a natureza médico-veterinária do serviço anunciado escamotearem, em partes, a

natureza comercial do anúncio, os efeitos de sentido engendrados pelo *banner* concorrem para o fortalecimento de seu propósito persuasivo, rematado pela presença do logotipo da clínica, removido durante a edição da foto original, na região inferior do suporte.

Além de estabelecer a necessidade da vacinação como elemento fundamental de uma terapêutica profilática, lhe outorgando o louvável estatuto de cuidado-amor do dono pelo seu animal de estimação, a publicidade situa esse cuidado na clínica anunciada, ao expor seu logotipo, sentido reforçado pela presença do selo de garantia, a “proteção garantida”, que passa excelência e confiança aos seus imunizantes.

Pode-se, enfim, parafrasear textualmente o conteúdo imagético-verbal do *banner* publicitário do seguinte modo: “vacine o seu *pet* aqui, pois apenas aqui, com a garantia absoluta de eficácia de nossas vacinas, você dará mostras concretas de verdadeiro amor por seu *pet*, pois quem ama cuida e, sobretudo, providencia em nossa clínica cuidados preventivos de cuja terapêutica a vacinação é parte essencial”.

Portanto, não se pode negligenciar o fato de que, nesse caso particular, o discurso filiado a uma formação discursiva pró-vacina esteja subsumido a um englobante discurso de natureza publicitária, cujo fim, ainda que não expresso, mas facilmente inferido, é o de persuadir o leitor a contratar o serviço que é anunciado ali.

Para tanto, por meio de uma estratégica conjunção de enunciados cuja contiguidade permite que entre eles haja transferência de sentidos, não só a vacinação, em geral, é caracterizada como um verdadeiro gesto de amor, como a clínica, em particular, recipiente último de todos os sentidos eufóricos mobilizados, converte-se em *locus* privilegiado de manifestação infalível desse sentimento.

É preciso considerar ainda um importante fator imagético que especializa o sentido de animal de estimação e de sua referência anglicizada, *pet*: trata-se da presença, no anúncio, de um cão e de um gato. Ainda que essas duas espécies não sejam as únicas a quem atribuímos o sintagma “de estimação”, elas são, sem dúvida alguma, predominantes no seio da sociedade ocidental atualmente. É provável que a clínica que produziu o cartaz atenda pelo menos alguns tipos de animal, mas a preferência pelos dois assinala sua importância e assimilação pelos seres humanos, em detrimento de tantos outros. E também as

consequências mercadológicas dessa relação interespécies. Cães e gatos são, principalmente, os objetos privilegiados do amor, do cuidado, da proteção e dos gastos humanos.

Sua aparição no anúncio não é, como observamos, inocente, como também não o é o modo como aparecem. Eles não surgem de qualquer jeito, mas com expressões faciais eufóricas e com aspecto saudável. Domesticados pelos homens e convivendo ao seu lado, a despeito de alterações de sensibilidade e cuidado, há milhares de anos, as expressões dessas duas espécies são muito mais facilmente reconhecíveis e até mesmo assimiláveis àquelas que nossa própria espécie manifesta. O cão e o gato expressam felicidade, disposição e empolgação, reforçando os sentidos produzidos pelos três enunciados. Amar, cuidar, proteger, vacinar, é colher os frutos de uma vida animal bastante saudável e feliz.

O discurso em prol de alguns animais domésticos, como cachorros e gatos, adquiriu cada vez mais constância e intensidade na sociedade ocidental, a partir de meados do século XIX, até desembocar nas clínicas veterinárias, nos *pet shops* e no comércio de produtos específicos dos dias de hoje. Entre as razões que explicam a emergência cada vez maior desse discurso, é possível citar um aumento geral da sensibilidade humana aos animais, ainda que sua complexidade dê margem para variações socioculturais e individuais; um relativo crescimento econômico da população em muitos países que permitiu que cada vez mais pessoas pudessem alimentar e cuidar de determinadas espécies de animal; as conquistas científicas a respeito da natureza e das capacidades cognitivas dessas criaturas; o surgimento e a atuação de instituições como as organizações não governamentais.

Mas essa relação eufórica entre humanos e animais como cachorros e gatos na sociedade contemporânea cujo exemplo examinamos aqui, embora não esteja livre de ambivalências, nem sempre existiu. A condição desses animais no interior da sociedade europeia entre os séculos XVIII e XIX, objeto de algumas pesquisas recentes⁸, não era, em geral, confortável como em nosso tempo, ainda que seja possível encontrar cachorros bem tratados no passado e relegados no presente. A maioria das pessoas não tinha condições financeiras e o hábito de adquirir e cuidar de um cão ou de um felino, e uma aquisição dessa ordem era frequentemente vista como hilariante. Animais errantes abundavam nas ruas das cidades, e a solução para erradicá-los consistia em enforcá-los, afogá-los, envenená-los,

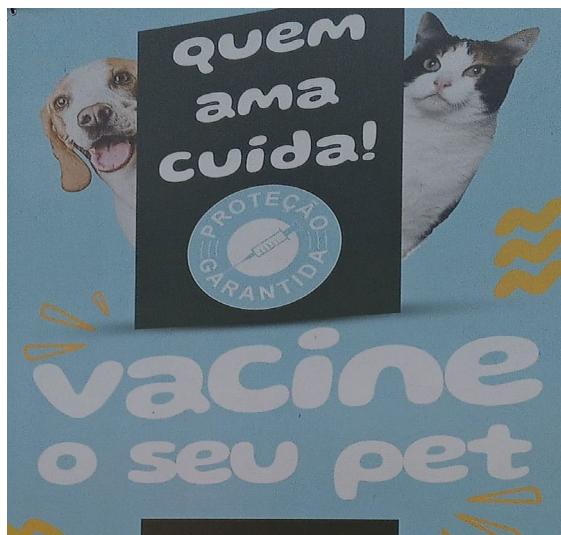
⁸ Para saber mais sobre essa história, ver Baratay (2012, 2020).

matá-los a golpes de machado, entre outras práticas menos usuais hoje em dia e consideradas crueis; até aqueles adotados padeciam desse mesmo fim, uma vez que recursos mais sutis, como a injeção em clínica veterinária, surgiram paulatinamente e eram caros e inacessíveis.

A prática da vacinação e outros cuidados médicos em animais domésticos não eram frequentes, pois mesmo os veterinários lhes concediam menor importância, se dedicando ao cuidado de animais mais úteis, como o cavalo. A vida de cachorros e gatos também não durava muito: os errantes eram recolhidos pela carrocinha e às vezes mortos por cidadãos incomodados com seu crescimento desordenado; e os domésticos eram abatidos ao menor sinal de alguma doença, em geral por recomendação médica e pela impossibilidade de despender dinheiro no prolongamento de uma vida já condenada. Os corpos eram, em geral, jogados nos rios, nas florestas ou enviados para estabelecimentos de transformação de subprodutos animais, sem que fossem devidamente enterrados; muitos pensavam, inclusive, que um ser diferente do humano cristão não poderia ter essa prerrogativa.

2.1. *Banner*

Figura 1: *Banner* publicitário da clínica veterinária.



Fonte: Elaborada pelo autor.

Considerações finais

Neste artigo, analisamos três enunciados concisos materializados em um *banner* que anuncia o serviço de vacinação de uma clínica veterinária da cidade de São Carlos, no interior paulista. Inicialmente, apresentamos considerações de ordem teórico-metodológica de campos como a Análise do discurso, a História das Sensibilidades e a História dos animais, para depois proceder à análise discursiva da publicidade.

Através da análise de cada enunciado, dos enunciados entre si e deles com os já-ditos que constituem o interdiscurso, observamos a produção de vários sentidos eufóricos a respeito da relação entre seres humanos e certos animais de estimação, tais como amar, cuidar, proteger e vacinar, que contribuem, afinal, para a promoção da própria clínica veterinária, ao investi-la de uma excelência técnica que se materializa na utilização de vacinas absolutamente eficazes e seguras e de um teor quase caritativo de um estabelecimento em que verdadeiras manifestações de amor por um animal de estimação podem e devem se materializar mediante a dispensação de cuidados elementares e profiláticos, de cuja terapêutica a vacinação constitui um elemento muito importante e mesmo indispensável.

Para tanto, alguns recursos linguísticos e argumentativos foram mobilizados na composição do anúncio, dos quais é importante salientar a exploração da dimensão patêmica do discurso por meio do adágio “quem ama cuida!”, que corrobora a força injuntiva da alocução principal “Vaccine o seu *pet*”, e a explícita remissão ao interdiscurso quando da utilização do enunciado, cuja materialidade simula um selo de garantia, passível de ser estendido a toda e qualquer vacina utilizada na clínica, “proteção garantida”, que traz à tona, entre outras coisas, a recente polêmica travada entre grupos filiados a formações discursivas pró e antivacina, e que se instaura como réplica, ainda que não declarada, ao discurso que questiona a segurança e a eficácia de vacinas aplicadas em qualquer lugar. Essa réplica não declarada é enunciada, entre outras razões, como forma de mitigar os avassaladores efeitos comerciais que a suspeição a propósito da eficácia das vacinas ocasiona.

Ainda conforme demonstrado na análise, a especificidade do gênero publicitário deve ser levada em consideração para que possamos dimensionar adequadamente os efeitos

dessa estratégia argumentativa, cujo fim último é o de persuadir o leitor, por vias detalhadamente descritas na seção analítica, a contratar os serviços de vacinação, com a regularidade e os custos que sua manutenção impõe, dessa clínica.

Referências

- ALVES FILHO, M. S. Homem, animal, indústria: uma análise discursiva do agronegócio brasileiro. 2020. *Dissertação* (Mestrado em Linguística) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020.
- ALVES FILHO, M. S. Discursos da sensibilidade humana à causa animal. *Estudos Linguísticos* (GEL, São Paulo. 1978), v. 50, n. 2, p. 539–557, 2021.
- ALVES FILHO, M. S.; PIOVEZANI, C. Discursos sobre os animais na sociedade brasileira contemporânea. *Linguagem em (Dis)curso*, v. 24, p.1-18, 2024. e-1982-4017-24-11.
- AGULHON, M. Le sang des bêtes. Le problème de la Protection des animaux em France au XIXe siècle. *Romantisme*, v. 31, n. 1, 1981, p. 81-109.
- BARATAY, É. Comover-se com os animais. In: CORBIN, A.; COURTINE, J-J.; VIGARELLO, G. *História das emoções*, v. 3. Petrópolis: Vozes, 2020.
- BARATAY, É. *Le point de vue animal*: une autre version de l'histoire. Paris: Seuil, 2012.
- CORBIN, A. *Une histoire des sens*. Paris: Robert Laffont, 2016.
- CORBIN, A.; COURTINE, J-J.; VIGARELLO, G. (Org). *História das emoções*. Petrópolis: Vozes, 2020.
- DELORT, R. *Les animaux ont une histoire*. Paris: Seuil, 1984.
- DELUMEAU, J. *La peur en Occident*, XIVe-XVIIIe siècle. Paris, Fayard, 1978.
- FEBVRE, L. La sensibilité et l'histoire – comment reconstituer la vie affective d'autrefois? *Annales d'Histoire Sociale*, v. 2, n. 1-2, 1941, p. 5-20.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2000.
- FOUCAULT, M. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 1997.
- GREGOLIN, M. R. *Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos & duelos*. São Carlos: Claraluz, 2014.
- ORLANDI, E. *Análise de discurso: princípios & procedimentos*. Campinas: Pontes, 2012.
- PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso. In: GADET, F., & HAK, T (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990, p. 61-161.

PÊCHEUX, M. Língua, linguagens, discurso: In: PIOVEZANI, C.; SARGENTINI, V. (org.). *Legados de Michel Pêcheux*. São Paulo: Contexto, 2011, p. 63-75.

PIOVEZANI, C.; CURCINO, L.; SARGENTINI, V. (Org.). *O discurso e as emoções: medo, ódio, vergonha e outros afetos*. São Paulo: Parábola, 2024.

PIOVEZANI, C.; ALVES, M. Discurso. In: AZEVEDO, T. M.; FLORES, V. N. (Org.). *Estudos do discurso: conceitos fundamentais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2024, p. 129-146.

POSSENTI, S. Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas. In: MUSSALIM, F; BENTES, A. C. (Org.). *Introdução à linguística*, v. 3: fundamentos epistemológicos. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

MORADOR DE RUA OU PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA: DESLOCAMENTOS DE SENTIDOS E SENSIBILIDADES EM DISCURSOS MIDIÁTICOS

UNHOUSED PEOPLE OR STREETDWELLERS: MEANING MOVEMENTS AND SENSITIVITIES IN MEDIA DISCOURSES

Sara Cristina dos Santos Freires¹
Maria Eduarda Cabral de Oliveira Freitas²
Maria Eliza Freitas do Nascimento³

102

Resumo: Pensando em acontecimentos que incidem sobre a população formada por pessoas em vulnerabilidade social, objetivamos analisar discursos midiáticos que promovem deslocamentos de sentidos entre os termos *morador de rua* e *pessoa em situação de rua* ressaltando efeitos do biopoder na gestão da vida da população. Utilizamos como embasamento teórico os Estudos Discursivos Foucaultianos, através do método arqueogenéalogico, no qual categorias da arqueologia do saber sinalizam a emergência do discurso enquanto prática que constrói os objetos (Foucault, 2007), coadunam-se com a genealogia do poder na esfera biopolítica e da governamentalidade. Como *corpus*, selecionamos duas produções discursivas midiáticas, as quais apresentam sentidos e vontades de verdade sobre o morador e a pessoa em situação de rua. Os resultados apontam que as práticas discursivas marcam formas de ver e dizer os objetos na ressignificação mobilizadas pela língua e pela história. Foi possível discutir a relação entre discurso e sensibilidade, ao tocar questões do sentido em meio às relações de poder e saber, ao marcar o enunciado discursivo no deslocamento de práticas e de formas de gestão da vida dessa população e como contribui para a formação de uma realidade social e suas implicações nas estruturas de poder, saber e de exclusão na sociedade.

Palavras-chave: Discurso. Biopoder. Sujeito. Vulnerabilidade social

Abstract: Thinking about events that affect the population in situations of social vulnerability, we aim to analyze media discourses that promote shifts in meaning between the terms *homeless person* and *person experiencing homelessness*, highlighting the effects of biopower in the management of the population's life. We had as theoretical framework the Foucaultian Discourse Studies, employing the archaeogenetic method, in which categories from the archaeology of knowledge signal the emergence of discourse as a practice that constructs objects (Foucault, 2007) and align with the genealogy of power within the spheres of biopolitics and governmentality. As our corpus, we selected two media discursive productions, that present meanings and willings of truth regarding the homeless person and the person experiencing homelessness. The results indicate that discursive practices shape ways of seeing and saying the objects in the resignification mobilized by language and history. It was possible to discuss the relationship between discourse and sensitivity by touching on issues of meaning within power-knowledge relations, marking the discursive statement in the displacement of practices and forms of life management for this population and how it contributes to the formation of a social reality and its implications within structures of power, knowledge and exclusion in society.

Keywords: Discourse. Biopower. Subject. Social vulnerability.

¹ Doutoranda em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/UERN. E-mail: sc.freires@gmail.com. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/2900413810696151>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-3815-9375>

² Mestranda em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/UERN. E-mail: maria20241004@alu.uern.br. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/5665660344172472>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-6561-9741>

³ Doutora em Linguística, docente da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/UERN. E-mail: elizafreitas@uern.br. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/5550767495701076>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7343-5609>

Introdução

*A gente não quer só comida
A gente quer comida, diversão e arte
A gente não quer só comida
A gente quer saída para qualquer parte
A gente não quer só comida
A gente quer bebida, diversão, balé
A gente não quer só comida
A gente quer a vida como a vida quer*
Titãs (1997)

A sociedade assiste à irrupção de discursos que refletem o cotidiano de diferentes sujeitos. No contexto da vulnerabilidade social, urgem pautas que precisam entrar na discussão, inclusive de áreas científicas ligadas aos estudos da linguagem. Os caminhos teóricos refletem indagações que nos instigam a pensar sobre a população dos até então denominados moradores de rua.

Essa escolha parte da necessidade de fomentar o lugar das práticas discursivas enquanto espaço de ver e dizer esses sujeitos. Nas cidades, há demandas de ordem das políticas públicas sobre o morar nas ruas, corpos invisíveis se destacam na visibilidade de atenção na área da saúde e direitos humanos, por exemplo, tendo em vista que Filgueiras (2019) argumenta que a presença desses corpos e seus pertences transgridem a ordem espacial e infringem normas de ocupação, circulação e permanência nos espaços da cidade.

Torna-se, então, uma questão biopolítica sobre a qual há a emergência das relações de poder e saber, principalmente em não apenas fornecer comida, mas condições dignas de vida e também de ser e estar no mundo. Por isso, fazemos alusão à situação das pessoas em situação de rua com os dizeres da epígrafe acima “a gente não quer só comida, a gente quer saída para qualquer parte [...] a gente quer a vida, como a vida quer” (Titãs, 1997).

Querer a vida exige dentre outras garantias, a da cidadania, englobando a essência dos direitos humanos fundamentais. Nesse interim, podemos discutir tal problemática pelo olhar dos estudos discursivos para mostrar como os discursos constroem os objetos de que falam; e, ainda, mostrar por que aparece o enunciado *pessoa em situação de rua* e não outro, conforme Foucault (2007). Desse modo, este trabalho tem como objetivo analisar discursos midiáticos que promovem um deslocamento de sentidos entre os termos *morador de rua* e *pessoa em situação de rua* ressaltando efeitos do biopoder na gestão da vida dessa população.

A emergência do enunciado em sua instância de produção e circulação entra na ordem do discurso não só para suplementar as necessidades biológicas e de combate à fome, mas também pelos sentidos que são construídos na nomeação desses sujeitos. Assim, a marcação histórica do termo *morador de rua* será debatida para contemplar como os deslocamentos deste termo atravessam os dias atuais para novas terminologias que não são somente palavras, mas legitimam e regulamentam formas de ver e dizer os sujeitos em situação de rua. Há emergência de saberes que fazem promover efeitos de sensibilidade, emoção e um novo olhar atrelado à cidadania e à garantia de direitos, no tocante à regulamentação, controle e tolerância ao cumprimento dos direitos humanos.

Utilizamos como embasamento teórico os Estudos Discursivos Foucaultianos, através do método arqueogenéalógico, no qual categorias da arqueologia do saber se coadunam com a genealogia do poder. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e cunho bibliográfico, cujo *corpus* do trabalho foi selecionado do campo discursivo midiático, formado por duas materialidades: a primeira, um folder da prefeitura de Santa Catarina, retirado da página do Instagram do Padre Júlio Lancelotti; a segunda produção discursiva trata-se de uma matéria do portal do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, que tem como título *Participe da Cidade: você sabe a diferença entre morador de rua e em situação de rua?* e apresenta também o vídeo do Projeto, que contém orientações de como se referir à população de rua.

As produções discursivas midiáticas fomentam sentidos de afetos e sensibilidades, pois tocam em questões de vida cotidiana pelo viés da valorização do ser pessoa, através de técnicas de governamentalidade, no transcurso das relações sociais e de cidadania. Dessa forma, não discutiremos sobre a linguagem em si, nos conceitos gramaticais da língua sobre os termos *morador* e *pessoa*, pois nos interessam os deslocamentos de sentidos, oriundos da posição de sujeito que estes enunciam e a circulação na ordem do discurso na história. No caso das populações em situação de rua, a terminologia utilizada – como *morador* e *pessoa* – opera um elemento discursivo fundamental para a construção de subjetividades e para a categorização social. A escolha de palavras reflete e reforça hierarquias sociais, ao mesmo tempo que atua na legitimação ou deslegitimação de determinadas formas de existência.

Dito isto, o trabalho subdivide-se em três sessões. Na primeira, fundamentamos nossa pesquisa nos conceitos que embasam o *corpus* como discurso e produção de sentidos à luz dos

Estudos Foucaultianos. Na segunda sessão, continuando a fundamentação teórica, discorremos sobre a biopolítica, governamentalidade e modos de subjetivação fomentando relações de poder e questões de saber. Na última sessão nos debruçamos na análise do *corpus* atuando no debate do deslocamento do termo *morador* para *pessoa*. Por fim, apresentamos as considerações finais, as quais sintetizam os resultados do trabalho sob o efeito de uma (in) conclusão, pela abrangência e possibilidades de múltiplas leituras discursivas acerca da temática.

1 Discurso e produção de sentidos: conceitos fundamentais

As práticas discursivas estão marcadas por produção de sentidos que instigam a formação dos objetos, dos conceitos, das modalidades enunciativas e das estratégias, conforme sinalizado por Foucault (2007), ao se reportar a noção de formação discursiva. Sobre essas recaem na obra *A arqueologia do saber* considerações em torno do discurso, considerando-o enquanto conjunto de enunciados que se apoiam na mesma formação discursiva, permeados por regularidades, descontinuidades, rupturas (Foucault, 2007).

Desse modo, refletimos sobre a formação do objeto discursivo, aqui sinalizado enquanto lócus de práticas discursivas midiáticas que falam sobre a problemática do morar na rua. Tal discussão reverbera como os discursos mobilizam sentidos e constroem modos de subjetivação, uma vez que:

O discurso é o tesouro inesgotável de onde se podem tirar sempre novas riquezas, e a cada vez imprevisíveis; [...] ele aparece como um bem – finito, limitado, desejável, útil – que tem suas regras de aparecimento e também suas condições de apropriação e de utilização; um bem que coloca, por conseguinte, desde sua existência [...] a questão do poder; um bem que é, por natureza, o objeto de uma luta, e de uma luta política (Foucault, 2007, p. 136-137, supressões nossas).

Nesses jogos de lutas, despontam regras de funcionamento discursivo que mobilizam divergências históricas, mediadas por saberes, estratégias e práticas diversas. Ainda nessa luta, há espaço para a proliferação de enunciados enquanto parte constitutiva dos discursos, indo muito além da materialidade linguística ou de outra semiose. Assim, o enunciado ocupa lugar de destaque nos estudos foucaultianos da arqueologia, uma vez que não é concebido como uma

estrutura da ordem da frase, da proposição ou do ato de fala, mas enquanto “um conjunto de relações entre elementos variáveis; é uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir pela análise ou pela intuição, se eles ‘fazem sentido’ ou não, segundo que regra se sucedem ou se justapõem” [...] (Foucault, 2007, p. 98).

É pela função enunciativa que se pode recorrer a análise do enunciado, buscando as margens povoadas por outros enunciados, no campo associado que recobre uma materialidade, um sujeito e uma série de relações (Foucault, 2007). O filósofo chama a atenção para o fato de que “não há razão para espanto por não se ter podido encontrar para o enunciado critérios estruturais de unidade; [...] ele é sim uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis” (Foucault, 2007, p. 103).

É essa função enunciativa que instiga a pensar os enunciados *morador de rua* ou *pessoa em situação de rua* não pelos elementos estruturais e gramaticais, mas pela relação vertical que tais escolhas sinalizam na construção dos sentidos e vontades de verdade. Mobilizam-se, via enunciados, modalidades enunciativas que permitem perceber quem fala, de onde fala e com que direito institucional, para dar visibilidade e fomentar políticas públicas ou perpetuar práticas de exclusão e discriminação.

É ainda no bojo dos discursos, enquanto lugar de lutas políticas, que comportam o desejo e o poder (Foucault, 1999), que passamos para a discussão seguinte, uma vez que transitam nesses deslocamentos que queremos mobilizar na análise do *corpus*, relações de poder e saber que sustentam e legitimam as práticas discursivas.

2 “A gente não quer só comida”: biopolítica e governamentalidade na gestão da vida

Questionar as evidências na história do presente permite dialogar com o propósito dos estudos de Michel Foucault. Isso significa pensar as lacunas do nosso tempo guiadas pelas pegadas na história da gestão da vida da população, mediante o entendimento dos mecanismos que possibilitem questionar a “verdade” das coisas, observando as relações de poder e saber.

Desse modo, a genealogia do poder permite compreender a noção de poder como algo que “se exerce em rede e, nessa rede, não só os indivíduos circulam, mas estão sempre em posição de ser submetidos a esse poder e também de exercê-lo” (Foucault, 1975 p. 35).

Possibilita ainda trazer categorias para a discussão sob a égide do biopoder, seja na esfera disciplinar ou da biopolítica, com ênfase sobre como os micropoderes atuam no controle do corpo dos sujeitos em sociedade. Nesse intuito há a incidência do poder sobre a vida, mobilizando, docilizando e regulamentando sentidos e vontades de verdade no âmbito de uma biopolítica da população.

A biopolítica se inicia na modernidade, especialmente a partir do século XVIII, diante da observação dos procedimentos, mais ou menos espontâneos e combinados, que eram efetivamente postos em execução na população. A relação com o poder atua na gestão da vida enquanto relação “de saber e de poder ao mesmo tempo: e da natalidade, da morbidade, das incapacidades biológicas diversas, dos efeitos do meio, é disso tudo que a biopolítica vai extrair seu saber e definir o campo de intervenção de seu poder”. (Foucault, 1975, p. 290-292).

Para o autor, a biopolítica tem como foco a regulação e o controle da vida dos indivíduos. Trata-se de compreender a vida como elemento político, o qual tem que ser administrado, gerido e regrado por políticas públicas, como intensifica intervenções de poder. Desta forma, não se analisa, portanto, corpo individual e, sim, a espécie humana enquanto vivente, enquanto população. Nessa conjuntura “o argumento central de Foucault para compreender a emergência da biopolítica é justamente de que a política invade a vida e uma luta é instaurada na própria definição da natureza” (Alves, 2021, p. 22).

Ao tratar da biopolítica e, portanto, ao analisar os mecanismos de poder relacionados à gestão da vida da população, Foucault dedicou atenção a questão da governamentalidade, enquanto uma estratégia de governo da população, compreendendo-a como:

um conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. (Foucault, 2008, p.143-144).

Desse modo, por governamentalidade, Foucault (2008) discute as formas de como o governo da população é realizado, uma vez que ela se torna uma preocupação, a partir dos problemas que lhes são inerentes. As campanhas aparecem como uma estratégia de gerir a vida, estabelecer normas, diretrizes e mobilizar práticas da arte de governar as condutas no governo

do outro. Assim, surge uma racionalidade política de gestão da vida, da qual aqueles que habitam os espaços urbanos das ruas das cidades também serão alvo.

Diante de tais apontamentos, Fimyar (2009, p. 38) vem afirmar que “a governamentalidade pode ser descrita como o esforço de criar sujeitos governáveis através de várias técnicas desenvolvidas de controle, normalização e moldagem das condutas das pessoas”. Em seu sentido geral, a governamentalidade se analisa a partir da constituição do sujeito, da relação entre o poder e as práticas sociais que constituem o ser humano enquanto sujeito de direitos, a sua relação entre o poder e os processos de subjetivação.

Na sociedade, é importante discutir sobre a centralização deste poder nas táticas de administração de recursos, nas formas de políticas e normas governamentais quando trata temas relacionados a saúde pública, educação, segurança e assistência social. Essas normas se evidenciam como um dispositivo de poder, funcionando como mecanismos de controle do corpo, normatização social.

Assim, há incidência também do saber, pois “desde o momento em que é uma sociedade da norma a que está se constituindo, a medicina, posto que ela é a ciência por excelência do normal e do patológico, será a ciência régia” (Foucault, 2009, p75-76). Essas normas moldaram o comportamento dos sujeitos e determinam o que é considerado “normal” dentro de uma determinada sociedade e são estabelecidas por instituições que constituem um saber, como a medicina e a psiquiatria.

Foucault (2008) afirma que esse poder sobre a vida se desenvolveu a partir do século XVII em duas formas principais: centrando-se no corpo como máquina no seu adestramento, caracterizando-se o poder disciplinar e sobre o homem como um ser refém dos processos biológicos que constituem a biopolítica. Essas duas vertentes marcam o biopoder e repercutem através de técnicas que enfatizam que “as disciplinas do corpo e as regulações das populações constituem dois pólos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida” (Foucault, 1976, p. 152).

Assim, esse mecanismo de controle, o biopoder, atua a partir de uma consciência histórica que condiciona intervenções sociais em nossa sociedade até os dias atuais. Promove técnicas que visam assumir um lugar de grande evidência no processo de controle em vários

âmbitos, incluindo o habitacional, e, propagando indagações sobre as condições dignas de vida, tornando ferramentas de controles que interferem nas condições materiais da existência.

No que se refere às condições de existência, nos referimos nesta pesquisa, às pessoas em situação de vulnerabilidade social em virtude do habitar nas ruas, onde as ocupações constroem práticas discursivas e não discursivas provocando, com isso, atitudes de exclusão. Desse modo, os discursos constroem sentidos relacionados ao que é dito em diferentes instâncias de produção e circulação, dentre elas nomenclaturas preconceituosas voltadas a designar *morador de rua*. Há deslocamentos e rupturas na produção de sentidos e vontades de verdade que possam oportunizar outras formas de ver e dizer tais sujeitos e os seus modos de subjetivação.

4 Pessoa em situação de rua: o enunciado discursivo na emergência de modos de subjetivação no discurso midiático

109

No campo da análise do discurso, a produção de sentidos é construída na relação discurso e historicidade. Sendo assim, os enunciados enquanto unidades dos discursos, transcendem o vocabulário empregado, pois não são apenas da ordem da estrutura e sim, da história, mobilizados por acontecimentos que inscrevem o efeito de exterioridade, raridade e acúmulo. Os sentidos nos discursos são permeados por relações de poder e saber que figuram na ordem dos acontecimentos em sociedade, através da seleção e controle por mecanismos externos e internos ao discurso (Foucault, 1999).

Esse controle é exercido por processos de exclusão que constroem vontades de verdade e modos de subjetivação. Tais processos não apenas moldam quais discursos se tornam visíveis ou permanecem silenciados, mas também regulam as formas pelas quais a sociedade percebe e responde a questões sociais. Dentre elas, nos debruçamos sobre o problema do morar na rua, enquanto uma questão de política pública na gestão da vida, seguindo técnicas do biopoder.

Sob essa égide, erguem-se estratégias de governo para essa população que não tem onde morar e que está submetida a todos os tipos de riscos e violências. Do conjunto dessas formas de violências, destacamos o acontecimento do *Massacre da Sé*⁴, que foram agressões contra

⁴ Ataques violentos à pessoas em situação de rua que dormiam nos arredores da Praça da Sé, em São Paulo. Foram brutalmente espancadas com golpes na cabeça com madeiras e barras de ferro. Na ocasião, sete pessoas morreram e outras seis tiveram sequelas irreversíveis. O caso

moradores de rua ocorrido em 19 e 22 de agosto de 2004, na cidade de São Paulo, resultando na morte de sete pessoas e outras seis ficaram gravemente feridas. Tal acontecimento que marcou uma extrema violência e teve repercussão internacional, favoreceu a criação do Movimento Nacional da População em Situação de Rua e na instituição do dia 19 de agosto como o *Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua*. Desse movimento ressoa o enunciado discursivo que muito significa para este trabalho: “A rua não é lugar para viver, muito menos para morrer”⁵.

Esses movimentos de luta sinalizam estratégias biopolítica na gestão da vida, acopladas com técnicas de governamentalidade geridas pelo estado enquanto gestor de políticas públicas que busca melhorar a vida da população (Foucault, 1979). Isso inclui o devir de mecanismos de poder que não somente regulamentam, mas também explicam alguns problemas sociais, dentre eles, a vulnerabilidade social.

Nesse tocante, a vulnerabilidade social aparece como uma problemática que necessita cada vez mais de políticas públicas eficazes para promover qualidade de vida em todas as formas de acesso aos direitos humanos. Desses grupos vulneráveis, aqueles que permanecem na rua constituem uma população marginalizada que fica desprovida não somente de moradia, como também de outros direitos básicos e de cidadania. Isso inclui assistência social em todas as suas nuances, repercutindo também nas formas de nomear e designar tais sujeitos.

Ao trazermos esta discussão, iremos mostrar que a palavra vai além de uma simples nomenclatura, pois está permeada de sentidos que marcam e constroem modos de subjetivação. O estatuto da palavra provoca sensibilidades, emoções e outros afetos, seja pela implicação pejorativa ou pela busca de uma valorização que o discurso da inclusão tenta promover. É nessa busca que iremos analisar discursos midiáticos com ênfase na produção de sentidos que os deslocamentos dos termos *morador de rua* e *pessoa em situação de rua* constroem.

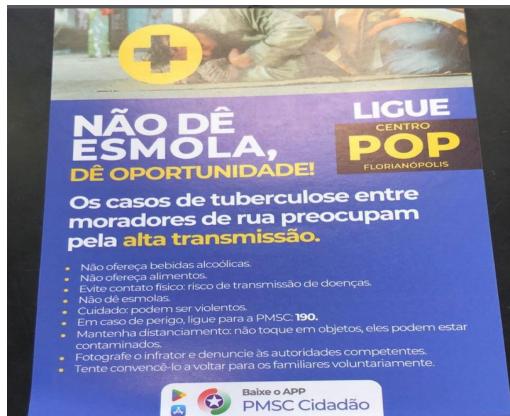
Iniciamos pela primeira materialidade, a qual foi selecionada da plataforma do Instagram, especificamente da página do Padre Júlio Lancelotti, religioso ativista que ficou conhecido nacionalmente por seu trabalho em defesa das pessoas em situação de

ficou internacionalmente conhecido como Massacre da Sé. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/opiniao/coluna/2022/08/19/massacre-da-se-18-anos.htm> Acesso em: 19 mar 2025.

⁵Todas as informações foram extraídas do portal de notícias da UOL. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/opiniao/coluna/2022/08/19/massacre-da-se-18-anos.htm> Acesso em: 19 mar 2025.

vulnerabilidade e usuária de drogas e/ou sujeitos LGBTQIA+. A postagem é um panfleto informativo da prefeitura de Florianópolis-SC, o qual foi distribuído entre a população. Apresentamos abaixo na figura 1.

Figura 01. Panfleto da Prefeitura de Florianópolis



Fonte: página do Instagram @padrejulio.lancellotti

111

A materialidade discursiva mobiliza sentidos em torno de uma possível conscientização para os casos de tuberculose entre moradores de rua. Entretanto, a formação do objeto discursivo é atravessada pelo saber que opera entre o que é dito na materialidade e os sentidos construídos historicamente, os quais podem ser alcançados em redes de memória e sinalizam o risco em detrimento da ajuda.

Assim, ao utilizar o termo no plural *moradores de rua*, articulado com a imagem do enunciado não verbal que subscreve a impressão de um sujeito abandonado, deitado na rua, com um pequeno cobertor envolto em seu corpo, o discurso mobiliza sentidos de perpetuação de que essa população de rua é destinada a viver daquela maneira e podem ser agentes ativos na transmissão de doença. Isso é corroborado por meio do enunciado “os casos de tuberculose entre os moradores de rua preocupam pela alta transmissão”, promovendo uma vontade de verdade que contradiz o enunciado discursivo anterior que enfatiza “não dê esmola, dê oportunidades!”.

Como dar oportunidade a alguém que você não pode chegar perto? Para responder essa questão, a materialidade discursiva promove a resposta e nos faz articular o sentido produzido com mecanismos de controle e seleção do que é dito, pois estimulam o afastamento e

distanciamento do sujeito perigoso – morador de rua. Assim, “os discursos expressam, tematizam e suscitam emoções, por exprimirem tanto as sentidas quanto as simuladas pelo falante, por tratarem daquelas identificadas ou atribuídas a outrem e ainda por provocá-las nos interlocutores” (Piovezani, Curcino, Sargentini, 2024, p. 26). As emoções suscitadas refletem o medo, o perigo e o risco que emanam do convívio com os moradores de rua.

Nesse caso, há um apelo para conter o perigo, mobilizado pela estratégia biopolítica de ação da instituição do governo, através do “Ligue, centro pop Florianópolis”. Essa estratégia reforça a ação de uma política higienista, a qual busca formas de promover a segurança social, que no caso da materialidade discursiva em análise, permeia e restringe a ação de uma política pública eficaz para promover os direitos aos sujeitos da rua. A cor amarela nas palavras “alta transmissão”, em relação à doença tuberculose, só reforça o sentido de alerta e de que não seria apropriado em virtude de um suposto risco de contaminação ao se aproximar desses sujeitos.

A estratégia de governamentalidade que deveria incidir sobre a população vulnerável, por meio da produção e circulação do discurso do panfleto, é utilizada como forma de perpetuar e legitimar estereótipos e preconceitos em relação aos povos das ruas. Tais sentidos são reforçados e evidenciados nos enunciados que seguem, com orientações que são dicas sobre atitudes no tratamento para com os sujeitos – morador de rua.

Há desse modo, um efeito de exclusão e de segregação entre o normal, aquele que está sendo orientado, atravessado pelas redes de sentidos e os outros que são os sujeitos perigosos, o anormal, o que mora na rua. O discurso em análise constrói o sentido que favorece a um digladiar nas relações de forças e de poder e saber, pois, a instituição, enquanto instância de produção desse discurso que deveria fornecer políticas públicas eficazes, repercute, via discurso, efeitos de segregação e exclusão que coloca o lugar do normal e do anormal enquanto dicotômicos.

O morador de rua é o corpo a ser retirado do convívio social e não é apenas pela doença, mas pelo risco que representa, sendo inclusive considerado um “infrator”. É o indivíduo perigoso, com seu corpo e seus pertences que não podem ser tocados. Tais sentidos e vontades de verdade ficam mais claramente destacadas a partir da dica 4 “cuidado: podem ser violentos” até a que afirma: “fotografe o infrator e denuncie às autoridades competentes”.

São enunciados discursivos permeados de efeitos de sentido de exclusão, pois mesmo que seja atravessado pela estratégia biopolítica de contenção da transmissão da doença – tuberculose – esse discurso que perpassa a materialidade do panfleto favorece a perpetuação histórica de sentidos que imprimem preconceito e discriminação ao sujeito *morador de rua*. Por isso, a forma de dizer com o termo escolhido sinaliza muito mais do que a simples estrutura da língua. O foco na expressão *moradores de rua* constitui uma forte linha de relações fundamentais entre as palavras, as emoções e a sociedade que perpetuam práticas de exclusão, desvios e segregação tão fortemente condenadas ao longo da história.

Contudo, procuramos trazer ao debate a discussão dos enunciados contidos na produção discursiva relacionando-a com a noção do louco e desviante, debatidas por Foucault (1979) na obra *A história da loucura*. Tal relação torna-se possível quando fazemos a articulação da loucura com o que expomos anteriormente sobre a perpetuação de práticas de exclusão e segregação, atrelados aos modos de subjetivação, produzidos discursivamente na rede de sentidos e verdades materializadas nos enunciados do panfleto.

A loucura como objeto de estudo investigado no campo da construção discursiva na e pela história fez Foucault perceber que havia lacunas a serem interpretadas a partir das relações de poder e saber sobre o sujeito louco na sociedade. A analogia com a loucura remete ao processo de mudanças no seu conceito até os dias atuais. Foucault levantou a grande questão sobre o saber que veemente atuou nesses processos, os quais se deslocaram e modificaram o olhar sobre a loucura.

Com isso, a loucura foi progressivamente dissipada de uma experiência integrada à vida comunitária para uma condição segregada nas instituições asilares. A situação de rua reflete um processo similar de construção discursiva que redefine os sujeitos como “problemas sociais”. E nesse despertar do sujeito como um “problema”, o governo investe em medidas de controle como alternativa a barrar o acesso livre desses sujeitos aos meios de convivência comunitária.

Isso acontece sob a justificativa de vigiar e proteger os corpos sãos de doenças e do perigo representado e rotulado socialmente, como ressaltado na construção de sentidos da figura 1, na prática discursiva em análise. Assim, no enunciado “não dê esmola, dê oportunidade”, promove uma vontade de verdade que fortalece o preconceito, maquiado por ações biopolíticas em defesa da vida, pois, na tentativa de dar oportunidade, possibilita uma construção de sentidos

de estigma social dos sujeitos em situação de rua. Como afirma Golffman (2013, p. 14) “um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social quotidiana [...] possui um estigma, uma característica diferente da que havíamos previsto”.

Nessa assertiva do autor, o estigma que na história desloca-se para um conceito ou terminologia, transpõe o discurso da diferença. Na produção discursiva em análise, o estigma vem de dizeres que se materializam no panfleto, lançando modos de subjetivação para o sujeito *morador de rua*, como ser desviante que corresponde, na sociedade, como sendo aquele que induz e pratica a violência, considerados infratores e vistos como perigosos.

No discurso em análise, o *morador de rua* designado como corpo desviante, violento e transmissor de doença, encontra subterfúgio no dispositivo do discurso jurídico, enquanto um instrumento de governamentalidade para gerir a vida dessa população. Desses discursos, o documento da Política Nacional para Inclusão Social da Pessoa em Situação de Rua (2008), apresenta considerações do processo de caracterização da rua e seus ocupantes: “as visões estigmatizantes da sociedade civil, e também do Estado, sobre a população em situação de rua costumam restringir-se às pulsões assistencialistas, paternalistas, autoritárias e de ‘higienização social’” (Brasil, 2008, p. 4). Entretanto, essas visões não abarcam a dimensão total do morar na rua e a necessidade de políticas públicas.

Em face disto, a formação discursiva que compõe as regularidades dos discursos jurídicos é marcada pelo viés da assistência jurídica. Para promover outros olhares, inclui a política de inclusão da pessoa em situação de rua e produz um novo documento: o Plano Nacional Ruas Visíveis (PNRV), publicado em 2023, que traz medidas de cuidado e direitos à cidadania com acesso ao serviço público de saúde e assistência social. É uma estratégia biopolítica que busca o fomento à políticas públicas e instiga a produção e circulação de discursos com novas formas de subjetivação para o sujeito que vive nas ruas.

Segundo o referido documento, as ações de Assistência Social e Segurança Alimentar foram elaboradas em conjunto com os movimentos sociais e participação dos próprios sujeitos que vivem e convivem com o cenário das ruas, legitimando a participação popular na formulação de procedimentos de gestão de vida dessa população. Isso possibilita pensar os micropoderes discutidos por Foucault, enquanto mecanismos das relações de poder na sociedade. Esses espaços de luta na sociedade possibilitam outras formas de ver e dizer os

denominados *moradores de rua*, em movências de sentidos, de práticas e condutas para dar visibilidade ao problema, em busca de incluir na agenda das políticas públicas. Para tanto:

é necessária uma construção do olhar, ou seja, que a opinião pública, diferentes atores, analistas e empreendedores de causas ou não, mais do que enxergarem os moradores de rua, identifiquem, na sua presença no espaço público, as questões sociais, políticas ou morais e, a partir disso, pautem estratégias de intervenção (Filgueiras, 2019, p. 997).

Desse modo, enxergar o problema sugere, inclusive, o deslocamento de sentidos na implicação de formas de tratar, conceituar e nomear esses sujeitos. Para tanto, é preciso considerar que as palavras não são apenas signos linguísticos estruturais. Elas extrapolam os níveis do significante para fazerem sentido na relação com a história, com a memória e os acontecimentos que borbulham de um teor semântico nas séries de formulações, nas margens povoadas a que os enunciados implicam, ao terem um sujeito que enuncia e uma materialidade que completam a função enunciativa, conforme Foucault (2007). É nesse viés que trazemos para esta discussão o deslocamento de sentido e de vontades de verdade, construídas discursivamente sobre o termo *morador de rua*.

A condição de permanência da população em situação de rua, na continuidade do termo *morador de rua* em determinadas formações discursivas, como a apresentada no discurso da figura 1, evidencia a construção de modos de subjetivação para esse sujeito que o determina a viver sob tal destino e com todas as agruras que essa condição indica. Entretanto, pelos movimentos de luta em todas as suas instâncias, a formação dos conceitos em relação ao objeto discursivo é marcada por outras estratégias. A partir de relações de poder e saber há movências de sentidos que favorecem a rupturas e deslocamentos sobre o viver na rua, conforme discutiremos a seguir.

A segunda materialidade foi selecionada do Projeto *Participe da cidade*, de iniciativa do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) e é uma matéria veiculada no portal desta instituição com o título: *Participe da Cidade: você sabe a diferença entre morador de rua e em situação de rua?* Trata-se de uma produção discursiva que apresenta o vídeo que discursiviza o uso de cada termo, destacando a construção de sentidos para cada um e contém orientações de como se referir à população de rua.

A análise da linguagem comporta a percepção de que há uma forte relação entre o discurso e as emoções, tendo em vista que “nessas produções, há relações de força e relações de sentidos, mas também sensações, sentimentos e sensibilidades” (Piovezani, Curcino, Sargentini, 2024, p. 26). Essas relações são determinadas a partir dos posicionamentos discursivos, das regularidades e da construção das vontades de verdade que imbricam relações de poder e saber.

Ao examinar os deslocamentos terminológicos, como a transição de *morador de rua* para *pessoa em situação de rua*, torna-se indispensável analisar os efeitos concretos que esses discursos produzem nas vidas dos sujeitos envolvidos. A linguagem, enquanto mecanismo de poder, define os limites da visibilidade e do reconhecimento social, ao mesmo tempo em que estrutura práticas de exclusão na sociedade contemporânea, evidenciando as forças discursivas que delimitam quem é visto, ouvido e legitimado.

Sob o aparato do dispositivo jurídico, essa produção discursiva do vídeo que circula em ambiente da mídia digital, exerce uma conduta a ser seguida pela população, disciplinando e regulamentando a melhor forma de se referir a população em situação de rua. Apresentamos e analisamos a materialidade discursiva na figura 2.

Figura 02. Diferença entre “morador” e “em situação de rua”

Participe da Cidade: você sabe a diferença entre morador de rua e em situação de rua?

Publicado: 25/04/2024 às 15:22

Participe da cidade OE7 – Atendimento ao cidadão

Desemprego, o rompimento de vínculos familiares e o uso de álcool e drogas são alguns dos principais motivos para a situação de rua

Você já tinha ouvido falar que o termo “morador de rua” é pejorativo? No novo vídeo do projeto “Participe da cidade”, a estudante de direito da Universidade de Brasília (UnB) Hanna Souza explica que o termo é inadequado porque traz uma ideia de permanência. Segundo ela, alguém que hoje vive na rua não deve estar destinado a continuar assim para sempre. Sendo assim, prefira sempre usar a expressão “em situação de rua”, que possui a ideia de temporalidade, indefinição, impermanência.

A estudante esclarece ainda que um diagnóstico apresentado pelo governo federal em 2023 apontou que a maior parte da população em situação de rua sabe ler e escrever e já teve emprego com carteira assinada, mas o desemprego, o rompimento de vínculos familiares e o uso de álcool e drogas são os principais motivos para estarem atualmente nessa situação. Que tal você também fazer parte da mudança de condição dessa população? Saiba como no vídeo:



Fonte: <https://www.mpdft.mp.br/portal>⁶

⁶ Disponível em: <https://www.mpdft.mp.br/portal/index.php/comunicacao-menu/sala-de-imprensa/noticias/15773-participe-da-cidade-voce-sabe-a-diferenca-entre-morador-de-rua-e-em-situacao-de-rua>. Acesso em: jan 2025.

Em busca da construção dos sentidos nessa prática discursiva, salientamos que o sujeito enunciador representa uma posição discursiva de autoridade, constituindo modalidades enunciativas, com legitimidade e regulamentação. Assim, estabelece uma estratégia de governamentalidade na gestão da vida da população. Conforme podemos observar na materialidade discursiva que aqui analisamos, o *Projeto Participe da Cidade: o patrimônio público é nosso* foi “instituído pela Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social (Prodep) em 2021 e tem como objetivo central fortalecer a cidadania e promover maior efetividade na defesa do patrimônio público e social” (MPDFT, 2025).

A prática discursiva destaca essa busca pela cidadania que parte do linguístico para enfatizar que não é somente a palavra, mas a dignidade, a cidadania e, principalmente a *Pessoa* que importa. É justamente essa ênfase que provoca o deslocamento de sentido entre *morador de rua e pessoa em situação de rua*. Em um discurso que circula no meio midiático, observamos em seu funcionamento que as relações de poder continuarão a ditar as regras, mobilizando saberes e seus deslocamentos no governo do outro, antes com o viés de exclusão agora com a discussão dos termos, que constroem os modos de subjetivação da pessoa em situação de rua.

A política implementada para organizar as populações e a vontade de verdade de redefinir os sujeitos entre normais e anormais reforça a questão de relações de força discutida por Foucault (2022). O filósofo destaca que as relações de poder nas sociedades partem de relações de força, que mesmo quando acabada a guerra, tentam impor a paz na sociedade civil, não para acabar com seus efeitos, mas para reinscrever tais relações, por meio de uma guerra silenciosa, nas instituições, nas desigualdades econômicas, na linguagem e até no corpo dos indivíduos (*Idem*).

Interessa aqui principalmente a inscrição política na linguagem e no corpo dos indivíduos, uma vez que já a partir do título, vemos a produção discursiva iniciar com um convite à participação na cidade e a pergunta chave: *você sabe qual é a diferença entre morador de rua e pessoa em situação de rua?* A resposta marca a construção de sentido provocada no deslocamento linguístico que constrói uma vontade de verdade ao enfatizar que o termo *morador de rua* é pejorativo, pois ressalta uma condição permanente daquela situação e ele estaria então, condenado, destinado a viver aquela condição sem direito à mudança. O sujeito enunciador esclarece que essa realidade pode ser temporária e estar *em situação de rua* pode

ser passageiro se houver investimentos de políticas públicas por parte do Estado para promover a melhoria na vida desses sujeitos.

Diante dessas políticas públicas há a menção aos principais direitos que são garantidos nos dispositivos dos discursos jurídicos e dos direitos humanos – moradia, emprego, saúde e reconstrução de vínculos familiares. A produção discursiva em análise utiliza, na formação das estratégias, a menção ao diagnóstico apresentado pelo Governo Federal brasileiro em 2023 que ressalta dados importantes sobre a problemática, mostrando que a maior parte da população em situação de rua sabe ler e escrever e já teve emprego com carteira assinada. Enfatiza também que o desemprego, o rompimento de vínculos familiares e o uso de álcool e drogas são os principais motivos para a população estar atualmente nessa situação.

A produção de sentidos e construção de vontades de verdades marcam os deslocamentos e rupturas com a forma de ver e dizer a problemática do morar na rua, pois apresenta na rede enunciativa modalidades, estratégias e outros contornos que favorecem a construção dos conceitos nessa formação discursiva. Ao assinalar na rede de sentidos os motivos que levam a população de rua a estar naquela situação, o discurso apresenta um destaque para a falta de direitos e para o papel do estado e da sociedade civil.

Assim, nessa produção discursiva são construídos sentidos voltados para a situação de extrema vulnerabilidade a que essas pessoas estão suscetíveis, como as doenças, motivadas pela falta de alimentação, higiene e convívio com animais, a violência e o preconceito. O discurso da materialidade do vídeo enfatiza também que esses sujeitos estão privados de direitos básicos garantidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos e da Constituição Federal. Responsabiliza o estado para promover políticas públicas que garantam a reinserção social das pessoas *em situação de rua*, juntamente com o apoio e cobrança da sociedade civil.

A maior consequência é a discriminação sofrida pela *pessoa em situação de rua*. Sendo ela uma construção histórica, discursiva, mas principalmente social, revela como a negligência na gestão da vida nega, priva e enfatiza as diferenças, dificuldades e segregação enfrentadas pelos menos favorecidos. Desse modo, o deslocamento na forma linguística não é apenas de ordem da língua, mas, sobretudo, na mudança de mentalidade sobre o problema, enfatizado no enunciado discursivo da materialidade em análise que ensina e orienta o termo adequado:

“sendo assim, prefira sempre usar a expressão ‘em situação de rua’ que possui a ideia de temporalidade, indefinição, impermanência” (MPDFT, 2025).

A vontade de verdade produzida discursivamente favorece a construção de modos de subjetivação para a pessoa em situação de rua, por meio do resgate da cidadania e direitos básicos, fazendo com que se desloque de *morador* à *pessoa*, através da visão de que é possível mudar a vida, com políticas públicas eficazes. Porém, figura no estado a gestão da vida dessa população, entretanto, o deslocamento desses termos possibilita pensar o que é ser Pessoa em uma sociedade desigual, injusta e sob a égide de um sistema capitalista e neoliberal.

Sobre isso, lançamos o questionamento: bastaria apenas a transição e o deslocamento, nas formas de dizer, de nomear – *morador* para *pessoa* – com a orientação que instiga a população através do verbo no imperativo “prefira usar o termo pessoa em situação de rua”, para garantir a cidadania e dignidade desses sujeitos? Sobre isso, optamos por responder com a reflexão suscitada pela leitura deste trabalho e com o apoio teórico abaixo:

119

Ora, uma sociedade hegemonicamente desigual e conservadora como a brasileira consolida meios de calar e menosprezar tantos os discursos que reivindicam sua transformação quanto os modos de dizer daqueles que ela exclui. Com mais forte razão, tais meios de silenciamento e menosprezo se radicalizam em condições públicas de fala, nas quais há conjunção entre discursos em defesa das causas dos oprimidos e sua materialização em meios populares de expressão. Quanto maior for o potencial de transformação social dessas falas, de suas denúncias e reivindicações, maiores serão as reações discriminatórias, opressoras e excludentes (Courtine, Piovezani, 2024, p. 184).

As produções discursivas de cunho jurídico possibilitam a normatização de uma conduta a ser seguida pela população. As terminologias vão surgindo como uma verdade do Estado e dos modos de subjetivação na tratativa dos indivíduos excluídos. Há, portanto, as técnicas de poder que mantém os indivíduos considerados perigosos, por isso excluídos, como os sentidos produzidos na rede discursiva do cartaz apresentado na figura 1, mas há também outra ordem do discurso que retoma saberes como a área da saúde, da educação e das ciências sociais, através de uma instituição que também atua no governo da população, o Ministério Público, o qual mobiliza discursos com um olhar para a ressignificação da forma de dizer o termo a ser utilizado para a população *em situação de rua*.

Finalizamos esta discussão com a reflexão sobre como esses sujeitos constituem um espaço invisível das cidades com seus corpos que transitam de um lugar para outro. Constituem-se assim, em um fenômeno aqui cognominado de “nômades urbanos” pela transitória passagem de um lugar a outro em busca de abrigo, segurança e proteção. Por isso, o deslocamento no uso de *morador de rua* para *pessoa em situação de rua*, se não for além da questão linguística, busca construir uma forma paradoxal de remediar o problema. Nessa controversa questão, a produção de sentidos parte de um morar na rua como algo fixo e irremediável e pessoa em situação de rua mobilizar algo passageiro, como se fosse uma questão de escolha e não de políticas públicas eficazes e de ações biopolíticas de governo da população.

Considerações finais

O discurso é uma prática social que não apenas descreve o mundo, mas o constrói, moldando relações, identidades e estruturas de poder. Michel Foucault (1999) em suas análises sobre discurso, enfatiza que ele é intrinsecamente relacionado a regimes de poder, sendo um meio pelo qual determinados saberes se legitimam e se perpetuam, enquanto outros são excluídos ou marginalizados. Nesse sentido, a linguagem é um dispositivo central de poder, pois define os limites do que pode ser dito, pensado e aceito em uma sociedade.

As escolhas de linguagem no discurso midiático revelam uma dinâmica complexa de inclusão e exclusão. Ao substituir o termo utilizado para se referir aos indivíduos em situação de rua, pode-se interpretar essa mudança como uma tentativa de humanizar e promover a cidadania, alinhando-se aos princípios do discurso da inclusão social. No entanto, ao remover a carga política da condição desses sujeitos, o uso do termo “pessoa” pode obscurecer as relações de poder subjacentes e os mecanismos estruturais que perpetuam a exclusão, como políticas públicas inadequadas, desigualdades socioeconômicas profundas e preconceitos arraigados. Portanto, a linguagem não só descreve, mas também molda e reproduz essas realidades, sendo um instrumento fundamental na manutenção ou desafio das formas de exclusão social.

O deslocamento de sentidos de *morador de rua* para *pessoa em situação de rua*, longe de ser apenas uma alteração terminológica, insere-se em uma complexa rede de forças. Assim,

o discurso promove uma vontade de verdade além das práticas de linguagem e oportuniza construção de modos de subjetivação, uma vez que instiga a pensar o lugar efêmero e transitório em oposição ao perigo sinalizado por algo estático e definitivo. Ressaltamos que a produção discursiva instiga um convite para refletir sobre a regulação da vida, em redes do poder e saber no agenciamento do biopoder em suas nuances, através de regimes de visibilidade e reconhecimento social.

Referências

- ALVES, M. A. S; ALCKMIN, G. C. *A Política Identitária em Questão*: Reflexões a partir de Judiht Butler e Achille Mbembe. RDP, Brasília, volume 18, n. 97, 588- 615. 2021a.
- BALERA, F. Massacre da Sé completa 18 anos em meio a mortes invisíveis do povo de rua. *UOL*, 19 ago. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/opiniao/coluna/2022/08/19/massacre-da-se-18-anos.htm>. Acesso em: 19 mar. 2025.
- BRASIL, *Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua*. Brasília. maio de 2008. Disponível em https://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2019-08/pol.nacional-morad.rua_.pdf. Acesso em: 05 mar 2025
- BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Governo federal lança “Plano Ruas Visíveis - Pelo direito ao futuro da população em situação de rua” com investimento de cerca de R\$ 1 bilhão. Brasília, 11 dez. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/dezembro/governo-federal-lanca-201cplano-ruas-visiveis-pelo-direito-ao-futuro-da-populacao-em-situacao-de-rua201d-com-investimento-de-cerca-de-r-1-bilhao>. Acesso em: 11 janeiro 2025.
- COURTINI, J-J; PIOVEZANI, C. Discursos do medo na era da ansiedade. In: PIOVEZANI, C.; CURCINO, L.; SARGENTINI, V. (org.). *O discurso e as emoções*: medo, ódio, vergonha e outros afetos. 1 ed. São Paulo: Parábola, 2024. (p. 163-190).
- FILGUEIRAS, C. A. C. Morar na rua: Realidade urbana e problema público no Brasil. *Cad. Metrop*, São Paulo, v. 21, n. 46, pp. 975-1003, set/dez 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2019-4613> Acesso em: fev. 2025.
- FIMYAR, O. *Governamentalidade como Ferramenta Conceitual na Pesquisa de Políticas Educacionais*. Educação & Realidade, Porto Alegre, maio/ago, p.35-56, 2009.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1999.
- _____. *A arqueologia do saber*. Trad. de Luiz Felipe Baeta Neves. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

_____. Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema: *Ditos e Escritos III*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

_____. *História da Loucura na Idade Clássica*. São Paulo — Brasil: Copyright Éditions Gallimard, 1979. 608p.

_____. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Digital Source, 1988.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

_____. *Segurança, Território, População*. Curso dado no Collège de France. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. Vigiar e punir. São Paulo: Almedina, 1975.

GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade*. 4 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS (MPDFT). *Participe da Cidade*: você sabe a diferença entre morador de rua e em situação de rua? 25/04/2024. Disponível em <https://www.mpdft.mp.br/portal/index.php/comunicacao-menu/sala-de-imprensa/noticias/15773-particie-da-cidade-voce-sabe-a-diferenca-entre-morador-de-rua-e-em-situacao-de-rua>. Acesso em: 28 janeiro 2025.

PIOVEZANI, C.; CURCINO, L.; SARGENTINI, V. As emoções nas ciências da linguagem. In: PIOVEZANI, C.; CURCINO, L.; SARGENTINI, V. (org.). *O discurso e as emoções: medo, ódio, vergonha e outros afetos*. 1 ed. São Paulo: Parábola, 2024. (p. 7-42).

A CORAGEM DA VERDADE DE AILTON KRENAK NO DISCURSO DE POSSE NA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

AILTON KRENAK'S COURAGE OF TRUTH IN HIS INAUGURAL SPEECH AT THE BRAZILIAN ACADEMY OF LETTERS

Rafaela Cláudia dos Santos¹
Regina Baracuhy²

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar o discurso proferido por Ailton Krenak durante sua cerimônia de posse na Academia Brasileira de Letras (ABL), em que ele se tornou o primeiro indígena a ocupar uma cadeira nessa instituição. Fundamentado no método arqueogenético de Michel Foucault (2005, 2008, 2009, 2014, 2013, 2019), este estudo investiga como o discurso de Krenak se insere na ordem discursiva da ABL, historicamente marcada por uma estrutura elitista e eurocêntrica. Além disso, discute-se a coragem da verdade em sua enunciação, tensionando os limites da inclusão indígena no campo acadêmico e literário. Podemos apontar, como resultados das análises, que o discurso de Krenak apresenta uma carga afetiva que mobiliza a memória coletiva e reafirma a luta dos povos indígenas por visibilidade e reconhecimento. Ao enfrentar os mecanismos de exclusão, ele promove uma visão plural e diversa, em que sentimentos e razão se entrelaçam como força motriz da coragem da verdade.

Palavras-chave: Estudos Discursivos Foucaultianos. Ailton Krenak. Associação Brasileira de Letras. Coragem da Verdade.

Abstract: This paper aims to analyze the speech addressed by Ailton Krenak at the ceremony installing him as the first Indigenous person to be a member of the Brazilian Literature Academy (BLA). Based on Michel Foucault's archeogenetic method (2005, 2008, 2009, 2013, 2014, 2019), this study examines how Krenak's speech is positioned within the BLA discourse order, which is historically characterized by an elitist and Eurocentric structure. In addition, the courage of truth as it emerges is discussed, problematizing the limits of Indigenous inclusion in the academic and literary fields. We can highlight, as the results of our analysis, that Krenak's speech presents an emotional charge that mobilizes a collective memory and reassures the struggle undertaken by Indigenous people for visibility and recognition. As it faces exclusion mechanisms, the speech provides a diverse and plural view according to which feelings and reason meet as a driving force of the courage of truth.

Keywords: Foucauldian Discursive Studies. Ailton Krenak. Brazilian Literature Academy. Courage of Truth.

123

¹ Doutoranda pelo programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal da Paraíba (PROLING/UFPB). É bolsista CAPES e membro dos grupos de pesquisa CIDADI/UFPB e GEDUERN/UERN. E-mail: rafaelaclaudiasan@gmail.com. Lattes ID: 1810731894320344. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9597-7265>

² Docente da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutora em Linguística. Membro efetivo do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLING/UFPB). Líder do Grupo de Pesquisa CIDADI/UFPB. Integrante do GT Estudos Discursivos Foucaultianos da ANPOLL e Líder do Grupo de Pesquisa interinstitucional CIDADI – Círculo de Discussões em Análise do Discurso (UFPB /CNPq). E-mail: mrlb@academico.ufpb.br. Lattes ID: 2073425150477784. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2867-6806>

Primeiras incursões: discurso, poder e saber indígenas na Academia Brasileira de Letras

Esta pesquisa tem como objetivo analisar o discurso proferido por Ailton Krenak, durante sua cerimônia de posse na Academia Brasileira de Letras (ABL)³, a fim de discutir os deslocamentos discursivos nos regimes de verdade, provocados por sua presença em uma instituição marcada por tradições elitistas e predominantemente eurocêntricas.

A entrada de Krenak, na referida instituição, representa um marco histórico na relação entre os povos indígenas e as instâncias tradicionais de produção do saber. Sua presença coloca em disputa os modos pelos quais os discursos de poder operam na delimitação do que pode ser dito, por quem e em quais cenários sócio-históricos (Foucault, 2014). Diante disso, torna-se fundamental compreender como a inserção de um intelectual indígena desagrega o dispositivo colonial, ao mesmo tempo em que suscita novos debates sobre pertencimento, epistemologias e resistência dentro da estrutura historicamente excludente da Academia.

Ancorada nos Estudos Discursivos Foucaultianos, esta pesquisa adota uma visão problematizadora, voltando-se para o conteúdo do discurso de Krenak, bem como para as condições históricas e sociais que possibilitaram sua emergência e as transformações suscitadas por sua presença na ABL. A análise insere-se no debate foucaultiano sobre a coragem da verdade, conceito que remete ao “discurso verdadeiro”, assumido mesmo diante dos riscos da fala e das relações de poder assimétricas entre sujeitos (Gros, 2004).

No discurso de Krenak, essa coragem se materializa na mobilização de emoções e sentimentos, como parte de uma estratégia discursiva que desestrutura as normas institucionais da ABL, ao mesmo tempo que inscreve novas formas de enunciação no âmbito acadêmico e literário. Seria impensável imaginar a fala de um líder indígena, comprometido com o humano, em sua mais ampla dimensão, sem a espessura da sensibilidade.

Para esta investigação, adotamos o método arqueogenalógico, fundamentado nas abordagens arqueológica e genealógica de Michel Foucault (2005, 2008, 2009, 2014, 2013,

³ Este estudo analisa o discurso proferido por Ailton Krenak na cerimônia de sua posse na ABL, a partir do registro da referida instituição em seu canal oficial no YouTube: https://www.youtube.com/watch?v=a4sXz3_ZWI&t=3535s&ab_channel=AcademiaBrasileiradeLetras.

2019). Por um lado, a arqueologia do saber mapeia as condições de possibilidade para a emergência dos discursos sobre os povos indígenas no Brasil, identificando os regimes de verdade que os constituem ao longo do tempo. Por outro, a genealogia permite compreender os efeitos de poder que operam na constituição desses discursos, analisando os entrelaçamentos entre saber, poder e resistência que marcam, tanto a trajetória de Krenak, quanto a de seu povo até sua chegada à ABL.

Esta abordagem teórico-metodológica entende o discurso como um “conjunto regular de fatos linguísticos em determinado nível, e polêmicos e estratégicos em outro” (Foucault, 1999, p. 9). A natureza bética do discurso é marcada por disputas, confrontos e estratégias, atravessando os modos de constituição do saber, especialmente quando os conhecimentos indígenas se insurgem, resistem e se opõem a outros regimes epistêmicos.

A partir dessas considerações, organizamos este trabalho da seguinte forma: iniciamos com uma contextualização sobre a escolha de Ailton Krenak para ocupar uma cadeira na ABL. Em seguida, mobilizamos as proposições foucaultianas, articuladas a outras noções teóricas, como os procedimentos de controle internos e externos ao discurso, tendo por base *A Ordem do Discurso*, obra basilar para esta investigação.

Discutiremos ainda sobre o conceito de dispositivo, a partir de Foucault (2009) e Deleuze (1989), considerando sua produtividade para as análises. Em seguida, exploraremos a coragem da verdade na fala de Krenak, demonstrando como ele mobilizou emoções e sentimentos (Corbin, Courtine, Vigarello, 2020), ao questionar os limites da inclusão indígena no campo acadêmico e literário. Por fim, buscaremos estabelecer um efeito conclusivo para as discussões aqui elaboradas.

1 Por que Krenak e não outro em seu lugar?

A ABL tem representado um cenário de prestígio na produção e difusão da literatura e da arte no Brasil, consolidando-se como uma instância de consagração intelectual. Ao ingressar na instituição, o representante indígena suscita uma indagação que remete a Foucault (2014): “Por que Krenak, e não outro em seu lugar?”. Este questionamento expõe os mecanismos de seleção e exclusão que regulam a circulação dos discursos, destacando

que a vontade de verdade é atravessada por disputas, classificações e dispositivos que definem quais saberes e sujeitos podem ser credibilizados em uma dada sociedade.

É pertinente compreender que a entrada de Krenak na ABL ocorre em um cenário marcado pela operação da vontade de verdade, tal como problematizada por Foucault (2014). A vontade de verdade não é um desejo neutro de conhecimento, mas um mecanismo que produz jogos de saber-poder, determinando quem pode falar, sobre o quê e em quais condições. Neste jogo, determinados saberes – sobretudo aqueles vinculados às epistemologias indígenas – foram, ao longo dos processos sociais e históricos, subalternizados, pois não se alinhavam às matrizes de legitimação impostas pelos sistemas vigentes. Contudo, é justamente nas fissuras desses regimes que se tornam possíveis deslocamentos e a emergência de outros discursos.

A consagração de Krenak, como membro da ABL, é um acontecimento discursivo (Foucault, 2019) bastante significativo na história do Brasil, porque exemplifica a pulverização dos micropoderes (Foucault, 2009) e confere legitimidade à luta histórica dos povos originários, além de inscrever um lugar indígena na produção e validação do conhecimento. Sobremaneira, a presença dele nessa instituição de saber-poder destaca a importância da valorização de vozes relevantes para o arsenal histórico, cultural e artístico do país.

Para ocupar essa posição de prestígio, o filósofo protagonizou momentos de encontro com o poder e os holofotes midiáticos, por meio de sua atuação como ativista indígena. Um exemplo emblemático foi sua intervenção em 1987, quando subiu à tribuna do Congresso Nacional e, utilizando jenipapo, pintou o rosto de preto em defesa dos direitos indígenas (Santos, Baracuhy, 2024). Esse gesto marcou simbolicamente a resistência dos povos originários na Constituição Federal de 1988⁴.

No entanto, sua trajetória não se limitou a esses acontecimentos. Krenak também buscou engajamento no universo acadêmico, formou-se em filosofia e tornou-se autor de diversas obras de alcance internacional. Entre elas, destaca-se *Ideias para adiar o fim do mundo*, que obteve vendas expressivas, ultrapassando 50 mil exemplares. Além disso, em 2022, ele foi eleito para a cadeira nº 24 da Academia Mineira de Letras, um reconhecimento

⁴ https://www.youtube.com/watch?v=ildN6lyXDNE&ab_channel=Kariokamultimedia. Acesso em: 02 de fev. 2025.

que demonstra sua relevância intelectual, tanto no Brasil quanto no exterior, com a publicação e difusão de suas obras em outras línguas.

Em sua obra de destaque, ele salienta que:

127

o nome Krenak é constituído por dois termos: um é a primeira partícula, *kre*, que significa cabeça, a outra, *nak*, significa Terra. Krenak é a herança que recebemos dos nossos antepassados, das nossas memórias de origem, que nos identifica como “cabeça da terra”, como uma humanidade que não consegue se conceber sem essa conexão, sem essa profunda comunhão com a terra (Krenak, 2020, p. 48).

O escritor indígena, ao explicar o significado de seu nome/etnia, inscreve-se em um regime de saber, em que a ancestralidade não se limita a ser uma referência ao passado, mas se (re)configura como uma forma de existência que resiste às dinâmicas modernas de objetivação. Ao tratar da noção de “cabeça da terra”, ele explica que há um envolvimento e uma conexão profunda com a Terra, inserindo o povo indígena em uma rede de pertencimento ecológico e cosmológico. Este movimento se alinha ao conceito de contrahistória, que Eduardo Viveiros de Castro resgata no posfácio da obra citada (Krenak, 2020), ao enfatizar que os povos originários narram o mundo, a partir de perspectivas que confrontam a história oficial e a lógica neoliberal de progresso.

A afirmação do escritor reconta essa relação primordial com a Terra e a subverte, instaurando uma prática de liberdade (Foucault, 2013), que resiste à normalização imposta pelo dispositivo colonial. Na mesma obra, ele registra que:

Em 2018, quando estávamos na iminência de ser assaltados por uma situação nova no Brasil, me perguntaram: “como os índios vão fazer diante disso tudo?”. Eu falei: “tem quinhentos anos que os índios estão resistindo, eu estou preocupado é com os brancos, como que vão fazer para escapar dessa”. A gente resistiu *expandindo a nossa subjetividade*, não aceitando essa ideia de que nós somos todos iguais. Ainda existem aproximadamente 250 etnias que querem ser diferentes umas das outras no Brasil, que falam mais de 150 línguas e dialetos (Krenak, 2020, p. 31, grifo nosso).

Ao analisar esta afirmação do acadêmico, à luz dos estudos de Michel Foucault sobre poder, subjetivação e resistência, especialmente no que tange aos efeitos normalizadores dos dispositivos coloniais e estatais, pode-se afirmar que os povos indígenas resistiram por

quinhetos anos, expandindo sua subjetividade e reforçando a heterogeneidade de etnias e saberes.

O filósofo indígena aponta um desafio frente às tecnologias de (bio)poder que, ao longo da história, buscaram disciplinar corpos e modos de existência. Foucault (2008) demonstra como o biopoder opera na gestão das populações, regulando a vida por meio de estratégias que promovem a padronização e a negação da diferença. Ou seja, a imposição da igualdade como princípio universal pode ser compreendida como um mecanismo de apagamento das multiplicidades culturais e linguísticas.

Ao reiterar a existência de aproximadamente 250 etnias e mais de 150 línguas e dialetos no Brasil, Krenak reafirma a pluralidade indígena e a batalha desses povos diante da racionalidade neoliberal imposta pelo Estado e pelo dispositivo colonial. Esta recusa à normatização pode ser compreendida como uma prática de liberdade (Foucault, 2013) nos termos foucaultianos, uma vez que transcende a mera oposição ao poder e se manifesta na criação de outros modos de existência para a humanidade.

Krenak (2020), em seu livro *Ideias para adiar o fim do mundo*, ao ser perguntado sobre como os indígenas lidariam com a iminente ascensão de um governo autoritário de extrema direita no Brasil, ele responde com ironia, enfatizando a histórica luta contra o sistema de opressão racial, implantado desde os tempos da invasão portuguesa até os dias atuais. Este gesto de resistência configura-se como uma estratégia discursiva que desestabiliza narrativas hegemônicas e questiona os lugares de fala historicamente atribuídos às populações originárias.

Diante desse panorama histórico, observa-se que o ingresso de Krenak na ABL, em 2024, não se deu de forma aleatória. O ambientalista lançou mão de estratégias de saber-poder para resistir e conquistar vitórias coletivas, posicionando-se como representante de mais de trezentos povos que, de forma resiliente, habitam a diversidade do que hoje denominamos Brasil. É amplamente sabido que conhecimento é poder. Segundo essa premissa, ele trilhou seu caminho munido de saber para difundir e elevar a cultura indígena a horizontes jamais explorados.

O referido filósofo agregou valor à luta dos povos originários, mesmo esta tendo sofrido inúmeras tentativas de apagamento e silenciamento. Se, para serem ouvidos, era

necessário “agir com as armas dos brancos”, Krenak assim o fez, mobilizando, na lógica dos micropoderes que operam de forma capilar e dispersa (Foucault, 2009), as ferramentas do colonizador para tratar de questões indígenas e demonstrar que o conhecimento ancestral é indispensável para discutir temas fundamentais, como a existência, o cuidado de si e dos outros.

Castro (2020) observa que Ailton Krenak, juntamente com outros intelectuais e ativistas originários, como Davi Kopenawa e Daniel Munduruku, questionam a homogeneização da existência humana, ao recusarem a ideia de uma humanidade concebida como bloco unitário. Eles propõem uma “contra-história” e uma “contra-antropologia” ancoradas em saberes próprios, oferecendo novos olhares sobre o Brasil a partir de perspectivas ancestrais. Trata-se do que o pensador chamou de “a história da descoberta do Brasil pelos índios”.

Krenak (2020) desnaturaliza a narrativa dominante, ressaltando formas de vida interdependentes e simbióticas com a Terra. Sua crítica aponta a lógica capitalista como vetor de destruição e busca reafirmar a inseparabilidade entre seres e natureza. Esta abordagem dialoga com o *cuidado de si* foucaultiano (Foucault, 2005), ampliado para um cuidado do outro (coletivo), ao promover modos de vida mais inclusivos e sustentáveis, que rompem com a visão hegemônica e resgatam outras formas de habitar o mundo. Tais reflexões convidam a uma reavaliação dos pressupostos antropológicos da civilização ocidental e dos efeitos que ela tem produzido sobre as condições materiais e espirituais da existência de todos os povos, espécies e seres da Terra.

A transitoriedade das múltiplas posições de sujeitos ocupados por Ailton Krenak (intelectual, ativista indígena, escritor e ambientalista) instiga a análise das teias foucaultianas e a articulação dos enunciados, como elementos constitutivos do discurso, entrelaçados em redes de conexões, que oportunizam examinar as condições históricas, culturais, econômicas e políticas, envoltas nessas relações de saber-poder.

2 A coragem da verdade na trama dos sentimentos

Para Michel Foucault (2014), o discurso não se limita a um simples conjunto de enunciados. Ele é atravessado por relações de saber-poder e regulado por procedimentos que determinam o que pode ser dito, por quem e em quais condições. Como afirma o autor:

O discurso, assim entendido, não é uma forma ideal e intemporal que teria, além do mais, uma história; o problema não consiste em saber como e por que ele pôde emergir e tomar corpo num determinado ponto do tempo; é, de parte a parte, histórico – fragmento de história, unidade e descontinuidade na própria história, que coloca o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade, e não de seu surgimento abrupto em meio às cumplicidades do tempo” (Foucault, 2019, p. 143).

Seguindo essa linha de raciocínio, comprehende-se que os discursos são incessantemente perpassados por engrenagens de disputa, deslocamento e transformações, os quais definem seus limites e configuram os regimes de verdade que os sustentam. É neste jogo de forças que operam os dispositivos, cuja função é controlar e restringir interna e externamente os discursos.

Um desses mecanismos, fundamental para este estudo, é a vontade de verdade (Foucault, 2014), que pode ser entendida como um sistema de exclusão que estabelece quais discursos são legitimados dentro das esferas sociais e quais são silenciados. Logo, as relações de poder não se limitam a atravessar o discurso; elas o estruturam, fixando os *regimes de verdade* e os *jogos de saber* que atuam em determinada sociedade.

A entrada de Krenak na Academia Brasileira de Letras reflete uma vontade de verdade que se articula em torno dos valores de inclusão e diversidade presentes na sociedade, permitindo que ele transite do lugar da invisibilidade para o dos holofotes. Ainda assim, essa passagem ocorre sob o controle do policiamento linguístico (Foucault, 2014), exercido por instituições como a própria ABL, que mantêm o poder de definir quais os sujeitos que estão autorizados a falar e quais os discursos que são validados. Na cerimônia de posse na ABL, Krenak ingressa em uma ordem arriscada do discurso, pois mesmo consciente de todos os perigos disso, ele deixa os sentimentos emergirem e fala

corajosamente sobre diversos aspectos que tocam seu povo, fazendo aflorar emoções e subjetividades, por meio do que Foucault considera a *coragem da verdade* (Gros, 2004).

A eleição de Krenak para a ABL, em 2024, ocorre em conjunturas sociais, históricas e políticas, em que a instituição passa a adotar a diversidade como uma “bandeira discursiva”, conforme reiterado pela mídia. No entanto, essa inclusão irrompe, proporcionando o surgimento de um movimento de reconfiguração institucional ao longo dos anos. Antes do referido intelectual indígena, a ABL já havia reunido mulheres e sujeitos negros, reforçando uma narrativa de ampliação da representatividade, mas também suscitando questionamentos sobre os limites e as contradições desse processo.

Com relação ao ingresso de Krenak na ABL, a instituição midiática também manifestou seu posicionamento. Na materialidade sincrética do enunciado 1, apresentada a seguir, analisamos como a página do Instagram da Globo News, veicula a entrada dele na ABL. A fotografia central mostra Krenak trajando a vestimenta com a qual proferiu seu discurso histórico na ABL, enquanto o verbal se destaca com as letras garrafais: “*A PALAVRA É DIVERSIDADE*” cria, em um primeiro momento, um efeito de valorização da iniciativa da academia em sintonia com uma vontade de verdade da atualidade, em que as práticas inclusivas agregam valor às instituições.

Todavia, esse efeito inicial se rompe, quando a matéria dá destaque à crítica proferida por Krenak à própria instituição: “*Essa cadeira 5, em uma instituição que recebe uma pessoa indígena, que acessa esse lugar quando a casa completa 126 anos de existência*” (Krenak, grifos nossos). Este recorte discursivo expõe uma contradição fundamental: se a ABL se apresenta como um lugar de valorização da diversidade, por que somente agora reconhece a importância dos saberes indígenas, considerando que os povos originários habitavam este território muito antes da invasão portuguesa?

Enunciado 1: A palavra é diversidade.



Fonte: Instagram Globo News, 2024.

132

A notícia mostra como certos saberes são, ao longo do tempo, sujeitados (Foucault, 2010), permanecendo à margem das instituições que validam o conhecimento. Embora Krenak tenha sido imortalizado na ABL, a matéria destaca que os escritos indígenas ainda não ocupam um lugar central no cânone literário.

Além disso, o texto enaltece a trajetória de enfrentamentos de Ailton e destaca que seu ingresso na Academia foi o resultado de um percurso árduo e marcado por desafios. Este movimento discursivo remete à narrativa inicial da notícia, que, à primeira vista, enfatizava a iniciativa da ABL, mas, ao longo do texto, assume um tom crítico ao expor o caráter tardio e restrito dessa inclusão, revelando as limitações do reconhecimento institucional perante os povos originários.

Krenak, por meio de sua fala contundente, articula uma vontade de verdade que denuncia a operacionalização do privilégio dos saberes da colonialidade, em detrimento dos saberes populares e indígenas (sujeitados). Esta posição vai além de uma simples afirmação política, sendo também um gesto impregnado de afetos e emoções, que remonta aos modos de vida e de (re)existência de seu povo.

Assim, as emoções deixam de ser elementos periféricos, tornando-se forças constitutivas que sustentam o próprio discurso, reforçando a crítica à marginalização

histórica dos saberes indígenas, os quais, como outros saberes dissidentes, são sistematicamente sujeitos às formas de conhecimento dominantes e recusados ou silenciados pelas estruturas de poder, como aponta Foucault (2009).

A coragem da verdade envolve um risco, um ato de enfrentamento, diante das relações de poder possíveis. Em Krenak, essa coragem se manifesta por meio de sentimentos que vão do luto à esperança, da indignação à mobilização, compondo um discurso de subversão que denuncia e, simultaneamente, utiliza a sabedoria ancestral como uma força de afirmação política.

É possível traçar um paralelo entre o discurso do pensador indígena na ABL e a experiência que Foucault viveu no *Collège de France*, retratada por Didier Eribon em *Michel Foucault: uma biografia (1990)*, no subtítulo “*A solidão do acrobata*”. Eribon (1990) descreveu o filósofo como um intelectual que, apesar de ocupar um status de prestígio, sentia-se deslocado, consciente de que sua presença desafiava as normas e valores da instituição. Este sentimento de solidão, marcado pelo estranhamento de um intelectual LGBTQIAPN+⁵ em um ambiente tradicionalmente heteronormativo e elitista, guarda semelhanças com a posição de Krenak na ABL.

Como único indígena a ocupar uma cadeira na Academia, a presença de Krenak torna-se simultaneamente um ato de enfrentamento e um desafio constante. Seu discurso reivindica a inserção dos saberes originários, mas, ao mesmo tempo, ele precisa negociar os limites impostos por essa ordem institucional, assim como Foucault fez ao equilibrar sua crítica ao sistema acadêmico sem romper completamente com ele. Este jogo entre pertencimento e deslocamento marca a atuação de ambos, demonstrando como certos corpos e discursos, mesmo quando aceitos, continuam sendo regulados e confrontados dentro das estruturas que os acolhem.

A presença de Krenak na ABL não se dá sem restrições. Seu discurso, ao ser autorizado, ainda está condicionado por um jogo de poder, que regula a entrada de vozes marginalizadas, à medida que tanto possibilitam quanto restringem sua participação na

⁵ Significado da sigla: Lésbicas; Gay; Bissexuais, Travestis, Transexuais; Queer; Intersexuais; Assexuais; Pansexuais e N - não-binário; já o + existe para abranger as demais identidades e orientações.

visibilidade discursiva, reforçando as hierarquias que sustentam as relações de poder nos *regimes de verdade*.

3 O entrecruzamento de dispositivos

Michel Foucault apresenta o conceito de dispositivo como um elemento fundamental para compreender as relações entre saber e poder, pois ele engloba “um conjunto heterogêneo que articula discursos, instituições, normas, práticas sociais, saberes científicos e técnicas de governo, que, em determinado momento histórico, responde a uma urgência histórica e possui “uma função estratégica dominante” (Foucault, 2009, p. 244).

Deleuze corrobora com Foucault em relação ao entendimento sobre o termo dispositivo, e o sintetiza da seguinte maneira:

Mas o que é o dispositivo? É antes de mais nada um emaranhado, um conjunto multilinear. Ele é composto de linhas de natureza diferentes. E estas linhas do dispositivo não cercam ou não delimitam sistemas homogêneos, o objeto, o sujeito, a língua, etc., mas seguem direções, traçam processos sempre em desequilíbrio, às vezes se aproximam, às vezes se afastam umas das outras (Deleuze, 1989, p. 1).

A explicação de Deleuze aponta para a ideia de que os dispositivos, em vez de estruturas fixas, são campos dinâmicos de forças, atravessados por relações de poder e por linhas – de visibilidade, enunciabilidade, objetivação e subjetivação – que compreendem os dispositivos de controle. As linhas do dispositivo organizam, circulam e regulam comportamentos, ao mesmo tempo em que ensejam a emergência de novas formas de subjetividade e ação.

É possível analisar o conjunto de enunciados, que compõe o discurso de Krenak, como pertencentes a um dispositivo que regula o que pode e deve ser dito, por meio de regras e normas que estabelecem o que socialmente aceitável e desejável na instituição acadêmica. A conferência de posse na ABL, marcada pela formalidade e tradição, legitima institucionalmente o novo membro, Krenak, ao mesmo tempo que impõe normas discursivas que delimitam o que pode ser dito por ele. Sobremaneira, interessa-nos investigar as táticas e as estratégias usadas pelo líder indígena para subjetivar-se.

Embora Foucault não discuta sobre o dispositivo colonial, seus conceitos oferecem ferramentas para analisar a colonialidade como um dispositivo que articula saberes e poderes para instaurar a exploração e a dominação. O referido conceito pode ser detalhado como uma estratégia histórica que combina elementos discursivos e não-discursivos para sustentar sistemas de opressão. Aníbal Quijano (2000) associa a colonialidade ao controle dos corpos, dos saberes e dos territórios.

Para contribuir com os estudos sobre a colonialidade, destacamos também os trabalhos desenvolvidos por Neves e Lisboa, que demonstram o funcionamento do conceito de dispositivo colonial a partir dos princípios foucaultianos, aos quais este trabalho se vincula. Estes estudos aprofundam a compreensão das articulações e do funcionamento deste dispositivo como mecanismo de mobilização das desigualdades. Ressalte-se a obra *O governo da Língua: uma perspectiva discursiva sobre o lugar da língua nas relações de poder no Brasil*, organizada pelas professoras doutoras Rosário Gregolin (UNESP), Ivânia Neves (UFPA) e Flávia Marinho (UNIFESSPA).

Na obra anteriormente citada, Neves (2023, p. 76) afirma que “o dispositivo colonial se reposicionou todas as vezes em que as emergências históricas assim demandaram, mas só há pouco tempo, a partir da segunda metade do século XX, os estudos desses movimentos ganharam mais visibilidade no Ocidente”. Em resposta ao dispositivo colonial, surgem as resistências na era denominada descolonial. Sendo assim, ainda que esse dispositivo atue na supressão e marginalização das vozes indígenas, há linhas de fuga da descolonialidade que, por meio de suas estratégias de saber-poder, subvertem essa estrutura e possibilitam que as questões indígenas se inscrevam no debate contemporâneo, como é o caso do ingresso de Ailton na ABL.

Apesar de a voz de Krenak e outros povos indígenas ressoarem, sobretudo na mídia, o dispositivo colonial não perdeu sua força; pelo contrário, ele continua operando intensamente. A resistência se impõe como uma luta diária, em que é preciso constantemente reinventar estratégias para garantir sua existência (Santos, Baracuhy, 2024). O modo de vida indígena, fundamentado na relação de pertencimento e cuidado com a Terra, contrasta diretamente com a lógica do capitalismo, que busca tornar as relações com a natureza cada vez mais voláteis e instrumentalizadas. Esta incompatibilidade estrutural faz com que os

povos originários sejam historicamente alvos de ataques e violências, uma vez que suas (re)existências representam um obstáculo à exploração irrestrita dos territórios e dos recursos naturais.

As dinâmicas de disputa vão além dos campos territorial, cultural ou linguístico, atravessando também outros dispositivos de poder que organizam a sociedade, como o patriarcal. Assim como a luta indígena desafia a colonialidade do saber e do território, as relações de gênero também são marcadas por exclusões e assimetrias historicamente naturalizadas. Em seu discurso de posse, Krenak destacou o acesso tardio das mulheres à Academia Brasileira de Letras, ao lembrar que “*somente em 1977*” (Krenak, grifos nossos) uma mulher passou a ocupar uma cadeira na instituição. A referência é à escritora Rachel de Queiroz, primeira mulher eleita para a ABL, que assumiu justamente a cadeira número 5 — a mesma que agora passa a ser ocupada por ele.

Ao mencionar o exemplo de Rachel de Queiroz, Krenak destaca que somente após completar “126 anos de existência, (a Academia) acolheu um sujeito indígena”. Verificamos como os dispositivos colonial e patriarcal frequentemente se entrelaçam e envolvem relações de poder, que silenciam e excluem grupos historicamente marginalizados. Esta interseção revela o modo como diferentes dispositivos se reforçam mutuamente, produzindo, de forma gradual, regimes de exclusão cada vez mais amplos e sofisticados.

O escritor demarca a persistência desses dispositivos, ao mesmo tempo que manifesta, por meio de sua própria presença, um ato de resistência, atravessado por emoções que oscilam entre a indignação e a esperança. Seu discurso carrega uma carga afetiva que mobiliza a memória coletiva e reafirma a luta dos povos indígenas pela visibilidade e reconhecimento.

Foucault nos oferece ferramentas para examinar como os dispositivos atuam na articulação entre práticas discursivas e não discursivas, sustentando desigualdades estruturais e, ao mesmo tempo, possibilitando a identificação de estratégias de resistência. Com base no reconhecimento do conceito de dispositivo e dos diferentes tipos analisados por Foucault, Neves (2023) identifica e articula o que denomina de dispositivo colonial, compreendido como uma engrenagem fundamental para entender as dinâmicas de poder que atravessam as questões indígenas. Ao analisar o funcionamento complexo do referido

dispositivo, a autora demonstra como ele tanto mantém relações assimétricas quanto permite a emergência de deslocamentos e reconfigurações discursivas. Assim, destacamos a seguinte reflexão da autora:

o dispositivo colonial, como todo dispositivo de poder e saber, produz dentro de suas estruturas a sua própria contradição e cria possibilidades de resistências. Por outro lado, já sabemos que não existe poder absoluto, mas sim relações de poder, que, a depender dos sujeitos, podem produzir uma desordem no discurso. As décadas seguintes à promulgação da Constituição Federal de 1988 não transformaram as estruturas racistas e patriarcais da sociedade brasileira, mas abriram novas possibilidades no fazer acadêmico e foram obrigadas a reconhecer como autorizados novos lugares de enunciação (Neves, 2023, p. 77).

É a partir dessas fissuras e das linhas de fuga abordadas por Neves (2003) que localizamos nosso estudo: nos desvãos do dispositivo colonial, por onde as vozes indígenas conseguiram emergir e alcançar até mesmo o espaço acadêmico nacional. O ingresso de Ailton Krenak na ABL se insere nessa conjuntura histórica, política e social de aceitação de novos saberes, desafiando as relações de poder e expondo as contradições do dispositivo colonial. Mais adiante, aprofundaremos esta análise, observando como seu discurso na cerimônia de posse reflete e potencializa essas dinâmicas de resistência e articulação entre dispositivos.

137

4 Ingressando nessa ordem arriscada do discurso

Ao assumir uma posição-sujeito de intelectual, Krenak adquire o que Foucault (1996) denomina de “direito privilegiado de fala”, ou seja, a autorização institucional para falar dentro de um espaço autorizado de saber-poder. No entanto, esse direito não é irrestrito, pois está sujeito às regras e convenções da própria instituição, que regulam o discurso. Assim, embora a presença de Krenak na ABL represente uma ruptura em relação à exclusão histórica dos povos indígenas dessa instância, seu discurso ainda precisa operar dentro dos limites impostos pela ordem acadêmica vigente.

Para ingressar nessa instituição, Krenak inicia seu discurso, cumprimentando a Ministra da Cultura, Margareth Menezes, e enaltecendo sua presença como símbolo de uma

sociedade mais cuidadosa e amorosa. Em seguida, saúda o então ministro dos Direitos Humanos, Silvio Almeida, e logo depois dirige-se a Eloy Terena, ressaltando seu protagonismo no Ministério dos Povos Indígenas do governo Lula e a trajetória de jovens lideranças indígenas desde a Constituinte de 1987 até o presente.

Na sequência, sinaliza a presença da presidente da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), Joenia Wapichana, a quem se refere carinhosamente como “querida Joenia”. Neste momento, Krenak faz uma crítica contundente ao governo anterior (de Jair Bolsonaro), denunciando as políticas anti-indígenas que comprometeram o funcionamento da FUNAI. Ele aponta como a agência ficou paralisada sob uma gestão que se recusava a demarcar terras indígenas e enfatiza o desafio de restaurá-la, evocando Carlos Drummond de Andrade como metáfora para o enfrentamento dessas dificuldades: “*nossa querida Joênia tem a missão de fazer mover essa pedra*”.

O cumprimento às autoridades, em especial à ministra da Cultura, Margareth Menezes, aponta para a necessidade de inserir-se na ordem do discurso (Foucault, 2014), respeitando os rituais de entrada que autorizam a circulação da palavra, pois há um protocolo a ser seguido para garantir que sua voz possa ser legitimada naquele ambiente. A menção a Eloy Terena e à nova geração de lideranças indígenas reflete uma dinâmica genealógica do discurso, demonstrando a emergência de novos sujeitos políticos que, ao longo das últimas décadas, vêm ocupando esferas institucionais, antes inacessíveis aos povos originários.

A crítica à FUNAI e ao governo anterior de Jair Bolsonaro insere-se na problemática da vontade de verdade (Foucault, 2014). A afirmação de que a fundação ficou “*subjugada*” ressalta como certas formas de saber são reguladas pelo poder, determinando quais discursos podem ou não ser proferidos. Além disso, a evocação de Carlos Drummond de Andrade como “*escudo invisível*” reforça a potência do discurso poético como ferramenta de resistência, inserindo Krenak em uma tradição literária, que dialoga com a crítica política e social. Fazendo alusão à obra *A Ordem do Discurso*, Krenak utiliza o procedimento do *comentário*⁶, mais uma vez, para enriquecer e validar suas estratégias discursivas.

⁶ O comentário diz respeito a um procedimento interno de controle dos discursos. Refere-se àqueles discursos que estão sempre retornando, indefinidamente, para além de sua formulação, são ditos, permanecem ditos. Ex: textos religiosos, jurídicos, literários. Segundo Foucault, (2014, p.25) “o comentário não será outra coisa, senão, a reaparição, palavra por palavra, do que ele comenta (princípio parafrástico do dizer). Ele conjura o acaso do discurso, pois “o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta”.

O filósofo dos povos originários continua com os cumprimentos, reconhecendo, sempre, o ritual que precisa cumprir: “*eu devo saudar o Presidente da ABL que me acolhe aqui, o jornalista Merval Pereira, que eu admiro e que eu estou conhecendo um pouco mais agora [...]*”. Em seguida, menciona Antonio Carlos Secchin, destacando o auxílio que recebeu na confecção de seu discurso para aquele momento.

No entanto, Krenak rompe o protocolo ao dirigir-se a Heloísa Teixeira de maneira espontânea e reflexiva:

Eu perguntei para a Heloísa, eu devo te chamar de confreira? Ela disse: “nossa, essa palavra é muito feia”. Eu falei, você me permite te chamar de companheira? Ela disse: “pode me chamar de senhora, querida, colega acadêmica”. Eu falei, então eu vou me sentir muito mais à vontade se eu puder tratar as admiráveis senhoras que fazem presença aqui nessa Academia Brasileira de Letras como colegas, porque elas estão trilhando, com o mesmo estranhamento, esse lugar que eu estou acessando agora. Não é uma questão de gênero, mas é uma questão de perceber o mundo de maneira diversa. Então, eu quero cumprimentar as queridíssimas acadêmicas, na pessoa da acadêmica que eu admiro muito e que sempre me convocou com muita determinação para que eu viesse para cá, Fernanda Montenegro.

Ao pleitear um modo diferente de nomeação, Krenak questiona os limites impostos pela tradição discursiva da ABL. A palavra “confreira” carrega consigo um sentido institucionalizado, que reforça a estrutura hierárquica da Academia. Ao rejeitá-la e propor um outro tratamento – “*Eu falei, você me permite te chamar de companheira?*” – filósofo indígena traz para o espaço discursivo da ABL uma fala política, porém afetuosa e informal.

Este gesto pode ser analisado a partir da noção de *jogos de verdade*, “ou seja, não a descoberta das coisas verdadeiras, mas as regras segundo as quais a respeito de certas coisas, aquilo que um sujeito pode dizer decorre da questão do verdadeiro ou falso” (Foucault, 2006, p. 235). Não se tratava de uma questão meramente gramatical (uso do vocativo), “*confreira, senhora, querida colega, acadêmica*”, sobretudo se estabelecera uma relação de poder que determina “como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído” (Foucault, 2014, p. 17), conforme se pode destacar na resposta da escritora: “*nossa, essa palavra é muito feia*”.

Nessa perspectiva, é notório que os *regimes de verdade* regulam as formas de dizer, mostrando que, mesmo discursos que subvertem, precisam negociar seu lugar nas estruturas de poder que historicamente os marginalizaram. Isso porque, como discute Foucault (2014), os discursos considerados *verdadeiros* estão diretamente atrelados às instituições, que operam como dispositivos de legitimação, controle e reprodução das verdades socialmente aceitas.

A presença do ativista ambiental na ABL explicita essa dinâmica: sua voz ingressa em um *locus* que historicamente excluiu povos indígenas, e, ao fazê-lo, precisa estar ciente de que “em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm por função controlar seu acontecimento aleatório” (Foucault, 2014, p. 9).

140

Eu falei, então eu vou me sentir muito mais à vontade se eu puder tratar as admiráveis senhoras que fazem presença aqui nessa Academia Brasileira de Letras como colegas, porque elas estão trilhando, com o mesmo estranhamento, esse lugar que eu estou acessando agora. Não é uma questão de gênero, mas é uma questão de perceber o mundo de maneira diversa.

A observação de Krenak sobre o “estranhamento” de poder estar na ABL, onde anteriormente não era possível uma representatividade indígena, o irmanava com as acadêmicas, que também demoraram bastante (oitenta anos) para conseguirem adentrar naquele espaço de poder. A menção, feita pelo escritor indígena ao ingresso tardio das mulheres na ABL, demonstra como essas estruturas de poder regulam os acessos e os pertencimentos, impondo quem pode ocupar determinados posições de prestígio intelectual.

Assim como os povos indígenas enfrentam a negação de seus territórios e línguas, as mulheres também tiveram – e ainda têm – seu acesso restrito a esferas de produção do saber e da cultura. Essa rede de relações demonstra como as tecnologias de poder não operam isoladamente, intercruzando-se e se reconfigurando na manutenção de assimetrias.

Após a realização dos cumprimentos, o ativista indígena evoca o poeta, ensaísta e crítico literário Antonio Carlos Secchin, ao afirmar:

Eu agradeço a disposição dele, a doação, de me apresentar, de certa maneira, a esse rito da Academia Mineira de Letras e a esse rito da Academia Brasileira de Letras, que é como se você estivesse sendo graduado em algum termo. Há uma exigência de um pouco mais, digamos assim, de atenção ao rigor do protocolo. O Acadêmico Antonio Carlos Secchin me falou que o rito é tudo.

“O rito é tudo” nos faz lembrar da lição foucaultiana sobre o procedimento de rarefação dos sujeitos que falam, “o ritual da palavra”, responsável pela qualificação que deve possuir os indivíduos para que tenham direito à fala. O ritual define, “no jogo de um diálogo, de uma recitação, o tipo de enunciado, os gestos, os comportamentos, as circunstâncias e todo um conjunto de signos que devem acompanhar um dado discurso” (Foucault, 2014, p. 39).

Krenak continua a trazer para a sua fala, sob a forma de *comentário*, a importância do ritual da palavra:

é um rito, é uma reza, é uma oração, é uma procissão, como diz o querido Acadêmico Gilberto Gil, Mestre Gil. O rito nos saca desse lugar, que a gente podia chamar desse lugar comum, e nos põe num lugar de criação; criação de mundos, seja através da tecnologia, seja através de qualquer outro exercício de expansão das nossas capacidades. [...]. Eu ia falar subjetividade, mas é a expansão da nossa capacidade de traduzir subjetividade, de transformar a poesia em matéria, de transformar ideias em substâncias que possam nos carregar, nos alimentar e nos inspirar.

Ao citar Secchin e Gilberto Gil, Krenak mobiliza vozes de intelectuais legitimados na ABL para dar credibilidade ao seu discurso, inserindo-o em uma rede de significações, “ao dizer enfim o que estava articulado silenciosamente no *texto primeiro*, conforme um paradoxo que (o comentário) desloca sempre” (Foucault, 2014, p. 25). Estas menções inserem o discurso do líder indígena dentro de uma tradição já reconhecida, ao mesmo tempo que o conecta a práticas ancestrais e populares, como a reza e a procissão, conferindo ao rito um caráter plural e insurgente. Ao ingressar no rito, ele produz fissuras na formalidade instituída.

Krenak, ao longo do seu discurso, reivindica o direito ao reconhecimento da diversidade das identidades indígenas, em sua complexidade étnica, linguística e territorial. “*Eu não sou mais do que um, mas eu posso invocar uns 300. Nesse caso, 305 povos que nos*

últimos 30 anos do nosso país, passaram a ter a disposição de dizer, estou aqui! Sou Guarani, sou Xavante, sou Caiapó, sou Yanomami e sou Terena”. Neste gesto, ele promove um efeito de desarticulação nas fronteiras do dispositivo colonial, desagregando a ideia homogeneizante construída ao longo da história do Brasil de que os povos originários poderiam ser reduzidos a uma unidade, o “índio”. Ao mesmo tempo, ele reconhece a responsabilidade atribuída a si como o único representante entre “305 povos”.

O líder indígena afirma que “*esse jogral, essa fala plural, ela só foi possível porque nós atravessamos uma linha vermelha que indicava, no final dos anos da ditadura, a disposição do Estado Brasileiro de emancipar os indígenas*”. Nesta passagem, o escritor aponta para os limites impostos pelos dispositivos de poder que buscaram silenciar as vozes indígenas ao longo da história. A “*linha vermelha*” surge como uma metáfora dos desafios enfrentados por ele e por outros indígenas para se adentrar e transformar espaços de poder, como a própria Academia.

Segundo Foucault (2014), o discurso está intrinsecamente ligado ao poder e é controlado por ele em sua produção, validação e circulação. A fala do ativista ambiental, portanto, ultrapassa esses limites e os reconfigura, escrevendo novos *jogos de saber-poder* e constituindo outras *verdades*, que conectam o passado ancestral a um futuro mais inclusivo e plural. Como diz Krenak: “*o futuro é ancestral*”. Portanto, ao enfrentar os mecanismos de exclusão, Krenak abre um espaço que ao longo do tempo lhe foi negado, promovendo uma visão diversa, em que sentimentos e razão se entrelaçaram como força motriz da coragem da verdade.

Um efeito de fechamento

O discurso, proferido por Ailton Krenak na cerimônia de posse na ABL, representa um marco histórico na trajetória da intelectualidade indígena no Brasil. Sua entrada na instituição simboliza uma conquista plural, pois se coloca como representante de diversos povos, ocasionando uma fissura nas estruturas discursivas que, por décadas, mantiveram os povos indígenas à margem da produção e validação do conhecimento acadêmico e literário.

Com base na teoria foucaultiana, observamos que a presença de Krenak na ABL constitui um deslocamento no jogo de poder que rege o campo acadêmico, demonstrando a

complexidade das relações entre discurso, saber e resistência. Ao utilizar as próprias ferramentas do colonizador para questionar e ressignificar espaços de poder, Krenak reafirma a importância da ancestralidade indígena na construção de novas epistemologias.

Portanto, o discurso de Krenak na cerimônia de posse na ABL opera na fronteira entre a norma e a transgressão, navegando entre os rituais formais da instituição e a denúncia dos mecanismos de poder que historicamente silenciaram as vozes indígenas no Brasil.

Dessa forma, este estudo reforça a necessidade de ampliar as discussões sobre os modos de subjetivação e resistência dos povos originários dentro das estruturas tradicionais de produção do conhecimento.

A análise arqueogenética, ao tratar das condições históricas que possibilitaram a emergência do discurso de Krenak na ABL, salienta as rupturas e permanências que caracterizam sua trajetória. Em última instância, sua presença neste lugar sugere uma inclusão simbólica, além de uma reconfiguração discursiva que pode impactar significativamente as futuras gerações de intelectuais indígenas e a própria estrutura da Academia Brasileira de Letras.

143

Referências

- CASTRO, E. V. Posfácio. In: KRENAK, A. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- CORBIN, A; COURTINE, J; VIGARELLO, G. *Histórias das emoções*: da antiguidade às luzes. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis: Vozes, 2020.
- DELEUZE, G. *O que é um dispositivo?* In: DELEUZE, G. Conversações (1972-1990). Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: ed. 34, 1992. pág. 155-163.
- ERIBON, D. *Michel Foucault*: uma biografia por Didier Eribon. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 8 ed. Tradução de Luiz Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2019.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- Foucault, M. *Em Defesa da Sociedade*. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, M. Ética, sexualidade, política. *Ditos e Escritos V*. Tradução de Elisa Monteiro e Inês Austran Dourado Barbosa. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e José Augusto Guilhon Albuquerque. 26 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2013.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade III: O cuidado de si*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e José Augusto Guilhon Albuquerque. 8 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. 4 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2009.

FOUCAULT, M. *Segurança, território, população: curso no Collège de France (1977-1978)*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GROS, F. (org.). *Foucault: a confiança da verdade*. Tradução de Marcos Marcionílio. São Paulo: Parábola, 2004.

KRENAK, A. *Ideias para adiar o fim do mundo*. 2 ed. São Paulo: 2020.

LISBÔA, F. M.; NEVES, I. S.; GREGOLIN, R. (org.). *O governo da língua: uma perspectiva discursiva sobre o lugar das línguas nas relações de poder no Brasil*. Guarapuava: Unicentro, 2023.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *Revista Venezolana de Economia e Ciências Sociais*, v. 1, pág. 11-48, 2000.

SANTOS, R. C.; BARACUHY, R. Discurso, representatividade e resistência indígena: Ailton Krenak e Raoni Metuktire no documentário Falas da Terra. *Revista Acta Semiótica et Linguística*, Palmas, v. II, pág. 6-28, 2024. ISSN 2965-4440. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/actas/article/view/20358/22764>. Acesso em: 10 de jan. 2025.

LI E NÃO QUERO MAIS LER: DISCURSO, LEITURA E EMOÇÕES¹

I READ AND I DON'T WANT TO READ ANYMORE: DISCOURSE, READING AND EMOTIONS

Paul Fernand da Cunha Leite²
Luzmara Curcino³

145

Resumo: Neste artigo, derivado de nossas pesquisas vinculadas ao Laboratório de Estudos da Leitura (LIRE-CNPq/UFSCar), nosso objetivo é apresentar a análise de um tipo de enunciado a respeito da leitura no qual sujeitos reconhecidos socialmente como leitores confessam práticas consideradas próprias de maus leitores ou de não leitores, sem que isso se converta em uma declaração envergonhada ou implique riscos à face de seu enunciador. Essas declarações são proferidas por sujeitos que usufruem de *capital cultural* (Bourdieu, 1999) suficiente para lhes fornecer uma certa blindagem simbólica, de modo a lhes autorizar esse tipo de declarações em geral interditadas para outros sujeitos, como a da confissão de não ler certos autores ou a de não ler mais certos gêneros. É uma amostra desse tipo de enunciado, extraído do jornal *O Estado de São Paulo*, que analisamos neste artigo com vistas a refletir sobre o funcionamento discursivo de certos consensos relativos à leitura, nos quais estão implicadas emoções sociais como a “vergonha” e o “orgulho”. Para tanto, recorremos a princípios da Análise do Discurso, da História Cultural da Leitura, da Sociologia da Distinção Cultural e da História das Sensibilidades e das Emoções.

Palavras-chave: Análise do Discurso. Leitura. Orgulho. Vergonha.

Abstract: In this article, derived from our research linked to the Reading Studies Laboratory (LIRE-CNPq/UFSCar), our objective is to present an analysis of a type of statement about reading in which individuals socially recognized as readers confess to practices considered to be typical of poor readers or non-readers, without this becoming an embarrassing statement or implying risks to their face. These statements are made by subjects who have enough *cultural capital* (Bourdieu, 1999) to provide them with a certain amount of symbolic shielding, so as to authorize them to make statements that are forbidden to other subjects, such as confessing to no longer reading certain authors or discursive genres. It is a sample of this type of statement, taken from a text in the newspaper *O Estado de São Paulo*, that we analyze in this article, with a view to reflecting on the discursive functioning of certain consensus relating to reading, in which social emotions such as “shame” and “pride” are implicated. To do this, we used principles from Discourse Analysis, the Cultural History of Reading, the Sociology of Cultural Distinction and the History of Sensibilities and Emotions.

Keywords: Discourse Analysis. Reading. Pride. Shame.

¹ Este artigo resulta do Trabalho de Conclusão de Curso e da Iniciação Científica (realizada com apoio FAPESP 2023/11570-1 e 2020/06255-5), recentemente concluídos junto ao Laboratório de Estudos da Leitura (LIRE-CNPq/UFSCar), e inscritos nos Projetos Gerais de Pesquisa coordenados pela docente Luzmara Curcino, intitulados respectivamente “Leitores orgulhosos, leitores envergonhados: as emoções em discursos sobre a leitura”, com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP (2020/03615-0), “O orgulho, a vergonha e outros afetos: uma análise das emoções em discursos sobre a leitura” com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq (305682/2022-9).

² Graduado no curso de Letras pela Universidade Federal de São Carlos. Membro do Laboratório de Estudos da Leitura (LIRE-CNPq/UFSCar). E-mail: paulfrndleite@gmail.com. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/0746745449566094>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9322-258X>.

³ Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela UNESP-FCLAr, docente no Departamento de Letras e no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos. Coordenadora do grupo de pesquisas Laboratório de Estudos da Leitura (LIRE-CNPq/UFSCar). E-mail: luzmara_curcino@ufscar.br. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/4849994635754652>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3555-1446>.

Introdução

Partimos do pressuposto comum às pesquisas realizadas pelos membros do Laboratório de Estudos da Leitura (LIRE-CNPq/UFSCar)⁴ segundo o qual os discursos incidem sobre as práticas e promovem a identificação dos sujeitos com certas representações, com certas posições-sujeito. Por essa razão, como defende Curcino (2016), sua análise é fundamental para compreendermos seu modo de funcionamento e suas implicações subjetivas e sociais que autorizam certos sujeitos serem reconhecidos como sujeitos de direito a certas práticas enquanto outros não dispõem do direito a esse reconhecimento.

Esse é o caso da prática de leitura. O que em geral se enuncia sobre essa prática, sob o signo do consenso e de modo idealizado, não apenas determina a sua reprodução, como também fornece aos sujeitos os modos ideais de se exercer a leitura e a imagem dos perfis ideais da condição leitora. Em nossa sociedade, nem todos são reconhecidos como leitores, mesmo que saibam ler e que leiam no dia a dia. Isso porque, para que alguém possa ser reconhecido como um sujeito leitor é preciso que ele incorpore os discursos, e com eles os gestos, os rituais, os objetos que compõem o rol de habilidades, gostos e declarações próprios dos “verdadeiros” leitores.

Por essa razão, nem todos se sentem no direito de se afirmarem leitores, mesmo dominando a técnica de decodificação da escrita e a exercendo com regularidade em diversas situações cujas informações e interlocuções são mediadas por textos resultantes desse código. São sujeitos a quem o reconhecimento como leitores é negado. Este é o caso, muitas vezes, dos *não herdeiros*⁵, destes que nasceram em um mundo sem livros e para quem foi negado o contato espontâneo, naturalizado e precoce com livros e outros objetos de leitura, com adultos leitores, dos quais pudessem mimetizar os comportamentos e as declarações relacionados a essa prática cultural.

Diferentemente dos *não herdeiros*, há sujeitos que muito precocemente são expostos aos livros e outros objetos da cultura letrada, aos espaços dedicados a esse objeto e a essa

⁴ Grupo de pesquisa no qual, desde 2009, são formados pesquisadores na área de estudos dos discursos especializados no tema da leitura. Cf. cadastro no Diretório de grupos de pesquisa do CNPq. Disponível em: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/6622476256810003>.

⁵ A respeito deste conceito Bourdieusiano, usado para explicar as diferenças socioculturais entre os sujeitos quanto ao acesso à cultura de prestígio, e da qual faz parte a leitura, cf. Chartier (2019).

cultura – como as bibliotecas familiares ou as livrarias – e a certos ritos do exercício da leitura, acompanhados de comentários autorizados a seu respeito. Trata-se dos *herdeiros*⁶ que, como tais aprendem, muito cedo, e de forma aparentemente espontânea, e por isso relacionada muitas vezes com um “dom”, a se identificarem como leitores.

É justamente essa distribuição desigual, em nossa sociedade, do acesso à leitura, do contato precoce com livros, da escuta e aprendizado de discursos autorizados sobre essa prática e esse objeto, o que contribui para produzir e reproduzir formas de manutenção das desigualdades sociais e culturais entre os sujeitos. Essas distâncias resultam desses discursos que, por sua vez, definem “o que” se pode e se deve enunciar sobre práticas e sujeitos, como também “como” se pode e se deve enunciar e “quem” pode e deve enunciar, conforme previsto por certos princípios da Análise do Discurso, que implicam:

147

[...] nos perguntarmos quem fala, de onde fala, segundo que inscrição ideológica, de que posição discursiva. Mais do que reproduzir discursos validados e tornados consensos sociais sobre a leitura, é preciso sempre nos perguntarmos de onde partem e com que objetivos (Curcino; Fancio, 2021, p. 25).

Portanto, todo e qualquer sujeito, ao falar da leitura, de si ou do outro como leitor, se vale de um repertório coletivamente difundido quanto ao que se deve e se pode dizer sobre essa prática e sobre os sujeitos. Não sem razão se apela, frequentemente, a certas emoções sociais, morais, para se referir à leitura e aos leitores. Tal como constata Curcino (2022; 2024), quando enunciamos a respeito dessa prática, tanto o que é dito, como também a maneira como formulamos esse dizer implicam certas emoções, e a “vergonha” e o “orgulho” são as emoções prioritariamente evocadas, atualizadas nos discursos sobre a leitura. Por essa razão, sabemos, em grande medida, quais emoções são ou não adequadas de se manifestar quando nos referimos à leitura:

Ao se enunciar sobre a leitura, a ‘vergonha’ e o ‘orgulho’ são as emoções protocolares que emergem. Essa emergência conta com uma relativa previsibilidade quando se considera a origem de classe daqueles que enunciam(se) em relação à leitura ou daqueles que são referidos na enunciação quando se fala dessa prática cultural. (Curcino, 2022, p. 6)

⁶ O mesmo da nota anterior.

Entre as emoções normalmente convocadas para se falar da leitura, a “vergonha” e o “orgulho” se destacam tanto por sua frequência, quanto por sua força subjetivadora. O enfoque específico desta nossa análise recai sobre as declarações, espontâneas ou motivadas, de leitores contemporâneos que expressam o orgulho de sua condição leitora em enunciados nos quais declararam não terem lido certas obras e autores. Seja negando-se peremptoriamente a ler determinadas produções textuais, seja confessando não ter lido alguma obra, em geral canônica que se pressupõe dever ter sido lida, o efeito de sentido produzido é bastante singular: mesmo revelando práticas que destoam daquelas tidas como próprias do bom leitor, do leitor ideal, esses sujeitos, cientes de sua blindagem simbólica como leitores, podem fazer referência à não-leitura, sem que sua imagem como leitor seja de fato fragilizada.

Assim, se os discursos têm impacto sobre nossas práticas, é preciso descrevê-los em suas *materialidades discursivas*⁷, isto é, em suas especificidades e nas variações ou regularidades de sua formulação e de sua circulação, para melhor exercermos essas práticas. E se as emoções participam do que enunciamos quando falamos dessa prática, quando falamos de nós ou do outro, como leitores ou como não-leitores, logo, é preciso descrever essas emoções derivadas desses discursos e deles constitutiva.

Como modo de contribuir com reflexões sobre a leitura, analisamos aqui uma amostra desse tipo de enunciado que tematiza a leitura e que em sua enunciação as emoções do “orgulho” ou da “vergonha”, ou ambas, estão implicadas de modo peculiar, cujos enunciadores “revelam”, “confessam” práticas de não leitura, sem com isso colocarem em risco seu *ethos* leitor. O *ethos* diz respeito à imagem que se constrói de si quando se enuncia, e isso em função do que se enuncia e especialmente do modo como se enuncia. Para Amossy (2011, p. 9):

Todo ato de tomar a palavra implica a construção de uma imagem de si. Para tanto, não é necessário que o locutor faça seu autorretrato, detalhe suas qualidades nem mesmo que fale explicitamente de si. Seu estilo, suas competências linguísticas e enciclopédicas, suas crenças implícitas são suficientes para construir uma representação de sua pessoa. Assim, deliberadamente ou não, o locutor efetua em seu discurso uma apresentação de si.

⁷ Cf. Michel Pêcheux (1995).

1 A construção de um corpus de enunciados sobre a leitura

Na pesquisa da qual deriva este trabalho, constituímos um *corpus* com enunciados⁸ coletados em acervos digitais de dois jornais de grande circulação nacional, a *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo*. Fizemos um levantamento, na última década, de 2010 a 2022, de textos que trataram ou evocaram, ainda que brevemente, o tema da leitura, valendo-nos do próprio buscador desses acervos, mobilizando como palavras-chave os termos “leitura”, “leitor”, “livro”, “biblioteca”, relacionados aos termos “vergonha” e “orgulho”, em combinações como “leitor e vergonha”; “leitura e orgulho”; ou também mobilizando expressões como “não lê nunca” “não lê nada” ou “não sei ler”. Da leitura dos textos resultantes dessas buscas, procedemos a sua seleção e a seu registro em arquivos onde constavam informações bibliográficas (título do texto; nome do autor; caderno editorial; seção, página, data, link de acesso, data de acesso).

Nesses textos, os enunciados que apresentavam referência à leitura articulada a indícios das emoções da “vergonha” ou do “orgulho”, eram então transcritos e classificados em 5 categorias: 1) “leitor orgulhoso” (G1, com 820 enunciados), 2) “leitor com orgulho alheio, do outro” (G2, com 441 enunciados), 3) “(não) leitor envergonhado” (G3, com 12 enunciados), 4) “(não) leitor com vergonha alheia, do outro” (G4, com 190 enunciados) e 5) “leitores que afirmam orgulho por meio de formas específicas de manifestação de vergonha por não lerem ou não lerem o que se esperaria que tivessem lido, ou não lerem como se esperaria que deveriam ler” (G5, com 157 enunciados).

Para essa classificação dos enunciados nessas categorias, apoiamo-nos em um procedimento tradicional da AD de estabelecimento de relações de equivalência e de encadeamento entre enunciados, tanto no interior de cada texto quanto entre enunciados provenientes de textos diferentes (de enunciadores, gêneros discursivos e datas distintos). Para tanto, consideramos suas *condições de produção*, mediante a identificação e a simulação de possíveis cadeias parafrásticas, ou seja, da identificação e da reunião de

⁸ CURCINO, L; LEITE, P. F. C. Leitores orgulhosos, leitores envergonhados: as emoções em discursos sobre a leitura. Repositório Institucional da UFSCar, 2024. Dataset. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/20.500.14289/21146>.

enunciados em *formações discursivas*⁹ comuns ou distintas, relativas aos discursos sobre a leitura.

A partir dessa seleção e categorização inicial, procedemos a uma outra subcategorização, dessa vez considerando certa variação interna, no interior de cada um desses 5 grupos iniciais, quanto ao que era enunciado e ao modo como era enunciado. É uma amostra de enunciados do grupo 5 de que nos ocupamos neste trabalho, ou seja, de enunciados em que leitores enunciam de forma orgulhosa práticas de não leitura, ou de forma envergonhada as suas práticas leitoras que sabem não dispor de prestígio, e que o fazem sabendo estarem respaldados pelos discursos consensuais sobre essa prática. Diferentemente desse tipo de revelação implicar algo de que se possa sentir vergonha, ela produz como efeito de sentido uma forma peculiar de manifestação de orgulho da própria condição leitora, como veremos na análise.

150

2 Li e não quero mais ler

O jornalista Carlos Alberto di Franco, na seção “Espaço Aberto” do “Estadão”, publicou o texto “Voto consciente muda tudo”, em 18 de abril de 2022, no qual narra uma conversa sua com um estudante universitário, em um evento acadêmico no qual havia proferido uma palestra a convite da instituição. Dessa conversa, ele destaca que o estudante declarou-lhe ter deixado de ler jornais. O tema da leitura, e neste caso da leitura de um gênero específico, emerge sem que ele seja de fato o assunto principal do texto em questão.

Recentemente, depois de uma conversa com estudantes, em São Paulo, fui abordado por um universitário. **Leitor voraz, inteligente e apaixonado**, seus olhos emitiam um sinal de desalento. **“Deixei de ler jornais”**, disse de supetão. “Não adianta o trabalho da imprensa”, prosseguiu meu interlocutor. “A impunidade venceu”.¹⁰

⁹ Para Michel Pêcheux (1997) as formações discursivas atuam como instâncias que organizam e determinam o que se pode dizer e os modos legítimos de fazê-lo, assim como assume a função de matriz dos efeitos de sentido do dizer.

¹⁰ DI FRANCO, C. Voto consciente muda tudo. São Paulo: O Estado de São Paulo. Opinião, p. 5. 18 abr. 2022. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20220418-46934-spo-5-opi-a5-not/busca/leitura+n%C3%A3o>. Acesso em: 16 out. 2024.

O principal argumento deste artigo de opinião publicado no referido jornal é o de que os cidadãos, o que inclui os leitores da coluna, devem aprender a eleger candidatos políticos com trajetórias que comprovem o seu trabalho sério e competente (“há muita gente boa, séria, preparada”), para que, democraticamente, o Brasil possa, enfim, combater a corrupção que, segundo o autor, continua sucateando os setores e serviços públicos: “educação, saúde, segurança, transporte são incompatíveis com o tamanho e a importância do Brasil”.

A forma como o enunciador constrói esse argumento, parte de um *acontecimento discursivo*¹¹, que “está ligado não apenas a situações que o provocam, [...] mas, ao mesmo tempo, [...] a enunciados que o precedem e o seguem”. O *acontecimento* relatado é o de encontro do jornalista com jovens universitários, que o enunciador descreve mobilizando representações da juventude que remontam a uma *memória discursiva*¹² dada, cuja visão idealizada e nostálgica, e um tanto dramática do jornalista, se manifesta ao definir a juventude por meio de um léxico peculiar, como um tempo marcado por “idealismo, paixão e faísca da esperança”. O enunciador atribui esses adjetivos eufóricos à juventude, o que se contrapõe ao jovem estudante que lhe faz a confissão descrente, pessimista, por isso preocupante.

É o contraste entre essa representação idealizada da juventude e a realidade do jovem que lhe dirige a palavra que, segundo o jornalista, tinha “olhos [que] emitiam um sinal de desalento”, o mote para o jornalista fazer sua crítica à política e convocar a sociedade a votar com consciência. Na verdade, ele reitera um lugar comum, elitista e autocentrado, ao fazer um elogio à classe média, que ele considera mais apta que a maioria da população na condução dos destinos do país: “As massas desvalidas, reféns do populismo interesseiro e da desinformação, só serão acordadas se a classe média decidir dar um basta”. O jovem é descrito prototípicamente como o leitor ideal, proveniente dessa classe, “leitor voraz, inteligente e apaixonado” e que revela ter “deixado de ler jornais”.

Os elogios do jornalista ao perfil leitor do jovem universitário são mobilizados para fortalecer seu diagnóstico negativo do cenário político cujo argumento é a gravidade de um jovem leitor universitário “deixar de ler jornais”, em função não de sua falta de interesse, ou

¹¹ Cf. Foucault, 2000, p. 32.

¹² Cf. Courtine, 1999.

de preparo intelectual, não de sua falta de acesso ou recursos, nem em função da qualidade da escrita, mas sim do cenário político desalentador que ocupa a pauta dos jornais. O enunciador mobiliza tanto a imagem idealizada da juventude quanto a imagem idealizada da leitura, como prática exercida cotidianamente e naturalmente por membros da classe média brasileira bem estabelecida, que se beneficia da imagem de ser bem-informada, para criticar a política e o povo, ou seja, o grupo mais desprotegido socialmente e considerado pouco ou mal-informado. À reboque, o jornalista ainda aproveita para valorizar o jornal e os seus leitores. O discurso mobilizado é o de que a leitura exerce papel crucial na formação intelectual, profissional e política dos sujeitos¹³, como prática que possibilita a ascensão social, que torna as pessoas mais “inteligentes” e que, portanto, contribui para que saibam votar.

Não sem razão, o enunciador afirma que o jovem é um “leitor voraz”, que lê muito e com frequência, inclusive e, talvez, sobretudo, jornais. A escolha do plural em “jornais” também não é aleatória. Ela explora tanto a referência a um dos materiais de leitura que dispõe de valor simbólico distintivo, quanto a alusão de que o jovem seria um leitor que lê mais de um jornal, e que assim seria mais apto que outros para escolher suas lideranças políticas. É esse o argumento mobilizado pelo jornalista que sai em defesa de sua profissão e do meio em que trabalha, o jornal, assim como de sua classe social, aquela dos que podem escrever e ler textos de jornais.

Para o jornalista, seu argumento fica mais crível quando atribuído a um perfil insuspeito, o de um jovem, universitário, leitor voraz, consumidor de jornais, logo, alguém que, por ser jovem, é também esperançoso, corajoso, animado e, como leitor, alguém que lê sempre, muito e que dispõe de *capital cultural*. A sua declaração de que não lê mais jornais não é, portanto, revelada como um demérito de seu perfil leitor, como uma anomalia ou defeito. Trata-se do resultado de outro problema, que deve ser conhecido e combatido. Seu *status* de bom leitor não é colocado em xeque quando afirma “não ler mais jornal”. Ele se mantém intacto.

O enunciador, a partir da menção ao comentário do universitário, jovem e leitor, apresenta os jornais, os textos da mídia, como sendo a fonte mais adequada para se dispor

¹³ Cf. Britto e Barzotto, 1998, p. 2.

de informação de qualidade e de formação política e conscientização de (e)leitores, ao mesmo tempo em que declara que não são mais lidos e por isso não surtem mais efeito: “não adianta o trabalho da imprensa [...] a impunidade venceu”.

Essa declaração do jovem universitário não põe em risco sua imagem leitora. Ela a reforça. Ao afirmar “deixei de ler”, o jovem reitera que lia e estabelece um marco temporal e uma razão para a suspensão da leitura de um gênero específico. Se para alguns a confissão de ter deixado de ler, ou de não ler, pode ser julgada como um defeito, um demérito, um problema, para outros declarações como esta não afetam sua imagem leitora, não melindram seu benefício de classe, seu prestígio cultural. Somente os *herdeiros* contam com esse privilégio.

3 Algumas considerações

Segundo a *ordem discursiva*, conforme definida por Foucault (1999), importa “quem” enuncia. Aliás, quando o assunto diz respeito a práticas culturais de prestígio, como é o caso da leitura, “quem” enuncia sabe que dispõe ou não de *capital cultural*, como discutido por Bourdieu (1999), e por isso se refere a essa prática e a si próprio como leitor ou como não leitor a partir desse lugar e do reconhecimento que cada sujeito sabe dispor ou não quanto à legitimidade de sua condição leitora.

Esse jovem, de sua posição sujeito, ciente do funcionamento dos discursos sobre a leitura e do quanto esses discursos se convertem em benefício simbólico para quem se declara leitor, não teme que sua imagem de leitor ideal seja afetada. Não estamos diante de alguma ressalva, de algum senão, da revelação de algum erro, da confissão de algum desvio relativo à leitura. Mesmo quando a formulação desse enunciado sugere algo que pudesse ser motivo para vergonha cultural (deixar de ler jornais), ainda assim, o efeito de sentido visado em sua enunciação vai ao encontro do reforço de sua imagem como leitor voraz, como leitor seletivo, criterioso, exigente.

Portanto, ao declarar sua objeção de ler os jornais, graças ao benefício simbólico que dispõe por ser socialmente reconhecido como leitor, a negação de continuar lendo jornal é acompanhada de uma justificativa enobrecedora ou então o contexto de sua formulação

prescinde de uma justificativa. Declarações de não leitura como esta do jovem universitário, tal como relatadas pelo jornalista, advém das garantias simbólicas que ambos dispõem. Em última instância, declarações incisivas e dramáticas como esta do jovem que afirma “não ler mais jornal”, representam uma excentricidade, aquela de ostentar a sua imagem leitora a partir da negação da leitura de jornais. E todos nós sabemos que nem todos nós dispomos desse benefício. Aliás, menos do que prejudicar sua imagem como leitor, a “decisão”, “revelação” do jovem universitário é ocasião para o jornalista reforçar suas qualidades leitoras.

Ademais, este é um leitor que revela ter deixado de ler jornais, mas não faz menção aos livros ficcionais ou acadêmicos, de modo que fica implícito que este sujeito, descrito como “leitor voraz, inteligente e apaixonado”, ou seja, um leitor ideal, continua a realizar outras leituras. Quando ao enunciar, a especificação de que não vai mais ler “jornais”, é a ressalva “não mais” que mantém o pressuposto de que ele “era” e de que “é” leitor, e de que continuará lendo outros textos como sempre fez, e que teria razão em suspender a leitura de jornais, não por culpa dos jornais, mas da realidade política pouco atrativa para que esse jovem invista seu tempo nessa leitura.

Não se pode desconsiderar o papel das mídias e da imprensa ao reproduzir tais consensos e discursos sobre a leitura, que tendem a funcionar como palco para promoção de alguns sujeitos. Como constataram Abreu (2001, 2008), Britto (1999), Curcino (2016, 2022), invisibilizam-se as causas que impedem os sujeitos de se tornarem leitores, em benefício da reprodução sistemática, por diversos meios e formas, dos consensos sobre a leitura que elegem leitores ideais. Mobiliza-se a leitura nas mídias como prática nobre e de classe, sem que se problematizem os motivos que impedem que a grande maioria do povo brasileiro possa tornar-se leitora.

Referências

ABREU, M. Um leitor sem vergonha – como falar dos livros que não lemos. *Revista Língua Escrita*. Belo Horizonte: FaE/UFMG, n. 4, p. 103-110, 2008. Disponível em: <https://www.ceale.fae.ufmg.br/pages/view/lingua-escrita-n-4.html>. Acesso em: 10 jan. 2025.

ABREU, M. Diferença e Desigualdade: Preconceitos em Leitura. In: MARINHO, Marildes (Org.). *Ler e Navegar: espaços e percursos da leitura*. Campinas: Mercado de Letras, p. 139-157, 2001.

AMOSSY, R. Da noção retórica de ethos à Análise do discurso. In: AMOSSY, R. (org.). *Imagens de si no discurso: a noção de ethos*. São Paulo: Contexto, 2011.

BOURDIEU, P. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (org.). *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, p.71-79, 1999.

BRITTO, L. P. L; BARZOTTO, V. H. Promoção X Mitificação da Leitura. *Em Dia: Leitura & Crítica*. Campinas: Associação de Leitura do Brasil, 1998.

BRITTO, L. P. L. Máximas impertinentes. In: PRADO, J.; CONDINI, P. (org.). *A formação do leitor: pontos de vista*. Rio de Janeiro: Argus, 1999.

CHARTIER, R. Ler sem livros. *Linguasagem*. v. 32, p. 6-17, 2019. Disponível em: <http://www.linguasagem.ufscar.br/index.php/linguasagem/article/view/655/396>. Acesso em: 10 jan. 2025.

COURTINE, J-J. O chapéu de Clémentis. In: INDURSKY, F.; LEANDRO F. M. C. (org.). *Os Múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzato, p. 15-22, 1999.

CURCINO, L. As emoções em discursos sobre a leitura. In: PIOVEZANI, C; CURCINO, L; SARGENTINI, V. (org.). *O Discurso e as Emoções: medo, ódio, vergonha e outros afetos*. São Paulo: Parábola, p. 79-92, 2024.

CURCINO, L. Leitores orgulhosos, Leitores envergonhados: as emoções em discursos sobre a leitura. *Álabe - Revista de Investigación sobre Lectura y Escritura*. Red Internacional de Universidades Lectoras - Espanha. n. 25, 2022. Disponível em: <https://ojs.ual.es/ojs/index.php/alabe/article/view/7695>. Acesso em: 01 set. 2024.

CURCINO, L. Discursos hegemônicos sobre a leitura e suas formas de hierarquização dos leitores. In: CURCINO, L.; SARGENTINI, V.; PIOVEZANI, C. (org.). *(In)subordinações contemporâneas: consensos e resistências nos discursos*. São Carlos: EdUFSCar, 2016.

CURCINO, L.; FANCIO, A. C. A. De novo essa mesma história... uma análise de representações do leitor popular no programa Conta pra Mim. *Revista Linha Mestra*, Campinas, v.15, n. 45, p. 23-33, 2021. Disponível em: <https://lm.alb.org.br/index.php/lm/article/view/898>. Acesso em: 04 jan. 2025.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de Dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

PÊCHEUX, M. *O discurso*: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 1997.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso*: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Pontes, 1995.

DISCURSOS SOBRE SONHOS PANDÊMICOS: UMA ANÁLISE DO SENTIMENTO DE “MEDO”

DISCOURSES ON PANDEMIC DREAMS: AN ANALYSIS OF THE SENTIMENT OF “FEAR”

Flávio Soares¹
Carlos Piovezani²

Resumo: Neste limiar do século XXI, em razão do acontecimento da pandemia de Covid-19, observamos, para além do trauma individual e coletivo, a emergência de discursos sobre os sonhos no Brasil, de modo que o objetivo deste artigo é analisar discursos sobre sonhos produzidos no período pandêmico em suas relações com as emoções. Mais precisamente, a partir de alguns fragmentos extraídos de textos veiculados pelos portais de notícias CNN Brasil, Gshow e UOL, pretendemos apreender como a emoção do medo, esse sentimento inerente à condição humana e, em larga medida, formado, expressado, intensificado e transformado por discursos materializados em diferentes condições de produção, discurso esses muitas vezes assimilados como “banais”, ao se associar a alguns objetos, foi o estado afetivo dominante manifesto em relatos de sonhos. No que se refere a abordagem teórica, iremos mobilizar em nossas análises postulados e noções da Análise do discurso francesa, aportes teóricos da obra de Foucault e algumas noções da História das sensibilidades. Os resultados indicam que esses discursos sobre os sonhos foram frequentados por medos que, embora possam mais ou menos eventualmente emergir sob formas isoladas, tais como o medo do vírus ou do isolamento social, o medo da contaminação, da doença ou de suas sequelas, se associavam e/ou deslizavam de uns para outros, produzindo, assim, amalgamas e/ou encadeamentos entre eles e potencializando seus efeitos.

Palavras-Chave: Discurso. Sonho. Pandemia. Emoção.

Abstract: At the dawn of the 21st century, due to the occurrence of the Covid-19 pandemic, we have observed, beyond individual and collective trauma, the emergence of discourses about dreams in Brazil. Thus, the aim of this article is to analyze discourses about dreams produced during the pandemic period in their relationship with emotions. More specifically, based on fragments extracted from texts published by the news portals CNN Brasil, Gshow, and UOL, we seek to understand how the emotion of fear, an inherent feeling to the human condition and, to a large extent, shaped, expressed, intensified, and transformed by discourses materialized under different production conditions, often assimilated as “banal” when associated with certain objects, was the dominant affective state manifested in dream reports. Regarding the theoretical approach, we will mobilize in our analyses postulates and notions from French Discourse Analysis, theoretical contributions from Foucault's work, and some concepts from the History of sensibilities. The results indicate that these discourses about dreams were frequented by fears that, although they may more or less eventually emerge in isolated forms, such as fear of the virus or social isolation, fear of contamination, illness or its consequences, were associated and/or slid from one to the other, thus producing amalgams and/or chains between them and enhancing their effects.

Keywords: Discourse. Dream. Pandemic. Emotion.

¹ Doutorando em Linguística na Universidade Federal de São Carlos – PPGL/UFSCar. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM/POSGFE. E-mail: flaviosoares@estudante.ufscar.br Lattes ID: 0796481395549129. ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-2738-5609>

² Professor do Departamento de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar; Bolsista de produtividade do CNPq. E-mail: cpiovezani@uol.com.br. Lattes ID: 1677609008094603. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3612-983X>

Introdução

Sabemos que a pandemia de Covid-19 começou com um surto de pneumonia identificado pela primeira vez na cidade de Wuhan, na China. Causada por uma nova cepa de coronavírus (SARS-CoV-2), este “surto de pneumonia” foi notificado à Organização Mundial da Saúde (OMS) em 31 de dezembro de 2019. Após se constatar que esse vírus havia se disseminado por praticamente todos os países, inclusive pelo Brasil, onde o primeiro caso de infecção foi confirmado em 26 de fevereiro de 2020, a OMS reconheceu, em 11 de março de 2020, que o mundo estava envolvido em uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (Werneck; Carvalho, 2020).

Os impactos decorrentes desta Crise Sanitária Mundial, cujo fim foi decretado pela mesma agência em 05 de maio de 2023, ainda continuam sendo atualizados e produzindo efeitos. Contudo, tanto quanto podemos ver a tão pouca distância, alguns encontram-se mais bem estabelecidos, como o número de mortes que, segundo a *University & Medicine Johns Hopkins*, somam mais de 6 milhões. Em que pesem as evidências de subnotificação e o fato de que as populações vulneráveis foram as mais sacrificadas, somente no Brasil, o número de vidas ceifadas ultrapassou a marca dos 700 mil, ou seja, aproximadamente 10% de todas as vítimas da Covid-19 pereceram em *Terra Brasilis*.

A pandemia impactou de modo decisivo na vida e na morte de tantas pessoas, mas também esteve presente em alterações mais ou menos profundas de práticas cotidianas, tais como a educação que também sentiu os efeitos desse acontecimento e, em função dele, teve que mudar radicalmente seu *modus operandi* presencial para a modalidade remota, demandando dos (as) professores (as) uma rápida readequação de suas práticas para dar continuidade às atividades pedagógicas e uma re-invenção na forma de se relacionar com o processo de ensino e aprendizagem (Oliveira, 2020).

A pandemia também interferiu no léxico, de modo que foram acrescidos “novos” termos e expressões como, por exemplo, Covid-19, *live*, quarentena, *lockdown*, *home office*, máscara, álcool em gel, entre outros. Enfim, assistimos ao surgimento de uma epidemia lateral de transtornos mentais (Birman, 2020) e ao desvario negacionista da extrema-direita, que questionou a própria existência do vírus e a eficácia da vacina, disseminou notícias

falsas, atacou preferencialmente as profissionais de imprensa e tensionou relações com alguns ministros do Supremo Tribunal Federal e com governadores de certos Estados.

Esse cenário ocasionado pela pandemia de Covid-19, que em muitas dimensões se mostra catastrófico, tornou-se um terreno fértil para a proliferação de discursos sobre sonhos. Mais precisamente, esse acontecimento traumático que conjuga, pelo menos, crise sanitária e política, possibilitou a emergência de enunciados dispersos sobre sonhos no Brasil. Ainda que exista uma dubiedade sobre se sujeitos durante a pandemia de Covid-19 sonharam mais, ou se, a partir do isolamento social, deram mais atenção aos seus sonhos, o fato é que em pouco tempo a discussão acerca do fenômeno onírico se disseminou pelas redes sociais, pelos veículos tradicionais de comunicação – rádios, TVs, revistas, jornais – e, com efeito, despertou o interesse em historiadores, psicólogos, psicanalistas, linguistas, neurocientistas, líderes indígenas, antropólogos, entre outros.

Como destaca um dos responsáveis pela pesquisa intitulada “Sonhos confinados em tempos de pandemia”, projeto desenvolvido por pesquisadores (as) da USP, da UFRGS e da UFMG, o professor e psicanalista Christian Dunker, foi durante a pandemia de coronavírus que os sujeitos começaram a lembrar mais de seus sonhos,

158

a ter a sensação de sonhos mais vívidos, mais intensos. Como disse um dos sonhadores: “não tenho certeza de nada, só que esses sonhos estão ficando mais ‘reais’”. As redes sociais, rapidamente, tornaram-se um espaço de compartilhamento dessas narrativas. O sonho entrou na nossa realidade, e a realidade, ou o que ainda restava dela, invadiu nossos sonhos. Em algum momento de março de 2020 começava, de fato, o século XXI (Dunker, et al, 2021, p. 10).

Por meio do relato de pensamentos oníricos, que foram coletados através de um questionário on-line disponibilizado ainda durante a primeira onda da Crise Sanitária Mundial, a pesquisa em questão, ao articular os sonhos, a política e a psicanálise, constituiu um discurso que promoveu uma reflexão sobre a função coletiva do sonho, sobre como a dimensão histórica, política e social interfere em sua manifestação, e sobre os efeitos inquietantes do sofrimento psíquico no período pandêmico. Dessa forma, conforme nos diz esse discurso, em razão da pandemia de Covid-19, os sonhos se tornaram “mais vívidos”, “mais intensos”, e, ainda que por um período relativamente curto, esse fenômeno teria

conseguido apreender, testemunhar e traduzir as sensações, os sentimentos e as sensibilidades do tempo presente. Em razão disso, discursos sobre esse objeto se disseminaram e ocuparam um espaço importante do debate público e das conversas privadas.

Importa ainda lembrar que os pesquisadores defendem a noção de que o fenômeno onírico “é impactado pela história, com suas contingências, rupturas e imprevisibilidade, [...] transformando-se e ganhando ênfases muito distintas em diferentes sociedades e tempos (Dunker, et. al, 2021, p. 78). Além disso, o projeto mencionado foi inspirado no livro *Sonhos no terceiro Reich*. Escrito pela jornalista e ensaísta Charlotte Beradt, que durante a ascensão do nazismo na Alemanha reuniu o relato de 300 sonhos, essa obra enfatiza uma dimensão “histórica, política e social” do fenômeno onírico que pôde ser observada em discursos sobre sonhos produzidos no decorrer da pandemia de coronavírus. Beradt organizou a descrição de sonhos do alemão médio, ou seja, suas perguntas foram dirigidas à costureira, ao vizinho, à tia, ao leiteiro, ao amigo. Conforme a ideia apresentada em seu texto, os sonhos não seriam experiências individuais e singulares, antes são experiências intervalares entre o coletivo e o particular, entre o público e o privado. Como resultado, os relatos contidos nessa publicação, devido a influência que sofreram dos acontecimentos políticos da época, são identificados como uma espécie de “sismógrafo” da realidade social (Beradt, 2017).

Fundamentalmente, a experiência do sonhar, a narrativa onírica, a interpretação desse fenômeno e os discursos produzidos a seu respeito costumam ser mais importantes para a condução de nossos destinos e para a compreensão de nossas emoções do que com frequência costumamos supor. Por essa razão, objetivamos neste trabalho analisar discursos sobre sonhos produzidos no período pandêmico em suas relações com as emoções. Mais precisamente a partir de alguns fragmentos extraídos de textos veiculados pelos portais de notícias CNN Brasil, Gshow e UOL, pretendemos apreender como a emoção do medo, esse sentimento tido como inerente à condição humana e, em larga medida, formado, expressado, intensificado e transformado por discursos materializados em diferentes condições de produção, discurso esses muitas vezes assimilados como “banais”, ao se associar a alguns objetos, em função da emergência sanitária provocada pela pandemia de Covid-19, foi o estado afetivo dominante manifesto em relatos de sonhos. Buscaremos ainda, averiguar como esses discursos sobre os sonhos foram frequentados por medos que se associaram uns

aos outros e, suscitando, desta forma, encadeamentos entre eles e potencializando seus efeitos.

No que se refere à abordagem teórica, iremos mobilizar em nossas análises postulados e noções da Análise do discurso francesa, aportes teóricos da obra de Foucault e algumas noções da História das sensibilidades. Portanto, analisaremos discursos sobre sonhos, considerando o fato de que os enunciados nos quais eles se materializam surgiram em ampla medida em função da pandemia de Covid-19, ou seja, o objeto de nossa análise se formou a partir de um acontecimento único e inesperado, intenso e extenso, impactante e mundial, que suspendeu praticamente todas as formas de continuidade histórica e foi capaz de subverter a realidade tal qual os sujeitos estavam acostumados a imaginá-la (Foucault, 2008).

Além disso, observaremos neste trabalho certas práticas de leitura aplicadas aos monumentos textuais que consistem em identificar, analisar e intensificar as “relações entre o que é dito aqui (em tal lugar), e dito assim e não de outro jeito, com o que é dito em outro lugar e de outro modo, a fim de se colocar em posição de “entender” a presença de não-ditos no interior do que é dito” (Pêcheux, 2012, p. 44). Além disso, a partir do pressuposto de que não há discurso sem *páthos*, indicado pela retórica, e da ideia de que as emoções passam por modificações em processos históricos e em relações sociais variadas, concebida pela História das sensibilidades, iremos optar por focalizar a dimensão afetiva em discursos sobre os sonhos, em condições históricas e sociais de produção muito singulares.

Para tal propósito, optamos por subdividir a sequência deste artigo nas seguintes partes: inicialmente, faremos algumas considerações acerca dos pressupostos teóricos e metodológicos da AD francesa e do aporte teórico da obra de Foucault, ou seja, abordaremos primeiramente a noção de “Discurso” em Pêcheux e as ideias sobre “A ordem do discurso” e a descrição do “arquivo” em Foucault; em seguida, discorremos sobre a interseção entre a AD e as emoções; apreciaremos ainda alguns discursos sobre sonhos produzidos na longa duração e, finalmente, apresentaremos nossas análises acerca de discursos sobre sonhos pandêmicos em suas relações com o medo.

1 Discurso e A ordem do discurso

Na França, a partir dos anos 1960, época do desenvolvimento teórico da AD, o termo “discurso” parece ter estado onipresente. Althusser escreve em 1966 “Três notas sobre a teoria do discurso”; em 1967, André Glucksmann publica seu ensaio filosófico “O discurso da guerra”; Lacan, em 1969, introduz e desenvolve a teoria dos quatro discursos no seminário “O avesso da psicanálise”; ainda em 1969, Pêcheux defende e publica sua tese em psicologia social, tese esta que deu origem ao texto fundador “Análise automática do discurso – AAD-69” (Henry, 2014). Enfim, no final da segunda metade da década de 60, Foucault tratava da produção discursiva, porque lhe interessava melhor compreender sua decisiva incidência na construção do saber. Aliás, em 1969, ele publica seu livro metodológico de Análise do discurso “A arqueologia do saber” (Plon, 2012).

Dessa forma, a AD materialista, desenvolvida na França por Michel Pêcheux e seu grupo, se inscreve nesse contexto, isto é, nasce simbolicamente em 1969 com o lançamento do livro Análise automática do discurso. O advento dessa obra marca o início, “o momento quase mítico da fundação e do protótipo remodelado sem cessar, criticado, corrigido, finalmente abandonado, mas sempre presente” (Maldidier, 2003, p. 19) de uma teoria do discurso que lançou questões fundamentais sobre a língua, a história e o sujeito.

A concepção de discurso em Pêcheux se apoia na linguística saussuriana, ainda que exista um deslocamento em relação ao corte epistemológico e por extensão à noção de língua que Saussure sustenta no Curso de Linguística Geral. Lembremos que para Saussure, a língua (social, sistemática, concreta, objetiva), o verdadeiro objeto da linguística, diferente da fala (individual, acidental, abstrata, subjetiva), constitui-se “num sistema de signos onde, de essencial, só existe a união do sentido e da imagem acústica, e onde as duas partes do signo são igualmente psíquicas” (Saussure, 1975, p. 23). Contudo, a ideia subentendida de que a língua se constitui por meio de um conjunto definido de regras, em oposição à fala, que colocada em uso pelo sujeito expressaria a sua liberdade no uso da língua, não se confirma, uma vez que essa “liberdade” está submetida, pelo menos, às leis jurídicas e às determinações sócio-históricas que limitam a liberdade de expressão (Pêcheux, 2020).

Assim, observamos que a AD estabelece uma relação não dicotômica entre língua e discurso, entre o que é linguístico (social) e a exterioridade (histórica) que o determina, ou seja, o encontro entre a língua e a história é constitutivo do conceito de discurso e imprescindível para a formação de sentido. Aliás, o sentido para esse campo do conhecimento não se encontra na essência das palavras, na medida em que elas não têm um sentido nelas mesmas, ou seja, as palavras têm história e falam com outras palavras ao estabelecer uma relação entre os dizeres. Por isso, Pêcheux argumenta que a “transparência da linguagem”, que cria as evidências da significação, é o oposto daquilo que a abordagem discursiva chamará de “o caráter material do sentido”. Conforme essa noção,

162

o *sentido* de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição etc., não existe “em si mesmo” (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). Poderíamos resumir essa tese dizendo: *as palavras, expressões, proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam*, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas [...] nas quais essas posições se inscrevem. Chamaremos, então, *formação discursiva* aquilo que, numa formação ideológica dada, [...] determina *o que pode e deve ser dito* (Pêcheux, 2014, p. 146-7).

Podemos dizer que os discursos compreendem a materialização privilegiada das diferentes ideologias de uma sociedade, considerando que a ideologia não é ocultação ou ilusão da realidade, antes, é efeito de evidência e de estabilidade, condição necessária para a constituição dos sentidos e dos sujeitos. Uma vez que as formações ideológicas comportam em seu interior uma ou várias *formações discursivas*, os discursos ainda determinam *o que se pode e deve ser dito*, sendo que as palavras e os enunciados pronunciados num certo contexto determinado pela luta de classes, por serem afetados pela posição na qual se reconhece o sujeito, podem produzir efeitos iguais ou distintos quando inseridos numa ou noutra *formação discursiva*. Além disso, não é exagerado lembrar que os sentidos das coisas ditas sempre são determinados ideologicamente. Tudo que dissemos possui um traço ideológico, “e isto não está na essência das palavras, mas na discursividade, isto é, na

maneira como, no discurso, a ideologia produz seus efeitos, materializando-se nele” (Orlandi, 2003, p. 43).

Já Foucault ocupa uma posição proeminente quando se pretende compreender *A ordem do discurso* e/ou descrever o *arquivo*. Isso porque, tanto Pêcheux quanto Foucault, cada um a seu modo, defrontaram-se com o espírito da época, ou seja, com a emergência da noção de discurso que se impôs na segunda metade do século XX na França.

A ordem do discurso se impõe em virtude das inquietações que o discurso suscita. Inquietação em face do que é o discurso em sua realidade material, perante a sua existência transitória e imponderável, diante de uma função normativa e reguladora que coloca em funcionamento a produção de saberes, de estratégias e de práticas. Fundamentalmente, Foucault sustenta a ideia de que em todas formações sociais a produção do discurso é “controlada, selecionada, organizada, redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (Foucault, 2009, p. 8-9).

Assim, a noção de discurso em Foucault consiste numa ordem histórica, social e cultural que controla a emergência dos enunciados em todas as sociedades. Irredutível à ideia da língua, enquanto sistema de signos e regras de combinação, e à premissa da fala individual, com suas devidas variações, o discurso deve ser visto, tratado, analisado, primeiramente, como um conjunto de acontecimentos discursivos, ou seja, como uma série de enunciados heterogêneos e dispersos, mas que apresentam alguma regularidade e, por essa razão, podem ser apreendidos. Com efeito, os discursos são marcados pela raridade, de modo que sua análise implica a formulação da questão: “como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar?” (Foucault, 2008, p. 30).

Quanto a definição atribuída à noção de arquivo por Foucault (2010), depreendermos que se trata de um conjunto de regras dadas por uma sociedade em uma época determinada que definem:

- os limites e as formas da *dizibilidade*: de que é possível falar? O que foi constituído como domínio do discurso? [...]
- os limites e as formas da *conservação*: quais são os enunciados destinados a passar sem vestígio? Quais são os que são destinados, ao contrário, a entrar na memória dos homens? [...]

- os limites e as formas da *memória* tal qual ela aparece nas diferentes formações discursivas: quais são os enunciados que cada uma reconhece válidos ou discutíveis, ou definitivamente invalidados? [...]
- os limites e formas de *reativação*: entre os discursos das épocas anteriores ou das culturas estrangeiras, quais são os que retemos, que valorizamos, que importamos, que tentamos reconstituir? [...]
- os limites e as formas de *apropriação*: quais indivíduos, quais grupos, quais classes têm acesso a tal tipo de discurso? [...] (Foucault, 2010, p. 10).

Em suma, pretendemos realizar nossas análises tendo em vista esses pressupostos estabelecidos acerca da abordagem discursiva. Contudo, cumpre acrescentar, a fim de “encerrar” essa breve discussão em torno da abordagem teórica presente neste artigo, um comentário sobre a interseção entre a AD e a História das sensibilidades.

2 Análise do discurso e emoções

164

Partimos da ideia de que não há discursos sem uma dimensão afetiva e que provavelmente essa dimensão esteve ainda mais presente e manifesta em discursos sobre sonhos produzidos durante a Crise Sanitária Mundial.

A História das sensibilidades é uma das áreas privilegiadas no interior das ciências humanas no exame das sensações e dos afetos. Além disso, ela é compatível com a AD, porque concebe história e sociedade como constituintes das sensibilidades. Assim, esse campo do saber considera que as emoções como a alegria, o medo, a vergonha, o luto, o prazer, entre outras, independentemente da época, do lugar e da cultura, sempre acompanharam a humanidade. Essa inscrição evidente, regular e constante das emoções nas sociedades humanas, aproximam épocas, generalizam lugares, insinuam experiências comuns e reações supostamente compartilhadas, de tal forma, que não é raro imaginar que as emoções são atemporais, isto é, que os índices de reconhecimento das emoções seriam inatos e inalterados na longa duração (Corbin; Courtine; Vigarello, 2020). No entanto, apesar de os afetos sempre caminharem *a pari passu* com a humanidade, eles não são atemporais. Assim, “nossas emoções não são imutáveis nem universais, pois se formam, se intensificam, refluem e se modificam no cerne de processos históricos e de estruturas sociais” (Piovezani;

Curcino; Sargentini, 2024, p. 25). Dada essa sua característica histórica e social, as emoções, como também seus sentidos, formas, matizes e intensidades, se transformam no tempo e variam no espaço.

Mas, ainda que essas noções possam parecer mais ou menos óbvias e que esteja estabelecido, desde tempos longínquos, que uma dimensão afetiva é indissociável e constitutiva das práticas de linguagem, nem sempre as ciências que se dedicam à investigação e à análise de fenômenos linguísticos, de modo geral, e a AD, particularmente, dispensaram muita atenção a este aspecto. Em que pese a constatação feita por Aristóteles, quando da gênese de alguns princípios da retórica, de que não há discurso sem *phátos* e, a despeito dessa afirmação, guardadas profundas variações, ter encontrado solo fértil no pensamento de grandes retores romanos, como em Cícero e em Quintiliano e ainda ser quase que frequentemente reiterada na longa duração histórica, certos estudos discursivos, como ressaltam Piovezani, Curcino e Sargentini (2024), passaram a considerar as emoções em suas análises apenas recentemente.

As razões pelas quais determinados estudos discursivos tomaram as emoções como seu objeto de análise se devem, em parte, ao fato de a técnica retórica de persuasão envolver necessariamente o *éthos*, o *páthos* e o *lógos*³, ou seja, alguns estudos discursivos passaram a reconsiderar, a valorizar e a se interessar cada vez mais pela noção, a muito tempo desenvolvida, de que jamais os discursos são completamente destituídos de afetos. A emergência de novas tendências e abordagens linguísticas que surgiram e/ou se intensificaram na segunda metade do século XX, ainda que as emoções não tenham sido consideradas em seus primeiros desenvolvimentos, na medida em que passaram a examinar os usos concretos da língua em suas investigações, como a fala, o texto e os enunciados, também contribuiu para a paulatina inserção dos afetos em estudos desenvolvidos no domínio da linguagem (Piovezani; Curcino; Sargentini, 2024).

No que concerne à AD, malgrado o fato dessa abordagem também não ter privilegiado as emoções em seus fundamentos, esse quadro começa a se alterar, visto que, a partir do momento em que abandonamos a noção de discurso como texto e passamos a nos

³ Resumidamente, o *Éthos* diz respeito ao caráter que o orador deve assumir para inspirar confiança no auditório; O *Phátos* envolve o conjunto de paixões que o orador deve provocar no auditório com seu discurso; Enfim, o *Lógos* implica a argumentação racional (Reboul, 2004).

inquietar em apreender “a realidade de seus efeitos sobre aqueles que o produzem e sobre aqueles que o recebem, a questão das emoções que a fala suscita se impõe, sem que possamos fazê-la calar-se” (Courtine, 2016, p. 19). A relevância de uma visada discursiva dos afetos também se justifica pela proximidade que existe entre as paixões e o discurso, ou seja, devido ao “caráter coletivo de muitas dessas emoções, o caráter histórico de todas elas, sua condição histórica, as modalidades discursivas e a dimensão inconsciente que são, enfim, absolutamente constitutivas de sua existência” (Courtine, 2016, p. 20). Por fim, se há um relativo consenso quanto ao fato de o discurso constituir objetos, sujeitos e sentidos, cada vez mais se insiste que ele também exerce um papel semelhante na formação, nas graduações e nas transformações das sensações, dos sentimentos e das sensibilidades das classes, dos grupos e dos sujeitos de uma sociedade.

Decididamente, esses comentários expressos acima ensejam o encontro entre a AD e a História das sensibilidades. Além disso, seja devido à ênfase ao mundo sensível dessa corrente historiográfica, ou antes, seja porque Pêcheux e Foucault nos ensinam que não existe pesquisa discursiva sem história, o fato é que há entre os discursos e as emoções relações “fundamentais”, “irredutíveis” e “sobredeterminadas”. Como ressaltam Piovezani, Curcino e Sargentini (2024, p. 37-8):

De modo análogo ao que ocorre nas relações entre os campos do visível e do enunciável, como dimensões constitutivas do saber, intrinsecamente articulados, irredutíveis um ao outro e nos quais há o primado do segundo sobre o primeiro, entre as emoções e o discurso também existem relações fundamentais, irredutibilidades e sobredeterminações: os afetos são expressos, suscitados e reforçados ou abrandados pelos discursos, bem como são formados e transformados pelo que dizem os sujeitos de uma sociedade a seu respeito e a respeito de outros temas, por seus modos de dizer e pelas circulações diversas da coisa dita. O discurso é uma prática que constrói os objetos e os sujeitos, os sentidos e os sentimentos.

Como podemos observar, a articulação entre esses domínios do saber na contemporaneidade se apresenta como uma forma profícua e incontornável para aprofundarmos nosso entendimento das práticas de linguagem como manifestações constituídas por afetos. Assim, desse encontro, vemos surgir estudos que pautam suas análises na noção de que a materialização dos discursos necessariamente comprehende as

emoções, além, é claro, da constituição histórica de seus enunciados, dos modos como eles são formulados e dos espaços sociais em que circulam.

3 Breve comentário sobre o que se disse sobre sonhos

É certo que a constituição, a formulação e a circulação⁴ de discursos sobre sonhos não foram as mesmas na longa duração. Por conseguinte, foi dada uma “maior” ou uma “menor” evidência a este objeto em determinadas condições de produção e as formas para melhor se interpretar os seus sentidos correlatos se formaram, se repetiram e se transformaram.

Grosso modo, discursos sobre sonhos produzidos na Antiguidade evidenciam que a experiência onírica ocupava um lugar de destaque, seja porque as visões noturnas eram apreendidas como presságios do futuro e, por isso, representavam um “canal de comunicação” dos Deuses com os homens (Freud, 2022), ou por estar relacionada ao cuidado de si e revelar um modo de existência – uma prática comum e popular – e transmitir uma verdade das/as pessoas que viviam nesse período (Foucault, 2005).

Na Idade Média, período extenso da história Ocidental em que o poder estava concentrado nas “mãos” da Instituição Religiosa Católica, Le Goff (2006) observa, entre outros aspectos, que os eruditos cristãos, herdeiros da cultura greco-romana, tiveram que gerir as manifestações oníricas e suas interpretações presentes, sobretudo, no Antigo Testamento.

Por outro lado, com o advento do racionalismo na modernidade, formaram-se certos discursos que apontam para uma ruptura ao passar a enxergar os sonhos como um fenômeno insignificante, supérfluo e sem sentido, fonte de blasfêmia e danação. Dessa forma, a apreensão do fenômeno onírico e a arte de sua interpretação teriam entrado em declínio, degenerado pouco a pouco em superstição e perdido o grande papel que outrora desempenhara (Freud, 2014). Descartes, por exemplo, mesmo tendo sonhos relevantes na

⁴ A constituição corresponde ao eixo vertical, o momento histórico-ideológico mais amplo que instaura a repetição e/ou o silenciamento; a formulação é associada ao eixo horizontal, no qual a linguagem atualiza uma memória por meio das palavras que são selecionadas, sequencialmente organizadas e enunciadas; e a circulação diz respeito aos espaços, que nunca são neutros, por onde os discursos transitam (Orlandi, 2001).

juventude que, segundo ele próprio, o inspiraram no desenvolvimento teórico da geometria analítica e do método da dúvida sistemática, teria definido “o sonho como mero estado de ilusão derivado das impressões da vigília” (Ribeiro, 2019, p. 81).

Já na contemporaneidade, com a publicação do livro *A interpretação dos sonhos*, de Sigmund Freud, o interesse pelas práticas de interpretação dos sonhos vigentes na antiguidade é mais ou menos retomado. De acordo com uma observação feita por Lacan (1986), com esta obra, considerada um dos textos mais importantes da história da psicanálise,

Freud pareceu ligar-se então ao pensamento mais arcaico – ler alguma coisa nos sonhos. Ele volta em seguida à explicação causal. Mas, quando interpretamos um sonho, sempre estamos em cheio no sentido. O que está em questão é a subjetividade do sujeito, nos seus desejos, na sua relação com seu meio, com os outros, com a própria vida (Lacan, 1986, p. 9).

A partir de Freud, constitui-se um discurso “psicanalítico” que distingue os sonhos como uma possibilidade de se investigar os desejos, os traumas e os afetos, ou seja, de se acessar o conhecimento do inconsciente. Assim, o sonho, ou melhor, o que se começa a dizer sobre ele no início do século XX, bem como seus “novos” modos e lugares de uso, é investido de um saber acerca da subjetividade do sujeito e, consequentemente, passa novamente a ser visto com interesse e a ocupar um lugar relevante no tratamento de determinados sintomas.

4 Discursos sobre sonhos e medo

Expostas essas concisas considerações, por meio das quais buscamos explicitar que, tendo em vista a emergência de discursos sobre sonhos materializados em função da pandemia de Covid-19, nosso objetivo neste artigo é, justamente, “analisar discursos sobre sonhos produzidos no período pandêmico em suas relações com as emoções”. Passamos imediatamente ao exame de alguns enunciados extraídos de textos publicados pelos portais de notícias CNN Brasil, Gshow e UOL.

- i. Uma variedade de sonhos é focada diretamente no medo de pegar o vírus, como a pessoa se ver sendo desmascarada em público, onde outros tossem nela (CNN Brasil, 22/03/2021).
- ii. Algumas pessoas sonham que saem desprotegidas, sem máscaras ou que afastam outras pessoas com receio do contato, ou que têm nojo de tocar em objetos com medo de serem contaminadas (Gshow, 25/06/2020).
- iii. Sonhos da pandemia refletem sofrimento mental e medo da doença, diz estudo (UOL, 30/11/2020).

Nesses fragmentos de discursos sobre sonhos pandêmicos, sem embargo aos diferentes modos de formulação, a inscrição da palavra medo está particularmente associada ao vírus, à contaminação e à doença. Prontamente, observamos nesses “objetos” com os quais o medo aparece vinculado a determinação de fatores históricos, sociais e sanitários, posto que, dadas as condições de produção desses discursos, sonhos focados no “medo de pegar o vírus”, sonhos que representam algumas pessoas sentindo “medo de serem contaminadas” e sonhos que refletem “medo da doença”, não é algo isolado e tampouco exclusivo da vida onírica. Assim, esses discursos mostram que o sentimento de medo durante a Crise Sanitária Mundial, essa emoção presumivelmente experimentada por muitas pessoas na vida em vigília, de entrar em contato com um agente patógeno diminuto, contrair uma infecção e desenvolver uma enfermidade, influiu decisivamente na manifestação de boa parte dos sonhos.

Já observamos o quanto certos discursos enfatizam a capacidade do fenômeno onírico de apreender, testemunhar e traduzir acontecimentos históricos, políticos e sociais de determinada época (Dunker, at. al, 2021). Agora, notamos um desdobramento nesses mesmos discursos, os quais apontam que, apesar de nossos sonhos não se constituírem absolutamente de modo aleatório, ante a emergência de um acontecimento traumático que conjuga a pandemia de Covid-19 e a ascensão de um governo de extrema-direita, a variação onírica tende a diminuir. Assim, em que pese a existência de fatos empíricos aterrorizantes, trágicos e nefastos, observamos que o estado afetivo de “sonhos”, ou de “uma variedade de sonhos” de “algumas pessoas”, “focalizou” e “refletiu” a emoção do medo que, necessariamente, foi expressa, tematizada e intensificada pelos discursos produzidos nesse contexto sócio-histórico.

Sabemos, a partir de um discurso consolidado, que o afeto do medo é intrínseco à condição humana, na medida em que desde muito precocemente, nossos ascendentes tiveram que aprender a sobreviver em um ambiente hostil, com pouca oferta de alimentos, constante perigo de ataques e luta para encontrar parceiros sexuais. Esses imperativos darwinistas da evolução, ao tratar de problemas viscerais inerentes a todos e quaisquer seres humanos que viveram no tempo recuado, em certa medida, criaram as condições de possibilidade para a produção de um enunciado, segundo o qual, há cerca de 200 milhões de anos o primeiro sonho sonhado pelo ancestral comum a todos os mamíferos hoje existentes teria sido um sonho de medo (Ribeiro, 2019). A propósito, a emoção do medo também se avulta no relato onírico mais antigo registrado pelo homem, O sonho do Rei Dumuzid, cravado em caracteres cuneiformes na Suméria pré-dinástica, por volta de 5 mil anos (Ribeiro, 2019).

O par sonho e medo, sendo o segundo mais ou menos admitido como uma espécie de emoção social que se manifesta no primeiro, teve lugar em um discurso sobre sonhos materializado na Idade Média, em função de relatos bíblicos de sonhos assustadores, por efeito da entrada do Diabo na cena onírica e pelo apreço que certas “heresias” conferiam aos pensamentos oníricos (Le Goff, 2006). Batizado de pesadelo – *nightmare* – pelo psicanalista e biógrafo oficial de Freud, Alfred Ernest Jones, um outro discurso indica que sonho e medo tendem a se manifestar com mais frequência em visões noturnas de veteranos de guerra e de sobreviventes do holocausto, visto que as perseguições, as agressões, as humilhações, os horrores e os sofrimentos, tanto dos conflitos armados como dos campos de concentração, são repetidas, reproduzidas e revividas incessantemente à noite, “em pesadelos disformes de inaudita violência” (Levi, 1988, p. 88).

Em suma, há uma relativa afinidade entre discursos sobre sonhos quanto à constatação de que praticamente todos os grupos, as classes e os sujeitos expostos a acontecimentos traumáticos experienciam sonhos em que a emoção do medo potencialmente está mais presente. Além disso, para milhões de seres humanos que convivem com a miséria, que não sabem exatamente o que irão comer, ou onde conseguirão um abrigo seguro, o par sonho e medo funcionaria como uma sentença inescapável.

A despeito do profundo mal-estar gerado pelos pesadelos, ou seja, por sonhos cujos enredos são constituídos por sequências de imagens que suscitam medo, de acordo com um

discurso produzido a partir de pesquisas desenvolvidas no campo das neurociências, esse “tipo” de pensamento onírico pode ter uma função importante. Como sugere Ribeiro (2019, p. 275) “por ser capaz de simular possíveis perigos a serem evitados na vida real, o pesadelo pode preparar o sonhador para enfrentar os perigos do dia seguinte, treinando roteiros de ação ou simplesmente aumentando o alerta”. Nesse sentido, podemos imaginar, a partir dos discursos sobre sonhos expressos nos fragmentos i, ii e iii, que determinados sonhos produzidos durante a pandemia, ao suscitem o afeto do medo, estariam alertando os sonhantes quanto ao perigo iminente do vírus, da contaminação e da doença. Ademais, alguns roteiros de ação também poderiam ser instruídos, como afastar “outras pessoas com receio do contato” e não “tocar em objetos”.

A frequência com a qual a emoção do medo esteve manifestamente relacionada aos sonhos ocorridos durante o surto de coronavírus também pode ser observada no discurso produzido pelos pesquisadores reunidos em torno do projeto “Sonhos confinados em tempos de pandemia”. Nos permitiremos fazer um comentário a esse respeito. Desse modo, quando o sujeito, participante da pesquisa, era solicitado a associar livremente termos à sua narrativa onírica, “foi possível identificar que “medo” se manteve como a palavra com maior conectividade ao longo de todo o período” (Dunker, et. al, 2021, p. 43). Os pesquisadores ainda sinalizam um deslocamento nessas associações entre os relatos de sonhos e a palavra medo:

171

Em movimento paralelo aos deslocamentos ocorridos com os restos diurnos, as associações da palavra “medo” covariam: se antes o medo estava associado à casa e a termos genéricos como “tudo”, sugerindo um medo de certa forma indeterminado, ligado a um perigo ainda não nomeado, difícil de localizar ou de circunscrever, num segundo momento se liga a ideias mais concretas, como “vida” e “pandemia”, recebendo contornos mais definidos e delimitadores (Dunker, et. al, 2021, p. 43).

Esses excertos, assim como nossos fragmentos, nos permitem compreender como a emoção do medo, em larga medida suscitada, mencionada e agravada pelos discursos produzidos perante a catástrofe que se instalou no mundo em função da pandemia de Covid-19, se articulou à experiência onírica, aos discursos produzidos sobre sonhos e, ainda, em um segundo momento no qual o medo aparece ligado a “ideias mais concretas”, às associações livres confessadas pelos sonhantes. Não obstante, acerca da inflexão que teria

ocorrido com as associações da palavra “medo” indicada no trecho acima, observamos que, a despeito de sua vinculação com o termo “casa”, em um primeiro momento o medo é relacionado a termos mais gerais como “tudo”, ou seja, o medo não é associado a objetos específicos, ao contrário, o medo que se manifesta é “de certa forma indeterminado, ligado a um perigo ainda não nomeado, difícil de localizar ou de circunscrever”.

Sem nenhum demérito às noções relativas ao medo discutidas pelos autores do projeto em questão, noções estas sinteticamente descritas por nós, segundo uma perspectiva discursiva da emoção do medo, acreditamos que as associações efetuadas nesse primeiro momento pelos sujeitos designam mais a sensação de ansiedade do que propriamente o sentimento de medo. Em vista disso e muito resumidamente, de acordo com Courtine e Piovezani (2024), na contemporaneidade uma série de discursos “banais” veiculados pelos mais variados meios de comunicação, como os que enunciam crises climáticas e catástrofes naturais, guerras e calamidades humanitárias, depressões econômicas e desemprego, terrorismo mundial e violências de todo tipo, entre tantos outros incidentes, teria gerado a globalização dos medos e propiciado uma espécie de expectativa ansiosa⁵.

Dessa forma, os medos passaram a ser compartilhados mundialmente, e algo em sua natureza parece ter se alterado ao longo desse processo: “um estado permanente de ansiedade individual e coletiva passou a colonizar e a constituir as sociedades e os sujeitos do chamado mundo ocidental” (Courtine, Piovezani, 2024, p. 172), como se algo de pior ainda estivesse por vir.

Por conseguinte, nessa era em que discursos do medo, além de conjugar tremores antigos e inquietações modernas, riscos imaginários e ameaças reais, passaram a ser constantes e globais, seria a ansiedade, e não exatamente o medo, que se manifestaria de forma imprecisa e que abrigaria em seu interior aspectos “indeterminados”, “ainda não nomeados”, difícil de localizar ou de circunscrever”. Na esteira de Courtine, a ansiedade concebida como discurso se apresenta como narrativas flutuantes extensivamente indeterminadas, “que comportam lugares vazios de sujeito e de objeto, mas prontas para serem convertidas em discursos do medo, carregados de ameaças e de inimigos, quando as

⁵ A despeito da aparente banalidade de enunciados do medo que diariamente são produzidos e veiculados, cumpre destacar que há alguns traços discursivos recorrentes em sua materialização, como a sua permanência, a sua onipresença, a sua intensidade, a sua indiferença, o seu caráter cumulativo e a sua relação particular com o tempo (Courtine; Piovezani, 2024).

circunstâncias históricas reclamam-nas e quando tais narrativas voltam à tona” (Courtine, 2016, p. 26).

O medo, por sua vez, sempre à espera e apto a se firmar à superfície, necessariamente consente um objeto, pelo menos isso é algo que sabemos desde a distinção efetuada por Freud (2010) entre angústia, que pressupõe a expectativa do perigo e a preparação para ele; terror, que implica a surpresa diante de um perigo para o qual não estávamos preparados; e medo, que necessariamente requer um objeto. É bem verdade que entre o medo e a ansiedade há uma relação constitutiva, porquanto esses afetos são indissociáveis um do outro, pressupõem-se e se alimentam reciprocamente. Entretanto, do nosso ponto de vista, em um primeiro momento as associações dos sujeitos que participaram do projeto “Sonhos confinados em tempos de pandemia” expressam ansiedade, enquanto, passado algum tempo, devido “aos deslocamentos ocorridos”, as associações indicam o sentimento de medo, porque este aparece ligado, por exemplo, à “vida” e à “pandemia”.

Com base nesses mesmos discursos, ou melhor, levando em conta as formulações dos excertos i e ii, uma outra camada do medo ainda pode ser observada, uma vez que em sonhos diversos o temor de pegar o vírus foi traduzido em imagens “como a pessoa se ver sendo desmascarada em público, onde outros tossem nela”. O receio de contaminação ainda expôs o fato de que “algumas pessoas sonham que saem desprotegidas, sem máscaras ou que afastam outras pessoas com receio do contato”. Essas passagens nos permitem ampliar nossa compreensão de como o medo do vírus e da contaminação manifesto em relatos de sonhos está intimamente relacionado à emergência de certas práticas sociais que entraram em vigência durante a pandemia de coronavírus. Derivadas de discursos normativos e reguladores produzidos em larga medida por instituições mundiais como a OMS e por órgãos oficiais do Estado brasileiro, essas práticas incluíam, entre outras, o uso de máscaras de proteção individual e algum grau de distanciamento social. Essas recomendações, que em tese deveriam simplesmente preconizar algumas medidas para se conter a disseminação do vírus e o contágio da doença entre a população, acabaram sendo absorvidas pelas posições ideológicas em disputa daquele período.

No Brasil, como sabemos, havia pelo menos duas posições claramente definidas quanto ao enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional.

Uma marcada pelo discurso negacionista e outra alinhada ao discurso científico. Para dizer o mínimo, enquanto a primeira estimulava o tratamento precoce contra a Covid-19 com o uso indiscriminado de cloroquina associada aos antibióticos ivermectina e azitromicina, menosprezava o uso de máscaras de proteção, rejeitava a vacinação em massa da população e era contrário ao *lockdown*, a segunda defendia o tratamento, caso houvesse, adequado e cientificamente comprovado a todos os brasileiros, incentivava o uso de máscaras, acreditava que a vacina era uma dose de esperança e era favorável às políticas de isolamento social.

Por isso, sem ter a intenção de incorrer em especulações infundadas, acreditamos que uma camada do temor sentido por algumas pessoas em suas produções oníricas, tais como manifesto nos fragmentos i e ii, pode estar relacionado à ambiguidade e à confusão derivadas da disputa ideológica propagada por discursos antagônicos em torno das medidas de prevenção e controle da covid-19. Isso porque, é razoável pensar que o domínio do discurso negacionista poderia provocar em certos sujeitos um sentimento de medo não confessado ou mal compreendido em estado de vigília e, consequentemente, manifesto em sonhos de “aderir” a esse discurso e sair em público sem a máscara de proteção individual e entrar em contato com outras pessoas.

Por fim, a título de exemplo, já vimos em outras condições de produção como a força e o poder de um discurso político, mais precisamente, como a força e o poder do discurso nazista, foi capaz de *influenciar* a produção onírica de sujeitos que, mesmo contrários a determinado posicionamento ideológico, sonharam com a aceitação das circunstâncias dadas, com a prontidão em se deixar enganar, com os desmoronamentos dos mecanismos de defesa ante à pressão, à propaganda e à violência, e com o processo quase automático de *adesão* “a uma estrutura social que autoriza apenas um movimento, o de se juntar ao Movimento” (Beradt, 2017, p. 128).

Conclusão

Os medos se formam e se transformam, se expandem e se aprofundam, em larga medida, por discursos que os produzem e os tematizam em diferentes condições de produção. Esses discursos, muitas vezes assimilados como “banais”, ao ser associado ao vírus, à

contaminação e à doença, em função da emergência sanitária provocada pela pandemia de Covid-19, criou as condições de possibilidade para que o sentimento do medo fosse o estado afetivo dominante de “sonhos”, ou de “uma variedade de sonhos” de “algumas pessoas”. Além disso, vimos como um discurso discute a possibilidade de os sujeitos, ao serem frequentados pelo medo em suas produções oníricas, poderiam estar sendo alertados quanto aos perigos iminentes da pandemia e, com isso, testar roteiros de ação.

Observamos ainda neste artigo, entre outras coisas, um discurso que destacou a forma como a palavra medo foi o termo mais associado livremente por sujeitos que relataram seus sonhos na pandemia e, a partir de um deslocamento que ocorreu entre um primeiro e um segundo momento nessas associações, notamos como o afeto do medo se materializa na contemporaneidade de modo indissociável da ansiedade. Além disso, conjecturamos como distintas posições ideológicas em torno de medidas de controle e proteção contra a Crise Sanitária Mundial também podem ter concorrido para a penetração do medo em pensamentos oníricos. Enfim, as análises aqui realizadas apontam que esses discursos sobre os sonhos foram frequentados por medos que, embora possam mais ou menos eventualmente emergir sob formas isoladas, tais como o medo do vírus ou do isolamento social, o medo da contaminação, da doença ou de suas sequelas, se associavam e/ou deslizavam de uns para outros, produzindo, assim, amálgamas e/ou encadeamentos entre eles e potencializando seus efeitos.

175

Referências

- BERADT, Charlotte. *Sonhos no Terceiro Reich*: com o que sonhavam os alemães depois da ascensão de Hitler. São Paulo: Três estrelas, 2017.
- BIRMAN, Joel. *O trauma na pandemia do coronavírus*: suas dimensões políticas, sociais econômicas, ecológicas, culturais, éticas e científicas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.
- CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. (Org.). *História das emoções*: 1. Da antiguidade às luzes. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.
- COURTINE, Jean-Jacques. A era da ansiedade: discurso, história e emoções. In: CURCINO, Luzmara; PIOVEZANI, Carlos; SARGENTINE, Vanice. (Org.). *(In)Subordinações contemporâneas: consensos e resistências nos discursos*. São Carlos: EdUFSCar, 2016.

COURTINE, Jean-Jacques; PIOVEZANI, Carlos. Discursos do medo na era da ansiedade. In: CURCINO, Luzmara; PIOVEZANI, Carlos; SARGENTINE, Vanice. (Org.). *O discurso e as emoções: medo, ódio, vergonha e outros afetos*. São Paulo: Parábola, 2024. p. 163-190.

FOUCAULT, Michel. Resposta a uma questão. In: FOUCAULT, Michel. *Repensar a política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. (Ditos e escritos, v. 6).

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 19 ed. Edições Loyola: São Paulo, 2009.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 3: o cuidado de si*. 8 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2005.

FREUD, Sigmund. *A interpretação dos sonhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. (Obras completas, v. 4).

FREUD, Sigmund. *Conferências introdutórias à psicanálise (1916-1917)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. (Obras completas, v. 13).

FREUD, Sigmund. *História de uma neurose infantil [“o homem dos lobos”], além do princípio do prazer e outros textos (1917-1920)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. (Obras completas, v. 14).

Gshow. O significado dos sonhos da quarentena. *Gshow*. Disponível em:<<https://gshow.globo.com/horoscopo-etc/fique-em-casa/noticia/os-significados-dos-sonhos-da-quarentena.ghhtml>>. Acesso em: 02 out. 2024.

HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da “análise automática do discurso” de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução a obra de Pêcheux*. 5 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

LACAN, Jacques. *O seminário, livro 1: os escritos técnicos de Freud (1953-1954)*. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

LAMOTTE, Sandee. Pandemia causa aumento no relato de pesadelos. CNN Brasil. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/pandemia-causa-aumento-no-relato-de-pesadelos/>. Acesso em: 02 out. 2024.

LE GOFF, Jacques. Sonhos. In: LE GOFF, Jacques; Schmitt, Jean-Claude (Org.). *Dicionário temático do ocidente medieval*. Bauru, SP: Edusc, 2006.

LEVI, Primo. *É isto um homem?* Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

MALDIDIER, Denise. *A inquietação do discurso: (Re)ler Michel Pêcheux hoje*. Campinas: Ponte, 2003.

NEXO. Concentração de riqueza se acentuou desde a pandemia, diz relatório. *Nexo*. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/extra/2024/01/14/concentracao-de-riqueza-se-acentuou-desde-a-pandemia-diz-relatorio>. Acesso em: 16 jan. 2024.

ORLANDI, Eni. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas, SP: Pontes, 2001.

ORLANDI, Eni. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 5 ed. Campinas, 2003.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 6 ed. Campinas, SP: Editora Pontes, 2012.

PÊCHEUX, Michel. Língua, linguagens, discurso. In: PIOVEZANI, Carlos; SARGENTINI, VANICE (Org.). *Legados de Michel Pêcheux: inéditos em Análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2020. p. 63-75.

PIOVEZANI, Carlos; CURCINO, Luzmara; SARGENTINI, Vanice. (Org.) *O discurso e as emoções: medo, ódio, vergonha e outros afetos*. São Paulo: Parábola, 2024.

PIOVEZANI, Carlos; CURCINO, Luzmara; SARGENTINE, Vanice (Org.). *Presenças de Foucault na Análise do Discurso*. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

PLON, Michel. Lacan-Pêcheux, de um discurso outro, o impossível encontro. In: MARIANI, Bethania; ROMÃO, Lucília Maria Sousa; MEDEIROS, Vanise (Org.). *Dois campos em (des)enlaces: discursos em Pêcheux e Lacan*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012. p. 15-29.

REBOUL, Olivier. *Introdução à retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RIBEIRO, Sidarta. *O oráculo da noite: a história e a ciência do sonho*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. 7 ed. São Paulo: Cultrix, 1975.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Condições de trabalho docente e defesa da escola pública: fragilidades evidenciadas pela pandemia. *Revista da USP*. São Paulo, n. 127, p. 27-40, out. nov. dez. 2020.

UOL. Sonhos da pandemia refletem sofrimento mental e medo da doença, diz estudo. *VivaBem/UOL*. Disponível em:

<https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2020/11/30/sonhos-da-pandemia-refletem-sofrimento-mental-e-medo-da-doenca-diz-estudo.htm>. Acesso em: 12 out. 2024.

WERNECK, Guilherme Loureiro; Carvalho, Marilia Sá. A pandemia de Covid-19 no Brasil: crônica de uma crise sanitária anunciada. *Cadernos de Saúde Pública*. v. 36, n. 5, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00068820>. Acesso em: 03 fev. 2025.

EXCLUSÃO E PÓS-VERDADE NA NARRATIVA DE SI DE LEILA CRAVO NO PODCAST *LEILA*

EXCLUSION AND POST-TRUTH IN LEILA CRAVO'S SELF-NARRATIVE IN THE PODCAST *LEILA*

Danilo Yoshio Hatori¹
Denise Gabriel Witzel²

Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar a narrativa de si da atriz e apresentadora Leila Cravo, sobre o acontecimento de sua quase morte em 1975, quando foi encontrada ferida e desacordada em uma rodovia, próximo a um famoso motel do Rio de Janeiro. Tal acontecimento recebeu ampla repercussão por parte dos veículos midiáticos, o que mobilizou a opinião pública com relação à jovem, que teve sua carreira afetada pelo julgamento da sociedade. Como material de análise, serão observadas sequências enunciativas de autorrelatos de Leila exibidos no podcast *Leila*, do gênero *true crime*, disponível na plataforma *Globoplay*, que serão destacadas e analisadas com base nos Estudos Discursivos Foucaultianos, mais precisamente pelos procedimentos de controle do discurso, conforme Michel Foucault (1996), bem como pelo conceito de pós-verdade de Christian Dunker (2017), de modo a compreender como Leila se descrevia e como se sentia afetada profissional e pessoalmente com o acontecimento e sua repercussão. Assim, a partir das análises, é possível observar e compreender como o funcionamento discursivo da opinião pública pode agir sobre as mulheres, em especial as que se destacam, e explicitar como certos procedimentos de exclusão e silenciamento atuam na sociedade, podendo, como no caso de Leila Cravo, afetar de maneira terminal a vida profissional das mulheres.

Palavras-chave: Leila Cravo. Podcast Leila. *True Crime*.

Abstract: This article aims to analyze the self-narrative from actress and television presenter Leila Cravo, about her 1975 almost-death event, when she was found injured and unconscious on a highway, close to a famous motel in Rio de Janeiro. This case received wide repercussions from the media, which mobilized public opinion relatively to Leila, whose career was affected by society's judgment. As an object of analysis, records of Leila's self-reports shown on the *true crime* podcast *Leila*, available on *Globoplay*, which will be highlighted and analyzed based on Foucauldian Discursive Studies, more precisely through discourse control procedures, according Michel Foucault (1996), as well as Christian Dunker's (2017) concept of post-truth, in order to understand how Leila described herself, and how she felt professionally and personally affected by what happened and its repercussions. Thus, based on the analyses, it is possible to observe and understand how the discursive functioning of public opinion can act on women, especially those who stand out, and to explain how certain exclusion and silencing procedures act in society, which can, as in the case of Leila Cravo, terminally affect women's professional lives.

Keywords: Leila Cravo. Podcast Leila. *True Crime*.

¹ Mestre em Letras pelo Programa de Pós Graduação em Letras da Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO. E-mail: dhatori@gmail.com. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/4375063586124859>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-4748-1438>

² Professora Doutora do Departamento de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO. E-mail: denise@unicentro.br. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/2281147550095036>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4685-7574>

Introdução

No ano de 1975, próximo do motel carioca Vip's, é encontrado um corpo em uma rodovia. Não um corpo anônimo, mas de uma mulher famosa, conhecida e admirada nacionalmente por seu talento e beleza. A esse incidente seguiu-se uma série de acontecimentos permeados pelo machismo que domina a sociedade brasileira, culminando, como ainda ocorre em um alto número de vezes no país, com a mulher sendo subjetivada como culpada ao invés de acolhida como vítima e tendo sua vida profissional cerceada pelo julgamento alheio.

Tal machismo fica explícito, por exemplo, quando observamos que a forma como mulheres e homens eram vistos de maneira diferente pela lei e como o uso da legítima defesa da honra era comum, sendo formalmente proibida apenas em março de 2021. Sobre esse tema, diz Coêlho (2024):

179

Durante o período das Ordenações Filipinas, em 1603, a legislação aplicada no Brasil colonial previa a morte para a mulher adúltera e para a amante. Com o passar do tempo, o adultério se tornou um tipo penal que violava a honra enquanto bem jurídico, mas as exigências para sua configuração eram distintas a depender do gênero.

Para as mulheres, bastava a mera suspeita de envolvimento com outro homem para que fossem severamente punidas pela sociedade e pelo Estado com duras penas. Por outro lado, para que o homem fosse considerado adúltero, era necessário comprovar uma relação extraconjugal habitual e manteúda, isto é, que sustentasse a amante.

Logo, o tratamento discriminatório em relação ao adultério era visível já na legislação, reflexo do machismo vigente. A mulher, objetificada, deveria se manter respeitável e fiel aos olhos da sociedade, enquanto o homem teria o benefício da dúvida até que fosse provado o contrário. E, nesse contexto, a mulher que levantasse suspeitas de infidelidade sofria o risco de se submeter às violências masculinas, sob a justificativa da já mencionada legítima defesa da honra, que por vezes servia para atenuar ou inocentar o agressor. Recorremos novamente à Coêlho (2024) para delimitar o tema:

O homem que “tinha sua honra violada” pela suposta infidelidade da esposa e reagisse praticando o homicídio de sua então companheira,

costumeiramente argumentava em juízo a “legítima defesa da honra”. Sob essa alegação, muitos se furtavam à condenação ou tinham suas penas atenuadas, resultando na impunidade do crime de homicídio no contexto doméstico. O instituto da legítima defesa, que é uma excludente de ilicitude, caracteriza-se pela conjunção de elementos como uma agressão injusta - atual ou iminente - o direito próprio ou de terceiro, o ânimo de defesa e o uso moderado dos meios necessários. Na legislação brasileira, porém, não há delimitações expressas e restritas sobre o que é abarcado por esse instituto. Sob a predominância de uma cultura machista, desenvolveu-se a tese da “legítima defesa da honra”, muito utilizada na defesa de crimes ditos “passionais”, motivados por ciúme ou traição em relacionamentos afetivos. Em que pese não possuir base legal sólida, essa argumentação era frequentemente invocada na tentativa de justificar atos de violência, sobretudo contra mulheres.

Ainda segundo Coêlho, a dita legítima defesa da honra só foi estabelecida como “inconstitucional”, enquanto tese, em março de 2021, o que demonstra o quanto é dominante o machismo instituído na sociedade brasileira. Embora absurdo pela óbvia diferença de tratamento entre gêneros, o argumento seguiu sendo juridicamente passível de uso até a década de 2020.

É possível, então, observar a existência desse machismo instituído socialmente, sendo inclusive legitimado pela Justiça. Nesse contexto, temos a já mencionada mulher encontrada na rodovia. A mulher em questão é Leila da Rocha Cravo (1953-2020), atriz e apresentadora de grande destaque nos anos 70.

Ao ser encontrada na Avenida Niemeyer com o corpo cheio de escoriações, próximo ao referido motel Vip's, geraram-se várias narrativas sobre o acontecimento, sendo que pelo menos duas se destacaram: (i) ela teria tentado suicídio, lançando-se da janela do quarto do motel em que estava, rolando até a rodovia, versão amplamente divulgada na grande mídia da época, tomada como verdade por grande parte do público, mas que não condizia com os ferimentos corporais sofridos pela atriz; (ii) ela teria sido agredida e violentada no quarto e depois abandonada na estrada, versão sustentada pela atriz e que corresponde aos ferimentos identificados no corpo da mesma.

O acontecimento com Leila Cravo, no caso, sua quase morte, é narrada e discursivizada no podcast Leila, lançado em 2022 e disponível na plataforma Globoplay, produzido pela bigBonsai em coprodução com a Multiverso Produções, idealizado por

Daniel Pech, com produção de Deborah Osborn, Camila Nunes, Felipe Briso e Daniel Pech, pesquisa e roteiro de Sara Stopazzolli; a voz que narra é de Leandra Leal. Em meio aos relatos, há diversos momentos em que Leila Cravo expõe sua versão e verdades, seja por gravações de entrevistas, registros escritos de entrevistas lidos por sua neta, Ana Júlia, e até mesmo trechos do livro *Passagem Secreta*, cuja autora é a própria Leila Cravo.

Assim, este trabalho retoma precisamente essas narrativas de si de Leila Cravo referentes a diferentes períodos de sua vida, selecionadas e materializadas no podcast. O intuito é analisá-las sob a ótica dos Estudos Discursivos Foucaultianos, tendo em conta que o que ela diz sobre si, no jogo de poder-saber, em relação ao acontecimento de sua quase morte. Como base teórica pretende-se tomar como fundamento norteador as ideias da Ordem do Discurso, seguindo a aula inaugural de Michel Foucault no Collège de France, de 1970 (Foucault, 1996), articulando-se à Subjetividade em Tempos de Pós-Verdade, de Christian Dunker (2017).

Partindo do princípio de que a produção de sentidos dos discursos pressupõe sujeitos históricos, interessa-nos compreender os procedimentos de controle, seleção, organização e redistribuição de enunciados que compõem o podcast, considerando, fundamentalmente, as condições de emergência desses enunciados, e não outros. Desse modo, visamos descrever e analisar as narrativas de si à luz das vontades de verdade (Foucault, 1996) e da noção de verdade dentro de uma ideia de pós-verdade subjetiva (Dunker, 2017).

Importante salientar que, quando falamos de narrativas de si, partimos do conceito de Rago (2013), que, por sua vez, toma como ponto de início a ideia de escritas de si. Rago apresenta as escritas de si como uma contraposição a confissões forçadas, oriundas de um sentimento de culpa causado pela pressão e forças de autoridade:

[...] ao contrário dos discursos confessionais – que, aliás, abundam especialmente na internet e em redes sociais, em facebook, blogs ou twitters – na escrita de si, não se trata de um dobrar-se sobre o eu objetivado, afirmado a própria identidade a partir de uma autoridade exterior. Trata-se, antes, de um trabalho de construção subjetiva na experiência da escrita, em que se abre a possibilidade do devir, de ser outro do que se é, escapando às formas biopolíticas de produção do indivíduo (Rago, 2013, p. 40).

Assim, a ideia da escrita de si é basilar para compreender o conceito da narrativa de si, no sentido de não ser um relato coagido, ou motivado por culpa. É antes uma forma de buscar construir uma identidade própria, independente dos processos autoritários que circundam os indivíduos, em especial mulheres.

Durante o artigo, trabalharemos com os conceitos de enunciado e de sequências enunciativas. Para a definição de enunciado, tomamos como base as formulações de Michel Foucault no livro Arqueologia do Saber, de 1969, no qual ele busca exatamente determinar o que poderia ser considerado um enunciado. Segundo Foucault, o enunciado é uma sequência de signos, mas que não pode ser analisada como uma proposição, pelo viés da lógica, ou como uma frase, sob um ponto de vista gramatical, ou mesmo como algo semelhante a um “speech act”, um “ato “illocutório”, que englobaria atos como um juramento, uma prece, um contrato, entre outros.

Para que possamos considerar uma série de signos como “enunciado”, é fundamental que ele corresponda a critérios determinados. Primeiro, precisa estar ligado a um referencial, que é definido assim por Foucault (2008, p.103):

182

Está antes ligado a um "referencial" que não é constituído de "coisas", de "fatos", de "realidades", ou de "seres", mas de leis de possibilidade, de regras de existência para os objetos que aí se encontram nomeados, designados ou descritos, para as relações que aí se encontram afirmadas ou negadas. O referencial do enunciado forma o lugar, a condição, o campo de emergência, a instância de diferenciação dos indivíduos ou dos objetos, dos estados de coisas e das relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado; define as possibilidades de aparecimento e de delimitação do que dá à frase seu sentido, à proposição seu valor de verdade.

Em segundo lugar, o enunciado se relaciona com um sujeito de uma forma diferente do que a gramática determina como sujeito. Segundo Foucault, não é porque um conjunto de signos foi proferido que se torna um enunciado, mas sim porque é possível determinar a posição do sujeito. Para Foucault, “descrever uma formulação enquanto enunciado não consiste em analisar as relações entre o autor e o que ele disse [...], mas em determinar qual é a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser seu sujeito”. (2008, p.108).

Em terceiro lugar, o enunciado precisa estar relacionado a um campo associado, ou seja, um campo que circunda e envolve o enunciado e que é composto por outros enunciados.

Desse modo, mais que um contexto, os enunciados interferem e sofrem interferência dos enunciados que o margeiam, que constituem esse campo enunciativo, produzindo uma interdiscursividade que funciona em um espaço de memória. E, como quarta condição, o enunciado deve ter existência material, ou seja, deve existir enquanto marca deixada por alguém, seja como signos em uma superfície, seja como uma existência fugaz em uma memória ou em um espaço, ou mesmo como um registro sonoro em um podcast.

Em suma, para Foucault (2008, p.118):

Ao invés de ser uma coisa dita de forma definitiva – e perdida no passado como a decisão de uma batalha, uma catástrofe geológica ou a morte de um rei – o enunciado, ao mesmo tempo em que surge em sua materialidade, aparece com um status, entra em redes, se coloca em campos de utilização, se oferece a transferências e a modificações possíveis, se integra a operações e em estratégias nas quais sua identidade se mantém ou se apaga. Assim, o enunciado circula, serve, se esquiva, permite ou impede a realização de um desejo, é dócil ou rebelde a interesses, entra na ordem das contestações e das lutas, torna-se tema de apropriação ou de rivalidade.

Partindo desse conceito de enunciado, tomaremos os trechos do podcast Leila como Sequências Enunciativas, doravante chamadas de SE.

Ao longo do texto discutiremos também os procedimentos de exclusão apresentados por Foucault em *A Ordem do Discurso* (1996) e o conceito de pós-verdade de Dunker (2017), estabelecendo relações com as narrativas referentes a Leila Cravo.

1 Podcast e *true crime*: condições de emergência

O podcast é uma produção sonora, semelhante aos programas de rádio convencionais, mas que pode ser baixado ou ouvido por meio de plataformas de streaming, como o Spotify, o Deezer ou o próprio Globoplay. O termo, segundo Medeiros (2006), seria “a junção da palavra *Broadcasting* – radiodifusão – com o nome de um artefato portátil utilizado para “ouvir” música em MP3: o IPod”. O IPod foi um tocador de MP3 bastante difundido, lançado pela empresa Apple (Sung, 2022), sendo o MP3 um formato de arquivo de áudio que podia ser armazenado em CDs e em computadores, e, posteriormente, divulgado pela internet.

Assim como os programas de rádio convencionais, os podcasts podem ter diferentes formatos, quer sejam jornalísticos, culturais, ou no formato *storytelling*. Esses seriam construídos sobre narrativas, ficcionais ou não, que teriam como ideia principal narrar uma história. No universo sonoro do rádio não é um formato novo, já que sempre tivemos histórias contadas em formato sonoro pelas ondas radiofônicas. Como exemplo, vale lembrar do famoso caso da transmissão do livro *A Guerra dos Mundos*, de H. G. Wells, narrado por Orson Welles e que causou pânico nas pessoas que acreditavam estar ocorrendo, de fato, uma invasão alienígena. Já no Brasil, havia as radionovelas, muito populares no período pré-popularização da televisão (como *O Direito de Nascer*, grande sucesso do início dos anos 50), ou mesmo programas que narravam (de maneira fidedigna ou não) histórias de ouvintes - podemos citar o programa *Música da Minha Vida*, do locutor Renato Gaúcho, muito familiar para quem ouviu rádio em Curitiba nas últimas décadas, e que narrava histórias mirabolantes e com apelo sentimental, supostamente enviadas por ouvintes.

Dentro do estilo *storytelling*, observamos a temática do *true crime* como bastante prolífica e popular. Chamamos de *true crime* o gênero que procura narrar crimes reais ocorridos em um momento passado – sendo, assim, diferente do jornalismo factual. É possível encontrar diversos materiais dentro do gênero, como filmes, séries, livros, bem como podcasts, nos quais, em geral, busca-se apresentar as narrativas dos crimes com abordagens e informações diferentes do que foi descoberto e relatado na época dos respectivos acontecimentos.

A narrativa *true crime* remonta a 1842, quando o escritor Edgar Allan Poe publicou a obra *O Mistério de Marie Rogêt* que retratava, de maneira ficcional, um crime que de fato havia ocorrido. Também temos casos como o do jornalista Truman Capote, que escreveu a obra *A Sangue Frio*, narrando o assassinato e a condenação dos acusados. Já no cinema, o filme *A Tênué Linha da Morte*, do diretor Errol Morris, trouxe um elemento importante a ser destacado dentro da temática *true crime*: a possibilidade de levantar novas evidências. No caso, o mencionado filme permitiu novas descobertas que possibilitaram a uma resolução mais acurada do caso.

Além de livros e filmes, a temática *true crime* também se manifestou no formato podcast, tendo como primeiro grande destaque o podcast estadunidense *Serial*, de Sarah

Koenig, que trazia a cada temporada um caso a ser retratado, também contribuindo para trazer decisões judiciais mais precisas e inocentando réus acusados de maneira errônea. No Brasil, podemos destacar o podcast *Projeto Humanos*, do jornalista Ivan Mizanzuk. A 3^a temporada, intitulada *O Caso Evandro*, conseguiu levantar novos indícios que inocentaram os acusados do caso do desaparecimento do garoto Evandro Ramos Caetano, em 1992, na cidade de Guaratuba, no Paraná.

Vemos, assim, que as produções com temática *true crime* possuem grande apelo e aceitação junto ao público, sendo prolíficas em número de produções, em audiência, e com diferentes temáticas: desaparecimentos, assassinatos, casos não-resolvidos, *serial killers*, entre outros. Mas, no caso do podcast Leila, temos uma narrativa que conta a história de uma sobrevivente (ainda que produzida após a morte da personagem principal), e que conta com os relatos da própria protagonista, ou seja, com a visão da própria vítima sobre o acontecimento do qual foi protagonista, algo pouco usual nos podcast de *true crime*.

Observemos, então, as narrativas de si de Leila Cravo no podcast *Leila*.

185

2 *Leila*

SE: *Leila* conta o desenrolar cheio de reviravoltas da história da atriz Leila Cravo. O podcast começa com a queda da ainda jovem atriz na varanda de um motel luxuoso no Rio de Janeiro, em 1975, no auge da ditadura militar no Brasil. O que primeiramente foi tratado como uma tentativa de suicídio se transforma em um caso chocante que marcou para sempre a vida de Leila e de sua família. (Leila, 2022).

Essa SE é a descrição do podcast *Leila* disponibilizada para apresentar a série ao ouvinte. Temos aí expressões chamativas como “reviravoltas”, “caso chocante”, a menção ao período da ditadura militar e uma descrição breve, mas interessante, sobre o caso: a queda da jovem atriz da varanda de um motel luxuoso no Rio de Janeiro. Certamente, nenhum dos enunciados, como “jovem atriz”, “motel luxuoso” e “Rio de Janeiro” apareceu por mera casualidade. Assim, temos a apresentação do caso de Leila Cravo, que será descrito pelo podcast a seguir.

É válido observar que estamos tratando de um acontecimento discursivo que, apesar de ter recebido grande divulgação e ter repercutido bastante à época, não é muito lembrado no século XXI. Mesmo o falecimento de Leila Cravo, em agosto de 2020, somente foi ter alguma repercussão dois meses depois, tal era o apagamento que a outrora famosa atriz viveu à época.

Partimos do princípio de que *Leila*, para muito além de um nome próprio que identifica uma mulher, aponta para uma multiplicidade de sentidos compreendidos a partir do seu modo singular de existência segundo leis de possibilidades e regras, fundamentando os sentidos do nome do podcast. Destacamos que Leila da Rocha Cravo e seus infortúnios, nos anos de 1970, faz direta referência a uma moça considerada belíssima por todos que a viam e que desfrutava de grande sucesso e exuberância. Ela nasceu em 1953 e alcançou importante destaque profissional aos 21 anos. Estreou na televisão em 1974, atuou em novelas de sucesso e conseguiu o posto de apresentadora do programa *Fantástico*, revista dominical de enorme audiência da TV Globo e que segue sendo exibido com êxito no momento em que este trabalho é escrito.

No entanto, como já mencionamos, tal realidade muda drasticamente quando foi encontrada inconsciente, nua, quase morta, nas proximidades do Motel Vip's, em 1975. Foi levada para um hospital e, a partir daí, construiu-se a hipótese de que ela teria se jogado da janela do motel e rolado pela ribanceira até cair na estrada, numa tentativa de suicídio. Tal hipótese é considerada como verdadeira, inclusive sendo fundamentada por um taxista que supostamente teria visto a atriz rolando pelo morro. No entanto, segundo as perícias realizadas à época, seria impossível que Leila tivesse sobrevivido a essa queda, em especial com os ferimentos que foram verificados. Sobre isso, há, no episódio 2, a primeira declaração direta da atriz:

SE: Eu estou andando, não sou um milagre. Eu ainda tinha uma marca no pescoço, mas quando a polícia foi me ver no hospital, ela já havia sumido. E os médicos do hospital falaram que as marcas eram compatíveis com tentativa de estrangulamento. [...] Estranhamente, da minha queda do 5º andar, desapareceu o meu anel de pedras e brilhantes, que é tradição da família. (Leila, 2022).

3 Leila Cravo e suas narrativas de si

Seguindo no podcast, outras declarações de Leila narrando-se são destacadas. No início do 3º episódio, por exemplo, há uma declaração um pouco mais longa da atriz, retirada de uma entrevista realizada em 2018 para os jornalistas Ciça Guedes e Murilo Fiúza de Melo. Aqui temos o primeiro questionamento explicitado pelos criadores desse podcast por parte de Leila com relação ao ocorrido com ela e, principalmente, à maneira como o caso foi conduzido pelas autoridades e como isso afetou sua vida profissional e pessoal. Tal declaração já demonstra algo que será constante nas declarações de Leila: a insatisfação e a indignação pela forma como seu caso foi tratado.

SE: Você vê que engraçado. Um dia eu estava conversando com o Bôscoli, Ronaldo Bôscoli [jornalista, compositor e produtor musical], aí eu falei para ele: “Ronaldo, porque os homens, primeiro, têm medo de mim, segundo, têm raiva de mim? O que eu causei? Qual é a impressão? Ele disse assim: “Você é uma das mulheres mais odiadas que eu já vi na minha vida”. Eu disse: “Mas por quê?” Ele disse: “Leila, vc chega toda de vestidinho curto, toda decotadinha, toda lindona, chega, ri, abraça, beija, e fica batendo papo, coisa e tal, e dá a maior trela. De repente você diz assim, ‘bom, gente, tô indo para casa, até logo, amanhã a gente se vê’, **e não dá pra ninguém! Você dá muito pouco!**” Aí eu falei: “Não daria. Se eu fosse dar pra todo mundo que as pessoas dizem que eu dou, não podia almoçar, não podia jantar, não podia nem tomar um banhinho pra dar uma refrescada na coisa.” (Leila, 2022, grifos nossos).

187

O fato de ela ser despojada, atraente, sociável, afetuosa, mas não corresponder aos assédios com intenções sexuais dos interessados, a tornava, segundo ela relata, mal-vista pela sociedade na qual convivia, sendo até mesmo “uma das mulheres mais odiadas” (Leila, 2022). Tal ódio aproxima-nos das formulações foucaultianas em relação aos procedimentos de controle e delimitação dos discursos de uma mulher que não corresponde ao que dela se espera em uma sociedade que, se ainda é machista no século XXI, tinha esse machismo muito mais instituído e institucionalizado nos anos 70 no Brasil. E, considerando que o discurso não brota no momento da enunciação, pois se trata de uma prática que provém da formação dos saberes articulada com outras práticas não discursivas, é possível observar como tal machismo se manifestava nos discursos que se produziam sobre Leila Cravo.

Há, na última SE descrita, um atravessamento de outros discursos que retomam uma tradicional clivagem do ser mulher: de um lado as virtuosas, boas esposas, mulheres recatadas e “do lar”; do outro, as desobedientes, mulheres rebeldes, que foram reprimidas por tantos séculos da nossa história e aprisionadas no território de seus corpos, prendendo-as no espaço privado dos lares e impondo-lhes condutas (não se vestir com vestidos curtos, por exemplo) e obrigações (atender aos desejos dos homens) desde os primórdios.

Estas últimas – condutas e obrigações – adquirem especial importância quando se trata dos comportamentos e desejos atrelados à sexualidade. Leila, em sua descrição de si, possuía uma imagem de mulher desobediente das normas das mulheres virtuosas, mas que não cedia aos desejos sexuais dos homens que criavam expectativas; por isso, era odiada. Ódio que irrompe como ingrediente maior da misoginia e das perversas práticas de feminicídio³ que a fez se defender enunciando o óbvio, inclusive, fisiológico: “Se eu fosse dar pra todo mundo que as pessoas dizem que eu dou, não podia almoçar, não podia jantar, não podia nem tomar um banhinho” (Leila, 2002).

Esse controle e punição de uma mulher que se apropria – ou pretende se apropriar – do próprio corpo e de sua sexualidade é discutido por Michelle Perrot (2003, p. 20) em seu texto *Os silêncios do corpo da mulher*. Nele, a historiadora aponta os motivos que historicamente impõem esse cerceamento de autonomia das mulheres sobre o próprio corpo dentre os quais dá relevo ao silenciamento histórico “inscrito na construção do pensamento simbólico da diferença entre os sexos, mas reforçado ao longo do tempo pelo discurso médico ou político”. Faz sentido se pensarmos que a construção da ideia do feminino e do masculino parece ser baseada sempre em uma busca por uma diferenciação, constantemente colocando o masculino como algo superior – termos como “viril” se associam à masculinidade, e à ideia de força e resistência como elementos próprios do homem.

Para além dessa construção do ideário simbólico de “masculino” e “feminino”, também o campo religioso, médico e o político se distanciaram das mulheres, seja considerando-as hereges por deter o conhecimento, ou menos cidadãs, e consequentemente

³ Vale destacar o feminicídio – objeto da lei de número 13.104/2015 que entrou em vigor no Brasil em 9 de março de 2015 – se caracteriza como quando o assassinato de uma mulher envolve violência doméstica ou familiar, ou discriminação ou menosprezo (ódio) à condição de mulher. Atualmente, a taxa de feminicídios no Brasil é a 5ª mais alta do mundo. Disponível em: <https://artigo19.org/wp-content/blogs.dir/24/files/2018/03/Dados-Sobre-Feminic%C3%ADo-no-Brasil-.pdf>. Acesso em 10 de set. de 2024.

menos dignas de ter os mesmos direitos na sociedade. Tais preconceitos sempre estiveram atrelados à questão sexual feminina, um campo onde o ser feminino possivelmente sofreu as maiores violências e repressões históricas. Sobre essa questão, retomamos Perrot (2013) por entendermos que esse retorno à história das mulheres atravessa e constitui as narrativas de si no nosso objeto de análise:

As representações do corpo feminino, tal como as desenvolve a filosofia grega por exemplo, assimilam-no a uma terra fria, seca, a uma zona passiva, que se submete, reproduz, mas não cria; que não produz nem acontecimento nem história e do qual, consequentemente, nada há a dizer. O princípio da vida, da ação, é o corpo masculino, o falo, o esperma que gera, o pneuma, o sopro criador. Cavernoso, oculto, matricial, o útero se subtrai. É um abismo sem fundo no qual o homem se esgota, deixa sua força e sua vida. Entre os medos que o homem tem da mulher e que lhe alimentam a ginecofobia, figura o do insaciável desejo feminino que o conduz à impotência.

As representações religiosas, existentes nas grandes religiões monoteístas ocidentais, adotam essas perspectivas. Segundo o Gênesis, foi por causa da mulher – Eva – que a dor e o sofrimento ingressaram no mundo. É preciso impor-lhe o silêncio. “Uma mulher não deve falar nas assembleias”, diz São Paulo na Epístola aos Coríntios. Os padres da Igreja rejeitam a sexualidade e a carne como impuras e corruptoras. Só a procriação justifica a cópula, sendo a castidade superior ao matrimônio, mesmo o cristão. A mulher é assimilada ao pecado: uma tentadora da qual é mister se defender, reduzindo-a ao silêncio: velando-a. (Perrot, 2003, p. 21, aspas do autor).

Assim, chegamos a um dos efeitos de origem para o silenciamento histórico, cultural e social da sexualidade feminina, o que nos ajuda a entender os discursos em torno de uma mulher como Leila Cravo, que foi julgada e excluída da sociedade por ter sido quem foi, além de ter sido encontrada em uma rodovia à margem de um motel.

Aqui traçaremos relações entre as SE e os procedimentos de exclusão, seguindo a *Ordem do Discurso*, que regulam e controlam a produção e a circulação de discursos na nossa sociedade (Foucault, 1996). Como primeiro procedimento temos o de interdição, que Foucault afirma sinteticamente ser a noção segundo a qual “não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (1996, p. 9).

Se, nos anos 70, na ditadura civil e militar brasileira, homens que pensavam diferente da ideologia do governo poderiam ser interditados, é de se imaginar que qualquer mulher que falasse de maneira considerada inadequada aos padrões normativos seria interditada, vigiada e punida. E, no caso da situação exposta por Leila, o inadequado era se mostrar como uma pessoa sociável, mas usando “de vestidinho curto, toda decotadinha, toda lindona, [que] chega, ri, abraça, beija, e fica batendo papo” (Leila, 2022) – e, depois, contraria as expectativas machistas e não mantém relações sexuais.

A interdição aqui se sobressai no ponto em que, no discurso, Leila diz que ela não correspondia aos desejos e ideários de homens que a tomavam como *femme fatale*, aproximando-a de mulheres imorais, sedutoras e, seguindo essa linha de estereótipos, prostitutas.

O segundo procedimento é o da separação e rejeição, ao qual Foucault se refere considerando, especificamente, a oposição entre razão e loucura. Nesse procedimento, temos a exclusão daquele ou daquela que fala ou se manifesta de maneira contrária ao que a sociedade considera como normal, e é tido como louco, ou alguém a não ser levado a sério. Também é algo bastante frequente do machismo colocar qualquer mulher que se manifeste de maneira não submissa, ou que se imponha, como “histérica” (termo, inclusive e em princípio, utilizado durante muito tempo, no campo da psiquiatria, exclusivamente às mulheres, já que vem do grego *hystera*, que significa “útero”), “surtada” ou, mais comumente, “louca”.

É tão frequente, inclusive, que existe um termo específico para o abuso masculino que busca convencer as pessoas próximas e até mesmo a própria mulher de que ela seria “louca”: o *gaslighting*. Reif (2019) define assim o *gaslighting*:

Gaslighting é um tipo de abuso que atinge as mulheres de forma sutil, mas muito grave. Trata-se de manipular a mulher psicologicamente para ter controle sobre ela, ao ponto de anulá-la, gerar inseguranças, dúvidas e medos. Nele, o homem distorce, omite ou cria informações, fazendo com que a mulher duvide de si mesma, de seus sentimentos, da sua capacidade e às vezes até da sua sanidade. (Reif, 2019⁴).

⁴ A referência não dispõe de número de página por se tratar de texto encontrado em sítio disponível na internet, no endereço: <https://azmina.com.br/reportagens/voce-nao-esta-louca-entenda-como-funciona-o-gaslighting/>

Sobre a origem do termo, Reif (2019) explica:

O termo gaslighting tem origem no filme “Gas Light” (À Meia Luz), de 1944, estrelado por Ingrid Bergman e Charles Boyer. O longa é uma adaptação de uma peça de teatro de 1938. Na trama, o marido tenta convencer a mulher, e as pessoas que a cercam, de que ela é louca, manipulando pequenos elementos de seu ambiente e insistindo que ela está errada ou que se lembra de coisas de maneira incorreta.

O título do filme faz referência às lâmpadas da casa dos personagens, que são alimentadas a gás, e em certo momento piscam. A mulher nota, mas o marido a faz acreditar que está imaginando coisas. (Reif, 2019).

Vale observar que o fato de existir um termo específico para o ato de descredibilizar uma mulher, tratando-a e convencendo seu entorno de que se trata de uma pessoa psicologicamente afetada, já é uma evidência de como tal situação é recorrente na sociedade.

Pensando na narrativa de si de Leila sobre como a viam e construíam sua subjetividade, temos uma declaração de 1976 ao jornal *O Pasquim*, na qual ela aborda exatamente essa visão preconceituosa sobre a mulher não virtuosa, que agia de maneira diferente do que a sociedade masculina julgava adequado:

SE: Estou insatisfeita. O que está acontecendo também é que, pela imagem que se criou de mim, aquela que quer viver e pronto, sem ficar restrita a normas, as pessoas não confiam muito em mim. **Pensam que sou maluca**. Se alguém der uma ideia “ah, chama a Leila Cravo para fazer isso”, respondem logo “não, a Leila não”. Teve até um que inventou que **eu sou ninfomaníaca**, “não pode ver homem, quando bebe é um perigo.” Olha que loucura. Esse tipo de coisa me atrapalha muito. Quem já trabalhou comigo sabe que não tem nenhuma queixa a fazer. **Eu sou uma profissional muito disciplinada**. Dentro da minha vida pessoal eu fazia mesmo muita loucura. Mas no trabalho sempre fui muito positiva. (Leila, 2022, grifos nossos).

Independente de sua competência profissional, o fato de agir fora dos padrões considerados normais para a sociedade a tornavam alguém maluco, uma maluca cuja voz não poderia ser considerada.

Como terceiro procedimento, temos a “vontade de verdade”, que, para Foucault (1996, p.18), é o discurso que se apoia “sobre um suporte e uma distribuição institucional”

e que “tende a exercer sobre os outros discursos [...] uma espécie de pressão e como que um poder de coerção”. Neste caso, temos um tipo de discurso que se faz valer por uma autoridade e uma ideia de legitimidade institucional, que se impõe como uma vontade de verdade sem necessariamente estar imbuído de uma verdade legítima. No acontecimento discursivo do caso Leila, parece bastante claro que toda a sociedade a colocava como errada, louca, suicida, mesmo que não fosse possível que ela tenha tentado efetivamente o suicídio, tampouco possuía diagnóstico de insanidade. No entanto, existe um fator que será explicitado pelo *podcast* apenas no último episódio e que vai dialogar precisamente com a vontade de verdade imposta por meio da coerção.

No episódio 8, intitulado *O Poder Sou Eu*, é apresentada uma sequência enunciativa um pouco mais longa da já mencionada entrevista de Leila para os jornalistas Murilo Fiúza de Melo e Ciça Guedes. Nela, podemos ver como uma vontade de verdade pode agir sustentada por uma autoridade institucional:

192

SE: LEILA: Fui pro Antonio's, conversar com conhecidos, e um desses conhecidos, eu tava muito triste, eu tinha terminado um relacionamento, eu tava triste mesmo, aí ele disse “vamos ficar em um lugar mais discreto, coisa e tals, as pessoas estão notando”. Ele [Marco Aurélio Moreira Leite] se dizia meu grande amigo, até então deu todas as provas de que era meu grande amigo. E dali fomos... Ele combinou com outra pessoa para encontrar lá, e aí aconteceu **a grande desgraça**. A tentativa de assassinato, né. **Violência sexual seguida de tentativa de assassinato**. Eu acho que essa tentativa de assassinato funcionou socialmente, quer dizer, eu fui socialmente assassinada. Profissionalmente assassinada. O que sobrou foi o corpo, o corpo continua. Mas a minha alma foi trocada, disso eu não tenho dúvida.

JORNALISTAS: O Moreira Leite que aparece nas matérias, advogado, que saiu um pouco antes, ele estava com você naquela noite, né?

L: É, esse seria meu grande amigo, que dizia ser meu grande amigo.

J: E aí ele saiu. Ele foi embora depois que aconteceu o fato?

L: Não, não, não. Ele foi que combinou com outro para ir lá e acabar comigo. Essa violência nunca eu vou entender.

J: Não aconteceu nada com ele?

L: Nada.

J: Mas a pessoa que estava com o Marco Aurélio, você conhecia a outra pessoa?

L: Não só eu como o Brasil inteiro. Era um político.

J: Ministro?

L: Eu vou declinar. Vou declinar porque tem gente viva, e aí **vai começar ameaça de morte de novo**, e eu não tô a fim.

J: Você tava tendo caso com político...

L: Nunca, que caso, ele chamou. O ministro estava no Antonio's. Eu fui ao banheiro, quando eu saí do banheiro, Marco Aurélio estava na mesa do ministro, e ali ele já combinou tudo. Eu não fui nem apresentada ao ministro. Eu passei pela mesa, fiz assim pro Marco Aurélio, e fui para a minha mesa lá fora.

J: Mas quando você saiu com eles, você sabia que ia pro Vip's?

L: Com eles não, só saí com o Marco Aurélio.

J: Ele encontrou com vocês lá depois?

L: Ele foi lá, é, na tocaia.

J: Mas por que ele teria te agredido?

L: Até hoje eu me pergunto, por que ele fez aquilo comigo.

J: Você teve algum caso com o Marco Aurélio?

L: Nada, nada, nada, nada, nada, nada, nada, nada, nada. Só amigos.

J: Foi o ministro que devia estar apaixonado por você, e queria ter tido alguma coisa...

L: Ou apaixonado, ou com vontade de...

J: Aí você resistiu e teve então o ato de violência...

L: Ah, **isso você tenha certeza.**" (Leila, 2022, grifos nossos).

193

Segundo Leila Cravo, as ameaças que sofria eram, principalmente, para não revelar o nome do famigerado ministro. E, segundo a atriz, o mesmo teria dito que não adiantaria ela tentar justiça porque, nas palavras dele, “o poder sou eu”. Ou seja, buscar a verdade seria uma luta inglória contra uma vontade de verdade estabelecida e violenta. Parece compreensível que ela pensasse assim, uma vez que, mesmo com todos os indícios apontando para uma tentativa de feminicídio, ainda assim a versão de suicídio seguia vigorando como a mais divulgada e levada a sério. Segundo relatos da própria Leila e de veículos da época, teria sido encontrado um bilhete de suicídio, que a atriz afirma que não foi escrito por ela, além de pedaços de cacos de vidro e uma corda que, supostamente, seriam os instrumentos que a atriz utilizaria para tentar tirar a própria vida. Sobre isso, vejamos o que disse Leila à época, em trechos utilizados pelo podcast:

SE: Eu não escrevi nada. Acho que os peritos, ao chegarem na suíte, encontraram o cenário armado para ocultar a verdade. É tudo falso. Eu não tinha motivos pra me suicidar, como continuo não tendo. Estou convicta de que fui vítima de violenta agressão no interior da suíte. [...] Sinceramente, eu não sei de onde os peritos tiraram essa ideia. Como eu poderia ter tentado suicídio ferindo o corpo com cacos de vidro se eu não tenho marcas de corte? Coloco-me a qualquer momento às ordens de um médico legista para o exame de corpo de delito. Os fragmentos de vidro encontrados pelos peritos foram de um copo que quebrei. [...] Bom,

disseram-me, a princípio, que se tratava de um cordão finíssimo, usado para prender almofadas às cadeiras da sala de jantar. Tal cordel, porém, engrossou. Pelo menos é o que transparece nas fotos anexadas ao laudo pericial. Tal corda teria 40 cm, segundo os peritos. O gradil tem 1,60 de altura. Eu tenho 1,70m. Portanto, com mais 40cm, não poderia de jeito nenhum procurar me enforcar. Acho que a cordinha foi colocada ali pelos funcionários do motel. Para eles, seria mais cômodo o encerramento do caso como tentativa de suicídio. Mais cômodo e, financeiramente, mais lucrativo” (Leila, 2022).

Observando esta SE, atualiza-se no campo associado, via memória discursiva, o livro *O Sol é Para Todos*, (no original, *To Kill a Mockingbird*), escrito por Harper Lee (2019), no qual um negro livre no Estado do Alabama é acusado de estuprar uma branca dona de casa. Na narrativa, um advogado é nomeado para defendê-lo e, contrariando e sendo mal visto pelo resto da sociedade, se esforça para mostrar que a narrativa construída para acusar o negro é falsa e implausível. E, mesmo com todos os indícios e evidências indicando a inocência do negro, ele é condenado ao fim do julgamento, pela cor de sua pele e pelo preconceito que ela faz manifestar naqueles que detêm o poder de julgar.

Algo semelhante ocorre com a investigação que envolveu o incidente de Leila Cravo: todos os indícios parecem demonstrar que houve uma agressão e uma tentativa de feminicídio, mas a narrativa de que ela teria caído do alto do morro, numa tentativa de suicídio, manteve-se como a que era vista como verdadeira, numa aproximação do que Dunker (2017) irá definir como pós-verdade.

Para definir o que seria a pós-verdade, Dunker (2017, p. 11) recorre às definições de verdade que tinham os antigos: “Ela era tanto a revelação grega (*alethéia*) de uma lembrança esquecida quanto a precisão latina do testemunho (*veritas*) e ainda a confiança judaico-cristã da promessa (*emunah*)”. Assim, partindo dessas três noções, a “verdade” teria três opostos diferentes: a ilusão, a falsidade e a mentira. Assim, Dunker define que:

A pós-verdade é algo distinto do mero relativismo, e sua dispersão de pontos de vista, todos igualmente válidos, ou do pragmatismo, com sua regra maior de que a eficácia e a eficiência impõem-se às nossas melhores representações do mundo. Ela também não é apenas a consagração do cinismo no poder, com sua moral provisória, capaz de gerenciar o pessimismo, no atacado da tragédia humana, em proveito de vantagens obtidas no varejo narcísico. A pós-verdade depende, mas não se resume a

isso, porque ela acrescenta uma ruptura entre os três regimes de verdade e seus contrários. Ela ataca a estrutura de ficção da verdade. (Dunker, 2017, p.11).

Dunker coloca a pós-verdade como algo que desconsidera esses conceitos, pois é baseada em um poder cínico que prescinde de uma moral. E, sobre a pós-verdade em sua versão contemporânea, Dunker define-a como uma “verdade inflacionada de subjetividade, mas sem nenhum sujeito. Uma verdade que é moralmente potente, mas que não produz transformações éticas relevantes” (2017, p.8). Sob certo aspecto, é possível pensar que toda a narrativa vigente a respeito do ocorrido com Leila Cravo, ao menos até o podcast *Leila*, foi imbuída dessa pós-verdade que é cheia dessa subjetividade sem ter um sujeito, e que se mostra moralmente muito pujante ao julgar a atriz, mas que não promoveu a transformação ética que poderia diante de uma ocorrência e tal profundidade. Inclusive, a última fala discursivizada no podcast se refere exatamente a essa transformação que poderia ter ocorrido, mas ficou suspensa nesse discurso produzido por essa pós-verdade:

195

SE: Eu acho, hoje eu sinto isso, ninguém ter feito nada naquela época, ninguém ter se levantado para me defender, está custando ao Brasil um estupro a cada 10 minutos. [...] Sabe... Se fizeram com a poderosa, e não aconteceu nada com ninguém, imagina fazer com a fulaninha ali da esquina. (Leila, 2022).

Conclusão

O podcast *Leila* se apresenta de modo exemplar em relação a como retratar uma história de um crime real (*true crime*) que, apesar de todo o conteúdo e interesse que pode despertar, ficou esquecida durante muitos anos. Como dito, a morte de Leila Cravo em 2020 passou despercebida pela imprensa e só foi descoberta casualmente quando uma amiga postou uma homenagem nas redes sociais dois meses depois do fato. No entanto, mesmo se tratando de uma personagem aparentemente esquecida, o podcast é uma demonstração de que histórias importantes, mesmo esquecidas por muito tempo, podem trazer assuntos relevantes para a sociedade, além de trazer à memória pessoas que merecem ser lembradas.

Leila Cravo, mesmo após muitos anos, ainda sofria as consequências do acontecimento de sua quase morte, derivada de práticas misóginas e machistas, segundo sua narrativa de si. Em que pesassem todos os indicativos de uma agressão, ela era vista como suicida e malvista por ser uma “mulher frequentadora de motéis”. Com isso, passou a receber cada vez menos oportunidades profissionais, sendo considerada por vezes como uma mulher bonita que forçou uma situação para chamar a atenção. Segundo os relatos constantes no podcast, seu psicológico ficou bastante abalado ao ponto de recorrer a drogas e bebidas, o que prejudicou sua relação com a filha Tathiana. Mesmo ela não sabia as verdades do que havia ocorrido com a mãe.

Interessante observar também que o podcast, ao contrário de outras obras de *true crime* (como, por exemplo, *O Caso Evandro*, de Ivan Mizanzuk, que realizou investigações e inocentou os acusados), não busca definir uma solução para o crime cometido contra Leila Cravo. No caso da agressão sofrida por Leila Cravo no motel, é explicado que, como a atriz não tinha a intenção de revelar quem era o ministro que havia participado do ato de violência, os responsáveis pelo podcast não teriam a intenção de descobrir e revelar essa identidade.

No entanto, mesmo sem busca por essa revelação, soa importante promover vozes que foram excluídas por tanto tempo, por meio de violências físicas e/ou psicológicas. Nesse sentido, para além das vontades de verdade que atravessaram todo o acontecimento, ou para a verdade dos fatos que efetivamente aconteceram, a importância do podcast surge na escuta da narrativa de si que Leila nos apresenta, permitindo, assim, que essa voz seja ouvida, lembrada e considerada enquanto personagem de enfrentamento a uma sociedade que pouco ou nada fez diante da violência por ela sofrida.

É importante ressaltar como o podcast *Leila* é rico em sequências enunciativas que ressignificam o triste acontecimento de Leila Cravo. À luz dos estudos foucaultianos é possível observar como a atriz foi excluída, tendo suas narrativas silenciadas por uma série de discursos que a julgavam baseados nos estereótipos femininos que a moral da época impunha.

Neste trabalho, buscou-se analisar essas sequências, valorizando o trabalho de representação de Leila Cravo feito pelos autores do podcast e tentando contextualizar o

momento em que o acontecimento ocorreu, de modo a compreender melhor como todos os discursos, com suas vontades de verdade, influenciaram no resto da vida de Leila.

Assim, ao estudar produções como *Leila*, pode-se compreender melhor como certos discursos ocorrem na sociedade, e como eles agem em um sentido de repressão, de silenciamento e de interdição. Compreendendo melhor como tais discursos agem, e ressignificando histórias como a de Leila Cravo, espera-se que acontecimentos como o de sua quase morte sejam menos recorrentes, e que sejam vistos como os crimes que possivelmente são.

Referências

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2024. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 18, 2024. ISSN 1983-7364.

BOLING, Kelli. True crime podcasting: journalism, justice or entertainment? *Radio Journal: International Studies in Broadcast & Audio Media*, [S.L.], v. 17, n. 2, p. 161-178, 1 out. 2019. Intellect. http://dx.doi.org/10.1386/rjao_00003_1.

BRUM, Bernardo Demaria Ignácio. Crime em Quadro: a estética true crime e sua chegada ao Brasil com o Caso Evandro (2018). *Divers@!*, [S.L.], v. 16, n. 1, p. 207, 14 ago. 2023. Universidade Federal do Paraná.

COÊLHO, Marcus Vinicius Furtado. *O fim da legítima defesa da honra pelo STF*. 2024. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2024-abr-24/o-fim-da-legitima-defesa-da-honra-pelo-stf/>. Acesso em: 21 fev. 2025.

DUNKER, Christian. Subjetividade em tempos de pós-verdade. In: DUNKER, Christian; TIBURI, Marcia; SAFATLE, Vladimir; TEZZA, Cristovão; FUKS, Julián. *Ética e pós-verdade*. Porto Alegre: Dublinense, 2017. p. 4-34.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves.

_____. *A ordem do Discurso*: aula inaugural no College d'e France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 3 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio.

JÁUREGUI, Carlos.; VIANA, Luana. *Relatos sonoros de um crime: O Caso Evandro pela ótica do True Crime*. Revista FAMECOS, [S. l.], v. 29, n. 1, 2022. DOI: 10.15448/1980-3729.2022.1.41123. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/revistafamecos/article/view/41123>. Acesso em: 2 out. 2023.

LEE, Harper. *To Kill a Mockingbird*. London: Arrow Books, 2010.

_____. *O Sol é para todos*. Tradução de Beatriz Horta. 33 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2019.

LEILA. [Locução de]: Leandra Leal. Rio de Janeiro: Globoplay, 22 jul. 2022. *Podcast*. Disponível em:

<https://open.spotify.com/show/3UjOh69nkSfORbjC087ILa?si=95d6a4844ec24029>. Acesso em: 18 dez. 2023.

MEDEIROS, Macelmo Santos de. *Podcasting: Um Antípoda Radiofônico*. In: Congresso Brasileiro De Ciências Da Comunicação, XXIX., 2006, Brasília. Anais [...]. Brasília: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2006.

PERROT, Michelle. Os Silêncios do Corpo da mulher. In: MATOS, Maria Izilda Santos de; SOIHET, Rachel (org.). *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Editora Unesp, 2003. p. 13-28.

RAGO, Luzia Margareth. *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade* [online]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013. ISBN: 978-85-268-1469-1. Available from: doi: 10.7476/9788526814691.

REIF, Laura. *Você não está louca! Entenda como funciona o gaslighting*: o abuso psicológico acontece de maneira sutil e pode ser difícil se libertar do abusador. 2019. Atualizado em 2024. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/voce-nao-esta-louca-entenda-como-funciona-o-gaslighting/>. Acesso em: 19 fev. 2025.

SUNG, Morgan. *Apple ends production of its iconic iPod*. 2022. Disponível em: <https://www.nbcnews.com/tech/apple/apple-ends-production-iconic-ipod-rcna28190>. Acesso em: 21 fev. 2025.

VIGIAR E POSTAR: A MONOGAMIA COMO DISPOSITIVO DIGITAL DE PODER

DISCIPLINE AND POST: MONOGAMY AS A DIGITAL APPARATUS OF POWER

Laura Colli Gon¹
Luciana Carmona Garcia²

Resumo: Este artigo realiza uma análise discursiva da monogamia cisgênero e heterossexual, utilizando postagens no Instagram como objeto de estudo. A relevância dessa pesquisa se justifica pela identificação de uma lacuna nos estudos linguísticos e discursivos sobre o tema. Baseando-se em investigações que contestam a naturalidade dessa prática, argumentamos que a monogamia é uma construção social e discursiva, que fundamenta a análise das postagens na plataforma social. A abordagem teórica se apoia nos conceitos foucaultianos de análise discursiva (enunciado e formação discursiva) e identifica formações discursivas que sustentam a monogamia, como o casamento, o namoro, a exclusividade, o amor romântico, a fidelidade e a hierarquia nas relações. Em vez de buscar conclusões definitivas, nosso objetivo é iluminar de que maneira o discurso da monogamia nas redes sociais atua e reforça a construção e a perpetuação de um dispositivo de poder nas dinâmicas de gênero, tendo como cenário principal as redes sociais, em especial o Instagram.

Palavras-chave: Discurso. Monogamia. Relações de poder. Redes sociais. Instagram.

Abstract: This article conducts a discursive analysis of cisgender and heterosexual monogamy, using Instagram posts as the object of study. The relevance of this research is justified by the identification of a gap in linguistic and discursive studies on the subject. Building on investigations that challenge the naturalness of this practice, we argue that monogamy is a social and discursive construct, which underpins the analysis of posts on the social platform. The theoretical approach relies on Foucauldian concepts of discursive analysis (statement and discursive formation) and identifies discursive formations that sustain monogamy, such as marriage, dating, exclusivity, romantic love, fidelity, and hierarchy in relationships. Instead of seeking definitive conclusions, our goal is to illuminate how the discourse of monogamy on social networks operates and reinforces the construction and perpetuation of a dispositif.

Keywords: Discourse. Monogamy. Power relations. Social media. Instagram.

Introdução

A sociedade, de forma amplamente difundida e a partir de uma memória social cristalizada, associa o modelo monogâmico a uma representação de amor. Esse afeto, por sua vez, guiado por essa mesma memória, deve ser erotizado e manifestar-se por meio do vínculo entre um casal – predominantemente heterossexual – exigindo a partilha de todos os

¹ Mestra em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos. Doutoranda em Linguística na Universidade de Franca.
E-mail: laucgon@gmail.com. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/4192333755686587>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-7800-5308>

² Doutora em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos. Professora permanente e atual coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Franca. E-mail: luciana.garcia@unifran.edu.br. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/9059098295895752>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5280-4444>

aspectos da vida e encontrando, na construção de uma família (através do matrimônio e da procriação), um elemento central para validar a relação como autêntica e natural. Nesse contexto, estabelece-se um conjunto de regras, normas, comportamentos e leis que encarnam atitudes amorosas.

Podemos sustentar que o casamento, respaldado pelas instituições religiosa e jurídica, é o principal ícone das relações monogâmicas, já que é por meio dele que dois processos se concretizam: o primeiro, no âmbito jurídico, formaliza o enlace do casal de modo burocrático, vinculando bens e direitos aos cônjuges e herdeiros legais. O segundo origina-se da esfera religiosa, uma vez que, mediante o ritual do casamento perante a Deus e à Igreja, o homem e a mulher adquirem o status de união conjugal. Diante desse cenário, este estudo busca responder: como o discurso da monogamia nas postagens do Instagram atua na construção e perpetuação de dispositivos de poder nas dinâmicas de gênero?

As relações monogâmicas e sua exclusividade tanto física quanto emocional são frequentemente exibidas nas redes sociais, gerando a circulação de diversas materialidades discursivas, sobretudo no *Instagram*³. Essas manifestações não se restringem exclusivamente ao casamento, mas é nele que a norma monogâmica encontra um de seus alicerces, dado que essa cerimônia é, cultural e socialmente (segundo a ótica foucaultiana), idealizada como o sonho e meta vital de indivíduos globais.

A relevância social desta pesquisa reside na compreensão de como as redes sociais naturalizam práticas de controle afetivo, impactando diretamente as formas contemporâneas de relacionar-se e construir subjetividades. Especificamente, pretendemos: a) identificar as formações discursivas que sustentam a monogamia nas postagens analisadas; b) examinar como essas materialidades discursivas operam como dispositivos de poder; c) analisar as relações entre discurso monogâmico e controle dos corpos nas redes sociais.

Para abordar as problemáticas que a monogamia engloba, é primordial, inicialmente, defini-la como um sistema e investigar os discursos que a interpelam. Nesta pesquisa, recorreremos aos estudos de Barash e Lipton (2022) para uma análise sucinta do aspecto biológico desse modelo; aos de Engels (2016), para entender o surgimento da família monogâmica; aos de Lins (2017), para explorar o amor romântico, a posse e os ciúmes; aos

³ Rede social que permite aos usuários a interação e compartilhamento de fotos e vídeos.

de Vasallo (2022), para analisar a noção de unidade do casal; e, por último, aos de Foucault (2023a), para debater a moralidade e as relações de poder. Essas referências constituirão o fundamento para a análise discursiva das materialidades selecionadas.

1 Monogamia: uma construção histórica e política

É frequente ouvir, no contexto social, que a monogamia é “natural ao ser humano”, e é exatamente sobre essa premissa que Barash e Lipton (2022) apresentam estudos relevantes para entender os motivos pelos quais a suposta natureza inerente da monogamia à espécie humana tem sido tão debatida. Esses autores acreditam que os seres humanos não são intrinsecamente monógamos, mas que, na realidade, essa prática é influenciada sobretudo por fatores sociais, sociológicos e culturais desenvolvidos ao longo das vivências conjugais.

Esses pesquisadores adotam uma perspectiva baseada em critérios biológicos, pois “independente do que possamos ser, nós, seres humanos, somos criaturas biológicas” (Barash; Lipton, 2022, p.14), entendendo os aspectos da sexualidade humana como parte inerente da biologia evolutiva. Desse modo, identificam duas dimensões da monogamia: uma ligada ao aspecto sexual ou genético e outra vinculada ao aspecto social.

Na obra, verifica-se que não há evidências sólidas da biologia, primatologia ou antropologia que corroboram a ideia de que a monogamia seja “natural” ou “normal” para a espécie humana (Barash; Lipton, 2022). Pelo contrário, inúmeros indícios apontam que, historicamente, os seres humanos mantêm relações com múltiplos parceiros e vínculos sexuais plurais. Essa tendência se explica pela afirmação dos autores: “a espécie humana é preferencial e biologicamente poligínica, mas também predominantemente monógama e – quando as condições são favoráveis – intensamente adúlera” (Barash; Lipton, 2022, p. 269).

Conclui-se, portanto, que não existe um padrão universal de relacionamento aplicável à humanidade. As condutas e normas seguidas por indivíduos e comunidades refletem contextos e circunstâncias particulares (Barash; Lipton, 2022). A monogamia, comumente interpretada como inerente à espécie humana, não é um comportamento biológico inevitável.

Na verdade, é um constructo social, cuja adoção está diretamente ligada à ocorrência de adultério (Ryan; Jetha, 2010).

O adultério masculino é comumente legitimado por argumentos biológicos, políticos e sociais. Segundo teorias evolutivas, os homens teriam uma predisposição a buscar múltiplas parceiras para otimizar a reprodução, e o patriarcado sempre reforçou a tolerância ao comportamento sexual masculino, ao passo que as normas culturais relativizam suas transgressões (Hrdy, 1999). Contudo, o adultério não se restringe aos homens; mulheres também o praticam, mas sofrem maior estigmatização e censura social (Treas; Giesen, 2000), evidenciando a desigualdade de gênero nas repercussões do comportamento sexual.

Para além da dimensão biológica subjacente às relações conjugais, é crucial analisar o sistema monogâmico a partir das dinâmicas relacionais e culturais. Nesse sentido, ao estudar a história da monogamia, as contribuições de Engels (2016) destacam-se por sua relevância teórica.

O filósofo alemão, analisa a ideia de que a família é um fenômeno histórico e cultural, intimamente conectado aos meios de produção e à economia em diferentes épocas e locais, superando explicações puramente biológicas e situando-se em quadro mais amplo de organização social e cultural. Ao longo da história, desde a barbárie até os períodos posteriores marcados por diferentes formas de famílias, como as consanguíneas, punaluanas e sindiásmicas⁴, as relações humanas não eram baseadas em princípios monogâmicos.

O desenvolvimento das famílias sindiásmicas inaugurou a monogamia, caracterizada pela coabitAÇÃO entre um homem e uma mulher, embora permitisse a poligamia masculina e infidelidades eventuais quando as condições materiais o possibilitavam. Em oposição a essa flexibilidade, exigia-se absoluta fidelidade das mulheres, com duras penalidades para casos de adultério. Essa mudança paradigmática ocorreu na passagem da barbárie média para a superior.

A monogamia estabeleceu-se como divisor de águas civilizatório (Engels, 2016), organizando uniões conjugais duradouras, porém desiguais. Os homens detinham

⁴ Engels relaciona a origem das famílias à necessidade de cuidado das crianças nos grupos primitivos, identificando as famílias consanguíneas como a primeira etapa, baseada em laços de sangue, casamentos coletivos e aceitação do incesto. As famílias punaluanas sucedem esse modelo, proibindo relações entre irmãos, mas mantendo casamentos grupais. Já as famílias sindiásmicas surgem no contexto patriarcal, consolidando-se como uma forma monogâmica de organização familiar.

prerrogativa para dissolver o casamento, enquanto as mulheres ficavam subjugadas à exclusividade obrigatória, consolidando o patriarcado. Esse arranjo não só reproduzia assimetrias de gênero, como legitimava a infidelidade masculina, contrastando com o rigor aplicado às mulheres. Dessa maneira, o modelo monogâmico operou historicamente como instrumento de dominação, alicerçado em estruturas sexistas e heteronormativas.

Sinteticamente, a monogamia atuou como sistema de opressão feminina, reproduzindo hierarquias de gênero no âmbito familiar. Conforme demonstra Engels (2016) através de investigações histórico-sociológicas, a fidelidade era exigida apenas das mulheres, enquanto a sociedade patriarcal e heteronormativa naturalizava a infidelidade masculina. Essa constatação corrobora a tese de Barash e Lipton (2022) sobre a propensão à infidelidade nas sociedades monogâmicas quando as circunstâncias o permitem.

Nessa perspectiva histórica, evidencia-se que a supremacia masculina legitimou a infidelidade dos homens. Esse quadro resultou da complexa interação entre estruturas familiares e sistemas produtivos, especialmente no que concerne à transmissão de patrimônio, à propriedade privada e aos valores machistas enraizados. Logo, a imposição da monogamia revela-se historicamente como estratégia para garantir a legitimidade dos herdeiros, particularmente através do controle da sexualidade feminina.

203

A monogamia não aparece na história, portanto, absolutamente, como uma reconciliação entre o homem e a mulher e, menos ainda, como a forma mais elevada de matrimônio. Pelo contrário, ela surge sob a forma de escravização de um sexo pelo outro, como proclamação de um conflito entre os性os, ignorado, até então, na pré-história. (Engels, 2016, p. 70).

As origens da monogamia distanciam-se radicalmente da concepção amorosa (seja romântica ou sexual) difundida pelos contos de fada no imaginário coletivo, assim como não encontram respaldo na biologia humana, conforme demonstrado anteriormente. Sua função primordial revela-se, antes, como instrumento de controle e subjugação nas relações desiguais entre gêneros.

Diante dessa análise, torna-se evidente que a monogamia não emana de uma suposta natureza humana. Contudo, alternativas relacionais permanecem marginalizadas no tecido social - seja por repúdio moral ou invisibilização. Estamos imersos em um sistema que

impõe, de maneira implícita e naturalizada, um código normativo de convivência afetiva, onde questionamentos sobre a exclusividade integral (afetiva, sexual, emocional e financeira) ao longo da vida são sistematicamente desencorajados.

2 Monogamia e matrimônio: a construção social do casamento

Segundo Brigitte Vasallo (2022), o sistema monogâmico fundamenta-se em uma tríade essencial: amor, casal e monogamia heterossexual e reprodutiva. Nesse contexto, o amor emerge como elemento-chave – um sentimento que, tanto na origem da família monogâmica quanto nas condições biológicas anteriormente discutidas – não se vincula necessariamente à exigência de exclusividade com um único parceiro, sendo antes uma construção sociocultural

A reflexão sobre as relações conjugais não é recente. Ao examinar a Antiguidade greco-romana, Foucault (2023a) identifica diversas práticas de autoconhecimento sexual que permitiam compreendê-la fora de um sistema de obediência ou disciplinamento padronizado. O filósofo destaca que, nesse período, não existia um conceito unificado de sexualidade ou mesmo da carne, mas sim de atos denominados *aphrodisia*.

Os *aphrodisia* constituíam objeto de reflexão ética na antiguidade, porém devem ser compreendidos dentro dos padrões morais vigentes. A moralidade apresentava dualidade: funcionava simultaneamente como código normativo para instituições (escola, família, igreja) e como referencial para a conduta individual – incluindo a internalização, adaptação ou contestação dessas normas. Essa dimensão prática, denominada por Foucault (2023a) como “moralidade dos comportamentos”, revela a intrincada relação entre estruturas normativas e ações cotidianas, demonstrando que a moral transcende a simples obediência para abarcar negociações, resistências e ressignificações.

Foucault (2023a) sustenta que, embora a moral regule comportamentos e forme subjetividades, esses aspectos mantêm relativa autonomia. Enquanto sistema normativo, a moral orienta e controla ações individuais em determinado contexto social, ao mesmo tempo que influencia a construção subjetiva, moldando auto percepções e posicionamentos no mundo. Contudo, essa relação não é linear, havendo permanente tensão entre normas

externas e suas apropriações individuais – o que permite negociações, contestações e subversões, evidenciando a fluidez das práticas morais.

Em determinadas sociedades, predominavam códigos comportamentais nos quais a formação subjetiva seguia parâmetros legais, baseando-se na obediência para evitar sanções (Foucault, 2023a). Outras culturas privilegiavam práticas individuais e processos de subjetivação moral. Nesse quadro, os *aphrodisia* relacionavam-se mais à busca do prazer do que à imposição de regras, expressando como cada pessoa administrava sua sexualidade, fazia escolhas e atribuía significado a essas práticas.

Ao analisar a Retórica de Aristóteles e Platão, Foucault comprehende que a moral dos *aphrodisia* podia ser justificada como ordem natural, onde o ato sexual era visto como impulso humano intrínseco, destituído de conotações negativas. Retomando Barash e Lipton (2022), podemos estabelecer um paralelo: se a atividade sexual é natural aos humanos, a manutenção de um único parceiro constitui uma construção histórico-social.

É crucial ressaltar que “uma moral de homens, feita pelos e para os homens” (Foucault, 2023a, p. 60) elabora princípios éticos que não consideram os prazeres como inherentemente prejudiciais. Nessa ótica, tanto o ato sexual quanto o prazer não são moralmente reprováveis, mas sim naturais e fundamentais, vinculados à reprodução e perpetuação da espécie. Dessa forma, essa moral não só naturaliza a sexualidade, como também a valoriza, distanciando-se de perspectivas repressoras ou estigmatizantes.

Nessa perspectiva, as análises de Candiotti (2015) sobre o curso *Subjectivité et vérité* revelam-se particularmente relevantes. Segundo a autora, a avaliação ética dos *aphrodisia* levou, inicialmente, à categorização dos comportamentos sexuais como aceitáveis ou inaceitáveis, baseada na distinção entre igualdade e diferença nas interações sociais; e, posteriormente, à idealização do matrimônio como expressão máxima de igualdade.

Candiotti (2015) ressalta que, para Foucault, esse processo histórico de análise dos *aphrodisia* rumo ao casamento teve como principal consequência a intensificação de discursos normativos sobre sexualidade e matrimônio. Embora apresentados como verdades absolutas, tais discursos frequentemente divergiam das experiências reais. Nesse cenário, as normas passaram a restringir a sexualidade à reprodução, permitida apenas no matrimônio - onde os papéis de gênero incorporaram uma ética de afeto mútuo e amizade, visando à

durabilidade conjugal. Essa transformação gerou, no âmbito dos *aphrodisia*, novas formas de relacionamento afetivo, enfatizando a fidelidade como pilar das relações estáveis.

3 Dispositivos de poder e formações discursivas: análise das materialidades do Instagram

Conforme Foucault (2023b), a importância da união conjugal e da parceria, aliado a uma certa mudança na distribuição dos papéis políticos, poderia ter levado a uma reflexão distinta sobre si na moral anteriormente predominante masculina. Ao invés de se retrarem, os indivíduos poderiam ter adotado uma nova abordagem para refletir sobre a relação com as mulheres, com os outros, com os eventos e com as atividades cívicas e políticas, bem como uma nova forma de se perceberem como protagonistas de suas próprias alegrias.

Segundo Veyne (2009), essa compreensão do matrimônio buscava fundamentar as instituições, uma vez que o matrimônio existe e sua duração se estende para além da obrigação de gerar filhos, devendo, portanto, possuir um propósito adicional. Ao unir dois indivíduos racionais, marido e mulher, em coabitacão ao longo da vida, o casamento configura-se, na verdade, como uma forma de amizade, uma afeição duradoura entre duas pessoas de bem, que se amam unicamente com o propósito de perpetuar a espécie. Em resumo, a nova moral pretendia impor regras racionais a indivíduos racionais; incapaz de questionar as instituições, sua tarefa era encontrar um fundamento igualmente racional para o casamento. Essa combinação de boa vontade e acomodação deu origem ao mito do “casal feliz”.

O status feminino conquistou maior independência em comparação à antiguidade, com avanços na independência feminina (Foucault, 2023b). O casamento passou a ser baseado no consentimento mútuo e, embora desigualdades persistissem, foram atenuadas. Antes vistos como meros arranjos familiares, os matrimônios tornaram-se práticas formalizadas e reconhecidas na era greco-romana, refletindo a valorização do vínculo conjugal como uma escolha individual. Nessa condição, o casamento tornou-se cada vez mais difundido como prática, mais público como instituição e mais privado como modo de existência, fortalecendo os laços entre os cônjuges e, ao mesmo tempo, isolando o casal das demais relações sociais.

A separação do par monogâmico é um efeito direto da hierarquia afetiva que privilegia a relação a dois. Nesse modelo, espera-se que os parceiros atendam a todas as necessidades emocionais e sociais um do outro, marginalizando outras formas de vínculo, como amizades ou relações familiares. Essa dinâmica não só gera dependência mútua, mas também reforça a exclusividade como norma inquestionável. Como aponta Vasallo (2022) a exclusividade sexual serve como marca hierárquica, legitimando apenas um tipo de relação em detrimento de outras.

Desse modo, o modelo monogâmico engloba diversas formas de vínculos emocionais, e, embora não seja explicitamente reconhecido, outras conexões, como as de amizade e familiares, são frequentemente relegadas a um plano secundário. Essas relações não são vistas como equivalentes ao amor romântico, mesmo que também envolvam a possibilidade de se desenvolver sentimentos profundos por outras pessoas, desde que tais sentimentos permaneçam no campo da idealização e não se concretizem no plano físico ou corporal. Desse modo, a monogamia, ao priorizar o vínculo amoroso-sexual como central, acaba por marginalizar outras formas de afeto, que, embora significativas, são consideradas inferiores ou complementares dentro desse sistema.

Logo, o elemento definidor da monogamia não reside na exclusividade, mas a importância do casal frente às amantes ou aos outros amores. A hierarquia de uns afetos sobre os outros. A exclusividade sexual serve como marca hierárquica. Pode haver outras relações sexuais, mas apenas uma recebe apoio social, apenas uma está certificada como correta, apropriada. A exclusividade sexual é um compromisso simbólico, é o pagamento que se faz para adquirir essa legitimidade: não vou dormir com mais ninguém, mas, em troca, nosso relacionamento será superior aos demais (Vasallo, 2022).

A restrição emocional do par pode ser identificada em materialidades discursivas. Neste estudo, valemo-nos da rede social *Instagram* como a plataforma de circulação de discursos escolhida para coleta do *corpus* que será analisado. No entanto, antes de partirmos para as análises, faz-se necessário retomar alguns conceitos teórico-linguísticos que utilizamos nesta pesquisa. Embora os estudos de Foucault não tenham os estudos da língua como o principal objetivo, acreditamos que sua contribuição para os estudos linguísticos

também seja irrefutável, assim, para nossas análises, partiremos das noções de *enunciado* e de *formação discursiva*.

O *enunciado*, para Foucault, não se encaixa no mesmo padrão da frase, proposição ou ato de linguagem, não segue as mesmas diretrizes, mas também não pode ser considerado uma entidade como um objeto material, com limites definidos e independência própria. Em sua singularidade (nem totalmente linguística, nem exclusivamente material), ela é essencial para determinar se há uma frase, proposição ou ato de linguagem e para avaliar se a frase está correta (ou aceitável, ou passível de interpretação), se a proposição é válida e bem formulada, se o ato está conforme as exigências e foi completamente executado (Foucault, 2008).

Segundo o filósofo, o enunciado não é uma estrutura fixa, mas uma função de existência dos signos, que permite determinar seu sentido, regras de organização e atos realizados ao ser formulado. Sua unidade não é estrutural, mas resulta da interseção entre linguagem, conhecimento e poder, configurando-se como um evento discursivo que se concretiza no tempo e no espaço.

Quanto ao conceito de formação discursiva à *formação discursiva*, Foucault (2008) diz que não desenvolveu esse conceito para entender como os discursos são estruturados e como eles funcionam em um momento histórico e social específico. Uma formação discursiva é um conjunto de regras anônimas e históricas que governam a produção, circulação e funcionamento dos enunciados de um determinado campo do saber. Em outras palavras, é o que possibilita a existência de discursos sobre um dado tema em uma determinada época.

Assim sendo, descrever os enunciados, sua função e condições de manifestação permite identificar a formação discursiva, compreendida como o sistema enunciativo que orienta um conjunto de performances verbais, sem determiná-las isoladamente, pois estas também se vinculam a sistemas lógico, linguístico e psicológico. Em síntese, a formação discursiva regula a produção de enunciados dentro de um campo de saber, articulando relações entre saber e poder e explicando a emergência e a predominância de certos discursos em cenários históricos específicos.

Para este artigo, a coleta do *corpus* foi realizada entre maio e julho de 2024, período que concentrou materialidades discursivas significativas sobre o tema na plataforma Instagram. O *corpus* foi constituído mediante observação sistemática de postagens sobre relacionamentos monogâmicos, priorizando-se aquelas que apresentavam alta circulação e engajamento, indicadores de ressonância social dos discursos veiculados. As duas postagens selecionadas foram escolhidas por critérios específicos: a primeira, da página @memestwitter, por exemplificar de forma paradigmática a formação discursiva do controle digital como expressão amorosa, mobilizando o conceito de “educação positiva” de maneira irônica para naturalizar práticas de vigilância; a segunda, da página @wendellcarvalho, por materializar de modo emblemático a formação discursiva da desconfiança sistemática nas relações intergêneros, estabelecendo interdições explícitas sobre amizades heterossexuais. Ambas as materialidades constituem amostras representativas de discursos recorrentes identificados durante o período de observação, funcionando como enunciados-tipo que condensam regularidades discursivas mais amplas sobre monogamia nas redes sociais.

A análise envolveu a identificação de regularidades enunciativas e a caracterização das formações discursivas presentes, interpretando como estas produzem efeitos de poder e subjetivação, à luz do referencial teórico foucaultiano. A identificação das formações discursivas seguiu os critérios foucaultianos de regularidade enunciativa, dispersão temática e articulação com dispositivos de poder-saber, permitindo mapear como os enunciados se organizam em torno de objetos discursivos específicos.

Com base nos conceitos de enunciado e formação discursiva estabelecidos, procederemos à análise das materialidades discursivas selecionadas. A imagem a seguir é uma publicação do dia 12/07/2024 feita pela página @memestwitter, sendo ela um recorte de uma publicação da rede social X (antigo Twitter) onde uma usuária, identificada como “Santana” (@ligiabsant), faz uma postagem com o texto “educação positiva”, seguido de um emoji de coração verde. Abaixo, há uma sequência de mensagens que parece ser uma conversa no WhatsApp. Na conversa, ocorre o seguinte diálogo: “vou testar educação positiva em vc” com a pessoa com quem está conversando. Em seguida, há três mensagens cujo conteúdo foi pago, no entanto, a pessoa que inicio a conversa diz: “vc prefere bloquear todas as mulheres das suas redes sociais ou excluir a sua conta de todas as redes??”.

(Imagem 1: publicação da página @memestwitter de 02/07/2024)



Fonte: Instagram

210

Esta materialidade discursiva opera como um enunciado que revela uma formação discursiva sobre relações afetivas contemporâneas, articulando ironicamente o conceito de “educação positiva” a uma dinâmica de controle. A pergunta “prefere bloquear todas as mulheres ou excluir sua conta?” expõe uma lógica de posse e vigilância, que Foucault (1979) associa às relações de poder que permeiam os corpos e os afetos. Nas palavras do autor: “O poder não se possui, se exerce em rede” (Foucault, 1979, p. 89), o que se materializa aqui na tentativa de regulação do outro via redes sociais.

Para compreender melhor o contexto em que essa dinâmica de controle se insere, faz-se necessária uma breve explanação sobre o conceito de amor romântico. Para isso, apoiamo-nos nos estudos da psicanalista Regina Navarro Lins (2017), que questiona a compreensão tradicional desse conceito. A crítica ao amor romântico não equivale a uma crítica ao amor em si, mas sim a uma defesa do ser humano. Como este está inserido em um momento histórico-social e possui a capacidade de desenvolver afetos, não necessariamente amará a mesma pessoa da mesma maneira ao longo do tempo. Isso ocorre porque o amor é uma construção histórica e social, suscetível a variações em sua forma. No entanto, ao tratar especificamente do amor romântico, a autora afirma:

As características do amor romântico me parecem bastante claras: você idealiza a pessoa amada e projeta tudo o que gostaria que ela fosse. Atribui a ela características de personalidade que na verdade não possui. Não se relaciona com a pessoa real, mas com a inventada de acordo com as próprias necessidades. Por isso, esse tipo de amor não resiste à convivência diária do casamento, cuja excessiva intimidade torna obrigatório enxergar o parceiro como ele é e, não deixando espaço para que esse amor possa se sustentar. O desencanto é inevitável, trazendo, além do tédio, sofrimento e a sensação de ter sido enganado. (Lins, 2017, p.23-24)

Lins defende que o desapontamento em relação ao próximo se dá porque o amor romântico traz em sua concepção um conjunto de valores, crenças e expectativas que temos em relação ao outro e também ao relacionamento que pretendemos construir. Assim, as expectativas de um namoro são muitas, incluindo a de casar com aquela pessoa e perpetuar o ciclo da monogamia, mesmo que essa perpetuação, por vezes, não se dê de maneira clara ou consciente porque isso não é dito, mas é o que Vasallo diz ser um jogo:

211

A monogamia é atualmente sinônimo de amor (uma forma romântica e sexualizada de amor “autêntico”) e de casal, que é a construção prática que se entende como “natural” desse amor “autêntico”. O que chamamos de monogamia é o sistema invisível no qual o jogo do amor é jogado, o tabuleiro. Tanto é assim que não é nomeado: é dado sem questionamentos. Que elementos contém esse tabuleiro no qual os casais jogam? Como espinha dorsal estão a romantização do vínculo, o compromisso sexual, a exclusividade e o futuro reprodutivo, que assombra como um fantasma os amores e os casais. Para fixá-los em uma rota específica, instalou-se uma série de práticas de convivência e dependência, também econômica, que dão substância material à construção amorosa. (Vasallo, 2022, p.31 aspas do autor).

Esta concepção do amor como jogo com regras implícitas encontra reflexos na prática social, onde a teoria de Lins (2017) complementa essa análise ao discutir como o amor romântico tradicional naturaliza o ciúme como prova de afeto. Essa narrativa sustenta a noção do casal como uma entidade de propriedade privada, uma perspectiva que Vasallo (2022) questiona ao argumentar que a monogamia compulsória é um regime político que restringe as possibilidades afetivas. Além disso, ao subverter o conceito de “educação positiva” – originalmente associado a métodos não violentos – transformando-o em uma prática coercitiva, o texto expõe a violência simbólica presente nessas expectativas sociais.

Ampliando a perspectiva histórica desta formação discursiva, o post também ecoa a genealogia foucaultiana da sexualidade, que mostra como os discursos sobre afetos são dispositivos de controle. A piada só faz sentido porque mobiliza um imaginário social que normaliza a exclusão do outro como solução para inseguranças – prática que Foucault (2023b) vinculava à moralidade sexual cristã, agora atualizada nas redes digitais. Vasallo (2022) acrescenta que essa lógica reforça a unidade do casal como entidade fechada, anulando autonomias.

Outro aspecto significativo nessa materialidade discursiva é como a generalização presente na menção a “todas as mulheres” – em contraste com a referência a um indivíduo específico – revela um discurso que naturaliza a posse afetiva como extensão das relações de gênero, processo que Lins (2017) associa à romantização da exclusividade. Foucault (2008) fundamenta essa análise afirmado todo enunciado pertence a uma formação discursiva que condiciona seu sentido, princípio que explica por que o humor do meme opera: ele ressoa uma norma social hegemônica que equipara amor a controle. Essa mesma formação discursiva sustenta a noção de que o casal deve funcionar como entidade exclusiva e autorreferente – dinâmica que transforma a exclusividade em mecanismo de exclusão, relegando outros vínculos (como amizades) à marginalidade afetiva (Vasallo, 2022).

Em uma perspectiva mais estrutural, a materialidade discursiva da instituição conjugal revela-se, assim, atravessada por eixos interdependentes – namoro, fidelidade, hierarquia relacional – que conjuram “tecnologias do eu”, moldando subjetividades a partir de dispositivos históricos de poder-sexualidade (Foucault, 2023a). Desse modo, a materialidade discursiva analisada funciona como sintoma de uma episteme que ancora as relações afetivas em regimes de verdade calcados na posse, demonstrando como formações discursivas aparentemente distintas (humor digital e moral sexual) convergem para reproduzir estruturas de controle.

É importante ressaltar que essa convergência não é estática. Isso é possível porque os discursos podem sim ser subdivididos já que não são entidades fixas, mas processos dinâmicos que se ramificam e se transformam conforme interagem com diferentes conjunções históricas, sociais e culturais (Foucault, 2008). Essa ramificação reflete a

complexidade e a multiplicidade dos discursos, que não seguem uma linha linear ou unidimensional, mas se desdobram em várias direções.

Essa raridade dos enunciados, a forma lacunar e retalhada do campo enunciativo, o fato de que poucas coisas, em suma, podem ser ditas, explicam que os enunciados não sejam, como o ar que respiramos, uma transparência infinita; mas sim coisas que se transmitem e se conservam, que têm um valor, e das quais procuramos nos apropriar; que repetimos, reproduzimos e transformamos; para as quais preparamos circuitos preestabelecidos e às quais damos uma posição dentro da instituição; coisas que são desdobradas não apenas pela cópia ou pela tradução, mas pela exegese, pelo comentário e pela proliferação interna do sentido. Por serem raros os enunciados, recolhemo-los em totalidades que os unificam e multiplicamos os sentidos que habitam cada um deles. (Foucault, 2008, p. 141)

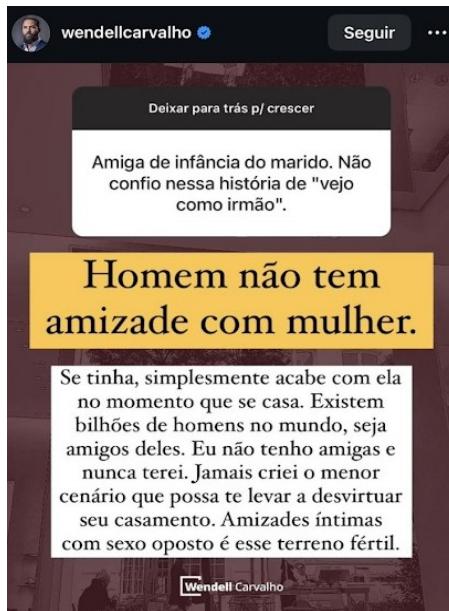
Considerando estas reflexões sobre as formações discursivas que permeiam as relações afetivas contemporâneas, podemos compreender como a materialidade discursiva analisada, extraída da página @memestwitter, representa um nó significativo onde se entrelaçam poder, discurso e subjetividade. A ironia presente na suposta “educação positiva” revela como as redes sociais tornaram-se novo território para a reprodução e atualização de dispositivos de controle que, embora tenham raízes históricas na moral sexual cristã identificada por Foucault, ganham novas configurações na era digital. O enunciado analisado constitui, portanto, uma expressão contemporânea de como as relações de poder continuam a moldar os afetos através de formações discursivas que naturalizam a exclusividade, a desconfiança e a vigilância como elementos intrínsecos ao amor, consolidando a estrutura política da monogamia compulsória

A dimensão corporal desse controle manifesta-se de forma particularmente evidente na proposta de “bloquear todas as mulheres”, que transcende o âmbito digital para incidir diretamente sobre os corpos e suas possibilidades de circulação social. Essa materialidade discursiva opera o que Foucault (1979) denominou “anatomopolítica”, exercendo poder disciplinar sobre os corpos individuais através da regulação de suas interações e movimentos. A exigência de isolamento digital funciona como precursora do isolamento físico, restringindo não apenas as redes sociais virtuais, mas também as redes de sociabilidade corporais. Nesse sentido, o controle discursivo das plataformas digitais

converte-se em tecnologia de disciplinamento dos corpos, determinando com quem, onde e como os sujeitos podem estabelecer contatos físicos e afetivos.

A segunda materialidade discursiva que analisaremos foi extraída da página do usuário [@wendellcarvalho](#) no dia 06/05/2024.

Imagen 2: publicação da página [@perrengue_chique](#) de 02/06/2023



214

Fonte: Instagram

No topo da postagem, há um caixa⁵ com o dizer “Deixar para trás p/ crescer” e o comentário “Amiga de infância do marido. Não confio nessa história de ‘vejo como irmão’”. Abaixo, está uma declaração em destaque: “Homem não tem amizade com mulher”, apresentada em letras grandes e em um fundo amarelo, o que chama a atenção. O texto que segue diz o seguinte: “Se tinha, simplesmente acabe com ela no momento que se casa. Existem bilhões de homens no mundo, seja amigos [sic] deles. Eu não tenho amigas e nunca

⁵ O recurso de caixa de perguntas do Instagram configura-se como uma funcionalidade interativa integrada à estrutura dos Stories. Este dispositivo digital possibilita a comunicação diídica assíncrona, permitindo que os usuários submetam questionamentos e recebam respostas de forma ágil. Como componente relevante da arquitetura participativa do Instagram, tal ferramenta tem sido amplamente incorporada por entidades comerciais, influenciadores digitais e usuários em geral, funcionando como mecanismo para engajamento de audiência e interação interpessoal

terei. Jamais criei [sic]⁶ o menos cenário que possa te levar a desvirtuar seu casamento. Amizades íntimas com o sexo oposto é esse terreno fértil”.

A materialidade discursiva analisada revela três formações discursivas principais que sustentam a monogamia compulsória no contexto digital. A primeira, e mais evidente, é a formação discursiva da desconfiança sistemática, que se manifesta na afirmação “Homem não tem amizade com mulher”. Esta proposição, apresentada como verdade auto evidente, constitui um pré-construído (Pêcheux, 1997) que sexualiza obrigatoriamente todas as relações intergêneros, operando o que Vasallo (2022) denomina “polícia monogâmica”, mecanismo que naturaliza a suspeita como fundamento das relações afetivas.

Aprofundando essa formação discursiva da desconfiança, a exigência de rompimento de vínculos em “simplesmente acabe com ela no momento que se casa”, revela a operação do que Foucault (1979) denominou tecnologias de poder, que atuam não apenas através da coerção, mas principalmente pela produção de subjetividades dóceis. Como observa Lins (2017), essa postura decorre da romantização do ciúme, transformado em prova de amor quando, na realidade, constitui expressão de posse. O argumento de que “amizades íntimas com sexo oposto são terreno fértil” para a infidelidade demonstra como essa formação discursiva se sustenta na sexualização compulsória analisada por Vasallo (2022), que desnaturaliza a suposta inevitabilidade biológica dessa dinâmica.

Além da desconfiança sistemática, a segunda formação discursiva identificada é a hierarquização afetiva, expressa na máxima “bilhões de homens no mundo, seja amigos[sic] deles”. Esta construção estabelece uma pirâmide de legitimidade dos vínculos, onde relações amorosas são valorizadas em detrimento de outras configurações afetivas. Como analisa Foucault (2023b), tal hierarquia funciona como tecnologia de subjetivação, produzindo sujeitos que internalizam esta ordem como natural. Vasallo (2022) complementa ao demonstrar como esta formação discursiva sustenta o que denomina “ditadura do casal”, sistema que marginaliza qualquer afeto que escape à lógica conjugal hegemônica.

Complementando as duas formações anteriores, a terceira formação discursiva presente é a autovigilância como virtude, materializada na declaração “jamais criei[sic] o

⁶ Acreditamos que aqui haja um erro de digitação e a forma verbal seja “crie”, no imperativo, uma vez que o autor do texto está se referindo a quem lê. Isso é compreendido por “te leve” e “seu casamento”.

menor cenário...”. Esta construção articula-se ao que Foucault (1979) identificou como microfísica do poder, onde o controle social é internalizado e transformado em autodisciplina. Podemos analisar essa formação discursiva a partir do que Lins (2017) denomina “síndrome do guarda-noturno”, onde a constante vigilância de si e do outro é romantizada como prova de compromisso amoroso, obscurecendo seu caráter opressivo. A naturalização da desconfiança em “não confio nessa história” revela como essa formação discursiva se sustenta no que Lins (2017) identifica como insegurança estrutural do amor romântico.

Na análise integrada destas três formações discursivas, observa-se que estas não atuam isoladamente, mas se entrelaçam num regime de verdade (Foucault, 2008) que naturaliza a exclusividade afetiva como única forma legítima de relação. O post analisado demonstra como estas formações, embora tenham raízes históricas na moral sexual cristã (Foucault, 2023a), readaptam-se ao ambiente digital, onde encontram novo terreno para reprodução e disseminação. A insistência na ruptura de vínculos (“simplesmente acabe com ela”) revela como estas formações operam através do que Pêcheux (1997) chamou de esquecimento número um - o apagamento do caráter construído e arbitrário destas normas, apresentadas como naturais e inevitáveis.

Em síntese, o post analisado constitui, portanto, um artefato discursivo onde confluem poder (a vigilância como prova de amor), verdade (a amizade intergêneros como impossibilidade) e subjetividade (a autodisciplina como performance afetiva), atualizando nas redes sociais um dispositivo cujas raízes remontam à moral sexual cristã analisada por Foucault (2023a), mas que assume novas roupagens no contexto digital.

A materialidade corporal dessa formação discursiva evidencia-se na imposição de “jamais criar cenários” que possam “desvirtuar o casamento”, revelando como o discurso monogâmico opera uma biopolítica que governa não apenas as subjetividades, mas também a gestão dos corpos no espaço social. A proibição de “amizades íntimas com o sexo oposto” configura-se como dispositivo de controle que regulamenta a proximidade física, os gestos, os encontros e as formas de convivência corporal. Essa regulação discursiva produz o que Foucault (2023a) identificou como “corpos dóceis”, submetidos a uma disciplina que naturaliza a autovigilância corporal como virtude amorosa. Assim, a monogamia digital

estende-se para além das telas, inscrevendo-se nos corpos através de práticas de evitação, distanciamento e controle da gestualidade afetiva, demonstrando como os dispositivos de poder contemporâneos articulam de forma indivisível o virtual e o corporal

Conclusão

Em busca de (in)conclusões, este artigo demonstrou como a monogamia – longe de ser um destino biológico ou uma expressão “natural” do amor – é um dispositivo de poder historicamente construído. As análises das postagens do Instagram revelaram que essa estrutura se mantém através de formações discursivas que naturalizam a exclusividade, a hierarquia afetiva e o controle sobre os corpos, como exemplificado na exigência de bloquear mulheres nas redes ou na divisão binária de contas em casais.

Se, por um lado, a monogamia surgiu como resposta a necessidades econômicas, por outro, sua perpetuação nas redes sociais mostra como ela se adapta aos novos contextos, reforçando a ilusão do amor romântico como única forma legítima de afeto. As materialidades analisadas comprovam que o discurso monogâmico não é estático: ele se reconfigura nas plataformas digitais, onde a vigilância mútua e a performatividade do casal se tornam novas estratégias de normatização.

As mídias sociais desempenham um papel fundamental e incontestável na maneira como nos relacionamos atualmente, criando suas próprias dinâmicas de flertes e relacionamentos. Podemos afirmar, sem hesitação, que acompanhamos, por meio dessas plataformas, namoros, casamentos, traições e divórios diretamente nas telas de nossos celulares. Nesse sentido, a materialidade dos discursos monogâmicos disseminados nas redes sociais adquire grande relevância, mesmo quando extrapola o ambiente digital. Isso ocorre porque as mídias sociais não apenas veiculam esses discursos, mas também os colocam em circulação, reforçando continuamente os valores monogâmicos e nos deixando ainda mais subjetivados a esse sistema.

A análise das materialidades discursivas do Instagram revelou que o controle monogâmico opera uma articulação estratégica entre vigilância digital e disciplinamento corporal. As formações discursivas identificadas não se limitam ao ambiente virtual, mas se

estendem à regulação dos corpos, determinando suas possibilidades de circulação, proximidade e gestualidade afetiva. O imperativo de “bloquear mulheres” ou “acabar com amizades” configura-se como biopolítica que governa tanto as redes sociais quanto as redes corporais de sociabilidade.

Tal convergência entre o digital e o corporal demonstra como os dispositivos de poder se atualizam nas sociedades contemporâneas, utilizando as plataformas digitais não apenas como espaços de circulação discursiva, mas como tecnologias de produção de corpos monogâmicos disciplinados. A sexualização compulsória de todas as relações intergêneros, identificada nas análises, opera como mecanismo de controle que naturaliza a suspeita e justifica a restrição dos movimentos corporais, consolidando a monogamia como regime de verdade que se inscreve simultaneamente nas subjetividades e nos corpos.

Reconhecemos as limitações deste estudo, que se concentra em materialidades do Instagram sem abranger outras redes sociais ou modalidades discursivas, constituindo um recorte específico que não esgota a complexidade dos discursos monogâmicos nas mídias digitais. Tais limitações, contudo, abrem possibilidades para futuras investigações que ampliem o corpus e diversifiquem as plataformas analisadas.

Longe de buscar a condenação do sistema monogâmico ou sugerir alternativas a ele o objetivo principal deste artigo é apontar a grande lacuna existente nos estudos linguísticos sobre esse tema e provocar uma reflexão crítica sobre como a monogamia vai além do sentimento de amor e nos submete a outras formações discursivas e relações de poder, as quais são frutos do patriarcado.

Este estudo não esgota o tema – até porque o sistema jurídico e as questões patrimoniais, entre outros fatores, exigiriam uma análise à parte – mas espera ter desnaturalizado a monogamia como único modelo possível. A originalidade desta pesquisa reside na articulação entre teoria foucaultiana e análise de redes sociais digitais, preenchendo lacuna nos estudos discursivos sobre afetividade contemporânea e demonstrando como dispositivos de poder se atualizam nas plataformas digitais. Ao expor suas raízes patriarcais e sua operação discursiva nas redes sociais, convidamos o leitor a questionar: que outras formas de amar poderiam florescer se desmontássemos esses dispositivos de controle?

Referências

- BARASH, D; LIPTON, J. E. *O Mito da Monogamia*. Tradução de Ryta Vinagre. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 2022.
- CANDIOTTO, C. A emergência do homem de desejo: sobre o curso *Subjectivité et vérité*, de Michel Foucault. *Veritas*, Porto Alegre, v. 60, n. 2, p. 344-365. maio-agosto. 2015. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/veritas/article/view/22032/13734>. Acesso em: 04/07/2024
- ENGELS, F. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Tradução de Leandro Konder. 2 ed. Rio de Janeiro: Best Bolso, 2016.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- _____. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- _____. *História da Sexualidade II: O uso dos prazeres*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque; revisão técnica de José Augusto Guilhon Albuquerque. 12 ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2023a.
- _____. *História da Sexualidade III: O cuidado de si*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque; revisão técnica de José Augusto Guilhon Albuquerque. 10 ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2023b.
- HRDY, S. B. *The woman that never evolved*. Cambridge: Harvard University Press, 1999.
- LINS, R. N. *Novas formas de amar*. Nada vai ser como antes: grandes transformações nos relacionamentos amorosos. São Paulo: Planeta do Brasil, 2017.
- PECHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento?* Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- RYAN, C.; JETHA, C. *Sex at dawn: how we mate, why we stray, and what it means for modern relationships*. New York: HarperCollins, 2010.
- TREAS, J.; GIESEN, D. Sexual infidelity among married and cohabiting americans. *Journal of Marriage and Family*, 62(1), 48-60, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2000.00048.x>. Acesso em: 07/02/2024
- VASALLO, B. *O desafio poliamoroso*. Por uma nova política dos afetos. 1 ed. São Paulo: Elefante, 2022.
- VEYNE, P. *História da vida privada: do império romano ao ano mil*. O império Romano. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ETHOS E CENOGRÁFIA NA ANIMAÇÃO *THE TURNING POINT*: UMA ABORDAGEM DISCURSIVA DA CRISE AMBIENTAL

ETHOS AND SCENOGRAPHY IN THE ANIMATION *THE TURNING POINT*: A DISCURSIVE APPROACH TO THE ENVIRONMENTAL CRISIS

Carlos Eduardo do Vale Ortiz¹

Resumo: O artigo analisa a crise climática e a importância do engajamento social, examinando a animação *The Turning Point* de Steve Cutts sob a ótica da Análise do Discurso, com ênfase nos conceitos de ethos e cenografia de Maingueneau. A metodologia utiliza a análise filmica e os elementos da Análise do Discurso de Linha Francesa, decompondo a obra em cena englobante, cena genérica e cenografia para revelar sua crítica ambiental. Os resultados demonstram a normalização da degradação, a metáfora do capitalismo predatório na inversão de papéis entre humanos e animais, a dualidade entre engajamento e indiferença, e a influência do negacionismo científico. A animação ilustra como a “síndrome da mudança da linha de base” afeta a percepção da crise. A análise revela que a obra é um instrumento de crítica social, evidenciando a urgência de ações para mitigar os impactos ambientais. Em conclusão, a arte se apresenta como uma ferramenta de conscientização, e a animação serve como um chamado à ação para repensarmos nosso papel e construirmos um futuro sustentável, destacando a necessidade de combater a inércia e o negacionismo.

Palavras-chave: Crise Climática; Análise do Discurso; Conscientização Ambiental; Steve Cutts.

Abstract: This article analyzes the climate crisis and the importance of social engagement by examining Steve Cutts's animation *The Turning Point* from the perspective of Discourse Analysis, with an emphasis on Maingueneau's concepts of ethos and scenography. The methodology uses film analysis and elements of French Line Discourse Analysis, breaking down the work into an encompassing scene, a generic scene, and scenography to reveal its environmental critique. The results demonstrate the normalization of degradation, the metaphor of predatory capitalism in the inversion of roles between humans and animals, the duality between engagement and indifference, and the influence of scientific denialism. The animation illustrates how the “shifting baseline syndrome” affects the perception of the crisis. The analysis reveals that the work is an instrument of social critique, highlighting the urgency of actions to mitigate environmental impacts. In conclusion, art presents itself as a tool for raising awareness, and animation serves as a call to action to rethink our role and build a sustainable future, highlighting the need to combat inertia and denialism.

Keywords: Climate Crisis; Discourse Analysis; Environmental Awareness; Steve Cutts.

Introdução

De acordo com Stone (2025), o ano de 2024 foi registrado como o mais quente da história, representando um marco preocupante no contexto das mudanças climáticas. Ainda

220

¹Mestre em Letras pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR. E-mail: carloseduardodovaleortiz5@gmail.com. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/8541823756169672>. ORCID <https://orcid.org/0000-0002-0296-0131>

acrescenta que, segundo autoridades ambientais, esse período assinalou a primeira vez em que a temperatura média global ultrapassou o limite de 1,5°C estipulado pelo Acordo de Paris. Tal fenômeno reflete um padrão crescente de aquecimento global impulsionado pela contínua queima de combustíveis fósseis, cujas consequências projetam um futuro climático ainda mais extremo, no qual condições atualmente consideradas atípicas se tornarão normais para as novas gerações.

Esse processo de naturalização do agravamento climático pode ser explicado pelo conceito da “síndrome da mudança da linha de base”, um viés cognitivo que faz sociedades ajustarem suas percepções ambientais a partir das referências contemporâneas. Isso resulta na gradativa aceitação de padrões degradantes, como temperaturas elevadas e eventos climáticos severos. Estudos indicam que esse mecanismo psicológico pode comprometer a urgência das respostas globais ao aquecimento do planeta, uma vez que a percepção social tende a minimizar os impactos cumulativos da crise climática (Pauly, 1995).

Dessa forma, a adaptação a novas realidades ambientais pode reduzir a pressão por políticas eficazes de mitigação e adaptação, tornando essencial a implementação de estratégias educativas e comunicacionais que evidenciem a gravidade das mudanças em curso e mobilizem ações concretas para conter esse avanço. Nesse sentido, a compreensão crítica desse fenômeno se faz necessária para que a sociedade não subestime os riscos envolvidos e, em vez disso, adote posturas proativas na luta contra as mudanças climáticas.

Há uma mobilização social e cultural em torno das questões ambientais que reflete uma demanda por mudanças estruturais e políticas substantivas que mitiguem os impactos negativos das atividades humanas sobre o meio ambiente. Movimentos e manifestações emergem como expressões legítimas da sociedade civil, exigindo que os representantes políticos adotem medidas eficazes para preservação dos ecossistemas e reestruturação de espaços comunitários, de modo a viabilizar novas práticas de consumo e estilos de vida sustentáveis. Exemplos notórios dessa mobilização incluem a atuação do *Greenpeace*, uma organização não governamental internacional reconhecida por suas campanhas em defesa do meio ambiente, e o movimento *Global Fridays for Future*, liderado por jovens que realizam greves escolares para pressionar por ações urgentes contra a crise climática.

Esse processo está associado à conscientização ambiental e à necessidade de revisão dos modelos produtivos e sociais, uma vez que o atual padrão de consumo contribui significativamente para a degradação ambiental (Sachs, 2002). Assim, é essencial que políticas públicas sejam orientadas por princípios ecossistêmicos, promovendo a transição para um desenvolvimento sustentável e incentivando práticas que reduzam a pegada ecológica da sociedade. Nesse sentido, iniciativas voltadas para a educação ambiental, regulamentação de práticas industriais e incentivo à economia circular tornam-se fundamentais para uma mudança sistêmica capaz de garantir a conservação dos recursos naturais e a qualidade de vida das futuras gerações.

O campo artístico e cultural desempenha um papel fundamental na construção de discursos críticos que contestam a inércia política diante das questões ambientais, funcionando como um meio de manifestação direta da população contra a lógica produtiva guiada exclusivamente por interesses econômicos. Expressões artísticas, como músicas, filmes, documentários e animações, têm se estabelecido como instrumentos de sensibilização e denúncia, ampliando o debate sobre os impactos ambientais resultantes da ação humana e incentivando uma reflexão sobre a interdependência entre sociedade e natureza.

Nesse contexto, a obra *The Turning Point* (2020), animação de Steve Cutts, será analisada à luz da Análise do Discurso de linha francesa, considerando elementos teóricos fundamentais, como os conceitos de ethos e cenografia propostos por Maingueneau (2008). Essa abordagem permitirá compreender os mecanismos discursivos que estruturam a mensagem veiculada na animação, bem como seus efeitos de sentido, ressaltando a forma como a linguagem artística contribui para a formação de um imaginário crítico em torno das problemáticas ambientais contemporâneas.

Ao observar a construção discursiva presente na animação, busca-se evidenciar como tais produções estéticas mobilizam recursos simbólicos capazes de influenciar percepções e comportamentos, tornando-se parte essencial do debate sobre sustentabilidade e responsabilidade socioambiental.

O estudo, portanto, pretende demonstrar a relevância da arte como um espaço de resistência e conscientização, destacando seu papel na desconstrução de paradigmas e na promoção de novas formas de engajamento com as questões ecológicas.

1 Noções sobre Ethos e Cenografia

Na retórica, o conceito de ethos, conforme destacado por Padovani (2016), tem suas origens em Aristóteles e refere-se à imagem que o orador projeta de si mesmo para persuadir seu público, independentemente das opiniões prévias sobre ele. Maingueneau reformula essa noção no contexto da Análise do Discurso, definindo o ethos como uma construção discursiva que emerge através do próprio discurso, sendo um processo interativo de influência sobre o outro e essencialmente híbrido, integrando aspectos sociais e discursivos (Maingueneau, 2008).

Segundo Maingueneau (2008), o ethos não pode ser compreendido fora de uma situação de comunicação específica, inserida em um contexto sócio-histórico determinado. Ele argumenta que os efeitos que o enunciador pretende causar sobre seu auditório por meio de sua imagem são impostos pela formação discursiva, e não apenas pela vontade do sujeito (Maingueneau, 1997). A interpretação dos enunciados, portanto, deve ir além de uma simples decodificação, envolvendo uma experiência sensível onde a maneira de dizer é também uma maneira de ser.

O poder persuasivo de um discurso reside, em parte, na capacidade de constranger o destinatário a se identificar com o movimento de um corpo, seja ele esquemático ou investido de valores historicamente especificados. Na construção do ethos, diversos fenômenos interagem, desde a escolha da língua e das palavras até o planejamento do texto, mobilizando a afetividade do intérprete que extraí informações do material linguístico e do ambiente (Maingueneau, 1995).

A Análise do Discurso enfatiza que o sujeito produtor do discurso é um ser humano constituído de ideologia e identidade histórica e social, e que a interação discursiva permite a transmissão e compartilhamento dessas identidades. A cena enunciativa, para

Maingueneau (2008), é composta por cena englobante, cena genérica e cenografia, cada uma desempenhando um papel na definição do espaço e do sentido do enunciado.

A interlíngua, segundo Maingueneau (2004), é a língua própria da obra, que pode envolver a criação de novas palavras e a mistura de variantes linguísticas, refletindo a singularidade do código languageiro da obra. A intertextualidade, por sua vez, é caracterizada pelo diálogo entre textos, onde o reconhecimento textual pelo leitor é crucial para a construção do sentido (Beaugrande, 1997). Bourdieu, citado por Chartier (2001), e Pereira (2010) ressaltam a importância do conhecimento prévio e da experiência do leitor na compreensão textual, indicando que a leitura é um processo dinâmico e preditivo.

Sob o mesmo ponto de vista, Ghiraldelli (2021) discorre que a análise da cena de enunciação no discurso evidencia que este não se limita à materialidade textual, mas é construído por uma cena representada no enunciado, implicando que a enunciação participaativamente na formação da estrutura discursiva.

Desde os primórdios dos estudos discursivos nas ciências humanas, compreendeu-se que a língua é dinâmica e sujeita a modificações, perceptíveis através da realidade da enunciação. Os mecanismos enunciativos são fundamentais para a instauração da subjetividade imposta pela linguagem, permitindo a observação das relações entre os enunciadores.

Segundo Maingueneau (2002), o *corpus* de análise é constituído por discurso, enunciado e texto, sendo crucial entender essas fronteiras para as observações analíticas. O discurso, situado além da frase, é orientado, interativo, contextualizado, assumido por um sujeito, regido por normas e considerado no interdiscurso. Na enunciação, o sujeito institucionalizado demonstra competência ao construir cenografias conforme as referências situacionais estabelecidas com o co-enunciador.

A Análise do Discurso (AD) não vê a enunciação como um ato de um sujeito individualizado, mas como uma cena que opera com categorias de pessoa, espaço e tempo, atravessada por uma instituição fundadora. Essas articulações nos gêneros discursivos ocorrem pelo reconhecimento das manobras enunciativas. A fala, na enunciação, é encenada e obedece às condições de produção impostas por um determinado gênero do discurso. O

texto, objeto de estudo da Linguística Textual, é trabalhado como unidade material do discurso, possuindo características próprias, mesmo sendo reflexo do discurso.

A AD apresenta que discurso, texto e enunciação não são camadas de análise, mas cada qual cumpre suas funções conforme suas especificidades. Particularmente na enunciação, o discurso é visto como uma cena de onde derivam os papéis encenados. O discurso, na concepção da AD, não é apenas uma parte da sociedade ou uma representação, mas os lugares onde se criam as instituições que atravessam o próprio discurso. A enunciação, mediante estratégias de pessoa, espaço e tempo, constrói sentidos.

Fiorin (2001, p. 19) afirma que a enunciação, ao trabalhar a língua, não só a emprega, mas também a constitui, num jogo de estabilidades e instabilidades, reinventando o universo de sentido. Maingueneau (2002) aprofunda o conhecimento sobre as cenas de enunciação, distinguindo a cena englobante, a cena genérica e a cenografia, que são tentativas de construir e legitimar o quadro enunciativo do discurso.

A cena englobante refere-se ao “tipo de discurso” e envolve tipologias linguísticas, funcionais e situacionais, que contribuem para verificar como o sentido é produzido no discurso. As tipologias linguísticas referem-se aos enunciados e suas manifestações situacionais, enquanto as tipologias funcionais consideram as finalidades dos discursos, podendo ser comunicacionais, sociológicas ou psicossociológicas.

As tipologias situacionais são definidas a partir dos gêneros de discurso e critérios sócio-históricos. A cena genérica refere-se ao gênero vinculado a um tipo de discurso, contribuindo para a formação dos efeitos de sentido do discurso. A cenografia, por sua vez, é a primeira instância que alcança o co-enunciador, sendo produto e processo do que o discurso constrói, legitimando e sendo legitimada pelo discurso.

Maingueneau (2006, p. 253) esclarece que a cenografia é ao mesmo tempo origem e produto do discurso, legitimando um enunciado que, em troca, deve legitimá-la. No discurso literário, por exemplo, a cenografia contribui para a forma do enredo ser enunciada de determinada maneira, sendo relevante para o analista observar como o interdiscurso e o ethos se apropriam da cena de enunciação para formar o discurso.

A análise da animação *The Turning Point* de Steve Cutts, à luz dos conceitos de cena englobante, cena genérica e cenografia propostos por Maingueneau, revela como a obra

utiliza elementos discursivos e visuais para transmitir uma crítica contundente sobre a crise ambiental. A cena englobante abrange o gênero de curta-metragem de animação crítica, utilizando uma linguagem visual em preto e branco e em certas cenas, coloridos e a ausência de diálogos para focar na interpretação visual e sonora.

A cena genérica insere a obra no contexto de filmes de crítica social e ambiental, caracterizados pela utilização de metáforas visuais poderosas, como a inversão de papéis entre humanos e animais. A cenografia, por sua vez, cria uma atmosfera distópica e reflexiva, onde a narrativa visual simboliza a poluição, destruição de habitats e exploração de recursos naturais, criticando diretamente o comportamento humano. Esses elementos combinados provocam uma reflexão imediata sobre a responsabilidade humana na crise ambiental, incentivando uma mudança de comportamento em prol da sustentabilidade e preservação ambiental.

1.1 Percurso metodológico

226

A análise filmica, enquanto metodologia interpretativa amplamente utilizada nas ciências humanas e sociais, permite a decomposição e reconstituição de elementos constitutivos de uma obra audiovisual, atribuindo-lhe significados que transcendem a mera descrição, conforme destacam Vanoye e Golliot-Léte (1994) e Panafria (2009). Nesse sentido, a análise do curta-metragem *The Turning Point* (2020), dirigido por Steve Cutts, pode ser conduzida a partir dos conceitos de cena englobante, cena genérica e cenografia, propostos por Maingueneau (2008), que evidenciam como a construção discursiva e visual da obra transmite uma crítica contundente sobre a crise ambiental.

A cena englobante situa o filme no gênero de curta-metragem de animação crítica, caracterizado pela ausência de diálogos e pelo uso de uma linguagem visual em preto e branco, que intensifica a interpretação simbólica. A cena genérica, por sua vez, insere a obra no contexto de produções que abordam questões sociais e ambientais, utilizando metáforas visuais poderosas, como a inversão de papéis entre humanos e animais, para denunciar a exploração desmedida dos recursos naturais.

A cenografia, elemento central na construção do ethos discursivo, cria uma atmosfera distópica e reflexiva, onde a narrativa visual simboliza a poluição, a destruição de habitats e a irresponsabilidade humana, convidando o espectador a refletir sobre sua própria conduta e a necessidade de mudanças em prol da sustentabilidade. Para aprofundar essa análise, é essencial seguir uma abordagem metodológica estruturada, que se inicia com a descrição do filme, etapa fundamental que apresenta informações gerais, como título, diretor, ano de produção, gênero e contexto histórico-social, fornecendo um panorama objetivo da obra e servindo como base para as etapas subsequentes.

Em seguida, procede-se à decomposição dos elementos constitutivos, na qual o filme é desmembrado em seus componentes fundamentais, como narrativa, personagens, cenários, trilha sonora, fotografia e edição, permitindo identificar como cada um contribui para a construção do sentido da obra. Após essa decomposição, realiza-se a reconstituição e interpretação, etapa em que os elementos são reintegrados, estabelecendo conexões entre eles e atribuindo significados, buscando compreender como o filme funciona como um todo e qual mensagem ou crítica ele transmite.

A análise da cena principal é outro passo crucial, no qual a cena mais representativa do filme é examinada em detalhes, considerando aspectos visuais, sonoros e narrativos, o que pode revelar elementos simbólicos ou ideológicos que reforçam a temática central da obra. Em seguida, o filme é contextualizado em seu ambiente social, político e cultural, permitindo uma reflexão crítica sobre como a obra reflete ou questiona aspectos da sociedade em que foi produzida. Para aprofundar a análise, é essencial a integração com fundamentação teórica, em que conceitos relevantes, como os de psicanálise ou análise do discurso, são aplicados para sustentar as interpretações e enriquecer a discussão acadêmica.

Por fim, a análise é concluída com considerações que sintetizam as interpretações, destacando como o filme contribui para a compreensão das questões abordadas e quais reflexões ele provoca no espectador, fechando o ciclo de uma análise filmica completa e rigorosa.

No caso de *The Turning Point*, a análise pode ser enriquecida pela aplicação dos conceitos de Maingueneau (2008), que permitem explorar como a obra constrói seu discurso

crítico e persuasivo, mobilizando elementos visuais e discursivos para influenciar e transformar percepções sobre questões urgentes da contemporaneidade.

Assim, a análise filmica revela como o filme utiliza recursos estéticos e narrativos para transmitir uma mensagem engajada, projetando uma imagem crítica que se alinha ao conceito de ethos proposto por Maingueneau (2008), no qual a construção discursiva emerge como um processo interativo e híbrido, capaz de provocar reflexões profundas sobre a responsabilidade humana na crise ambiental.

Essa abordagem metodológica garante uma análise rigorosa e aprofundada, adequada para dissertações e publicações científicas, demonstrando o potencial da análise filmica como ferramenta para a compreensão e discussão de questões sociais e ambientais.

2 Análise de *The Turning Point*



The Turning Point é um curta-metragem de animação criado por Steve Cutts, artista visual e animador britânico conhecido por suas obras críticas e satíricas que abordam questões sociais e ambientais. Lançado em 1º de janeiro de 2020, o vídeo está disponível no *YouTube* (aponte a câmera do seu dispositivo para o *Qr-Code* ao lado para visualizar a animação), onde alcançou mais de 10 milhões de visualizações, demonstrando seu impacto e alcance global. Cutts, que possui 1,95 milhão de inscritos em seu canal, utiliza técnicas avançadas de animação, como *After Effects*, *Premiere Pro*, *Clip Studio Pro* e *Cinema 4D*, para criar uma narrativa visual impactante e sem diálogos, acompanhada pela trilha sonora da Wantaways.

O filme explora temas como a destruição do meio ambiente, as mudanças climáticas e a extinção de espécies, apresentando uma perspectiva única e metafórica sobre a relação entre humanos e natureza. Essa contextualização é fundamental para compreender o contexto de produção e as intenções do autor, servindo como base para a análise filmica das cenas que serão discutidas a seguir.

Recorte 01

Fonte: Recorte feito pelo autor. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=p7LDk4D3Q3U>. Acesso: 02 de mar. de 2025

229

O recorte 01 retrata um ambiente rotineiro e aparentemente comum, no qual os personagens, inseridos em um cenário visivelmente degradado e poluído, seguem suas vidas de maneira habitual, como se a deterioração ambiental fosse um aspecto intrínseco de sua realidade cotidiana. Essa representação visual estabelece uma conexão direta com o conceito da “síndrome da mudança da linha de base”, discutido no trecho inicial do artigo, que explica como as sociedades ajustam suas percepções ambientais com base em referências contemporâneas, resultando na gradual aceitação de padrões degradantes, como temperaturas elevadas e eventos climáticos extremos (Pauly, 1995).

A animação, ao retratar personagens que não reagem à poluição e à destruição ao seu redor, ilustra de forma crítica como a normalização de condições ambientais adversas pode levar à minimização dos impactos cumulativos da crise climática, conforme destacado por Pauly (1995). Esse fenômeno de naturalização do agravamento climático reflete um viés cognitivo que compromete a urgência das respostas globais ao aquecimento do planeta, uma vez que a percepção social tende a se adaptar a realidades cada vez mais degradantes, em vez de questioná-las ou buscar soluções efetivas.

Um elemento simbólico que reforça essa análise é a placa com a frase “*Don't Walk*”, presente em uma das cenas da animação. Essa mensagem pode ser interpretada como uma representação de como os discursos presentes no texto e no contexto insistem em reforçar uma aparente paz e tranquilidade nas pessoas, mesmo que as condições ambientais não sejam favoráveis. A placa, ao sugerir que os indivíduos permaneçam parados ou imóveis, pode ser

vista como uma metáfora para a inércia social diante da crise climática, onde a passividade é incentivada, e a ação crítica é desencorajada. Essa interpretação alinha-se com a ideia de que a sociedade, ao se adaptar a condições degradantes, acaba por naturalizar a destruição ambiental, conformando-se com um status quo insustentável.

Essa dinâmica de adaptação e aceitação pode ser ampliada pelo conceito de “cegueira ambiental”, proposto por Kahn Jr. (1999), que descreve como a exposição contínua a ambientes degradados leva à diminuição da sensibilidade humana em relação à degradação ambiental. Kahn Jr. argumenta que, à medida que as gerações se sucedem, a linha de base ambiental se desloca, fazendo com que condições outrora consideradas alarmantes sejam vistas como normais. Esse processo, aliado à síndrome da mudança da linha de base, contribui para a perpetuação de práticas insustentáveis e a falta de ações concretas para mitigar os efeitos das mudanças climáticas.

230

Recorte 02



Fonte: Recorte feito pelo autor. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=p7LDk4D3Q3U>. Acesso: 02 de mar. de 2025

A análise do Recorte 02 da imagem revela uma inversão simbólica notável: animais com características humanas (antropomorfizados) exibem comportamentos típicos de nossa sociedade, como trabalhar, consumir e viver de forma semelhante aos humanos. Essa representação visual sugere que o capitalismo, independentemente de quem o pratica, é um fator central na crise ambiental.

Um aspecto particularmente impactante do Recorte 2 é a representação dos seres humanos. Sua aparência de “semi-mortos” ou “mortos-vivos” sugere que, mesmo nesse contexto de inversão de papéis, as condições ambientais em que vivem não são mais as mesmas. Essa imagem sombria reflete as consequências do capitalismo desenfreado, que prejudica o habitat tanto dos animais quanto das pessoas que vivem em espaços diretamente ligados à natureza e às florestas. A aparência de “mortal-vivo” também pode ser interpretada como um simbolismo, representando um fim próximo para todos, caso não haja uma mudança radical em nosso modo de vida.

A inversão de papéis, onde vemos humanos sofrendo diretamente com a poluição e a degradação, pode ser vista como uma estratégia para impactar o público. Ao nos colocar no lugar das vítimas, a imagem nos convida a refletir sobre a urgência de adotar estilos de vida mais sustentáveis.

A crítica ao capitalismo presente na imagem se conecta com as ideias de autores como David Harvey (2005), que argumenta que a busca incessante por lucro do capitalismo é incompatível com a saúde do planeta. Harvey nos convida a repensar o sistema econômico em que vivemos e a buscar alternativas mais justas e sustentáveis. Da mesma forma, Andreas Malm (2016) em *“Fossil Capital: The Rise of Steam Power and the Roots of Global Warming”* explora como o capitalismo impulsionou o uso de combustíveis fósseis, levando à crise climática que enfrentamos hoje.

A imagem também nos remete ao conceito de “Capitaloceno” proposto por Jason Moore (2015), que argumenta que o capitalismo transformou a natureza em uma mercadoria, explorando-a de forma predatória. Ao retratar a inversão de papéis e a normalização da degradação, a obra de Cutts nos convida a romper com essa lógica e a adotar práticas mais sustentáveis.

Esse recorte nos leva a refletir sobre a relação entre capitalismo, meio ambiente e ação humana. Ao apresentar conceitos complexos de forma acessível e ao conectar a obra de Cutts com as ideias de outros autores importantes, podemos enriquecer a discussão e inspirar mudanças positivas. A representação dos seres humanos como “semi-mortos” serve como um alerta sombrio sobre as consequências de nossa inação e a urgência de repensarmos nosso modo de vida.

Recorte 03



Fonte: Recorte feito pelo autor. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=p7LDk4D3Q3U>. Acesso: 02 de mar. de 2025

232

O recorte 3 da animação analisada apresenta uma representação crítica e reflexiva sobre o comportamento humano em relação às questões políticas e ambientais, utilizando personagens antropomórficos para espelhar a realidade. Na imagem da esquerda, observa-se um grupo de animais, incluindo um urso, um coelho e um pássaro, engajados em um protesto urbano, segurando cartazes com mensagens como “*SAVE THE HUMAN!*” (Salvem o Humano!), “*WE ONLY HAVE ONE EARTH*” (Só temos uma Terra) e “*STOP PLASTIC POLLUTION*” (Parem a poluição plástica). Essa cena reflete a luta de indivíduos contra sistemas governamentais e empresariais que promovem o consumismo desenfreado, negligenciando os impactos ambientais.

Em contraste, a imagem da direita retrata um gato em um ambiente interno aconchegante, alheio às questões políticas e ambientais ao seu redor, simbolizando a indiferença de parte da população que, apesar das evidências de um iminente colapso ambiental, continua a viver de forma submissa ao sistema capitalista, focando no conforto individual. Essa dualidade apresentada na animação destaca a repetição de comportamentos e discursos humanos, sugerindo que, mesmo em um mundo fictício onde os animais assumem o papel dos humanos, os desafios e as dinâmicas sociais permanecem os mesmos.

Segundo a teoria crítica de autores como Herbert Marcuse, a sociedade contemporânea é marcada por uma falsa consciência que impede a percepção dos verdadeiros problemas estruturais, promovendo uma conformidade confortável e uma

alienação em relação às questões ambientais e sociais (Marcuse, 2013). Assim, a animação oferece uma crítica contundente à sociedade contemporânea e à necessidade urgente de uma mudança de paradigma em relação à sustentabilidade e à responsabilidade socioambiental.

Recorte 04



Mark_The_Crow: So how come we still get

Bork21: It's part of the government agenda

GeraldineRat: H O A X

EXISTENTIAL_JIMMY: Biggest hoax ever

Fonte: Recorte feito pelo autor. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=p7LDk4D3Q3U>. Acesso: 02 de mar. de 2025

233

A análise do Recorte 4 propõe uma reflexão crítica e interligada entre os elementos visuais e discursivos presentes na animação, sublinhando como estes se articulam para evidenciar um cenário de crise ambiental associado à negação de evidências científicas. Ao observar a cena em que um dos animais segura um aparelho telefônico e exibe uma notícia sobre a crise climática, percebe-se uma estratégia narrativa que utiliza a metáfora animal para representar a sociedade humana e suas contradições.

Neste contexto, a presença de um comentário contendo a expressão “Hoax”, proferido em meio a outros relatos marcados pelo ceticismo e teorias conspiratórias, revela a influência de discursos fundamentados em interesses políticos e empresariais. Tais discursos não apenas deslegitimam os estudos científicos que apontam para a mudança climática como uma realidade emergente, mas também perpetuam a desinformação e o negacionismo ambiental.

Do ponto de vista acadêmico, esta representação pode ser interpretada à luz da teoria da comunicação e dos estudos sobre discursos políticos, nos quais a manipulação das informações e a construção de narrativas alternativas contribuem para a confusão do debate público. A animação, portanto, não apenas denuncia a discrepancia entre o consenso

científico – que defende a necessidade urgente de ações preventivas para evitar uma tragédia ambiental – e o discurso negacionista, mas também aponta para uma crítica mais ampla ao papel dos meios de comunicação e das estruturas de poder que privilegiam interesses corporativos e políticos em detrimento da verdade empírica.

Além disso, o desfecho da animação, onde a sociedade fracassa e o ser humano, simbolizado pela figura animal, é extinto, acrescenta uma camada simbólica que ressoa com a atual realidade vivida em muitos contextos. Essa conclusão dramática pode ser vista como um alerta sobre as consequências irreversíveis a que nos expomos se continuarmos a desconsiderar as evidências científicas e a adotar posturas negacionistas em relação às mudanças climáticas. O simbolismo do fracasso coletivo e da extinção reforça a urgência de uma mudança de paradigma, evidenciando que a inação e o ceticismo infundado podem culminar em uma verdadeira tragédia ambiental, análoga às ameaças reais que enfrentamos atualmente.

Em suma, a análise crítica do Recorte 4 destaca um diálogo claro entre arte e ciência, na medida em que a animação utiliza elementos visuais e textuais para instigar uma reflexão sobre o negacionismo ambiental e suas implicações sociais, políticas e ecológicas. É um convite para repensar a forma como as informações são construídas, disseminadas e recebidas pela sociedade, enfatizando a necessidade de valorizar os estudos científicos como base para a formulação de políticas públicas eficazes e a promoção de uma consciência ambiental que previna a eventual catástrofe apontada pelo simbolismo da extinção humana.

Conclusão

Com base na análise da animação *The Turning Point* de Steve Cutts, este estudo demonstrou como a arte pode funcionar como um poderoso instrumento de crítica social e conscientização ambiental. Através da lente da Análise do Discurso, foi possível identificar os mecanismos discursivos e visuais que estruturam a mensagem da animação, revelando a forma como a obra mobiliza recursos simbólicos para influenciar percepções e comportamentos em relação à crise climática.

Os recortes analisados evidenciaram a normalização da degradação ambiental, a inversão de papéis entre humanos e animais como metáfora do capitalismo predatório, a dualidade entre engajamento e indiferença diante das questões ambientais, e a influência do negacionismo científico na perpetuação da crise. A animação, ao apresentar uma visão distópica e reflexiva, convida o espectador a questionar seu próprio papel na crise e a considerar a urgência de uma mudança de paradigma em direção a um futuro mais sustentável.

As implicações deste estudo são relevantes para diversas áreas, incluindo a comunicação, a educação e a política ambiental. Ao demonstrar o potencial da arte como ferramenta de conscientização, este trabalho contribui para o desenvolvimento de estratégias mais eficazes de comunicação sobre as mudanças climáticas, capazes de sensibilizar o público e mobilizar ações concretas. Além disso, a análise da animação pode ser utilizada em contextos educativos para promover a reflexão crítica sobre as questões ambientais e estimular o engajamento dos estudantes na busca por soluções.

Pesquisas futuras podem explorar o impacto da animação em diferentes públicos e contextos culturais, investigando como a obra é recebida e interpretada por diferentes grupos sociais. Além disso, estudos podem analisar outras obras de arte que abordam a temática ambiental, buscando identificar padrões e tendências na forma como a arte contribui para o debate sobre a sustentabilidade e a responsabilidade socioambiental.

Em suma, *The Turning Point* é um chamado à ação, um alerta sobre as consequências da inércia e do negacionismo, e um convite para repensarmos nosso papel no mundo. Que a mensagem da animação inspire uma mudança profunda em nossos valores, comportamentos e políticas, para que possamos construir um futuro mais justo, equitativo e sustentável para todos.

Referências

BEAUGRANDE, Robert-Alain de. *New Foundations for a Science of Text and Discourse: Cognition, Communication, and the Freedom of Access to Knowledge and Society*. Norwood: Ablex Publishing Corporation, 1997.

BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

CAIUSCA, Alana. *Acordo de Paris.* 2019. Disponível em: https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/biologia/acordo-de-paris?gad_source=1&gclid=Cj0KCQiAoJC-BhCSARIAPhdfSiot6p9sI80C5vA7_ElbkrbawGgOjBIjV-gMa4NUAIHvq_iHv7NAC8aAvCIEALw_wcB. Acesso em: 02 mar. 2025.

CHARTIER, Roger. *A Aventura do Livro:* do leitor ao navegador. São Paulo: UNESP, 1998.

FRIDAYS FOR FUTURE. Home. Disponível em: <https://fridaysforfuture.org/>. Acesso em: 12 jun. 2025.

GREENPEACE. Home. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/>. Acesso em: 12 jun. 2025.

GHIRALDELLI, Paula Ramos; SOARES, Thiago Barbosa. Cenas da enunciação em rio turuna: uma análise discursiva. *Revista Linguasagem*, v. 40, n. 1, p. 148-163, 2021.

HARVEY, David. *A brief history of neoliberalism.* Oxford university press, 2007.

HARVEY, David. *O novo imperialismo.* São Paulo: Loyola, 2005.

KAHN, Peter H. *The human relationship with nature: Development and culture.* mit Press, 1999.

MAINIGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação.* Trad. Cecília P. de Souza e Silva e Décio Rocha. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MAINIGUENEAU, Dominique. *Cenas da enunciação.* Organização: Sírio Possenti e Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva. São Paulo: Parábola Editorial, 2008a.

MAINIGUENEAU, Dominique. *Discurso e Análise do Discurso.* Tradução: Sírio Possenti. 1 ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MAINIGUENEAU, Dominique. *Gênese dos Discursos.* Campinas: Pontes, 2008b.

MAINIGUENEAU, Dominique. *O contexto da obra literária: enunciação, escritor, sociedade.* Martins Fontes, 2001.

MAINIGUENEAU, Dominique et al. *A propósito do ethos.* Ethos discursivo. São Paulo: Contexto, p. 11-29, 2008c.

MALM, Andreas. Fossil capital: *The rise of steam power and the roots of global warming.* Verso books, 2016.

MARCUSE, Herbert. *One-dimensional man: Studies in the ideology of advanced industrial society.* Routledge, 2013.

MOORE, Jason W. *Capitalism in the Web of Life: Ecology and the Accumulation of Capital.* Verso Books, 2015.

OLIVEIRA, Mariana Gabriela de.; RODRIGUES, Lyvia Renata. *Felicidade, consumismo e mal-estar na civilização:* uma análise filmica do curta Happiness. Leitura Flutuante, v. 15, n. 2, 2023.

PADOVANI, Micheline Brito; HARKA, Priscila. *Ethos e cenografia em “O baralho erótico”*. Verbum, n. 10, p. 33-44, 2016.

PAULY, Daniel et al. *Anecdotes and the shifting baseline syndrome of fisheries*. Trends in ecology and evolution, v. 10, n. 10, p. 430, 1995.

PENAFRIA, Manuela. *Análise de filmes - conceitos e metodologia(s)*. In: VI Congresso SOPCOM, 6., 2009, Lisboa. Anais eletrônicos. Lisboa: SOPCOM, 2009.

PEREIRA, Bruno Alves.; DA SILVA, Williany Miranda. *A formação do leitor crítico numa perspectiva interdisciplinar*. Signum: Estudos da Linguagem, v. 13, n. 1, p. 239-256, 2010.

SACHS, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Editora Garamond, 2000.

SACHS, Wolfgang. *Planet dialectics: Explorations in environment and development*. Bloomsbury Publishing, 2015.

STONE, Maddie. *Como sua mente te leva a ignorar a crise climática – mesmo com recordes de temperatura do planeta?* 2025. Disponível em:
<https://www.nationalgeographicbrasil.com/meio-ambiente/2025/01/como-sua-mente-te-leva-a-ignorar-a-crise-climatica-mesmo-com-recordes-de-temperatura-do-planeta>. Acesso em: 01 mar. 2025.

THE TURNING POINT. Direção de Steve Cutts. Produção de Steve Cutts. Realização de Steve Cutts. Roteiro: Steve Cutts. Música: Wantaways. 2020. P&B. Disponível em: <https://youtu.be/p7LDk4D3Q3U?si=TZgwEmCkioFFbeXc>. Acesso em: 01 mar. 2025.

VANOYE, Francis; GOLIOT-LÉTÉ, Anne. *Ensaio sobre a análise filmica*. Papirus Editora, 1994.



Linguagem e Discurso